

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

**A perspectiva dialógica na compreensão de
problemas sociais: o caso da pesca de curral em
Ipioca – Maceió - AL.**

PUC/SÃO PAULO
2003

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

**A perspectiva dialógica na compreensão de
problemas sociais: o caso da pesca de curral
em Ipioca – Maceió - AL.**

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutora em Psicologia Social, sob a
orientação da Profa. Dra. Mary Jane Paris
Spink.

PUC/SÃO PAULO
2003

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

À Mary Jane, pela amizade e pela orientação fundamental que me propiciou, com as conversas ao vivo e a cores, ir além da teoria e realizar um doutorado muito melhor do que minhas expectativas.

Ao Núcleo, que faz a diferença e marca a importante contribuição das conversas na produção do conhecimento, principalmente nos sofridos momentos que me levaram a mudar todo o rumo da minha pesquisa.

Aos professores e professoras do Programa de Psicologia Social da PUC, pela contribuição aos novos conhecimentos nesta etapa da minha vida.

Aos professores Marcos Reigota e Peter Spink, pelas sugestões feitas a este trabalho.

À CAPES, que propiciou a bolsa para a realização do doutorado.

Ao CNPq, que propiciou a bolsa sanduíche para a Espanha, ampliando e enriquecendo meus conhecimentos para o doutorado.

À Vera, pela amizade que foi se fortalecendo nas nossas diferenças e pontos comuns e fez com que juntas vencêssemos os desafios desta árdua tarefa; ao Jefferson pela amizade, bom humor e incentivo para seguir adiante; à Tina pela amizade e discussões importantes e ao Benê, pela amizade, carinho e por todo apoio em Barcelona.

Aos meus amigos e amigas do doutorado da PUC, pelos nossos encontros após as aulas, que tornaram menos árdua nossa vida acadêmica.

Ao Lupi (Lupicínio Íñiguez), pela orientação, amizade e importante contribuição nos novos caminhos que percorri durante o doutorado, especialmente pelo tempo em Barcelona.

Ao Joan Pujol e a todos do FIC, que contribuíram com importantes discussões para a minha trajetória no doutorado e pelo carinho e suporte que me deram em Barcelona.

Aos professores e professoras do Departamento de Psicologia Social da Universidade Autònoma de Barcelona, Margot Pujol, Tomás Ibañez, Francisco Tirado, Félix Vazquez, Juan Muñoz, José Maria Blanch, pelo acolhimento e importante contribuição na minha formação acadêmica.

Às amigas e amigos de Barcelona: Cynthia, Marisela, Juliana, Martha, Izabel, Ximena, Juan Pablo, Janice, Flávia, Kitina, Sandra e todos os alunos do doutorado da Universidade Autònoma de Barcelona, pela amizade e aprendizagem com nossas conversas.

Às pescadoras e pescadores, que com suas preciosas palavras colaboraram para a realização desta tese.

À Vânia e à Benilza, respectivamente assistente social e psicóloga do posto de Saúde de Ipioca, onde tudo começou.

Ao grupo das mulheres da terceira idade de Ipioca, que me cativou e despertou meu entusiasmo pelo lugar.

À Augusta, pela sua ajuda e habilidade na técnica de formatar trabalhos acadêmicos, pois sem ela seria impossível terminar esta tese.

À Carolina, Priscila e Anelise, minhas filhas, que me incentivaram a vir para o doutorado e suportaram tantas mudanças e separações.

À Analúcia, Rachel e Teresa, minhas irmãs, pelo apoio técnico e pelo incentivo para terminar esta tese.

À minha mãe, que mesmo com um lampejo de lucidez me incentiva em todos os desafios da minha vida.

DEAMBULAR

*Aparta el caminante a la que camina
Y así surgen los cruces,
las avenidas transversales
las calles en diagonal
y las callejuelas oscuras*

Concha García, en Ayer y Calles

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. A perspectiva dialógica na compreensão de problemas sociais: o caso da pesca de curral em Ipioca – Maceió - AL. São Paulo p.260 Tese (Doutorado em Psicologia Social)

RESUMO

Este trabalho insere-se no campo da Psicologia Social voltada para a prática, para o delineamento de ações que tenham um compromisso ético e político com as questões sociais e com a produção do conhecimento. Faz parte da produção do Núcleo de Estudos e de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (PUC/SP), que se pauta numa perspectiva construcionista.

A partir da crítica aos modelos de intervenção adotados pela Psicologia Social procura delinear a contribuição da perspectiva construcionista para ações que promovam a transformação social. Explora maneiras de pesquisar que defendem uma perspectiva dialógica para a compreensão de problemas sociais e o desenvolvimento de propostas visando a solução dos mesmos.

Tomando como estudo de caso a pesca artesanal de curral, o problema de pesquisa foi o resultado do diálogo travado com diversos interlocutores – pescadores e pescadoras, representantes de órgãos governamentais e documentos de domínio público – e considerado desta forma como uma co-construção, onde os vários aspectos que compõem esse campo foram ouvidos, buscando a compreensão das possibilidades de sobrevivência da pesca artesanal em Ipioca.

Focalizando o problema da diminuição dos peixes, foram analisadas nas falas dos diversos interlocutores, a maneira como descreviam e explicavam as causas do problema, quais as propostas de solução e quais os meios de viabilizar essas propostas.

O resultado da análise aponta como causa da diminuição dos peixes: a pesca predatória, a sobrepesca, a negligência dos órgãos governamentais e a degradação ambiental. Como propostas para o desenvolvimento local surgem o turismo e a pesca artesanal sustentável. Os meios apontados para viabilizar estas propostas são: a Associação, a fiscalização e a educação ambiental.

Entre as propostas para viabilizar a pesca artesanal sustentável salienta-se a necessidade de ações que envolvam os pescadores, a comunidade e os órgãos públicos. Tais propostas surgiram do diálogo entre os diversos interlocutores valorizando tanto o conhecimento do senso comum como o científico. A contribuição da Psicologia Social construcionista favorece formas de abordagens e compreensão das questões sociais comprometidas ética e politicamente.

Palavras-chaves: práticas discursivas, dialogia, ação, pesca artesanal, sustentabilidade

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. Dialogical understanding of social problems: Traditional fishing as a case study in Ipioca – Maceió – Alagoas – Brasil. São Paulo, p. 260 Thesis (Doctor in Social Psychology).

ABSTRACT

This study was carried out in the framework of a Social Psychology concerned with action committed to both, an ethical-political approach to social issues and the production of knowledge. It is positioned in the production of The Research Group on Discursive Practices and Everyday Meaning at The Pontifical Catholic University in São Paulo.

Taking a critical stance with regards to the intervention models adopted by mainstream Social Psychology it aims at discussing the potencial contributions of a constructionist perspective for the promotion of social change. It explores ways of carrying out research that might promote a dialogical perspective for the comprehension of social problems and development of possible solutions.

Focusing on traditional fishing as a case study, the research problem resulted from the dialogue with a diversity of actors fishermen and fisherwomen, representations of official governmental bodies and public documents – being a co-constuctions that took into account the multiple aspects that one present in this arena so as to further proposals for the survival of traditional fishing activities in Ipioca.

Focusing on the problem of the disappearance of fish, this research analysed the manner in which different speakers described an explained the causes of this problem, the solutions proposed and the means for the implementation of the solutions.

The analysis of the different discursive practices has shown that the predatory fishing, the over fishing activity, the neglectful behavior of official governmental bodies and the environmental degradation are elected as thje main causes for the disappearance of fish. Among the proposals to sustain a local development the tourism and the traditional fishing stand out as viable activities to be carried on by official associations, auditing bodies and eco logical education.

Considering the dialogue amongst the various actors, as far as the traditional fishing activity is concerned, the actions proposed emphasize the need to develop programmes which involve the fishermen, the fisherwomen, the community and the official government bodies. These programmes to have some legitimacy would demand to take into account both, the common sense and the scientific knowledge. The Social Psycholgist oriented by a constructionist perspective favors such kind of actions committed to an ethical-political approach to social issues.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. La perspective dialogique dans la compréhension et la proposition de solution des problèmes sociaux: le cas de la pêche artisanale à Ipioca – Maceió – AL. São Paulo p. 260 Thèse (Doctorat en Psychologie Sociale)

RÉSUMÉ

Ce travail s'inscrit dans le domaine de la Psychologie Sociale qui se penche sur la définition et la pratique d'actions ayant un engagement éthique et politique avec les questions sociales et avec la production de la connaissance. Il s'est développé dans une perspective constructionniste, dans le cadre du Noyau d'Études et de Recherche en Pratiques Discursives et Production de Sens, à l'Université Catholique Pontificale de São Paulo.

A partir de la critique des modèles d'intervention adoptés par la Psychologie Sociale, il cherche à cerner la contribution que peut apporter la perspective constructionniste aux actions susceptibles de promouvoir la transformation sociale. Il exploite des modes de recherche qui soutiennent une approche dialogique pour la compréhension des problèmes sociaux et le développement de propositions qui visent à la solution de ces problèmes.

En prenant comme étude de cas la pêche artisanale au rabattage, le problème de recherche se définit comme le résultat du dialogue établi avec différents interlocuteurs – des pêcheurs et des pêcheuses, des représentants des organismes publics concernés et des documents publics – étant ainsi considéré comme une co-construction, où les divers aspects qui composent ce champ purtent se faire entendre, en vue d'une compréhension des possibilités de survie de la pêche artisanale à Ipioca.

Dans les discours des différents interlocuteurs qui s'entretenaient de la diminution des poissons dans la région, furent analysées la façon dont ils décrivaient et expliquaient les causes du problème, ainsi que les solutions proposées et les moyens de les mener à bien.

Le résultat de l'analyse indique comme causes de la diminution des poissons: la pêche prédatrice et sans contrôle, la négligence des organismes publics et la dégradation de l'environnement. Les principales propositions pour le développement local sont le tourisme et la pêche artisanale durable, les moyens pour y parvenir étant la création d'une Association, la surveillance et l'éducation.

Parmi les propositions pour rendre durable la pêche artisanale, il faut souligner la nécessité d'actions qui impliquent les pêcheurs, la communauté et les organismes publics. Telles propositions découlent du dialogue entre les divers interlocuteurs, ce qui valorise aussi bien les connaissances scientifiques que celles du sens commun. La contribution de la Psychologie Sociale constructionniste favorise l'approche et la compréhension des questions sociales engagées dans une vision éthique et politique.

Mots-clés: pratiques discursives, approche dialogique, action, pêche artisanale, durabilité.

Sumário

Apresentação.....	11
PARTE I: Me (des) enredando em teorias.....	16
1. De onde falo: Psicologia Social, ação e políticas de desenvolvimento	17
1.1 A curiosidade me levou e a paixão me prendeu num lugar chamado Ipioca.....	17
1.2 Que Psicologia Social é essa?.....	22
1.2.1 De qual perspectiva construcionista falo?.....	26
1.2.2 Psicologia Social e ação numa perspectiva construcionista.....	29
1.3 Psicologia e desenvolvimento social.....	36
1.4 Desenvolvimento e meio ambiente.....	40
1.4.1 Sobre a diversidade de discursos ecológicos.....	43
1.4.2 Desenvolvimento, sustentabilidade e a revalorização dos conhecimentos locais.....	48
2. Conhecimento, reflexividade e dialogia: a pesquisa como prática ético-política.....	52
2.1 Reconceituando a metodologia qualitativa como questão ético-política.....	53
2.2 “A vida é dialógica por natureza”.....	64
2.3 Reflexões sobre os processos de co-construção da realidade.....	69
2.4 Re-situando os objetivos de pesquisa no enquadre dialógico.....	75
3 Mas afinal, por que me preocupar com o desaparecimento dos peixes? Dando visibilidade ao processo de construção da pesquisa.....	76
3.1 O que é estar em campo?.....	76
3.2 A etnografia na Psicologia Social.....	79
3.3 Abrindo a escuta, o “problema” deixa de ser só meu.....	88
3.4 Com muito prazer, apresento meus interlocutores e interlocutoras.....	93
3.5 Os procedimentos de análise.....	101
PARTE II: Co-construindo problemas e soluções: o caso da pesca de curral em Ipioca.....	103
4. O tempo da maré: a pesca artesanal em Ipioca.....	104

5. “Passa o peixe para as mangas e depois para o chiqueiro grande. Do chiqueiro grande, ele procura a saída e entra no chiqueirinho”: caracterizando a pesca de curral.....	124
6. “Acabou. A pesca de Ipioca acabou”: buscando explicações para o desaparecimento dos peixes.....	137
6.1 Pesca predatória e sobrepesca.....	143
6.2 Negligência.....	153
6.3 Degradação ambiental.....	154
7. O que fazer? Fortalecer a pesca artesanal ou sucumbir ao turismo?.....	159
7.1 O turismo.....	159
7.2 A pesca artesanal sustentável.....	173
8. Como fazer? Os múltiplos sentidos da conscientização.....	180
8.1 A criação de uma Associação resolve!?.....	181
8.2 Vamos regulamentar e fiscalizar.....	187
8.3 É preciso conscientizar e educar!.....	195
Considerações Finais.....	201
Referências Bibliográficas.....	214
Apêndices.....	223
Apêndice A.....	224
Apêndice B.....	232
Apêndice C.....	235
Apêndice D.....	244
Apêndice E.....	248
Apêndice F.....	251
Apêndice G.....	254
Apêndice H.....	257
Apêndice I.....	259

Apresentação

Quais as contribuições da Psicologia Social, especialmente a que se pauta pela perspectiva construcionista, para a transformação social?

Norteadas por esta pergunta, esta tese explora maneiras de pesquisar que promovam uma perspectiva dialógica para a compreensão de problemas sociais e o desenvolvimento de propostas visando a solução dos mesmos.

Tal balizamento inscreve esta tese num campo da Psicologia Social que se acha voltado para a prática, para o delineamento de ações que tenham um compromisso ético e político com as questões sociais. E foi a partir dessa maneira de entender essa área de conhecimento, que eu desenvolvia as atividades acadêmicas como professora da disciplina, atividades que levaram à pergunta formulada anteriormente.

A afirmação de que este estudo se apóia na perspectiva construcionista visa esclarecer que ele se fundamenta na maneira de entender o conhecimento a partir dessa perspectiva, o que permite inseri-lo no debate ético e político mencionado acima. É uma posição que tem se afirmado contra a maneira de produzir conhecimento nas perspectivas filosóficas essencialistas e realistas: a primeira, por ter uma concepção representacionista do conhecimento, e a segunda, por conceber uma realidade independentemente do acesso a ela.

A perspectiva construcionista é ampla e diversificada, razão pela qual é importante especificar os princípios construcionistas aqui privilegiados, ou seja, fundamentalmente: levar em conta o contexto histórico e cultural em que o conhecimento é produzido, além de considerar que produção de conhecimento é um conjunto de práticas sociais que se traduzem em ações e influenciam a maneira de viver das pessoas.

A linguagem é o foco dos estudos de Psicologia Social que se desenvolvem nessa perspectiva, buscando compreender a dinâmica dos processos de construção do conhecimento, entendidos como ação. O conhecimento se produz através da linguagem em uso, que é vista como uma forma de ação, pois ao descrever e explicar o mundo, constrói-se o mundo.

O delineamento de uma Psicologia Social direcionada para a transformação social emergiu desde a chamada crise da disciplina, com as propostas de pesquisa ação e pesquisa participativa. Entretanto, apesar de defenderem um compromisso com os problemas sociais, tais propostas se fundamentam numa postura representacionista do conhecimento, ao considerarem que há uma realidade que necessita ser revelada. Além do mais, privilegiam o conhecimento científico em detrimento do conhecimento do senso comum, na maneira como desenvolvem as ações, pois nelas cabe ao pesquisador proporcionar a conscientização de uma realidade que julgam desconhecida pelas pessoas envolvidas.

São essas as críticas formuladas pela perspectiva construcionista, por considerar, inversamente, que conhecimento e realidade estão intrinsecamente relacionados, e que uma das maneiras de ter acesso a eles é por meio das práticas discursivas e sociais que os delimitam. Por conseguinte, não há uma realidade externa que possa ser revelada e nem um conhecimento que não seja histórica e socialmente constituído.

Nessa perspectiva, o conhecimento científico é considerado como uma das possibilidades e não como a maneira privilegiada de entender os problemas sociais, valorizando o conhecimento do senso comum. Assim, a proposta de ação é de uma ação conjunta, propiciada pelos espaços conversacionais, e realizada na interação social entre pessoas situadas em diferentes posições, e com diversos tipos de conhecimento.

A ação conjunta não significa que as relações sejam simétricas, ou que não envolvam relações de poder. Este é um aspecto levado em conta, na perspectiva construcionista, entretanto o mais importante é considerar como se dão essas relações, inclusive a possibilidade de resistir a elas.

A conscientização também é entendida como uma ação conjunta, pois não é algo que esteja na cabeça das pessoas, nem tampouco é algo que se situe fora das pessoas e precise ser revelado, mas é algo que se realiza entre as pessoas.

As propostas de desenvolvimento surgem, nesta tese, relacionadas com o campo de pesquisa, mas passam também a ser um dos pontos de reflexão para

questionar a ação da Psicologia Social comprometida com os problemas sociais. Apesar do desenvolvimento social não se apresentar como uma subdisciplina da Psicologia, esta tem colaborado, com seus estudos, para uma visão hegemônica de desenvolvimento.

A crítica a essa concepção de desenvolvimento favorece o emergir de novas possibilidades, a partir da integração do conhecimento local nas propostas de mudanças, o que encontra respaldo na proposta de ação conjunta da Psicologia Social construcionista: ao valorizar o conhecimento do senso comum, esta incentiva a integração do conhecimento local e viabiliza a criação de formas próprias de mudança.

A pesquisa, nessa perspectiva, também é entendida como ação, que se dá como qualquer outra prática social. Realiza-se como uma atividade cotidiana, onde a negociação de sentidos se produz entre diversas pessoas, presentes ou ausentes, num processo de interanimação dialógica. A pesquisa desta tese tem como tema de estudo a atividade de pesca artesanal em Ipioca – Maceió-AL, mais especificamente a pesca de curral.

A escolha do local e a aproximação com o tema se deram, por um lado, a partir dos projetos de extensão da pesquisadora nesse lugar e, por outro lado, pelo conhecimento dos problemas relacionados com a atividade de pesca, adquirido nas experiências cotidianas.

A metodologia utilizada foi do tipo etnográfica, que se desenvolveu em dois tempos diferentes: o primeiro foi o tempo da pesca de curral, inicialmente focalizando a mulher, neste tipo de atividade; o segundo aconteceu em decorrência do anterior, e o foco passou a ser o problema da diminuição dos peixes vivido por todos, pescadores e pescadoras.

A mudança de foco ocorreu no processo da pesquisa, a partir do diálogo com os pescadores e pescadoras. A pesca de curral era o tipo de pesca mais utilizado em Ipioca, porém, nos últimos dez anos passou por acentuadas mudanças. Na fala dos(as) pescadores(as) surgia, com notável frequência, o problema da diminuição dos peixes, evidenciado a partir da comparação entre as experiências vividas nos tempos passados e nos dias de hoje.

O problema de pesquisa foi o resultado do diálogo travado com diversos interlocutores – pescadores e pescadoras, representantes de órgãos governamentais e documentos de domínio público – considerado desta forma como uma co-construção, onde os vários elementos que compõem esse campo foram ouvidos, buscando a compreensão das possibilidades de sobrevivência da pesca artesanal em Ipioca. Para alcançar essa compreensão, procuramos responder às seguintes perguntas:

- como circulam, nas diferentes falas, os motivos para o desaparecimento dos peixes?

- quais as possibilidades de solução para esse problema que emergem das falas dos diversos (as) interlocutores (as)?

- quais os meios de viabilizar as soluções que circulam nas diversas falas?

Para realizar a pesquisa, o método utilizado foi a rede social que se formou em Ipioca, a partir do primeiro contato com o Posto de Saúde, onde se iniciaram os estágios. Assim fiquei conhecendo minhas principais anfitriãs: a psicóloga do posto, que era moradora do lugar, e Isolda, a pescadora de curral. Elas me apresentaram aos pescadores e pescadoras que fizeram parte da pesquisa. Alguns interlocutores foram surgindo, a partir das indicações dos (as) pescadores (as) em suas falas, como o IBAMA e o IMA, e outros se impuseram pelo vínculo com o tema, como os documentos de domínio público.

A dialogia perpassa tanto a metodologia da pesquisa, como a análise dos aspectos que constituíram a base da pesquisa. O diálogo com diversos interlocutores foi a maneira pela qual a pesquisa foi se delineando, o procedimento utilizado para a análise foi o diálogo entre os diálogos.

A tese está dividida em duas partes: a primeira, onde me (des) enredo em teorias, compreende três capítulos e a segunda, onde focalizo o caso da pesca de curral em Ipioca, é composta de cinco capítulos.

O primeiro capítulo delimita a área em que esta tese se situa, bem como a perspectiva filosófica em que se sustenta e a repercussão desse posicionamento na maneira de entender ação e desenvolvimento. A Psicologia Social tem, na sua

história, uma diversidade de caminhos que levaram a encontros e diálogos distintos. Traçar esses caminhos tem sido a tarefa de alguns pesquisadores e nos reportamos a eles, pelo menos em parte, para delimitar nossa posição.

Não basta saber *por que* o conhecimento está sendo produzido, esse processo tem implícito um *para quê* e um *para quem*. Não podemos nos esquecer de que as palavras têm efeitos e produzem ações que favorecem a uns, em detrimento de outros. É neste sentido que defendo um posicionamento ético-político na produção de conhecimento, o que é discutido no segundo capítulo. A compreensão da dialogia e os processos de co-construção da realidade complementam essa discussão.

Mudar faz parte do processo do conhecimento, que reflete o espaço e o tempo em que foi produzido, o que também nos impõe mudanças. O terceiro capítulo evidencia esse processo de mudança que se apresenta no desenrolar da pesquisa, focalizando o significado de campo e discutindo o uso da etnografia na Psicologia Social, para evidenciar esse processo de construção da pesquisa.

Partindo da discussão teórica para a da pesca artesanal em Ipioca, chegamos ao tempo da maré, que é o quarto capítulo. Para entender como é a pesca de curral temos que fazer o percurso do peixe e assim se configura o quinto capítulo.

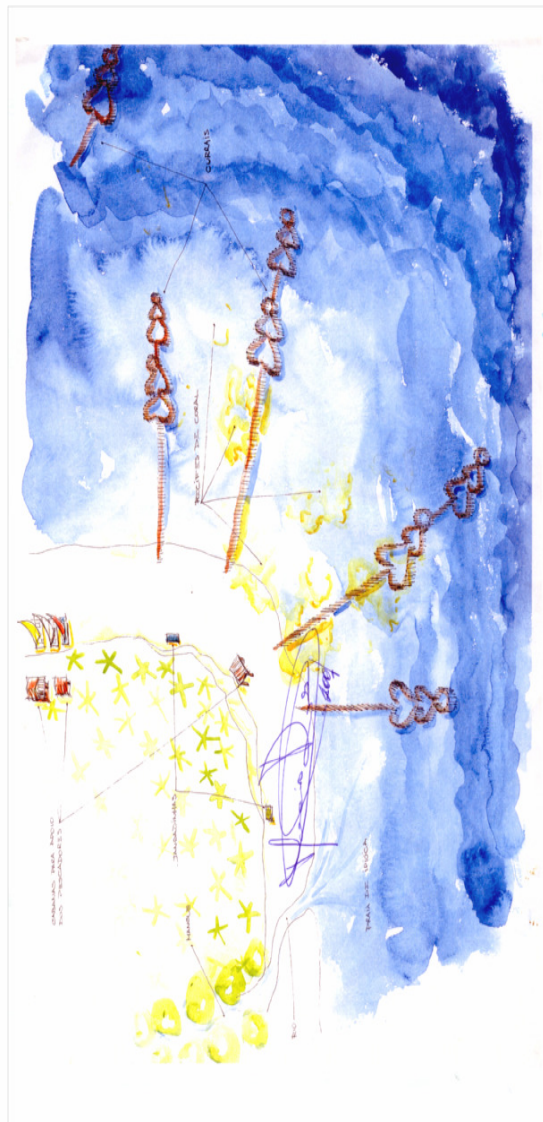
Depois desses capítulos, que nos possibilitam entender os diversos sentidos da pesca, o sexto capítulo nos aponta o problema do desaparecimento dos peixes, que pode apresentar-se relacionado com a pesca predatória ou a sobrepesca; com a negligência dos órgãos governamentais ou a degradação ambiental.

Diante desse problema, buscam-se soluções e assim, no sétimo capítulo, discutem-se as propostas: turismo e pesca sustentável.

O oitavo capítulo considera as propostas para viabilizar a preservação da pesca artesanal, que prevêm a existência de uma Associação, que os órgãos públicos funcionem, além da necessária educação e conscientização dos pescadores e pescadoras.

Para finalizar, as considerações finais onde retomo resumidamente a parte teórica, seguida de uma discussão dos resultados da pesquisa, com algumas articulações possíveis entre a teoria e a pesquisa.

Parte I: Me (des) enredando em teorias



1. De onde falo: Psicologia Social, ação e políticas de desenvolvimento

1.1 A curiosidade me levou e a paixão me prendeu num lugar chamado Ipioca.

A Psicologia Social e o compromisso com a sociedade da qual faz parte foram definidos como o eixo do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), quando foi fundado, em 1994. Em parte, isso levou ao convite para que eu participasse da seleção para professor (a) substituto (a), assim que defendi minha dissertação de mestrado¹, em 1995. Os outros motivos foram relacionados à carência de professores titulados na área, e por eu ter sido professora no curso de Psicologia do CESMAC, faculdade particular, durante dez anos.

Quando reiniciei minhas atividades docentes, em 1996, elaborei a programação da disciplina de Psicologia Social com atividades práticas, movida tanto pela proposta pedagógica do curso, como pela minha própria forma de entender que essa área de conhecimento deve estar voltada para a ação.

A prática da disciplina foi desenvolvida nos postos de saúde de alguns bairros do município de Maceió, onde já havia psicólogos, contratados pela Prefeitura, desenvolvendo um trabalho no posto e na comunidade em que se inseriam. Os psicólogos eram vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e orientados pelo coordenador do Núcleo de Saúde Mental, que havia sido meu aluno na Faculdade particular onde eu lecionara anteriormente, e que propiciou esse vínculo da Universidade com a Secretaria.

Um dos postos localizava-se em Ipioca, onde as atividades eram desenvolvidas por uma psicóloga e uma assistente social. Lá fui convidada a participar de um grupo com as mulheres pescadoras da região. O convite me

¹M. A. T. RIBEIRO (1995) - Mulheres Hipertensas e Revascularizadas: o coping falhou? Relação entre variáveis psicossociais de stress. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

entusiasmou e, apesar do esforço de ir e voltar para a Universidade, o que me faria percorrer 60 km, não hesitei em aceitar. Estava particularmente interessada em participar de trabalhos em comunidade, devido à perspectiva de, no ano seguinte, ministrar a disciplina Psicologia Comunitária.

Durante dois anos, participei das atividades desenvolvidas pela assistente social, junto com algumas alunas do curso de Psicologia: grupos de mulheres, grupos de adolescentes e algumas atividades da equipe do programa Saúde da Família. Desse período resultou o desenvolvimento de três projetos de extensão, a pesquisa de conclusão de curso de uma aluna² e a minha pesquisa de doutorado. O resultado do trabalho desenvolvido com as mulheres foi apresentado no Encontro de Psicologia Comunitária, organizado pela prof.a. Adélia de Oliveira e por mim, na UFAL, em outubro de 1999.

O caminho que leva a Ipioca é um belo passeio, encontra-se no litoral norte de Maceió, de ambos os lados da estrada estadual que liga os estados de Alagoas e Pernambuco, pela beira-mar, caminho entrecortado por praias, coqueiros, manguezais e cajueiros.

Saindo de Maceió em direção a Recife, pelo litoral norte, vamos encontrar seis bairros: Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e o último, Ipioca, onde termina o município, perfazendo um total de 20km lineares (SEPLAN, 2000). Recentemente (jan.1998) esses bairros, foram considerados área urbana, por decreto. Antes, faziam parte da zona rural, um distrito chamado Floriano Peixoto, por ser a região onde nasceu esse marechal, segundo presidente da República do Brasil, para recordar um pouco a história do país.

Algumas pessoas do lugar se referem a Ipioca, chamando-a de distrito, outras de Floriano. Ipioca é um lugarejo; é como morar no interior, dizem os adolescentes, pois embora próxima de Maceió, a menos de 30 km do centro, o modo de vida e a familiaridade entre as pessoas – pois se não são parentes são conhecidos – dão o ar provinciano do lugar.

² D. de O. PERCIANO, (1999) - *Contribuições à prática em Psicologia Social à luz da categoria da consciência: reflexões a partir de um estudo de caso*. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Psicologia UFAL

Esses poucos quilômetros, há 30 anos atrás, eram uma distância considerável. Pela precariedade da estrada e dificuldade de transporte, levava-se um dia inteiro para chegar a Maceió, contam os antigos moradores.

Ipioca divide-se em duas: a parte baixa e a alta, característica geográfica da costa litorânea nordestina, com seus chamados tabuleiros. A parte baixa é a que acompanha a estrada, onde existiam vários sítios, pertencentes às famílias antigas do lugar ou a moradores de Maceió, que possuíam propriedades onde passavam fins de semana, feriados e férias.

Alguns moradores antigos foram trabalhadores rurais desses sítios, nos quais a plantação predominante era de coqueiros e cajueiros. Esse cultivo levou as moradoras, exclusivamente, a desenvolverem o fabrico artesanal do doce de caju, o que até hoje caracteriza a região.

As mulheres envolvidas nesta atividade contam as mudanças acentuadas ocorridas, desde os tempos de suas mães e avós, com quem aprenderam esta arte. Os cuidados, na escolha do caju, na forma de fazer, nos materiais que usavam (de bronze), foram se perdendo em cada geração. Hoje, dizem, está tudo mudado, fazem de qualquer jeito, não tem a qualidade dos doces de outrora. Queixam-se também que as filhas não sabem e nem se interessam em aprender a fazer, porque é um trabalho duro, horas e horas no calor do fogão a lenha e os jovens não querem esse trabalho.

A produção atualmente diminuiu muito, segundo algumas doceiras, pela escassez do produto e outras dizem que também o consumo diminuiu, "pois hoje as pessoas não comem mais açúcar como antes".

Para manter a pequena produção compram caju, que vem de outros lugares. Antes, dizem, "nem precisava comprar, era buscar nos sítios, pois os donos não se importavam de tanto que dava".

Hoje muitos cajueiros foram derrubados, os sítios foram vendidos, alguns foram loteados, outros se transformaram em clubes de associações, como o do Banco do Brasil, o dos plantadores de cana, etc., dois hotéis, e poucos permanecem com seus antigos donos.

A cada dia proliferam mais os loteamentos, nos quais são construídas casas de veraneio. É essa também a predominância das casas à beira-mar, cujos proprietários moram em Maceió e vão a Ipioca nos finais de semana e nas férias, principalmente nas de verão.

Os naturais de Ipioca, como eles costumam se denominar, moram no alto, que é também como eles se referem à parte povoada do tabuleiro, onde há uma praça, duas escolas, uma estadual e outra municipal, a Igreja católica, o clube social, o posto de saúde, o cemitério e casas, além de uma linda vista do mar.

O povoado desenvolveu-se ao redor da Igreja e partindo dela, há uma rua de cada lado e outra no centro da praça, constituindo a parte onde existe uma maior concentração de casas. Os moradores antigos também moram na parte baixa, de um lado e de outro da "pista", como eles se referem à rodovia estadual que passa, atravessando o bairro.

Ao tentar buscar um pouco de sua história, começando pelo seu nome Ipioca, que nada tem a ver com o da cachaça tão conhecida no sul do país, encontrei que, inicialmente, o lugar se chamava Pioca, nome dado ao riacho Pioquinha, "cujo nome é um hibridismo de ipi-o-k – terra que tapa – ou tapagem de terra – em alusão ao monte próximo" (SILVA, 2000 – 1922).

E, mantendo-nos um pouco mais nesse clima histórico, para entender que lugar é esse, chamado Ipioca, os historiadores contam que os núcleos de povoamento, ao longo da costa que liga Alagoas a Pernambuco, iniciaram-se praticamente com a colonização, que no nordeste está vinculada à construção dos engenhos de açúcar, como afirma Diegues Jr (1980): "a história do engenho de açúcar nas Alagoas, quase se confunde com a própria história do hoje Estado, antiga capitania e província" (1980: 23).

Ao consultar os livros que contam a história de Alagoas ou de sua capital, Maceió, consegui localizar o surgimento da freguesia de Pioca, em 1713, busca que se configurou num ir e vir entre o Instituto Histórico e o Arquivo Público e num delicado folhear de livros mal-conservados, com algumas partes já deterioradas e sob as queixas da má conservação e do desinteresse do Estado, feitas pelo responsável do acervo do Arquivo Público de Alagoas.

E, acrescentando um pouco mais de história, dominada pela curiosidade, fui entender do que se tratava a freguesia e encontrei que "os cálculos populacionais se baseavam na freguesia, que era base de referência da vida colonial, contando-se 'almas' e não pessoas" (DIEGUES JR, 1980). Freguesia é então definida como povoação, sob o aspecto eclesiástico, o conjunto dos paroquianos.

Curioso, também, em relação a esse tema, é que as terras pertenciam à Ordem de Cristo, ou seja, à Igreja, e não à Coroa portuguesa, o que impediu maior elasticidade à formação dos núcleos administrativos do território, pelo fato de que as vilas somente podiam ter vida administrativa depois de emancipar a terra, ou seja, comprá-la a seu dono, isto é, à Igreja. Até hoje encontramos, em Alagoas, terras com essas características, que costumam chamar de terra da santa (opus cit, 1980: 26).

Outro aspecto interessante dessa questão religiosa com relação à terra, que era típica dos portugueses, o mesmo não aconteceu durante a invasão dos holandeses, pois os povoados no nordeste proliferaram com mais rapidez, não estabeleciam nenhum vínculo com a Igreja, provavelmente porque não eram católicos.

As poucas referências ao lugar talvez se devam ao fato de Ipioca não se ter constituído num município. E apesar de ter sido decretada uma lei, em 1880, elevando a povoação de Ipioca a vila, essa lei foi revogada dois anos depois.

A referência ao nascimento, nesta região, do Marechal Floriano Peixoto, que na história não tem o status do colega e também alagoano, Marechal Deodoro da Fonseca, até hoje não tem beneficiado o lugar, inclusive em termos de ponto turístico, como se verifica na cidade onde nasceu o segundo.

Os povoados, em Alagoas, como citado acima, foram criados vinculados aos engenhos de açúcar e as grandes cidades estão vinculadas à produção do mesmo.

O algodão foi outra atividade agrícola que beneficiou Ipioca, por cerca de 30 anos, no começo do século XX e talvez possa ser chamada de época de ouro do lugar, pois é referência constante na fala de antigos moradores. A vida

econômica e social girava em torno da fábrica de tecidos de Saúde, localizada à margem do rio do mesmo nome, a poucos quilômetros do povoado. Seu fechamento, em 1983, gerou alto nível de desemprego para os moradores de Ipioca, que não tinham outra opção de trabalho na região. Um antigo pescador relata o aumento das dificuldades daquela época e enfatiza uma simultaneidade entre o fechamento da fábrica e o desaparecimento dos peixes.

As dificuldades em Ipioca não diminuíram, ao contrário, "a crise está por toda parte, até nos peixes" queixa-se uma pescadora. E foi movida pelo contato estabelecido com esse lugar, que empreendi a realização desta tese.

1.2 Que Psicologia Social é essa?

A formulação desta pergunta pode levar à suposição de que exista mais de uma psicologia social. Entretanto, o que ocorre é que, sob o nome da disciplina, há uma variedade de referenciais teóricos e metodológicos, apoiados em diferentes bases epistemológicas.

A iniciativa de contextualizar o lugar de onde se escreve, para dar partida a esta empreitada, não se justifica apenas por existirem muitos lugares de onde se possa partir, mas principalmente pela relevância que esse critério tem na perspectiva construcionista, que delineia e sinaliza o caminho teórico e metodológico seguido nesta tese, para a elaboração da pesquisa e do seu relato. Além do mais, posicionar-se demarca também uma postura ética e política.

A diversidade existente na psicologia social, como ocorre em outras áreas da Psicologia, tem sua história, embora não seja tão longa (FARR, 1999). O que será mencionado aqui, de forma bem ampla, para situar de que lugar se fala, são dois movimentos marcantes ocorridos dentro da disciplina, provocados por críticas ao modelo de ciência adotado pela Psicologia.

A idéia de movimento favorece a compreensão de que não há uma mudança ou transformação, pois os modelos nomeados como tradicionais

permanecem em uso. Apesar das críticas que são direcionadas a eles, ainda estão presentes na Psicologia Social contemporânea.

O primeiro movimento refere-se ao deslocamento do *setting* de pesquisa, do laboratório para o ambiente natural, onde as coisas acontecem, motivo pelo qual foi denominado, inicialmente, de *ecológico*³; e o segundo movimento, provocado pela insatisfação nas práticas da disciplina e na perspectiva individualista de suas teorias e métodos, ficou conhecido como a crise da Psicologia Social.

As críticas do movimento ecológico ao modelo tradicional de pesquisa, em Psicologia, foram direcionadas ao fato de suas investigações serem realizadas em laboratório, o que impossibilitava observar os efeitos de determinados fatores ambientais no comportamento. Essas críticas se justificavam pela impossibilidade de se reproduzirem as condições existentes no meio natural, considerando-se a frequência e duração dos eventos, além de sua intensidade e complexidade (WICKER, 1979).

Quanto ao modelo de ciência, a perspectiva ecológica abandona o da Física e busca os parâmetros da Biologia e, mais especificamente, da Ecologia, cuja principal orientação parte da teoria da evolução de Darwin. Observa também a interdependência das plantas e dos animais, que vivem no mesmo ambiente, o que mostra a correspondência entre características ambientais e os tipos de formas de vida (WICKER, 1979).

As conseqüências desse movimento favorecem um maior interesse pela linguagem. Entretanto, os estudos que realizam consideram a linguagem como resultado de processos mentais e, dessa forma, acentuam a perspectiva individualista e a importância do meio social é relegada. A linguagem é definida, nessa perspectiva, como "uma abstração mental, o conhecimento de regras de síntese; não é explicitamente uma prática social e nem linguagem em uso" (EDWARDS & POTTER, 1992:14).

³ Kurt Lewin foi quem utilizou o termo "psicologia ecológica", em 1944, argumentando que o primeiro passo para compreender o comportamento dos indivíduos ou grupo é examinar as oportunidades e restrições do seu meio (Torvisco, J.M., 1998)

O uso do modelo da física tinha como objetivo configurar a Psicologia como ciência e caracterizar sua prática com validação de experimentos. No entanto, o uso de um outro modelo, que a enquadre como uma ciência biológica, não resolve a crítica direcionada à prática anteriormente exercida nos laboratórios, pois continua a não levar em conta o aspecto social, e passa a procurar a explicação dos fenômenos sociais dentro da mente das pessoas.

O segundo movimento, identificado como crise da Psicologia Social, ocorre a partir dos anos sessenta, em consequência do resultado do movimento anterior. Constitui-se a partir das críticas à perda da perspectiva cultural e social na compreensão dos fenômenos psicológicos, bem como à despolitização da disciplina (SPINK & FREZZA, 1999).

Todos esses movimentos buscam uma nova forma de compreender os fenômenos humanos e a produção de conhecimento. E é importante levar em conta que esses movimentos de insatisfação com o conhecimento produzido não se dão apenas na Psicologia, mas também nas outras ciências humanas.

Apenas alguns, que tiveram repercussão na perspectiva construcionista em que se situa essa tese, serão mencionados, como o que ocorreu na Filosofia da Ciência e foi denominado *virada lingüística* (RORTY, 1990), configurando-se "como uma reação ao representacionismo, na Sociologia do Conhecimento Científico, com a desconstrução da retórica da verdade e, na Política, com a busca de *empowerment* de grupos socialmente marginalizados" (SPINK & FREZZA, 1999: 23).

A virada lingüística, termo utilizado por Rorty, na década de sessenta, introduziu um debate na filosofia da ciência, questionando o uso da linguagem formal e a desconsideração da linguagem cotidiana, pela ciência, para a descrição dos processos sociais, "o que seria equivalente a dizer que a linguagem cotidiana não os descreve bem" (ÍÑIGUEZ, 2002: 159).

O próprio Rorty avalia, trinta anos depois, que a contribuição da virada lingüística foi "substituir a referência da experiência, como meio de representação, pela referencia à linguagem, como tal meio – mudança que, na medida em que ocorreu, tornou mais fácil prescindir da noção de representação" (RORTY, 1990: 164).

Entre as várias conseqüências desse movimento, para as ciências sociais, apontadas por Íñiguez (2002), é importante destacar a equiparação do conhecimento cotidiano e popular ao científico, o que possibilita entender que "as pessoas oferecem explicações sobre o que lhes acontece e sobre os processos sociais" (opus cit, 2002: 159), que não são diferentes e nem menos importantes do que as que os cientistas sociais oferecem.

A questão sobre a linguagem formal e cotidiana, colocada por Rorty e outros filósofos da ciência, abre espaço para o estudo, nas ciências sociais, da linguagem cotidiana, ou seja, da linguagem em uso.

Outro aspecto importante abordado por Íñiguez (2002) é entender as práticas dos cientistas como práticas sociais, desenvolvidas pelas pessoas, no cotidiano. É esse um dos aspectos principais focalizados pelos estudos da Sociologia do Conhecimento Científico (LATOUR & WOOLGAR, 1979).

Íñiguez (2002) acrescenta a esses movimentos, antecessores do construcionismo social, o que ocorreu na Sociologia com os estudos da etnometodologia, iniciados por Garfinkel⁴. Tudo começa com uma insatisfação, quanto aos modelos teóricos da disciplina, que impossibilitavam uma compreensão das relações sociais, num nível mais próximo do indivíduo. A etnometodologia não é uma metodologia específica da etnologia, é uma concepção teórica dos fenômenos sociais. O objetivo da etnometodologia é "a busca empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e, ao mesmo tempo, construir suas ações cotidianas: comunicar, tomar decisões, raciocinar" (COULON, 1995: 17). Reabilita o conhecimento do senso comum, através da compreensão (*Verstehen*), opondo-se à sociologia clássica (GIDDENS, 1997).

Outro movimento contemporâneo ao que acaba de ser descrito, e que poderia ser considerado equivalente, porém em direção oposta, ocorre na Psicologia Social, com a noção das representações sociais. Iniciado por Moscovici⁵, e movido pela insatisfação com o extremo individualismo dos modelos teóricos da disciplina, esse movimento busca recuperar o social na compreensão

⁴ *Studies in Ethnomethodology*, publicado em 1967.

⁵ *La Psychanalyse: son image et son public*, publicado em 1961.

dos fenômenos psicossociais. Apesar da noção formulada por Moscovici ter aspectos construcionistas, ela se distancia do construcionismo no deslocamento da noção para uma teoria, e acaba aproximando-se daquilo que queria evitar, ou seja, as correntes cognitivistas. Uma compreensão das críticas e limites dessa abordagem é delineada por Spink (1996), o que não será aqui discutido, por não se constituir num parâmetro para esta tese.

A Psicologia Social, numa perspectiva construcionista, emerge desses movimentos de insatisfação e de busca de novos referenciais.

1.2.1 De qual perspectiva construcionista falo?

Apesar do construcionismo não ser configurado como uma epistemologia, por questionar precisamente os fundamentos lógicos em que esta se embasa (ÍÑIGUEZ, 2000), ou seja, verdade, realidade, objeto (IBAÑEZ, 1994), ele constitui um referencial que procura entender o mundo como socialmente construído, o que repercute também na sua forma de produzir conhecimento. Embora concorde com a posição defendida por Latour (1999), que não vê mais necessidade de discutir o construcionismo por ele se encontrar implícito na construção da pesquisa e na produção de conhecimento, e não explicitado numa defesa teórica desse referencial, devo declarar que parto de um posicionamento construcionista.

Ainda assim, é importante considerar que o construcionismo não é homogêneo, existe uma diversidade de posicionamentos sob o título de construcionismo social (DANZINGER, 1997), como também não é um fenômeno exclusivo da Psicologia. Segundo Ibañez (2001), há um expressivo desenvolvimento desta perspectiva nas ciências sociais e inclusive em setores das chamadas ciências naturais.

Diante dessas considerações, vale salientar de que construcionismo se está falando e, principalmente, ressaltar seus aspectos relevantes para esta tese.

A primeira característica a ser levada em conta, como princípio construcionista, é considerar qualquer conhecimento como socialmente construído. Esse aspecto é claramente delineado por Gergen (1985), um dos psicólogos sociais precursores dessa perspectiva. As implicações de tal afirmação estão relacionadas com a oposição às escolas empiristas e racionalistas, o que quer dizer que o conhecimento não é produzido pela busca de algo pré-existente, que esteja pronto para ser descoberto, nem é produzido dentro da mente das pessoas, ou seja, a ênfase é que o conhecimento se dá no processo de interação social.

As pressuposições presentes no nível meta-teórico, delineadas por Gergen (1985) e consideradas importantes para esta tese, são comentadas a seguir: "aquilo que consideramos como sendo experiência do mundo, não determina por si só os termos em que o mundo é compreendido" (opus cit, 1985: 266).

Essa afirmação põe em evidência a oposição às concepções positivistas-empiristas, nas quais o conhecimento está relacionado diretamente com a percepção da realidade, e posiciona-se questionando as bases objetivas do conhecimento convencional ao considerar que:

os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Do ponto de vista construcionista o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação (opus cit, 1985: 267).

O que a perspectiva construcionista pretende criticar, com essas proposições, é a concepção de um conhecimento cristalizado e permanente e considera que "as teorias e explicações psicológicas ou sociológicas também são produtos de um tempo e de uma cultura determinada e não podem jamais ser vistas como descrições definitivas da natureza humana" (ÍÑIGUEZ, 2002). Ao falar em artefatos sociais e situá-los nas relações sociais, como resultado da cooperação entre as pessoas, opõe-se à universalização e também à:

visão representacionista do conhecimento, à qual tem como pressuposto a concepção de mente como espelho da natureza (RORTY, 1979/1994); e por outro lado, adotar a concepção de que o conhecimento não é uma coisa que as pessoas possuem em sua cabeça, e sim algo que constroem juntas (SPINK & FREZZA, 1999) .

O que conduz à proposição seguinte, que possibilita entender que tanto a permanência como a desfamiliarização de noções estabelecidas, requerem um esforço, posto que:

o grau com que uma dada forma de entendimento prevalece ou se sustenta através do tempo não depende fundamentalmente da validade empírica da perspectiva em questão, mas das vicissitudes dos processos sociais (p. ex., comunicação, negociação, conflito, retórica),(GERGEN, 1985: 268).

Nesse postulado, é questionado o conceito de verdade, considerado como resultado dos processos sociais. Por exemplo, uma determinada descrição de pessoas pode manter-se independente das mudanças de suas condutas, pois não há uma verdade absoluta, na medida em que ela é estabelecida socialmente, "a partir de convenções pautadas por critérios de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade, enfim, de adequação às finalidades que designamos coletivamente como relevantes" (SPINK & FREZZA, 1999: 29 - 30). Mesmo os critérios de verdade estabelecidos cientificamente são analisados como produtos de negociação (LATOUR & WOOLGAR, 1979, KNORR-CETINA, 1981). Entretanto, como bem ponderam Spink & Frezza (1999), o que a perspectiva construcionista propõe não é relegar, mas questionar as verdades absolutas e remetê-las à esfera da ética e, acrescentaríamos, também à esfera da política. E é nessas mesmas esferas que devem ser questionados os conhecimentos produzidos, levando-se em conta a proposição seguinte:

as formas de compreensão negociada são de importância crítica na vida social, pois estão integralmente conectadas com outras atividades das quais participam as pessoas. As

descrições e explicações sobre o mundo constituem, elas próprias, formas de ação social (GERGEN, 1985: 268).

O que Gergen discute são as consequências sociais de certas compreensões, levando-se em conta que, ao privilegiar uma determinada maneira de entender a realidade, algumas ações são apoiadas e outras impedidas, além de se estar favorecendo certos tipos de relações e impossibilitando outros. O construcionismo propõe, nesse sentido, o questionamento de para quem e para que determinado saber é produzido, quando focaliza a produção de conhecimento científico – e é nessa problematização que se insere a questão ética e política.

Outro ponto importante é a intrínseca relação entre conhecimento e ação, pois tanto as ações humanas geram a necessidade de descrição e explicação, como estas geram ações. A linguagem é o foco no qual se apóia a Psicologia Social, pautada por uma perspectiva construcionista, para entender a dinâmica desse processo, bem como os pressupostos referidos anteriormente. O conhecimento se produz através da linguagem em uso, que é entendida como uma forma de ação, pois ao descrever e explicar o mundo, constrói-se o mundo.

A Psicologia Social construcionista, em que se apóia esta tese, é aquela que está comprometida com a produção de conhecimento considerada como ação.

1.2.2 Psicologia Social e ação numa perspectiva construcionista

A Psicologia Social que se propõe voltar-se para a ação e ter um compromisso com a sociedade traz, do movimento referido anteriormente, que resultou na propalada crise da disciplina; a insatisfação com os modelos teóricos e com o fato de estar a serviço dos dominadores.

A pesquisa-ação e a pesquisa participativa resultaram desse movimento e estavam sustentados pela teoria marxista. Partiam do princípio de que os

problemas sociais eram resultado das condições impostas pela exploração capitalista, que impediam a transformação da situação, devido às relações de opressão presentes na sociedade. A maneira de atuação proposta eram as pesquisas participativas, voltadas para a ação, por meio das quais o(a) pesquisador(a) promoveria a conscientização dos oprimidos, de uma realidade da qual eles não se dão conta. A partir dessa mobilização coletiva, acreditava-se que era possível transformar as condições sociais (MONTENEGRO & PUJOL, 2001).

As bases epistemológicas que sustentavam essa prática estavam fundamentadas em princípios que se opunham ao modelo positivista, principalmente ao atribuir às teorias e práticas acadêmicas um papel de relevância para a resolução dos problemas sociais e ao defender um compromisso do(a) pesquisador(a) com relação às pessoas com quem trabalha, refutando a posição de neutralidade do outro modelo e o distanciamento dos problemas sociais.

Entretanto, as pesquisas participativas ainda se apóiam numa "postura representacionista do conhecimento, ao considerarem que há uma realidade que necessita ser revelada e que a ação de problematização e revelamento da realidade é que proporcionará as bases para as ações de transformação social" (opus cit, 2001:5).

As críticas a esse modelo são feitas a partir de uma perspectiva construcionista, que aponta para a inadequada valorização do conhecimento científico como a forma privilegiada de conhecimento, em detrimento do conhecimento do senso comum. Essa crítica está fundamentada pela maneira de entender o conhecimento nessa perspectiva, como referido anteriormente, onde conhecimento e realidade estão intrinsecamente relacionados, e a única via de acesso é por meio dos discursos e práticas sociais que os delimitam, ou seja, não há uma realidade externa que possa ser revelada e nem um conhecimento que não seja histórica e socialmente construído.

Outra crítica importante ao conhecimento científico é a produção de determinados saberes, que têm propiciado formas de intervenção caracterizadas como de controle e dominação das vidas das pessoas, em determinados

momentos e contextos específicos (ROSE⁶, 1996, apud MONTENEGRO & PUJOL, 2001:7).

Apesar das críticas importantes realizadas pela perspectiva construcionista, esta também tem sido questionada com relação a propostas alternativas, a partir de seus posicionamentos, pois faltam neles a maneira de entender quais são os princípios que fundamentam a ação (STANTON y STANTON ⁷, 1999, apud MONTENEGRO & PUJOL, 2001:7).

O posicionamento de diversos pesquisadores e pesquisadoras (MONTENEGRO & PUJOL, 2001, SPINK, P, 2001, IBAÑEZ, 2001, SPINK, M. J. P., 2002), sobre a maneira como entendem a ação, a partir de uma perspectiva construcionista, pode ser considerado como um movimento de respostas a esses questionamentos. Esses diversos autores serviram de base para o meu posicionamento.

Pensar a Psicologia Social voltada para a ação, numa perspectiva construcionista, só é possível se a compreendemos como uma ação conjunta. Essa concepção é descrita por Shotter (1993), que a define como a atividade que se desenvolve numa zona de *incerteza*, de *impredizibilidade*⁸, que "está aberta a especificações ou à determinação por quem intervém nela, o que constitui sua característica fundamental" (1993: 39). A noção de ação conjunta, assim delineada, oferece a possibilidade de ver como se operam os processos de construção social.

Os pressupostos cartesianos entendem a ação como super-racionalizada, assinala Ibañez (2001a), ou seja, não consideram as condições de incerteza em que ela é desenvolvida e nem as de obscuridade que envolvem a sua realização, aspectos salientados por Shotter (1993), como mencionado anteriormente.

⁶ N. Rose (1996) - *Inventing our selves: Psychology, power and personhood*. N.York: Cambridge University Press.

⁷ W. Stainton & R. Stainton (1999) - That's all very well, but what use is it? In: D. Nightngale y J. Cromby *Social constructionist psychology. A critical analysis of theory and practice*. Buckingham: Open University Press.

⁸ "Joint action produces *unintended* and *unpredictable* outcomes" (Shotter, 1993). Unpredictable - uncertain, cannot be predicted. The Newbury House Dictionary.

Os aspectos que configuram a incerteza da ação são discutidos por Ibañez (2001a), que diz que além de não dispormos de toda a informação da situação e nem dos recursos para consegui-la, a *temporalidade* da ação, o seu *caráter formativo* e a sua *impredizibilidade* e *falibilidade* são outros aspectos importantes a serem considerados.

A temporalidade da ação refere-se a seu aspecto processual, isto é, os seus resultados não estão presentes desde o início, são apenas possibilidades, que vão se configurando com o decorrer do tempo. Por isso, diz Ibañez (2001a): "a ação deve desenvolver-se em um contexto infradeterminado e nossos planos devem ser alimentados em tempo real, de acordo com o desenrolar da ação" (2001a: 204).

O caráter formativo também ressalta que a ação realiza-se num processo, que se caracteriza por um constante devir e apenas durante a realização da ação é que se apresentam as condições de sua continuação, o que impossibilita antecipá-la (IBAÑEZ, 2001a).

As conseqüências da ação evidenciam a sua *impredizibilidade* e *falibilidade*, pois, apesar da formulação de planos para a sua realização, há efeitos que não podem ser antecipados e que muitas vezes ocorrem tempos depois de a ação ter sido concluída. A proposta de Ibañez (2001a) para lidar com essas características da ação e para que ela não resulte prejudicada pelos erros e se possa até mesmo tirar proveito deles, consiste em: "evitar a rigidez das aplicações algorítmicas e de um planejamento meticuloso. Flexibilidade, graus de liberdade, imprecisão dos planos de ação constituem a melhor forma de enfrentar a incerteza, quando esta é irredutível" (2001a: 205).

A perspectiva construcionista leva em conta a incerteza da ação; só assim é possível realizar projetos de pesquisa e intervenção que tenham uma postura ética e política com relação às pessoas envolvidas nessa ação. Enquanto isso, uma perspectiva cartesiana se arma de uma série de pressupostos e planejamentos que impedem a realização de uma ação conjunta e, assim, o cientista se reveste do poder de seus artefatos.

Isto não quer dizer que mesmo numa perspectiva construcionista não se estabeleçam relações de poder entre pesquisador(a) e pesquisado(as), pois estas

são, em muitas pesquisas, relações assimétricas. A reflexão sobre esta questão se deu a partir da discussão realizada por Félix Vazquez (2002) sobre o pensamento libertário, no qual poder é visto como positivo e o importante não é a existência ou não do poder, mas como se estabelecem as relações de poder, como se estabelecem as resistências. O problema é a perda da autonomia.

O aspecto positivo do poder também é considerado por Spink (2002), quando discute a ação numa perspectiva construcionista e apóia essa forma de entender o poder em Foucault⁹ (1979), que "abandona a visão tradicional de poder essencialmente repressivo – de proibição, censura, repressão e coação – para trabalhá-lo em sua positividade: poder que produz coisas" (2002: 7). O que passa a ser focalizado, nesse sentido, são as técnicas e estratégias de funcionamento local. O poder passa a ser definido como: "ação sobre a ação de outros" (2002: 7).

Outro ponto destacado por Spink (2002), resultado do foco nas relações de poder, é a resistência que emerge dessas relações, designadas como relações entre parceiros, o que também está apoiado em Foucault¹⁰ (1982), que entende que "o poder só pode ser exercido entre sujeitos livres e apenas enquanto são livres; já, a escravidão, pelo constrangimento físico aí implicado, não pode caracterizar uma relação de poder" (2002:7). Assim entendidas as relações de poder, abre-se a possibilidade de serem contestadas, e é sob esse aspecto aberto e não localizado da posição de Foucault que Spink (2002) julga ser adequado pensar a postura construcionista da pesquisa intervenção.

A ação que, a meu ver, deve ser desenvolvida por uma Psicologia Social que se volta para as questões sociais, não pode ser outra senão a de uma ação conjunta, propiciada pelo espaços conversacionais, que são, segundo Shotter (1997):

espaços de fundo não observados que aparecem entre nós – entre você e eu – em todos os nossos tratos um com o outro, são como uma 'terceira agência de vida' que não nos pede

⁹ M. Foucault (1979) – Genealogia e Poder. In: R. Machado (Ed.), *Michel Foucault: Microfísica do Poder* (pp. 167-177). Rio de Janeiro: Graal.

¹⁰ M. Foucault (1982) Subject and Power. In: H. Dreyfuss & P. Rabinow (Eds). *Beyond Structuralism and Hermeneutics* (pp. 221-2). Brighton: The Harvester Press.

simplesmente uma resposta, mas parece nos confrontar com certas exigências (1997:350).

A ação nesse "espaço", explica Shotter (1997) é a que propicia uma forma participativa em diversas práticas, que permitem sustentar formas compartilhadas de vida, o que está de acordo com a posição de que não há uma realidade a ser revelada, e de que é só possível realizar algo numa realidade que se constrói em conjunto.

Entretanto, é importante ressaltar a crítica que faz P. Spink (2001) com relação ao termo "participação", quando delineia o seu posicionamento sobre a ação na perspectiva construcionista, situando-a no contexto das políticas públicas. A sua proposta, que denomina de construcionismo prático, envolve principalmente o compartilhamento de poder, que se desdobra em vários significados, entre eles: trabalhar com diferentes conhecimentos, construir o diálogo entre diálogos, buscar maneiras em que a multideterminação possa ocorrer efetiva e coletivamente.

Tudo isso é possível, segundo P. Spink, se levarmos a sério quando se diz que a linguagem é uma ação coletiva, e nenhuma destas ações pode ser reduzida à participação. E ele alerta para o engodo desse tipo de proposta, pois: "a participação usualmente carrega com a polissemia de sua aparente abertura, uma clara alusão a uma distribuição a priori entre os que 'têm' e os que 'não têm'" (2001: 10).

As variadas formas de entender o termo participação e a crítica a elas também foram discutidas por Ibáñez & Íñiguez (1996), que identificam a participação como uma modalidade de tomada de decisão; como característica dos processos democráticos-representacionistas; como uma das dimensões de liderança e, mais freqüentemente, como a mera transmissão de informação a coletivos ou grupos, em temas que supostamente os afetam. Consideram que muitas vezes o (a) psicólogo (a) direciona-se para a prática como uma espécie de *déspota ilustrado* legitimado pelo interesse de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Propõem outras formas de entender participação, mais pluralistas, que se caracterizariam como "ações coletivas em relação às práticas cotidianas, em cada contexto espacial e histórico determinado" (1996: 71).

A proposta de Montenegro e Pujol (2001) para fundamentar a ação prefere utilizar o termo articulação, ao invés de participação, ao focalizar a maneira de realizar uma intervenção diante das críticas da falta de fundamentos para a ação da perspectiva construcionista. Propõe uma ação política e formas de intervenção, que sejam resultado de articulações entre diferentes posições de sujeito, incluindo aqueles(as) que são definidos como interventores, as pessoas afetadas, grupos, associações e organizações, para que se possam negociar construções do que pode ser visto como problemático. Neste sentido, a definição de um problema social, que precisa ser mudado ocorre a partir de conexões parciais, que são estabelecidas num determinado lugar, o que leva a ação a ser entendida como um assunto político. Seus posicionamentos estão fundados na teoria política delineada por Laclau e Mouffe¹¹ (1985), que definem articulações, como:

espaços sociais e políticos que se constroem como antagônicos a outros espaços sociais (isto é, enfrentam-se quanto a valores éticos e políticos em diferentes discursos e práticas sociais estabelecidas) e adquirem seu significado em contextos e relações específicas" (2001: 8)

Na perspectiva de Montenegro e Pujol (2001) são as articulações que caracterizam a ação, e são fundamentadas pela perspectiva de onde se olha, ou seja, as possibilidades dessa ação dependem das posições dos sujeitos envolvidos nela, que podem levar à reprodução ou à transformação das formas de entender os fenômenos sociais. Esta última noção está pautada no conceito de conhecimento situado de Haraway (1991), que envolve também um posicionamento político.

A ação coletiva é o ponto comum das propostas aqui discutidas e levando isso em conta, para finalizar essa discussão, retomo a proposta das ações participativas de promover a conscientização das pessoas, de uma realidade que

¹¹ E. Laclau & C. Mouffe (1985) – *Hegemonia y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI editores.

não percebem, para ressignificá-la a partir de uma ação coletiva, numa perspectiva construcionista.

Assim, a consciência da realidade não é algo que se dê a alguém, nem uma propriedade das pessoas, mas algo que se constrói juntos, por meio de uma ação conjunta, de acordo com o postulado por Shotter (1993) que, ao discutir a etimologia do termo *consciência* e ao focalizar o prefixo *con-*, menciona o uso do termo na Lei Romana:

Duas ou mais pessoas que agem conjuntamente – tendo formado uma intenção comum, organizado um plano, e combinado suas ações – são como resultado *conscientes*. Elas agem sabendo uma o plano da outra: elas agem com um saber conjunto (SHOTTER, 1993: 16).

1.3 Psicologia e desenvolvimento social

O uso do termo desenvolvimento, em Psicologia, é na maioria das vezes referente ao aspecto cognitivo individual, que se constitui como uma sub-disciplina. Do ponto de vista social, não há uma configuração de estudos sociais que possam ser classificados como uma sub-disciplina voltada para o desenvolvimento social. Entretanto, são os conhecimentos da primeira, que têm dado os subsídios para a segunda, como mostram os estudos realizados por Juliana Flórez (2001), em seu trabalho de investigação, ao identificar numa série de teorias e intervenções psicológicas direcionadas à pobreza, uma *psicologia para o desenvolvimento*.

Ao relatar as diferentes noções de desenvolvimento ao longo da história, Flórez (2001) resume que:

a partir do conceito moderno de *progresso*, a noção de *desenvolvimento* constitui-se como um modelo de mudança linear, deliberada e ascendente. Um estado desejável pelo

qual todo ser humano deveria lutar, e ao qual deveria ser promovido pela instancias poderosas da nova ordem social. Adquiriu assim importância nas esferas econômica, política e social. (FLÓREZ, 2001: 64).

Além disso, focaliza na sociedade industrial européia do início do século XIX, a primeira vez em que o conceito moderno de *progreso* vincula o desenvolvimento à pobreza e esta passa a ser um problema, enquanto o *desenvolvimento* passa a ser concebido como um processo de bem estar que acompanha o progresso da industrialização.

Outro momento marcante para consolidar essa vinculação, Flórez o situa nas mudanças ocorridas depois da II Guerra Mundial, após o presidente Truman dos Estados Unidos apresentar *desenvolvimento* como o emblema de sua política, o que, a partir de então, "passou a significar escapar de uma condição indigna, chamada de subdesenvolvimento" (ESTEVA¹², 1992, apud FLÓREZ, 2001: 65).

Essas mudanças levaram a um novo campo de conhecimento voltado para o desenvolvimento econômico que influenciou, nas outras ciências sociais, a produção de teorias que conduzissem à modernização. As universidades incluíram novas disciplinas ou deram ênfase às já existentes, com temas relacionados ao desenvolvimento (COOPER & PACKARD¹³, 1997 apud FLÓREZ, 2001:85).

É nesse contexto que as teorias e intervenções psicológicas orientam-se nos espaços acadêmicos em termos de duas tendências, direcionadas para o desenvolvimento, como delineia Flórez:

A primeira tendência identifica o problema em termos de subdesenvolvimento, o que marca desde o início sua proposta nesse modelo de mudança. A partir desta tendência propõe-se a estudar os fatores psicológicos associados ao subdesenvolvimento (crenças e atitudes tradicionais/modernas, valores e anti-valores do

¹² G. Esteva (1992) – Desarrollo. In: W.Schach (ed) *Diccionario Del desarrollo*. USA: Zed Books (1996). 52-78.

¹³ F. Cooper & R. Packard (1997) Introduction. In: F. Cooper & R. Packard (eds) *International Development and the Social Sciences, Essays on the History and Politics of Knowledge*. USA: University of California Press. 1-41.

desenvolvimento, motivações dependentes/independentes, etc.) e formular intervenções sobre esses fatores psicológicos (2001:87).

Essas teorias e intervenções têm como objetivo promover o desenvolvimento, a partir da definição do seu oposto, o subdesenvolvimento, e seguem, na sua maioria, um modelo funcionalista de mudança e uma epistemologia positivista. A primeira tendência foi denominada *posição complementar da mudança sócio-econômica*, enquanto a segunda tendência, apontada por Flórez (2001), apóia-se no marxismo e foi denominada *posição comprometida com a mudança*, pois define:

o problema em termos de estrutura caracterizada pela distribuição desigual de riqueza e poder. Em geral, propõe-se a estudar os mecanismos psicológicos associados a estas desigualdades estruturais (lôcus de controle externo, desesperança aprendida, alienação, ideologia da dependência). (...) A tarefa do psicólogo seria facilitar que as pessoas tomem consciência de sua situação de opressão e se mobilizem (participem) para alcançar o desenvolvimento (2001: 87).

Nesta segunda posição, são identificados os trabalhos realizados pela escola econômica da dependência (Cardoso e Faletto), pela Teologia da Libertação (Martín Baró), a Educação Popular (Paulo Freire) e a Investigação Ação Participativa (Orlando Fals Borda). O que é considerado por Flórez com relação a essas propostas é que, apesar de terem sido críticas do paradigma do desenvolvimento, como também de não terem identificado a pobreza com o subdesenvolvimento, ainda a consideraram como um problema a ser solucionado por meio do desenvolvimento. Desta forma, as duas posições não diferem quanto ao fim último das intervenções, ou seja, ambas visam alcançar o desenvolvimento.

Além disso, acrescentaria a essa crítica, que as ações desenvolvidas pelas duas posições estão direcionadas para promover mudanças nas pessoas, intervindo nos aspectos psicológicos e, portanto, focalizam o problema na mente

individual de cada um. A possibilidade de resolver o problema é individualizada e a responsabilidade de mudança, ou não, também.

Outro aspecto problemático, também apontado por Flórez, como implícito a essas posições, é a lógica da verdade última, na qual a voz da ciência ou do cientista social é aquela que pode descrever com certeza os processos de mudança, seus problemas e soluções, o que se insere no debate entre o conhecimento científico versus o conhecimento do senso comum.

A função da Psicologia no *campo do desenvolvimento*, salienta Flórez, tem sido medir, adequar, ordenar e classificar as maneiras de ser, pensar e sentir mais próximas ao desenvolvimento e as tem diferenciado das que se afastam dele, e esse conjunto de operações, podemos considerá-lo como práticas normativas, que contribuem para criar sujeitos disciplinados (BURMAN¹⁴, 1994, apud FLÓREZ, 2001: 112). São essas críticas que nos levam a pensar sobre que conhecimento estamos produzindo e sobre as questões éticas e políticas em pesquisa.

O que afinal ressalta Flórez, a partir de uma perspectiva que compreende o conhecimento como uma produção histórica e localizada, e constituído pela linguagem, é que a idéia de desenvolvimento como a única solução que pode levar a humanidade ao mesmo nível de civilização perpassa a ciência psicológica, assim como as outras ciências sociais. E apoiada em Foucault, nas discussões que faz sobre as ciências humanas, considera que entre todas as ciências circulam conceitos e metáforas de desenvolvimento. Isto se deve à "existência de certas condições que possibilitaram a aparição de uma episteme moderna, que ordena as experiências em termos de progresso e, portanto, privilegia o desenvolvimento como modelo de mudança" (2001: 155).

Entre as condições que possibilitaram que esse modelo de transformação se convertesse no paradigma de mudança dominante são citadas:

o início da Guerra Fria, o temor do comunismo e da superpopulação, a emergência de uma nova ordem mundial, a reconstrução da Europa e a conseqüente defesa do

¹⁴ E. Burman (1994) – *Deconstructing developmental Psychology*. London: Routledge

sistema colonial, a política intervencionista dos Estados Unidos, os avanços da ciência e da tecnologia (ESCOBAR¹⁵, 1996, apud FLÓREZ, 2001: 121).

A consequência da *metáfora do desenvolvimento* foi a criação de um modelo hegemônico, que passou a ser utilizado em diversos âmbitos e, apesar dos diversos significados, "a palavra sempre implica uma mudança favorável, passar do simples para o complexo, do inferior ao superior, do pior para o melhor" (ESTEVA, 2000: 75). E que ao mesmo tempo exclui aqueles que não se encaixam nesse modelo, não conseguem essa mudança e torna o ideal a ser alcançado por todos, mesmo que não seja esse o seu sonho, como diz Esteva: "roubando das pessoas e dos povos de diferentes culturas a oportunidade de definir as formas de sua vida social" (2000: 73). E a Psicologia, na maioria das vezes, tem colaborado para fortalecer essa concepção de desenvolvimento.

1.4. Desenvolvimento e meio ambiente

Uma das graves consequências do modelo de desenvolvimento propagado é a degradação ambiental. A constatação dos limites dos recursos naturais e a preocupação ecológica emergente, em vários setores da sociedade, ocorreram a partir de determinados eventos como aponta Reigota (1999).

O movimento ecologista mais radical é originado a partir do "Movimento de 68" e se caracteriza por sua posição antinuclear e pacifista. Além disso, "essa problemática traz implícita a dimensão de globalização, não sendo temas que dizem respeito apenas a grupos locais ou nacionais, mas a toda a humanidade" (REIGOTA, 1999: 34).

Reigota aponta mais duas vertentes surgidas na mesma época, que apesar de terem uma perspectiva global, partiram de preocupações e origens

¹⁵ A. Escobar (1996) – *La invención Del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Colombia: Grupo Editorial Norma (1998).

diferentes. A primeira, que denomina de alarmista, refere-se ao documento publicado em 1968, sobre *os limites do crescimento*, conhecido como o Clube de Roma ou Relatório Meadows¹⁶ (FERREIRA & FERREIRA, 1995), quando "foi possível reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e de consumo das populações humanas, mas que diz respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva" (opus cit, 1995: 19).

A segunda vertente ecologista, apontada por Reigota (1999), que denomina de técnico-administrativa, emerge em consequência da anterior e tem como referência a Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, conhecida como a Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972.

Os programas de controle do crescimento demográfico na África e na América Latina e a expansão do parque industrial poluidor e multinacional no Brasil e na Índia são apontados por Reigota (1999) como exemplos da influência dessas duas vertentes, principalmente nos países do Terceiro Mundo, na implementação de políticas e projetos. O controle demográfico "foi influenciado e/ou imposto pelos países desenvolvidos preocupados com a escassez dos recursos naturais em seus territórios e com a possibilidade de depender dos recursos de países com alta taxa demográfica" (1999: 35). A transferência ou instalação de indústrias poluidoras em países do Terceiro Mundo ocorre pela pressão exercida pela sociedade civil dos países desenvolvidos, contra a poluição industrial.

Martine (1996), ao focalizar sua análise na relação população e meio ambiente, considera simplista a ênfase dada ao crescimento populacional dos pobres como responsável pela ampliação dos problemas ambientais globais. Considera que "o principal problema ambiental global a ser enfrentado pela civilização no século XXI advém do seu próprio modelo de desenvolvimento – e não do volume ou do ritmo de crescimento demográfico" (1996: 27).

Para entender essa relação entre população e ambiente, Martine (1996) aponta, em primeiro lugar, para a sua complexidade, o que nos leva a reavaliar o próprio sentido de desenvolvimento e constata que vinculado a ele está a idéia de

¹⁶ D. Meadows e D. Meadows et alli (1973). *Limites do crescimento*. São Paulo: Ed. Perspectiva

progresso, que carrega uma série de padrões de produção e consumo, padrões definidos pelos países desenvolvidos, que são também incompatíveis com o desenvolvimento sustentável. E entende que "o não crescimento dos países pobres é, paradoxalmente, uma necessidade política dos países desenvolvidos" (1996: 27).

Entretanto, Martine não nega que há uma influência do crescimento e do volume populacional na questão ambiental, mas dimensiona-o como de ordem secundária de gravidade e dá primazia aos fatores ligados aos padrões de industrialização. Além disso, os fatores populacionais precisam ser analisados localmente e considera que "no Brasil [o problema ambiental] está mais relacionado com a utilização do espaço do que com o crescimento vegetativo" (1996: 31). Avalia que considerar apenas o controle populacional como solução é uma maneira de não ameaçar as estruturas, privilégios e interesses dominantes, que se configuram no padrão de *desenvolvimento* vigente. Evidencia o aspecto político envolvido na questão ambiental e que o futuro depende da capacidade de tomar decisões a longo prazo. No entanto, "na atualidade, predominam nitidamente objetivos políticos de curto prazo" (1996: 38).

O contexto político em que emerge o termo desenvolvimento sustentável é um importante aspecto a ser considerado para a sua compreensão. A queda do muro de Berlim e o conseqüente término da Guerra Fria (REIGOTA, 1999, MARTÍNEZ & MARTÍNEZ, 1997) é considerado um marco das mudanças na lógica das relações internacionais, que passam do eixo Leste/Oeste, para o eixo Norte/Sul, "onde a problemática ecológica passa a ser de fundamental importância estratégica, política, militar e econômica" (REIGOTA, 1999: 37).

A introdução do termo *desenvolvimento sustentável* na política internacional, segundo Martínez & Martínez (1997) foi feita pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e pelo Relatório Brundtland, mais conhecido como *Nosso Futuro Comum*, organizado pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas. O parentesco entre as palavras *sustentado* e *sustentável* é evidenciado pelos autores, que consideram que "o conceito de *desenvolvimento sustentado* remete ao conceito da *capacidade de sustento*, próprio da ciência ecológica" (1997: 143). Por outro lado, o termo

desenvolvimento sustentável (Sustainable Development) a princípio não teria o sentido de sustento e dependeria da definição que damos à palavra *sustentabilidade*, entretanto consideram que o termo introduzido pelos órgãos referidos anteriormente "queriam combinar conscientemente estas duas idéias: desenvolvimento econômico e capacidade de sustento" (1997: 143 - 144).

As diferenças entre os modelos de desenvolvimento sustentado e sustentável são delineadas por Medina (1997), onde o primeiro baseia-se num crescimento econômico permanente e impulsionado pelas leis de mercado e no segundo, identifica diversas correntes críticas, com posicionamentos econômicos e políticos alternativos, que têm em comum uma atitude crítica frente às formas de desenvolvimento predominante até o momento. Entretanto considera que:

Tanto o desenvolvimento sustentado como o desenvolvimento sustentável apresentam-se, em geral, como modelos universalistas de desenvolvimento, com a pretensão de serem, basicamente válidos para todos os países e culturas. Esta pretensão de globalidade, mais ou menos explícita, baseia-se, por um lado, na presumida superioridade e validade universal do conhecimento e das tecnologias científicas. Por outro lado, está relacionada com a suposição de uma natureza universal, supracultural e suprahistórica (1997: 111).

1.4.1 Sobre a diversidade de discursos ecológicos.

As mudanças nas formas de entender os problemas ecológicos a partir dos diversos relatórios mencionados anteriormente, produziram uma diversidade de discursos atrelados às diferentes posições das pessoas e grupos envolvidos com a questão ecológica, que hoje não se trata mais de um tema de interesse apenas dos ecologistas, como menciona Reigota:

chegaram à ecologia adeptos famosos nas suas áreas, porém sem conhecer e desconsiderando os avanços específicos conquistados pela práxis ecologista, causando uma superexposição de pseudonovidades, originando grupos muito diversos entre si" (1999: 38)

Os diversos tipos de discursos que emergiram a partir da metade da década de 1990 são descritos por Reigota (1999), que os classifica como: conformista, conservacionista e *new age*; científico e econômico; radical; catastrófico:

O *conformista* segue as diretrizes oficiais relacionadas com a questão, é o porta-voz de políticas que não alteram o *status quo* econômico, político e cultural vigente.

O *conservacionista* insiste na necessidade de preservar a natureza, despolitizando a questão, e está despreocupado ou despreparado para entender a relação natureza-sociedade.

O *new age* procura sacralizar a natureza e mediatiza todas as relações sociais com ela, através de argumentos metafísicos. (...) é por princípio apolítico.

O *científico* incorpora e divulga a noção de desenvolvimento sustentável – principalmente a especificada no relatório Brundtland –, noção básica do *economista*, que desconsidera diversas interpretações e a resistência à proposta do relatório Brundtland dos principais e precursores intelectuais ecologistas.

O *radical* tenta estabelecer novas relações entre cultura, sociedade e natureza, enfatizando a necessidade de novas alianças éticas que garantam a sobrevivência de diferentes formas de vida e cultura.

O *catastrófico* não questiona o futuro, simplesmente argumenta que não haverá nenhum futuro diante do aparato militar existente no planeta: o grau de diferenças entre o Norte e o Sul, as diferenças internas nos países do Sul, que vão da barbárie à pós-modernidade. Neste sentido, as possibilidades de sobrevivência da humanidade são mínimas (REIGOTA, 1999: 39-40).

Essas diversas posições proporcionam evidenciar as dificuldades que emergem nos debates sobre os complexos problemas ecológicos, o que leva Reigota a apontar a falta de identidade política, pelo indiscriminado uso do tema ecológico por todos os partidos, como a principal fragilidade da ecologia global.

Propõe então, suportes teóricos, para que a fragilidade não seja confundida com fraqueza e debilidade e estariam entre eles "A Teoria de Justiça" de J. Rawls,¹⁷ e a "Antropofagia" de Oswald de Andrade.

A Teoria de Justiça, apesar de utilizada nos países desenvolvidos e democráticos, traz uma contribuição importante para o aspecto político e do direito, pois procura garantir a distribuição dos bens coletivos para as camadas mais pobres desses países, ressaltando o seu compromisso ético e de justiça com as novas gerações (REIGOTA, 1999).

Entretanto, as restrições da aplicação dessa teoria aos países do Norte têm conseqüências para as pessoas e a sociedade do Sul, conforme considera Reigota, para quem "a extrapolação de seus princípios de justiça distributiva e equidade nas relações Norte/Sul ainda precisam ser mais exploradas"(1999:44).

Em relação à "Antropofagia", considera que a contribuição de Oswald de Andrade é importante "para o entendimento da diversidade cultural, da apropriação e da recriação de conhecimentos e comportamentos de diferentes culturas, originando uma cultura própria, inovadora, criativa e de síntese: (opus cit, 1999: 45).

Esses dois apoios teóricos evidenciam a necessidade de um posicionamento político e ético, que leve em conta as características culturais e as diversidades, como ponto de partida para ações que se fundamentem na dialogia com as diferenças.

Outra maneira de entender os diversos discursos, apresentada por Arturo Escobar (1999), em seu artigo *El Desarrollo sostenible: diálogo de discursos*,¹⁸ pareceu-me em consonância com a perspectiva construcionista.

Escobar (1999) identifica as condições históricas do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável como muito específica, e relacionada a um processo mais amplo que problematizou "a relação entre a natureza e a

¹⁷ J. Rawls – (1981) *Uma teoria de justiça*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

¹⁸ Este artigo é apresentado como capítulo do livro, mas Escobar informa que foi apresentado pela primeira vez em 1993, no seminário "La formación del futuro: necesidad de un compromiso con el desarrollo sostenible".

sociedade, motivada pelo caráter destrutivo do desenvolvimento e a degradação ambiental em escala mundial" (1999: 75).

Os discursos que se desprendem dessa problematização são entendidos por Escobar (1999) numa perspectiva foucaultiana e como ele mesmo afirma, buscam dar conta da realidade a que se referem. Neste sentido, não são descrições objetivas e refletem relações de poder cujos efeitos sobre o social não são neutros.

A noção de *problemas globais* é focalizada por Escobar (1999) como emergindo nos anos setenta, a partir da conferência de Estocolmo (1972) e dos informes do Clube de Roma sobre *os limites do crescimento*. Considera que essa noção influencia os discursos sobre a problematização da relação entre a natureza e a sociedade, identificando três perspectivas: *liberal*, *culturalista* e *eco-socialista*.

De acordo com Escobar (1999), o discurso do Informe Bruntland é identificado como *liberal*, não no sentido político, mas filosófico, pois suas proposições estão baseadas na crença da possibilidade de um conhecimento científico objetivo, cuja veracidade está assegurada pela observação, e de que o mundo é algo externo ao observador, podendo ser apreendido como tal e manipulado, ou seja, "a insistência em que a realidade social pode ser *gerenciada*, que a mudança social pode ser *planejada* e que o social pode ser melhorado paulatinamente" (1999: 77).

O que o discurso assume, nesta perspectiva liberal, é a existência de uma cultura econômica autônoma, independente do social, político, cultural, que reflete na economização da natureza, cuja concepção está impregnada nas propostas de privatização de todos os recursos naturais. Todos os aspectos da natureza estariam submetidos ao sistema de preços, diz Escobar (1999), inclusive o ar, os genes.

Uma reação à homogeneização do ambientalismo global é identificada por Escobar (1999) na perspectiva do desenvolvimento sustentado, adotada na América Latina, pois defendem a necessidade de diferenciar os problemas ecológicos por regiões, ressaltando a importância de aspectos não considerados no Informe Bruntland, como a dívida externa, a importância de respeitar o

pluralismo cultural, as desigualdades mundiais e a proteção do patrimônio natural e genético da região.

O discurso *culturalista* faz uma crítica ao discurso *liberal*, questionando "a cultura economicista e científica do ocidente" (ESCOBAR, 1999: 80) e apontando este aspecto como a origem dos atuais problemas ambientais.

A crítica culturalista refere-se à objetivação da natureza pela ciência moderna reducionista; ao tratamento da natureza como mercadoria, e ao se preocupar com formas mais eficientes de usar os recursos, está interessada em não tirar a natureza do circuito do mercado; ao desejo ilimitado de consumo, instigado pelo postulado da escassez; à subordinação da mulher pelo homem e à exploração dos não ocidentais pelos ocidentais.

A impossibilidade de reconciliar o crescimento econômico e o ambiente é o ponto comum das denúncias feitas tanto pelos *culturalistas* como pelos *eco-socialistas*, que consideram que o conceito de desenvolvimento sustentado procura aproximar "esses velhos inimigos" (1999: 82).

Outro ponto de crítica dos *culturalistas*, que me pareceu importante em relação ao discurso *liberal*, é este defender o crescimento econômico como necessário para a erradicação da pobreza, evidenciando aí que trata a pobreza como culpada dos problemas ambientais, "sem discutir satisfatoriamente a dinâmica social que gera a atividade eco-destrutiva dos pobres" (1999: 82). Isso leva a considerar, de forma mais ampla, os pobres do terceiro mundo como os responsáveis pela crise ecológica, mais do que os estilos de vida antiecológicos dos países desenvolvidos e colonialistas.

Esse discurso que culpa os pobres pela degradação ambiental também é criticado por Martinez Alier (1992), que considera que a sobrevivência dos grupos desfavorecidos, como indígenas e camponeses, não é garantida pela expansão do mercado. Ao contrário, este se torna uma ameaça para a sobrevivência dos pobres, o que implica num conflito entre a destruição da natureza para ganhar dinheiro e a conservação da natureza, para poder sobreviver.

Martinez Alier é economista e identificado com a perspectiva *eco-socialista*, cujo discurso tem muitos pontos em comum com a *culturalista*, a diferença é a maior ênfase dada à economia política pela primeira.

"Para os eco-socialistas, as lutas contra a pobreza e a exploração são lutas ecológicas" (ESCOBAR,1999: 86), pois o fato de ter que lutar pela sobrevivência faz com que os pobres se tornem conscientes da necessidade de conservação dos recursos.

Em resumo, segundo Escobar, para a perspectiva *eco-socialista*, o que o discurso *liberal* pretende é a sustentabilidade do capital, enquanto a *culturalista* considera que o que está em jogo, nesse discurso, é a sustentabilidade da cultura ocidental.

Escobar considera as formas alternativas de desenvolvimento e organização do ponto de vista eco-cultural pouco claras, por outro lado, os eco-socialistas propõem uma teoria positiva da produção, exemplificada pela proposta de Enrique Leff¹⁹ (1995), ecólogo mexicano, que propõe desenvolver uma nova articulação das ciências naturais e humanas no contexto de novas racionalidades ambientais, que integre aspectos ecológicos, culturais e tecno-econômicos.

Isso leva Escobar a considerar que, para a realização dessa proposta, "os grupos sociais terão de desenvolver formas de democracia ambiental e esquemas participativos de planificação e gestão ambiental" (1999: 91). Defende também que, atualmente, as comunidades locais precisam experimentar formas alternativas de produção e organização e, ao mesmo tempo, "praticar uma resistência semiótica e cultural à reestruturação da natureza efetuada pela ciência e pelo capital na sua fase ecológica" (1999:91).

1.4.2 Desenvolvimento, sustentabilidade e a revalorização dos conhecimentos locais

Um ponto de conexão entre os questionamentos que envolvem o conceito de sustentabilidade e o debate sobre o conhecimento local *versus* o conhecimento

¹⁹ E. Leff (1995) De Quién es la Naturaleza? Sobre la Reapropiación Social de Los Recursos Naturales. *Gaceta Ecológica*. 37. pp. 58-64.

dos especialistas está bem delineado nas discussões trazidas por Brian Wynne e outros (1996) e Peter Spink (2001).

O que postulam Brian Wynne e outros (1996) é que, apesar da proposta de sustentabilidade contemplar aspectos humanísticos de justiça, direitos humanos e equidade global, para alcançar esses objetivos tem que enfrentar o desafio de integrar dimensões múltiplas e mesmo contraditórias. A estratégia que tem sido utilizada para lidar com esse desafio é onde está o problema, pois concentra-se nas mãos da tecnocracia dos especialistas, que se baseiam no mesmo paradigma das ciências naturais, ou seja, predição e controle instrumental, o que implica em reduzir a sociedade humana e a cultura a um simples mecanismo comportamental de estímulo e resposta.

As conseqüências desastrosas do enfoque na tecnologia como estratégia de controle ambiental é exemplificada por Wynne (1996), no seu estudo sobre as respostas dos fazendeiros criadores de ovelha em Cumbria, noroeste da Inglaterra, os quais se sujeitaram a restrições administrativas na movimentação do rebanho e na sua venda, devido à contaminação radioativa causada pelo acidente nuclear de Chernobyl em 1986.

O embate foi gerado pela informação inicial dos especialistas, de que não haveria problema de radioatividade. Passados alguns dias, uma repentina interdição imposta pelo Ministro da Agricultura do Reino Unido impedia a venda e o movimento do rebanho de determinadas áreas. O erro da informação dos especialistas ocorreu, segundo Wynne (1996), devido ao fato de eles suporem que o conhecimento universal se aplicava às condições particulares e não terem avaliado as características do solo, pois, no caso, devido à sua acidez, a radioatividade não se dispersou, enraizando-se na terra e na vegetação que servia de alimento para as ovelhas.

Outro ponto que alimentou o embate entre os fazendeiros e os especialistas foi a manutenção da interdição, depois da liberação de outras áreas, em uma região próxima à usina nuclear de Sellafield, o que levou os fazendeiros a suporem que isso estaria relacionado ao acidente que provocou uma contaminação radiativa no ambiente, acidente ocorrido em 1957. Essa suposição foi considerada infundada pelos cientistas, mas não convenceu os fazendeiros, já

cépticos com relação às afirmações dos especialistas, o que levou mais tarde a confirmar a suposição dos primeiros.

Wynne (1996) observa que os especialistas oficiais negligenciaram alguns aspectos da situação local, "inclusive o conhecimento especialista dos fazendeiros, que eram relevantes para a compreensão e o gerenciamento social da crise" (1996: 66). Considera, assim, que os cientistas especialistas não levam em conta a complexidade multidimensional dos problemas do público leigo e, por isso, ambos os conhecimentos, leigo e científico, expressam diferentes suposições sobre agência e controle, tendo os dois dimensões empíricas e normativas.

O conhecimento visto como propriedade apenas dos que freqüentam uma universidade também é questionado por Peter Spink (2001), considerando que "a universidade é apenas um dos muitos espaços de transmissão e construção de conhecimentos" (2001: 220).

O embate entre o conhecimento tecnológico e o saber popular também é evidenciado por P. Spink (2001) por meio de um relato das experiências de organização e gerenciamento de mineiros das minas de carvão da Inglaterra, que foram desmanteladas pela pressão da industrialização e o desenvolvimento tecnológico.

Outro importante exemplo das dificuldades dos especialistas levarem em conta o conhecimento leigo e reconhecerem seu erro é dado por P. Spink (2001) ao relatar a experiência vivida pelos Krahò, um grupo semi-nômade que ocupava uma área no estado de Tocantins. O fracasso da proposta feita pelos órgãos governamentais para esse grupo, de trocarem suas prósperas plantações de milho por arroz, não foi admitido como relacionado à inadequação do solo, mas à incompetência do grupo, e por isso foram deixados à mingua.

Somente vinte cinco anos mais tarde foi possível recuperar o conhecimento dos Krahò, pois as sementes que tinham sido armazenadas no Centro Nacional de Recursos Biotecnológicos e Genéticos foram plantadas e começaram a crescer, graças a uma conversa casual entre um técnico do centro e uma pessoa que tinha trabalhado junto com os Krahò.

Peter Spink (2001) considera que diferentes sistemas de conhecimentos compartilhados por pessoas de diferentes grupos ou profissões, num vínculo de discussão e debate horizontal são cheios de dificuldades e contradições. No entanto, compreender a existência dessa possibilidade leva a iniciar um diálogo diferente na "aldeia dos *conhecimentos*" (2001: 225).

A proposta de ação política expressa por Esteva (2000), pareceu-me importante para o tema tratado nesta tese. Ele comemora o aparecimento dos *novos comuns*, que seriam os homens e mulheres comuns, que têm conseguido encontrar formas de reagir, com imaginação e seguindo suas próprias diretrizes, às adversidades do meio em que vivem, em oposição ao fracasso das estratégias dos desenvolvimentistas, para transformar os homens e mulheres comuns em homens econômicos.

O que propõe são ações políticas, que favoreçam um contexto social propício, para que essas pessoas possam realizar suas atividades e inovações e tais ações só podem existir a partir do momento que se reconheçam publicamente os limites do desenvolvimento, e que é inviável materializar universalmente o modelo de desenvolvimento ditado pelos países do Norte.

São propostas que nos fazem pensar na possibilidade da Psicologia Social transformar e transformar-se nas práticas que realiza e colaborar, eu não diria como Esteva, para que surjam os *comuns*, porque creio que eles já existem há muito tempo, mas para que emergam outras condições de possibilidade, ao propor a produção de um conhecimento co-construído, ou seja, construído em conjunto com os diversos aspectos que compõem o seu campo: pessoas; artefatos; textos, imagens.

2. Conhecimento, reflexividade e dialogia: a pesquisa como prática ético-política

A atividade de pesca artesanal em Ipioca é o tema desta pesquisa, que foi desenvolvida ao longo de quatro anos, utilizando uma metodologia de tipo etnográfico no enquadre construcionista de estudo das práticas discursivas (SPINK, 1999).

A pesca em Ipioca, que um dia foi abundante, hoje caracteriza-se pela escassez. Não é registrada nos Boletins Anuais do IBAMA como atividade produtiva. Nessa praia, onde antes vários currais definiam o tipo de pesca utilizado, atualmente estão em funcionamento apenas cinco, cuja produção atende basicamente à subsistência. Escutando a fala dos pescadores e pescadoras, foi possível entender que o problema central vivenciado por eles é o desaparecimento dos peixes.

A necessidade de um plano para melhorar as condições de vida dos moradores da região é indiscutível, pois todas as atividades geradoras de renda ou já não existem mais – como a fábrica de tecidos de algodão – ou estão em decadência, como a produção artesanal do doce de caju e a pesca. Ipioca é considerada um local de interesse turístico.

Uma das propostas para geração de renda para a região é explorar sua beleza natural, para o turismo. Entre as possibilidades de inserção dos pescadores nessa proposta está a de utilizar sua embarcação de pesca para o passeio turístico às piscinas naturais, prática que já vem sendo realizada em outras regiões do Estado.

Tendo em vista o problema da escassez dos peixes e os projetos recentes de desenvolvimento da região, a presente pesquisa, pautada numa perspectiva discursiva construcionista, buscou compreender, por meio do diálogo com diversos interlocutores – pescadores e pescadoras, representantes de órgãos governamentais e documentos de domínio público – a maneira pela qual explicam o problema do desaparecimento dos peixes, as propostas para solucioná-lo e o meio de viabilizar essas propostas.

2.1 Reconceituando a metodologia qualitativa como questão ético-política

Definir a pesquisa como qualitativa é importante, porém não é suficiente, pois o debate sobre quantitativo e qualitativo é amplo e controverso. Amplo, por ancorar-se no tempo longo da história; controverso, por associar método qualitativo à subjetividade, contrapondo-o à suposta neutralidade da mensuração e desqualificando como não-científico tudo o que não se pode medir.

A maneira como a *Grounded Theory* define a pesquisa qualitativa pareceu-me bastante em consonância com o que vinha realizando em minha pesquisa e, embora ela seja oriunda de bases filosóficas distintas, pode ser feita uma interlocução com as discussões realizadas por Spink e colaboradores (1999), a partir de seus posicionamentos construcionistas.

A *Grounded Theory* é identificada como uma metodologia qualitativa, originalmente desenvolvida por dois sociólogos, Barney Glaser e Anselm Strauss, que vieram de tradições filosóficas e de pesquisa diferentes: o primeiro, da Universidade de Columbia e influenciado por Paul Lazarsfeld, conhecido como inovador dos métodos quantitativos; o segundo, da Universidade de Chicago, que tem uma tradição em pesquisas qualitativas, foi influenciado pelo interacionismo e pragmatismo (STRAUSS & CORBIN, 1998). Essa abordagem metodológica foi ampliada pela parceria entre Anselm Strauss e Juliet Corbin, que publicaram em 1990 a primeira edição do livro *Basics of Qualitative Research*, no qual me baseio.

O elemento fundamental dessa metodologia é o desenvolvimento de uma teoria a partir da organização e análise dos dados obtidos no processo da pesquisa. Apesar de não ter a pretensão de desenvolver uma teoria e tampouco concordar totalmente com essa abordagem, existem alguns princípios comuns entre esta pesquisa e a *Grounded Theory*: o que pretendo é abordar alguns deles ao considerar suas relações com o procedimento adotado.

Um ponto importante de interlocução com os posicionamentos de Strauss e Corbin (1998), no que se refere à metodologia, é que defendem o uso de uma combinação de métodos, mas não no sentido tradicional de uma triangulação,

como foi proposto por Denzin. Consideram que, para alcançar o objetivo de construir uma teoria bem desenvolvida, integrada e compreensiva a partir da descrição dos dados e da organização conceitual, "um pesquisador deveria fazer uso de qualquer ou todo método que estiver à sua disposição, mantendo na mente que é necessário um intercâmbio de métodos" (opus cit, 1998: 33).

Esse mesmo procedimento, relacionado ao uso de uma variedade de instrumentos, métodos, conceitos e teorias da própria disciplina ou de outras, também foi observado nos recentes estudos da física e da biologia e os autores consideram que "quanto mais os cientistas trabalham ou são autorizados a trabalhar de modo flexível, mais aptas estão suas pesquisas a serem criativas" (opus cit, 1998: 30).

O uso da triangulação metodológica também é discutido por Spink e Menegon (1999) como uma estratégia desenvolvida por Denzin²⁰ (1978, opus cit., 1999: 87), na qual uma variedade de métodos proporcionaria a validade da pesquisa qualitativa. Este sentido se modifica na perspectiva construcionista e se aproxima do proposto pela *Grounded Theory*, considerando que o uso e a combinação de métodos heterogêneos favorecem uma compreensão ampla do fenômeno estudado. A validação da pesquisa e o uso da triangulação são ressignificados nessa perspectiva, na medida em que não são os métodos que proporcionam a credibilidade de uma pesquisa, mas as conseqüências de seus usos.

O procedimento adotado nesta pesquisa está amplamente identificado com algumas das considerações práticas apontadas por Strauss e Corbin (1998) como, por exemplo, em relação à definição do problema de pesquisa. Uma das maneiras considerada por eles de delimitar o problema é através da própria pesquisa:

O pesquisador deve entrar no campo tendo uma noção geral sobre o que quer estudar, mas não o problema específico da área. Uma boa maneira de iniciar é fazer umas entrevistas e observações. Se o pesquisador escuta ou observa cuidadosamente o que dizem e fazem os participantes, então

²⁰ N. Denzin (1978). *The Research Act*. Chicago: Aldine.

a análise deverá levá-lo a descobrir os temas que são importantes ou problemáticos na vida dos participantes (opus cit, 1998: 38).

Consideram também que uma pesquisa qualitativa tem como propósito desenvolver a compreensão de um fenômeno dado, assim a pergunta deve ser feita de maneira tal que possibilite uma exploração livre e flexível do fenômeno e ter como suposição que ninguém fez ainda tal pergunta de pesquisa, pelo menos não da mesma forma. Isso leva o pesquisador a buscar respostas que ainda não foram respondidas. A pergunta que se inicia ampla, vai aos poucos se estreitando e aproximando-se de um foco, no processo da pesquisa, por julgarem que :

a pesquisa qualitativa não se constitui fazendo afirmações sobre relações entre variáveis dependentes e independentes, como é comum nos estudos quantitativos, porque seu propósito não é testar hipóteses. A questão de pesquisa num estudo qualitativo é uma afirmação que identifica o fenômeno a ser estudado (STRAUSS & CORBIN, 1998: 41).

As implicações do uso de métodos qualitativos, discutidas pela *Grounded Theory*, parecem-me importantes. Entre elas, o próprio pesquisador ser considerado aí como um instrumento na coleta de dados, o que revela não só que os autores levam em conta a subjetividade, mas também que consideram impossível uma completa objetividade. Isso significa que a compreensão sobre os dados da pesquisa é baseada nos valores, na cultura e nas experiências que o(a) pesquisador(a) leva para a situação de pesquisa e que devem ser bem diferentes dos de seus interlocutores (STRAUSS & CORBIN , 1998) .

O que me parece relevante é os autores levarem em conta a participação do (a) pesquisador (a) na construção e análise da pesquisa, embora não concorde com as estratégias que propõem para amenizar a influência da subjetividade do (a) pesquisador (a), pois com esse princípio estão vinculados a uma perspectiva realista, que acredita ser possível a neutralidade. Uma dessas estratégias, por exemplo, é "dar voz" aos seus interlocutores, uma questão mais ligada à ética do que à metodologia, o que discutirei posteriormente. A tentativa de amenizar, com essa estratégia, a participação do pesquisador, não leva em conta que sua voz

está implicada no processo. Neste sentido, consideramos o aspecto dialógico e intersubjetivo e não apenas a subjetividade do outro, razão pela qual considero que a participação do pesquisador não pode ser amenizada e nem eliminada.

Estou de acordo, entretanto, com outras estratégias proposta por Strauss e Corbin (1998), como: comparar informações para observar semelhanças e diferenças; obter vários pontos de vista do mesmo evento e saber como as situações são negociadas, além de checar com seus interlocutores se concordam com sua interpretação, o que considero procedimentos relacionados a uma postura reflexiva na perspectiva qualitativa e não uma forma de atenuar o viés do investigador. Essa tentativa me parece contraditória com a proposição de considerar o pesquisador um instrumento na coleta de dados, pois se assim é, por que atenuá-lo?

A tentativa de controle da subjetividade está conectada com a discussão anterior do método qualitativo e quantitativo, que absorve deste último a concepção de um fazer científico neutro e isento da influência do pesquisador, o que leva esse procedimento a significar objetividade.

O debate entre objetividade e subjetividade, numa perspectiva construcionista, toma outra direção, na medida em que considera a pesquisa como uma prática social independente da utilização de um método quantitativo ou qualitativo e, como tal, não só o pesquisador participa da construção de sua investigação, mas também os seus colaboradores e a comunidade científica que o apóia. A questão se amplia do âmbito metodológico para o dos pressupostos epistemológicos, nos quais se sustenta a metodologia de pesquisa, o que significa que, nesse debate, o que está em pauta é uma discussão entre realismo e construcionismo.

É nessa perspectiva que Spink e Menegon (1999) discutem a objetividade e, apoiando-se em Morin²¹ (1985), que a define como consequência de "um consenso sociocultural e histórico da comunidade científica" (SPINK & MENEGON, 1999: 103), apontam para o seu aspecto intersubjetivo e dialógico.

²¹ Edgar Morin (1985). *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa-America.

A discussão que compreende a objetividade como fundamento e consequência da intersubjetividade (SPINK & LIMA, 1999) possibilita a compreensão da impossibilidade de neutralizar ou atenuar a participação do pesquisador e o coloca, de forma implicativa, em todo o processo investigativo. Ao mesmo tempo, o processo que configura o caráter objetivo da investigação é veiculado pela dialogia entre o pesquisador e seus colaboradores e com a comunidade científica. Assim, "a resignificação da objetividade abre espaço para o debate em torno da ética" (SPINK & MENEGON, 1999: 90).

A discussão sobre o compromisso ético durante o processo de construção da pesquisa foi possível pela compreensão da pesquisa como uma prática social e pelas reflexões da ética dialógica delineada por Spink (2000).

As reflexões sobre a postura ética do pesquisador já vinham sendo realizadas no Núcleo²², o que resultou num texto escrito em conjunto com dois colegas do doutorado, Vera Menegon e Jefferson Bernardes e apresentado na SIP (2001), em Santiago do Chile.

O aspecto que quero ressaltar dessas discussões está relacionado com o que vinha discutindo anteriormente, sobre a relação do pesquisador com o seu objeto de conhecimento e seus desdobramentos.

A resignificação da objetividade implica numa postura reflexiva, que vem a ser uma reflexão sobre o processo de construção do conhecimento, como também sobre as consequências desse conhecimento para as pessoas implicadas, o que resulta numa reflexão ética (SPINK, 2000). Do amplo e importante debate sobre ética e moral realizado por Spink (2000), quero ressaltar inicialmente suas consequências para o aspecto metodológico da pesquisa.

A postura reflexiva no processo de construção do conhecimento, numa pesquisa ética, considera a pesquisa como uma prática social e enfatiza o processo dialógico entre o pesquisador e seus interlocutores para a sua construção, o que leva o(a) pesquisador(a) a dar visibilidade a todo o processo de coleta e análise dos dados (SPINK, 2000).

²² Núcleo Práticas Discursivas, coordenado pela Profa. Dra. Mary Jane Paris Spink, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de S.Paulo.

A pesquisa ética, nesta perspectiva, parte do pressuposto de que a 'dialogia' é intrínseca aos processos de coleta e interpretação dos dados, ressignificando a relação que se estabelece entre pesquisadores e participantes (SPINK, 2000: 19).

A proposta de uma ética dialógica na pesquisa, considerada por Spink (2000), está pautada na dialogia implícita no processo de pesquisa, que não desconsidera as normas éticas, entretanto as transcende.

O desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, nessa perspectiva, é dinâmico e pode ser modificado ao longo da pesquisa, o que torna a visibilidade dos procedimentos uma questão de rigor em pesquisa. Neste sentido, reformula os critérios adotados pelas epistemologias realistas para definir rigor e objetividade e reformula também a crença de que o (a) pesquisador (a) deve estar distanciado do seu objeto de estudo e de si mesmo, no que diz respeito à sua subjetividade.

Essa discussão sobre a relação entre o (a) pesquisador (a) e seus informantes também transcende, nesse sentido, a questão metodológica e se posiciona no debate sobre ética e política na produção de conhecimento.

A possibilidade de ampliar esse debate surgiu em Barcelona, durante o período da bolsa sanduíche, onde participei do grupo de discussão orientado pelo professor Joan Pujol, no qual fazem um diálogo com a literatura feminista, que realiza uma crítica importante em relação à produção do conhecimento científico. Pautam-se fundamentalmente na concepção do conhecimento situado de Haraway (1991), que ressalta a posição social e política do pesquisador e seu envolvimento e compromisso social com o campo de pesquisa.

A perspectiva feminista tem propiciado à ciência, com suas pesquisas e posicionamentos críticos, importantes contribuições para repensar a maneira como o conhecimento tem sido produzido. Esses posicionamentos feministas, particularmente o conhecimento situado, delineado por Haraway (1991), apresentam possíveis conexões com a pesquisa ética discutida anteriormente.

Haraway (1991), ao avaliar a crítica realizada pelas feministas ao conturbado conceito de objetividade, considera que as feministas buscam uma versão própria para a esse conceito motivadas, segundo a autora, por questões voltadas mais para os aspectos éticos e políticos do que epistemológicos.

As feministas têm apostado em um projeto de ciência sucessora que ofereça uma versão do mundo mais adequada, rica e melhor, com a intenção de viver bem nele e numa relação crítica e reflexiva com nossas práticas de dominação e com as dos outros e com as partes desiguais de privilégio e de opressão que configuram todas as posições (HARAWAY, 1991: 321).

Este posicionamento possibilita observar que as feministas também levam em conta a postura reflexiva e crítica como dado importante na produção de conhecimento e acentua a perspectiva política, ao dar ênfase às relações de poder, que se constituem tanto entre os sujeitos conhecedores e seu objeto de conhecimento, quanto na sociedade científica e tecnológica.

O aspecto político também é considerado na perspectiva construcionista que sustenta nossas práticas e fundamenta a pesquisa ética, como salientamos no texto apresentado na SIP, onde consideramos a pesquisa como uma prática social e nos apoiamos na afirmação de Gergen (1994), que diz ser o cientista inevitavelmente um advogado moral e político.

O compromisso político e, fundamentalmente, ético, na construção do conhecimento atravessam o (a) pesquisador (a), conferindo-lhe possibilidades de refletir sobre seus próprios posicionamentos (BERNARDES e outros, 2001: 7).

Apesar da crítica que Haraway (1991) faz ao construcionismo radical, não se afasta completamente dele. O que explicitamente rejeita é o relativismo, e

propõe formas de conhecimento que vão além de considerar que algo é construído e da sua contingência histórica.

A crítica que Haraway (1991) faz à objetividade, utilizando a metáfora da visão, está centrada, a meu ver, numa oposição à neutralidade científica que, como ela diz, distancia "o sujeito conhecedor de tudo e de todos" (opus cit, 1991: 324), com o intuito de manter uma relação de poder sem empecilhos. Os instrumentos de visualização extremamente refinados na cultura pós-moderna têm sido utilizados na história da ciência para conseguir este distanciamento, chamado por Haraway de desencarnação. O(a) pesquisador(a) tem, metaforicamente, na perspectiva da ciência objetiva, um olho fora do corpo, que vê sem ser visto, que representa sem ser representado, com uma extrema mobilidade para estar como um mito divino vendo tudo, não importa de que lugar e isto não se configurando como um mito, mas como uma prática habitual da ciência (HARAWAY, 1991).

Contra essa posição, Haraway (1991) propõe a encarnação de toda a visão, que considera ainda como um sentido importante para enxergar os caminhos que possibilitem um confronto com as estratégias visualizadoras da ciência moderna. Assim, a objetividade que Haraway (1991) defende está vinculada a uma visão a partir de um lugar particular e específico e, portanto, parcial, que faz emergir o problema da responsabilidade em relação a tudo o que faz parte dessa visão.

A responsabilidade vinculada à perspectiva parcial pode ser discutida em termos da questão da moral e da ética e, por isso, a visão objetiva que Haraway defende pode ser relacionada, a meu ver, à discussão que Spink (2000) traz sobre responsabilidade, quando discute ética prescritiva e ética dialógica.

Spink (2000) considera a responsabilidade como a estrutura fundamental da subjetividade, o modo existencial do ser humano, a partir da discussão de Zigmunt Bauman²³ (1995, opus cit, 2000: 14) sobre comportamento moral, apoiado em Emmanuel Levinas. Este último define a moralidade como a estrutura primária da relação intersubjetiva, o que leva Spink (2000) a argumentar que a conduta que se isenta de responsabilidade pelo outro e é, portanto, imoral, está associada à

²³ Zygmunt Bauman (1995). *Modernity and the holocaust*. Cambridge: Polity Press. (Publicação original, 1989)

erosão da intersubjetividade. Essa erosão se dá por um processo de distanciamento social, que resulta numa erosão da proximidade.

O distanciamento social se refere à discussão realizada por Bauman, que exemplifica esse conceito pelo processo de isolamento dos judeus na Alemanha nazista e Spink (2000) identifica os três aspectos do distanciamento – o físico, transformação de pessoas em números; o burocrático, instâncias que se interpõem entre pesquisador e pesquisado; e o saber competente, transformação do outro em objeto, o poder do *expert* – como elementos que podem atuar na pesquisa e impedir o exercício da ética dialógica, fazendo com que a pesquisa se restrinja à ética prescritiva.

O distanciamento social, assim definido, pode ser relacionado com a metáfora do olho divino, utilizada por Haraway (1991), para evidenciar o distanciamento do sujeito conhecedor, que resulta nos conhecimentos *desencarnados* e que leva a um conhecimento universal.

Para Haraway (1991) essa discussão leva a uma proposta de um conhecimento situado, que exige um posicionamento e "ocupar um lugar implica em responsabilidade por nossas práticas" (opus cit, 1991: 333), o que constitui a base das lutas políticas e éticas.

A objetividade só é possível, na perspectiva de Haraway, por meio da conexão parcial, que se opõe ao olho externo capaz de ver tudo, pois "não é possível *estar* ao mesmo tempo em todas ou totalmente em algumas das posições estruturadas por gênero, raça, nação e classe, sendo estas apenas uma curta lista de posições" (opus cit, 1991: 332).

Para Spink (1999) "a objetividade está perpassada pela dialogia" (opus cit, 1999: 104) e é possível por meio da visibilidade dos procedimentos, o que leva à proposta de uma ética dialógica, e ambas estão regidas por uma ética da responsabilidade.

A dialogia pode ser vista como outro ponto de conexão entre o conhecimento situado de Haraway (1991) e a proposta de uma ética dialógica de Spink (2000). A dialogia nos temos de Spink (2000) e a conversação nos de

Haraway (1991) propiciam, ao mesmo tempo, as bases que fundamentam esta pesquisa.

A dialogia caracteriza-se como o conceito fundamental na concepção de uma pesquisa ética, segundo Spink (2000), pois

a pesquisa é uma atividade de produção de sentidos perpassada pela interanimação de muitas vozes; não apenas a óbvia interanimação entre pesquisadores e pesquisados, mas também o complexo processo de interanimação entre autores que nos dão sustento teórico, colegas, agências de financiamentos, pessoas variadas a quem prestamos contas de nossas ações (SPINK, 2000:20).

A ênfase na dialogia entre pesquisador(a) e seus(suas) colaboradores(as) dada por Spink (2000), que leva a uma resignificação dessa relação, também tem pontos de encontro com as considerações de Haraway (1991) sobre o objeto de conhecimento:

Os conhecimentos situados requerem que o objeto de conhecimento seja representado como um ator e como um agente, não como uma tela ou um terreno ou um recurso, nunca como escravo do amo que fecha a dialética em sua agência e em sua autoria do conhecimento "objetivo" (1991: 341).

A subversão da visão de um objeto de conhecimento passivo vai, entretanto, até as últimas consequências no posicionamento de Haraway (1991), pois apesar de estar de acordo com as abordagens críticas das ciências humanas e sociais, nas quais os projetos de produção da teoria social são modificados como reflexo da atuação das pessoas estudadas, considera que esse mesmo debate deve se aplicar a todas as ciências e não só às ciências sociais. Neste sentido, a característica de agente e ator deveria ser dada também aos objetos do mundo e isto seria o resultado da insistência na ética e na política, como as bases da objetividade nas ciências.

A proposta de Haraway (1991) é então considerar como atores não só os humanos, observando que:

As versões de um mundo "real" não dependem, portanto de uma lógica do "descobrimento", mas de uma relação social carregada de poder da "conversação". O mundo não fala, nem desaparece a favor de um amo decodificador. Os códigos do mundo não estão quietos, à espera de serem lidos (HARAWAY, 1991: 342).

Essa proposta leva em conta todos os elementos envolvidos na produção de conhecimento, propõe *conversar com* tudo e com todos (as) e alerta que não é uma versão do realismo, pois este não tem dado conta de observar a intervenção ativa do mundo, mas a proposta de

um conhecimento como conversação situada em cada um dos níveis de sua articulação. A fronteira entre animal e humano é um dos desafios desta alegoria, assim como o é a que existe entre máquina e organismo (HARAWAY, 1991:344).

A princípio, levar essa discussão para o âmbito da minha pesquisa pareceu-me inquietante, pois não tem sido um debate freqüente na Psicologia Social aqui no Brasil. Entretanto, posteriormente pude observá-lo articulado na teoria do ator-rede (LAW, 1997), na Antropologia (ESCOBAR, 1999) e nos trabalhos de investigação de alguns doutorandos em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona.

Haraway também observa que tratar o objeto como ator não é novo na filosofia ocidental e pude encontrar outras referências a essa discussão, mais recentemente, no livro de Milton Santos (2002), *A Natureza do Espaço*, quando discute objetos e ações, hoje. "Vivemos no tempo dos objetos" (2002: 213), inicia

Santos referindo-se a Baudrillard (1973)²⁴, que escreve que os objetos são atores e considerando que é uma frase que ao mesmo tempo choca e intriga, também cita Sartre,²⁵ para quem o objeto atual se tornou sujeito. Santos observa que: "Esse objeto-ator nos aponta comportamentos, porque ele próprio é um sistema, um mecanismo que apenas funciona se obedecemos às regras próprias predeterminadas" (SANTOS, 2002: 214)

Não cabe aqui entrar no rico debate que faz Santos (2002), mas apontar que essa discussão sobre objeto como ator é ampla e ocorre em várias disciplinas.

Pude fazer algumas reflexões a partir do contato com essa perspectiva, especialmente sobre a intrincada relação do (a) pescador (a) com o peixe e com a natureza. O desaparecimento do peixe e as condições de degradação da natureza que o envolvem agem, mudando a vida das pessoas de Ipioca. Esse desaparecimento, como foco do problema local, está presente na fala dos pescadores e pescadoras. Escutar e observar o que me diziam e o que acontecia foi o aspecto importante para levar-me ao problema de pesquisa. E para sua delimitação, tive que seguir diversas rotas, em consonância com a pesquisa qualitativa, como foi discutido anteriormente.

2.2 "A vida é dialógica por natureza"

Os estudos sobre a linguagem variam de acordo com o aspecto da língua que é o foco de análise e como ela é definida. Quando a análise envolve os aspectos invariantes e estruturais da língua, focalizando a relação entre os significantes, refere-se ao estudo das regras gramaticais ou sintaxe. Quando o interesse são os significados, o estudo refere-se à semântica. Os que estão relacionados à pragmática consideram os aspectos dinâmicos da língua e suas condições de uso e por isso focalizam o aspecto performático (SPINK & FREZZA, 1999).

²⁴ Jean Baudrillard (1973). *O sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva.

²⁵ Jean-Paul Sartre (1969). *L'Imagination* (1.a ed.). Paris: PUF.

O estudo das práticas discursivas numa perspectiva construcionista, no qual se baseia esta tese, entende a linguagem como uma prática social, focaliza assim a linguagem em uso, o seu aspecto performático, ou seja, a maneira como as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas (SPINK & MEDRADO, 1999).

A definição de linguagem que permeia cada área de estudo não é apenas conceitual, pois se sustenta numa perspectiva filosófica. Nesta tese, entender a linguagem como uma prática social fundamenta-se na perspectiva de Bakhtin, na qual a linguagem se constitui dialógicamente na interação social, rejeitando as concepções essencialistas e estruturalistas. A oposição a essas duas formas de entender a linguagem é explicitada por Bakhtin, em seu livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que as denomina respectivamente *subjetivismo idealista* e *objetivismo abstrato*.

A primeira focaliza a língua como uma ato de criação individual, que deve ser estudado pelas leis da psicologia individual. A segunda considera o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais como o centro organizador de todos os fatos da língua. E em síntese: "para a primeira orientação, a língua constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade; para a segunda orientação, a língua é um arco-íris imóvel que domina este fluxo" (BAKHTIN, 1995:77).

A partir da crítica detalhada que faz dessas duas orientações, Bakhtin formula sua posição:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (1995:123).

A dimensão filosófica de seu posicionamento pode ser entendida, na citação escolhida por Schnaiderman (1998), para delinear a concepção de homem e de vida presente na obra de Bakhtin como um todo:

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar, etc. Neste diálogo, o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal (BAKHTIN²⁶, 1929, opus cit, 1998: 13).

O diálogo, da forma como é entendido por Bakhtin, embora não único, é um fenômeno da interação verbal, que envolve a comunicação não apenas entre as pessoas colocadas face a face; deve ser compreendido como vinculado a todo tipo de comunicação verbal.

As relações dialógicas representam um fenômeno muito mais extenso que as relações entre as réplicas de um diálogo estruturalmente expressado, são um fenômeno quase universal que penetra todo o discurso humano e todos os nexos e manifestações da vida humana, em geral, tudo aquilo que possui sentido e significado (BAKHTIN, 1993: 66)

Barros (1996), em seu artigo *Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso*, discute as duas diferentes concepções do princípio dialógico apontadas por ele: "o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos, pois considera que nas ciências humanas o objeto e o método são dialógicos" (1996: 24).

O diálogo entre interlocutores constitui o campo de estudo sobre a interação verbal entre sujeitos e sobre a intersubjetividade, segundo Barros (1996), que menciona quatro aspectos que devem ser considerados nessa concepção:

1) a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem (...);

²⁶ Schnaiderman explica que originalmente essa passagem aparece em *Problemas da Obra de Dostoiévski*, de 1929, que é reformulada e depois aparece em *Estética da Criação Verbal* (1992), V. Mikhail Bakhtin. São Paulo: Martins Fontes.

2) o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos, ou seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos;

3) a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os sujeitos produtores do texto;

4) (...) Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade (1996:27-28).

O diálogo entre discursos fundamenta-se pela compreensão de que o discurso não é individual "porque se constrói como 'diálogo entre discursos', ou seja, porque mantém relações com outros discursos" (1996: 33).

Para compreender esse aspecto do dialogismo de Bakhtin é importante considerar o conceito de enunciado e voz.

Entre os elementos constitutivos das práticas discursivas, na medida em que se fundamentam na linguagem em uso, estão os enunciados, entendidos como o aspecto dinâmico dessas práticas; "o *enunciado* é o ponto de partida para a compreensão da dialogia" (SPINK & MEDRADO, 1999: 46). Essa afirmação se fundamenta na forma como Bakhtin define os enunciados, considerando-os como determinados pela pessoa que fala, para quem fala e a situação social mais imediata.

O enunciado não é a simples frase ou palavra pois estas, apesar de terem um significado lingüístico, não são suficientes para a compreensão do sentido, que só pode ser considerado no contexto da produção da fala. O enunciado então se caracteriza pela relação entre o falante e os outros participantes da situação de comunicação, pois isso só pode ser compreendido no contexto da enunciação. "A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação" (BAKHTIN, 1995: 113).

O enunciado está estreitamente vinculado à noção de voz, por conceber que um enunciado só pode ser produzido por uma voz, que não existe isolada, sempre responde a outras vozes.

Cada enunciado está repleto de ecos e reverberações de outros enunciados com os quais está relacionado, pelo que há de comum na esfera da comunicação falada (...) O enunciado de outros pode ser repetido com graus variados de interpretação" (BAKHTIN, 1986:91).

A noção de vozes que se interanimam e que se presentificam no enunciado, seja ele falado ou escrito, permite compreender a amplitude do dialogismo para Bakhtin. Outro aspecto apontado por Barros (1996), que decorre da compreensão dos discursos como um "diálogo entre discursos", é o seu caráter ideológico. As vozes que falam no discurso mostram a compreensão que as pessoas têm do mundo, num determinado momento histórico, marcadas por suas posições sociais.

Decorre também da compreensão do dialogismo da linguagem o conceito de polifonia. Um discurso ou texto considerado polifônico é aquele em que os diálogos entre os discursos são identificáveis. Neles estão presentes muitas vozes, mas como pontua Barros (1996), existem os monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem. Esses últimos são característicos dos discursos autoritários, onde "abafam-se as vozes, escondem-se os diálogos e o discurso se faz discurso da verdade única, absoluta e incontestável" (1996: 36)

É o caráter dialógico que fundamenta o aspecto social da enunciação, pois "é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados" (1928, 1995: 112). Assim, um enunciado é sempre direcionado para uma ou várias pessoas e esse interlocutor tanto pode estar presente como ausente.

Esse direcionamento do enunciado, a ação de endereçar, de dirigir-se a alguém (*adresse*), como nomeado por Bakhtin, "é a característica constitutiva do enunciado, marca a sua qualidade de ser direcionado para alguém" (1986: 95) . E permite entender sua amplitude, pois o enunciado não se limita apenas a responder ao que o antecede, mas também às subseqüentes conexões na cadeia de comunicação.

Bakhtin (1986) considera que um enunciado, ao ser construído, leva em conta as possíveis reações do seu interlocutor e, em vista disso, tenta ativamente determinar sua resposta. O que evidencia é que "o papel desses *outros* para quem

o enunciado é construído pela primeira vez (e também para nós próprios) não é aquele de ouvintes passivos, mas de participantes ativos na comunicação expressa" (1986: 94).

Esse ou esses para quem o enunciado é endereçado podem ser diversos:

o participante-interlocutor num diálogo diário, um coletivo de especialistas de alguma área particular, um público mais ou menos diferenciado, um grupo étnico, contemporâneos, oponentes e inimigos (...), etc. E pode ser um indefinido, não concretizado *outro* (1986: 95).

As características desse *outro* é que vão determinar o estilo do enunciado, o que Bakhtin, denomina de *gêneros de fala* (*speech genres*). Entretanto, o aspecto a ser ressaltado é o direcionamento do enunciado para a ação, é o efeito do estilo utilizado, ou seja, a ação que o enunciado quer produzir.

O discurso é uma ação (...). Quando as pessoas utilizam a linguagem, não atuam como se fossem máquinas que enviam e transmitem códigos, mas como consciências empenhadas em um entendimento simultâneo: o falante ouve e o ouvinte fala. Qualquer elocução é um elo em uma complexa *cadeia* de comunicação (CLARK & HOLQUIST, 1998: 237).

É neste sentido que toda enunciação é considerada um ato de fala, ou seja, o que falamos ou escrevemos está direcionado para uma ação, queremos fazer algo com essas palavras. Essas considerações nos remetem ao aspecto performático da linguagem, apontado inicialmente, e ao estudo das práticas discursivas, que podem focalizar tanto a ação que se realiza no ato de fala, como os conteúdos utilizados para realizar tal ação, que são os repertórios. Estes são o conjunto de possibilidades demarcadas pelo contexto em que surgem essas práticas discursivas e que proporcionam o uso de determinados estilos e gêneros de fala.

É importante entender que a polissemia característica da linguagem emerge nas práticas discursivas, no uso de diferentes repertórios, muitas vezes contraditórios, mas principalmente associados à ação que se quer realizar, "entretanto isso não quer dizer que não haja tendência à hegemonia ou que os

sentidos produzidos tenham igual poder de provocar mudanças" (SPINK & MEDRADO, 1999). Além disso, essa hegemonia no uso de determinados repertórios pode estar vinculada a relações de poder, bem como relacionada a sua constituição histórica e cultural.

2.3 Reflexões sobre os processos de co-construção da realidade.

Apesar das diversidades existentes entre os construcionistas, como já assinalado anteriormente, Danziger (1997) verifica que há vários temas importantes em comum, na série de livros revisados por ele. E antes de apontar esses temas, previne que há muitas maneiras de agrupá-los, o que pode ficar evidente para outros leitores. Ao prevenir o leitor, ele tanto se defende de críticas futuras, como mostra que a análise que faz é apenas uma versão, e que existe a possibilidade de serem formuladas outras versões. Isso evidencia a compreensão do conhecimento na perspectiva construcionista, que é o foco de sua discussão, onde emerge o sentido de co-construção, que será considerado a seguir.

O primeiro tema assinalado por Danziger (1997) é a relação entre a compreensão científica e a leiga nas ciências humanas e sociais, tema discutido por Gergen e Semin²⁷, que envolve a questão das bases da autoridade científica.

A discussão, segundo Danziger, fundamenta-se na crítica ao ponto de vista da ciência tradicional, na qual a autoridade científica se mantém isenta de avaliação, protegida pelo caráter objetivo do conhecimento científico e pelas regras estabelecidas no seu procedimento. Essa crença se sustenta na dualidade entre sujeito e objeto e no representacionismo, que conduz a um entendimento de que "o conhecimento científico proporciona a mais adequada compreensão do objeto, alcançável pelas atuais condições do progresso tecnológico e, portanto, superior ao conhecimento leigo" (DANZIGER, 1997: 406).

Outra explicação dos fundamentos dessa crença nas ciências sociais é apresentada por Giddens (1997), quando discute a ruptura da etnometodologia

²⁷ G. R. Semin & K.J. Gergen (eds) (1990). *Everyday Understanding: Social and Scientific Implication*. London/Newbury Park, CA: Sage

com as escolas anteriormente dominantes na Sociologia, que seguem o modelo da ciência natural:

Uma ênfase importante dessas escolas é a de que a sociologia é (ou pode aspirar a ser) *reveladora* das confusões e equívocos do "senso comum". Isso quer dizer que, assim como as ciências naturais pareciam se impor em oposição às concepções de senso comum relativas ao mundo físico, que permearam as mistificações do pensamento comum, leigo, também a sociologia poderia se despojar dos erros embolados das crenças cotidianas sobre a sociedade (opus cit., 1997: 284).

O que Giddens salienta é que as resistências das pessoas leigas ao conhecimento das ciências naturais, justificadas ainda pela rejeição à revolução copernicana, mesmo assim não se evidenciam nos "achados" das ciências sociais. O que ocorre muitas vezes é seu conhecimento ser desqualificado pelas pessoas, por não trazer nada de novo para o público leigo, "porque apenas repetem o *familiar*". O equívoco dos cientistas sociais, segundo Giddens (1997), é considerar as crenças populares como algo a ser corrigido, e ele pondera que "crenças estabelecidas não são apenas descrições do mundo social mas, como produto organizado dos atos humanos, são a própria base da constituição desse mundo" (1997:284).

Danziger (1997) ressalta que as críticas direcionadas à crença na superioridade dos especialistas são diversas e partem de diferentes correntes filosóficas, como a fenomenológica e a humanista. A primeira rejeita a dicotomia sujeito-objeto e a segunda valoriza a descrição do indivíduo de suas próprias ações, mas também é criticada por manter a cisão entre sujeito-objeto, ao apoiar-se no individualismo.

O construcionismo social, segundo Danziger, parte de uma base diferente, pois considera que o conhecimento é gerado por práticas, que são necessariamente práticas sociais e, neste sentido, é uma co-realização. A maneira de produzir qualquer conhecimento depende principalmente das práticas discursivas, razão pela qual:

a linguagem ocupa uma função primordial na realização dessas práticas. Não representa um mundo objetivo previamente existente, mas *constitui* tal mundo. Qualquer mundo conhecido é, portanto, sempre um mundo co-constituído e a maneira de sua constituição depende das relações discursivas (1997: 406).

Daí resulta uma posição que não diferencia o conhecimento leigo do científico e, além disso, evidencia que há um intercâmbio entre eles, se focalizarmos as práticas discursivas nas diversas interações, sejam científicas ou cotidianas. Ressalta ainda que:

Para obter informação de ou sobre seus sujeitos/objetos humanos, os pesquisadores destas ciências devem interagir com eles, devem comunicar-se com eles, o que requer uma certa dependência das categorias do discurso leigo (DANZIGER, 1997: 406)

Vários estudos construcionistas têm se dedicado a ilustrar, de diferentes formas, os dois temas: a desmistificação da autoridade científica e a construção discursiva do conhecimento. Aqueles que focalizam a dependência da prática científica do discurso leigo, aspecto mantido às escondidas nas pesquisas tradicionais, levam à desmistificação da prática científica, pela revelação dessa dependência, como é o caso dos estudos de Steier²⁸ (DANZIGER, 1997: 407).

Os efeitos dessa revelação, caracterizada como um tipo de reflexividade, levam a uma reformulação dos processos de pesquisa, como configurado por Danzinger:

Uma vez que a dependência do conhecimento científico na compreensão leiga é completamente reconhecida, torna-se impossível acreditar no valor de uma pesquisa realizada

²⁸ Frederick Steier (1991) – *Research and Reflexivity*. London/Newbury Park, CA: Sage.

sobre objetos humanos. Ao invés disso, a pesquisa se torna uma atividade engajada *com* sujeitos humanos. Os resultados desta atividade constituem numa co-produção, ou co-construção, na qual todos os participantes desempenham uma papel ativo (1997: 407).

Os desdobramentos da compreensão do conhecimento como co-construído são discutidos por P. Spink (2001), em seu artigo sobre Políticas Públicas e Práticas Públicas, onde assinala o compartilhamento de poder na construção de sentidos. Identifica historicamente a existência de movimentos nos quais havia, de modo subjacente, uma concepção parcial de conhecimento, que denomina co-propriedade, ainda numa época pré-construcionista, como na perspectiva inicial da investigação-ação dos anos 50 e 60, nas pesquisas de campo antropológicas e nos trabalhos de Paulo Freire e Fals Borda. Entretanto, enfatiza que o compartilhamento de poder ainda é novo na psicologia social e explica sua função:

(...) busca desconstruir a relação entre pesquisador e pesquisado, colocando a influência recíproca e a contradição entre conhecimentos como inevitável, e assumindo fala-como-ação, enquanto meio para a construção de alternativas dos sentidos – como práticas.

M. J. Spink (2002), em seu artigo "Pisando em Ovos: uma reflexão construcionista sobre ação na área de saúde", discute a importância do senso comum no processo de construção dos sentidos, ao trazer para o debate o conceito de ação como *enação*, proposto por Varela e outros (1995)²⁹ que, apesar de ser posicionado como cognitivista, aproxima-se do construcionismo, pois rompe com a cisão mente/mundo, dentro/fora, ao entender conhecimento como:

o resultado de uma interpretação, que emerge de nossas capacidades de compreender. Essas capacidades estão enraizadas nas estruturas de nossa personificação biológica,

²⁹ F. Varela, E. Thomson & E. Rosh (1995). *The embodied Mind – Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge, Mass: MIT Press.

mas são vividas e experienciadas no domínio de uma ação consensual e histórica cultural (1995, apud SPINK, 2002: 4).

O que essa definição enfatiza é o senso comum, precisamente o que vai dar sustentação à interpretação, entendida como a ação que possibilita o conhecimento e que por isso é chamada de *enação*, ou tramitação, pois ela se dá num movimento "que faz emergir o sentido, a partir de um pano de fundo de compreensão" (SPINK, 2002: 4).

Além de enfatizar a importância do senso comum, a proposta de Varela, segundo Spink, "também recupera o papel da experiência no desenvolvimento das capacidades de compreensão" (2002: 5). E essa experiência não é vivida num sentido individualizado, mas sim compartilhado, o que valoriza a presença dos outros e se aproxima da psicologia social numa perspectiva construcionista, permitindo entender que "os padrões cognitivos construídos dialeticamente, no fluxo da ação, são inevitavelmente co-construções, que brotam do tecido cultural, mediatizado pelas estruturas sensório-motoras próprias da espécie humana" (2002: 5)

Essas discussões podem ser conectadas também com o que postula Shotter (1993) sobre as consequências de focalizar os estudos da psicologia social construcionista no contexto conversacional das atividades cotidianas, onde a atenção volta-se para os eventos que ocorrem no espaço interacional, no qual há um fluxo contínuo de comunicação entre os seres humanos.

É nesse espaço interacional que ocorrem o que chama de *ação conjunta*, "da qual originam-se e são formadas todas as outras dimensões das interações interpessoais socialmente significantes, com seus modos de ser subjetivos ou objetivos" (1993: 7).

As diferentes formas de falar existentes nos espaços conversacionais de nossas vidas são o foco de interesse, que permaneceu em silêncio nas outras concepções teóricas da Psicologia. São responsáveis por um tipo de conhecimento que nos faz ser uma pessoa deste ou daquele tipo, que não é teórico, pois é um conhecimento prático, que também não é meramente um conhecimento ou esquema, pois é um conhecimento conjunto, que realizamos com as outras pessoas. "É um terceiro tipo de conhecimento, que não pode ser

reduzido nem a um nem a outro, o tipo de conhecimento que as pessoas *têm de dentro* de uma situação, um grupo, uma instituição social, ou sociedade" (SHOTTER, 1993: 19)

Há um interesse nos problemas relacionados com as trocas lingüísticas, com "a natureza do *background*" do nosso sentido comum cotidiano, que se estrutura e se modifica à medida que vivemos nossa vida" (1993: 33). O *background* é caracterizado como emergindo de todas as atividades e estas, por sua vez, direcionam-se de volta a ele, a partir do qual se julga a adequação dessas atividades, que podem repercutir nele para modificá-lo, no decorrer do tempo (1993: 34).

Os estudos fundamentados na perspectiva construcionista têm em comum, segundo Shotter, buscar compreender como constituímos e reconstituímos o senso comum ou *ethos*, como também o modo como nos fazemos ou nos refazemos, nesse processo.

A maneira como se dá esse processo é analisada por Shotter ao focalizar como:

(...) nas relações eu-outro cotidianas, desordenadas e práticas que constituem as bases comumente inadvertidas de nossa vida, construímos entre nós, sem sabê-lo, essas formas organizadas de relação (intralingüística) que antes denominei "relações pessoa-mundo" (1993: 35).

O processo se dá num fluxo bidirecional de atividades e práticas relacionais entre o eu e o outro, que são também sensorialmente canalizadas. Esse processo é entendido a partir de dois pólos: de um lado, os recursos lingüísticos que sustentam as práticas discursivas entre as pessoas (eu-outro), que são proporcionados pelo *background* em que estão inseridas; por outro lado, as pessoas agem sobre esse *background* para modificá-lo (SHOTTER, 1993).

Desse processo bidirecional resulta a maneira do falar cotidiano sobre nós mesmos, sobre as pessoas que nos rodeiam e sobre as circunstâncias. Além disso, tudo o que é descartado dessa "realidade", considerado como imaginário, inexistente, impossível e mesmo o que nem sequer é qualificado, por não emergir nem na fala, nem na ação, tudo isso é proporcionado por um *ethos* de base.

2.4 Re-situando os objetivos de pesquisa no enquadre dialógico

O problema de pesquisa é o resultado do diálogo travado com diversos interlocutores e interlocutoras, considerado desta forma como uma co-construção, onde os vários elementos que compõem esse campo foram ouvidos, a fim de entendermos as possibilidades de sobrevivência da pesca artesanal em Ipioca. Para alcançar essa compreensão procuramos responder às seguintes perguntas: como circulam nas diferentes falas os motivos para o desaparecimento dos peixes?; quais as possibilidades de solução para esse problema que emergem das falas dos (as) diversos (as) interlocutores (as)?; quais os meios de viabilizar as soluções que circulam nas diversas falas?

3. Mas afinal, por que me preocupar com o desaparecimento dos peixes? Dando visibilidade ao processo de construção da pesquisa.

Foram quatro longos, mas prazerosos, anos de envolvimento com os pescadores e pescadoras de Ipióca. Anos em que o "problema" de pesquisa oscilava de um foco para outro. Este capítulo busca, de um lado, historiar esse trajeto; de outro lado, explicita os procedimentos de coleta e análise das informações.

3.1 – O que é estar em campo?

A pesca pode ser comumente associada a uma atividade de lazer e foi assim que tive meus primeiros contatos com pescadores e pescadoras, desde que fixei residência em Maceió, muitos anos antes de iniciar o doutorado. Foi quando se produziram alguns conhecimentos.

Uma cidade rodeada pelas águas do mar e das lagoas e com um clima tropical o ano todo proporcionou-me viver em contato com a pesca, particularmente na minha convivência, durante alguns anos, com a população da beira da lagoa, na Massaguera, onde tínhamos um sítio. Lá conheci, de perto, não só diversos tipos de pesca (siri, camarão, despescar caiçara), mas principalmente os problemas das pessoas do lugar, ao conversar e ouvir o que afligia aqueles (as) que viviam da pesca: a poluição da lagoa, que prejudicava a aparição dos peixes, o confisco pela Marinha dos candangos [redes de arrasto] usados para a pesca do camarão, e outros mais.

A aproximação entre esse conhecimento do cotidiano, adquirido nos fins de semana de lazer e o conhecimento acadêmico deu-se em um local diferente e muitos anos depois. O início dessa união ocorreu quando do projeto de extensão relatado anteriormente, durante a reunião convocada para conversar com as

mulheres pescadoras da região. O grupo, entretanto, era de mães da Igreja católica de Ipioca e, dentre elas, havia algumas que pescavam. Indagadas sobre o que gostavam de fazer, uma delas disse

O que gosto mesmo é de *pegar na caneta*. Tenho um aparelho no pulmão, mas não quero ficar em casa como doente imaginando, prefiro ir para a roça e para a pesca.

Perguntei o que era *pegar na caneta*. Todas riram e ela me respondeu que era pegar na enxada. Esse primeiro encontro, evidentemente, me cativou. Isto ocorreu em fevereiro de 1997 e continuei a participar das atividades desse grupo até dezembro de 1998.

Entre os estudos teóricos que realizava como professora de Psicologia Social, entusiasmei-me a metodologia etnográfica utilizada por Denise Jodelet nos seus estudos sobre as representações sociais da loucura e, especialmente, a ênfase na necessidade de uma longa permanência no campo de pesquisa. Tinha terminado o mestrado naquele momento e essa leitura me levou a pensar em aproveitar as atividades acadêmicas e iniciar a pesquisa antes de ir ao doutorado, em função do tempo necessário.

Foi assim que escolhi Ipioca. O fator instigante foi o convite para conversar com as mulheres pescadoras do lugar. Ainda estava embalada pelas conversas com as mulheres cardíacas, objeto de minha pesquisa de mestrado e movida pelo desejo de criar espaços de diálogo com as mulheres. Isto foi possível com o grupo de mães, que depois se constituíram como o grupo da terceira idade de Ipioca. Entretanto, as pescadoras continuavam a me intrigar, e assim fui procurá-las. Consegui encontrá-las através da rede social desse mesmo grupo, onde uma me levava à outra, até que cheguei a uma mulher pescadora de curral e aí se deu a ancoragem seguinte.

Aliada ao meu percurso acadêmico, a convivência anterior com a pesca e seus problemas levou-me a considerar a atividade de pesca como um campo de pesquisa. O pessoal e o acadêmico refletem meu interesse de contato com as

questões sociais e com o compromisso do psicólogo social, de pensar sobre elas, através do diálogo com diferentes interlocutores.

Essas reflexões sobre campo de pesquisa estão em consonância com as discussões realizadas pelo professor Peter Spink (2003), a respeito das ressignificações do conceito de campo de pesquisa em Psicologia Social. Pautado por uma perspectiva construcionista, esse pesquisador compreende que os horizontes e lugares são produtos sociais e não realidades independentes. Nesse sentido:

O *campo* começou a ser visto, não como lugar específico, mas como a situação de um assunto, os múltiplos sítios que o produzem e que o circundam. Nessa ótica, não é o campo que tem o tema, mas é o tema que tem o campo (SPINK, P., 2003: 4).

Outro ponto de conexão, que penso estar relacionado com a forma de construção desta pesquisa é a noção de *conhecimento de terceiro tipo*, formulada por Shotter e discutida por Ibañez (2001), que se refere ao conhecimento construído de dentro de uma situação, o que

nos permite conhecer, em cada momento, que cursos de ação estão abertos, que tipo de relações se estão produzindo, que é o seguinte passo que move a situação em seu processo de estruturação incessante (2001: 208).

Esse conhecimento é possível se o pesquisador puder desprover-se de regras delimitadoras e de objetivos especificados a priori e entender a pesquisa como ação social, que se produz na interação com o campo, como definido anteriormente. É nesse sentido que as situações foram se delineando, durante o processo de pesquisar, e isso só possível com a adoção de um modelo etnográfico.

3.2 A etnografia na Psicologia Social.

Considero o encontro com Isolda, a pescadora de curral, como um segundo momento no campo da atividade da pesca. Acompanhei a pesca de curral que realizava durante dois anos, de forma sistemática, e metodologicamente influenciada pela pesquisa etnográfica. Além das conversas em sua casa, participei da pesca, observando o fazer e as questões implicadas nesse fazer. O interesse era conhecer essa atividade de pesca, especialmente por ser realizada por uma mulher.

Num desses dias de pesca, inspirada pelo método empregado por Oscar Lewis (1992), acompanhei a pescadora desde sua saída de casa até o retorno. O ir e vir da pesca possibilitou-me o conhecimento de vários aspectos dessa atividade.

O primeiro deles, refere-se à estratégia utilizada por Isolda para pescar. Ao adaptar o tamanho da rede às suas condições físicas, reconstrói, cria e recria uma outra lógica, dentro da prática já existente, o que só pude entender depois de ter pescado com a rede utilizada por um pescador, muito mais pesada do que a dela. Essa compreensão foi possível depois da conversa com Isolda, a respeito das dificuldades que tive em utilizar aquela rede. Foi através do fazer e do dialogar a respeito desse fazer que pude dar um sentido a essa prática e compreender como tornar possível a sua realização.

Tive a oportunidade também de encontrar outra mulher pescadora de curral, que me contou que, depois de pagar várias vezes uma pessoa para concertar um dos paus do curral, encontrou uma estratégia para que ela mesma pudesse concertá-lo, aproveitando o movimento da maré para levar o pau até o curral, compensando assim a força que não tinha.

O caminho de casa até o curral é longo e, nesse percurso, o encontro com outros (as) pescadores (as) e as paradas para a conversa permite conhecer a rede de relações estabelecidas entre aqueles (as) que exercem a mesma atividade.

A presença do sobrinho de um pescador, durante a atividade de pesca no curral foi outro aspecto observado, que caracteriza a maneira de transmissão do conhecimento da pesca, de um para o outro, na prática, entre os parentes e amigos e, mais comumente, entre pais e filhos.

Um ponto que me chamou a atenção, num dia de pesca, foi a maneira pela qual nomeiam a ação de pescar no curral, que é “despescar”, o que me levou a refletir sobre a palavra des [ação contrária] – pescar, e a pensar que a pesca, quem faz é o curral, por ser uma armadilha para prender os peixes, cabendo ao (à) pescador (a) fazer a despescar.

Prestar atenção nas palavras e buscar seus significados, como naquele momento, com relação a “despescar”, evidencia uma imersão tanto no campo de pesquisa, como no referencial teórico das práticas discursivas e na produção de sentido do Núcleo.

A etnografia, apesar da sua utilização nas diferentes áreas das ciências humanas, inclusive na Psicologia, é uma metodologia emprestada da Antropologia e não me era nada familiar.

Conhecer várias etnografias, algumas clássicas, como a *Briga de Galos* (GEERTZ, 1989), *Os filhos de Sanchez* (LEWIS, 1992), outras utilizadas nos estudos sobre AIDS (TOURIGNY, 1998; BOURGOIS, 1998); na área organizacional (CAVEDON, 1999); no âmbito escolar (PAUL WILLIS, 1977), além de algumas teses que utilizaram a etnografia como metodologia, na etnoecologia (SANCHES, 1997), na psicologia social (CRUZ, 2001), foi uma maneira de aproximar-me desse referencial.

Essas leituras permitiram entender a etnografia apenas do ponto de vista metodológico. Entretanto, a leitura do livro *A Experiência Etnográfica* de James Clifford (1998), especialmente do capítulo “Sobre a Autoridade Etnográfica”, associada com a leitura do livro *Ideologia e Cultura Moderna* de J.Thompson (1990), no capítulo onde aborda as concepções antropológicas de cultura ampliou minha compreensão dos diferentes estilos encontrados nas etnografias.

As mudanças nos estilos narrativos estão relacionadas com as ocorridas na Antropologia, ao longo do tempo, influenciadas pelas diferentes concepções

epistemológicas, que buscam legitimar os discursos sobre o contexto social e cultural a que se referem (GONÇALVES, 1998).

Thompson (1990) sistematiza quatro concepções de cultura: clássica, descritiva, simbólica e estrutural.

Clifford (1998), por sua vez, focaliza a variação dos estilos da escrita etnográfica, para entender os processos de construção da noção antropológica de cultura. Evidencia, nos textos etnográficos, quatro modalidades de autoridade: experiencial, interpretativa, dialógica e polifônica. O sentido de autoridade usado por Clifford é explicado por Gonçalves, organizador do livro, que diz estar relacionado às estratégias retóricas utilizadas pelo autor, para construir sua presença ou ausência no texto e garantir, em termos epistemológicos, a legitimidade do seu discurso sobre o contexto social e cultural que pretende representar.

A imbricação desses dois textos, que mostrarei a seguir, amplia a compreensão da etnografia, para além da questão metodológica.

A concepção clássica, Thompson (1990) a localiza no final do século XVIII e início do XIX, quando o conceito de cultura foi articulado entre filósofos e historiadores alemães. Segundo o autor, ela poderia ser definida como: "o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos, e ligado ao caráter progressista da era moderna" (1990: 170).

Nesta época, a Antropologia não era uma disciplina e as etnografias eram escritas por missionários, viajantes, comerciantes e não tinham, portanto, status científico, muito embora os autores tivessem um conhecimento das populações maior do que o dos pesquisadores, que começavam a pesquisar. Como diz Clifford (1998), "antes do final do século XIX, o etnógrafo e o antropólogo, aquele que descrevia e traduzia os costumes e aquele que era o construtor de teorias gerais da humanidade, eram personagens distintos" (opus cit, 1998: 26).

Só no final do século XIX, como pontua Thompson (1990), o conceito de cultura é incorporado à Antropologia, que acaba de emergir como disciplina, e as mudanças na sua concepção propiciam uma melhor adaptação à descrição

etnográfica de outras sociedades não européias. A cultura passa a ser um objeto de pesquisa sistemática, que envolve comparação, classificação e análise científica, como se comprova nos trabalhos de Malinowski e outros. Thompson define a concepção descritiva:

A cultura de um grupo ou sociedade é o conjunto de crenças, costumes, idéias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade (1990: 173)

Essa época também é demarcada por Clifford (1998), que evidencia a mudança que vai ocorrendo no status do etnógrafo, à medida que se funde a pesquisa empírica com a teoria, a análise cultural com a descrição etnográfica. Identifica nos textos etnográficos, que vão sendo formulados com o intuito de garantir a cientificidade do conhecimento produzido, a autoridade experiencial, baseada na experiência do pesquisador que observa e participa e, a partir dessa experiência, escreve um texto representacional. Podemos observar, nesse contexto, a influência de uma epistemologia positivista que marcava, no início do século XX, a produção de outras áreas das ciências humanas, a Psicologia inclusive.

A concepção simbólica, sistematizada por Thompson, identifica que a análise cultural passa a ser a elucidação dos padrões de significado e a interpretação das formas simbólicas, a cultura sendo então definida como:

o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, o que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças (1990: 176).

A obra de Geertz é assinalada, pelos dois autores, como a que se destaca na literatura antropológica pelo uso da interpretação, como abordagem

metodológica. Apesar das críticas de Thompson a essa obra, ele considera que ela apresenta a mais importante formulação do conceito de cultura. Clifford (1998), aparentemente, faz uma análise mais ampla, para entender a mudança de enfoque da experiência para a interpretação, apontando a influência da tradição hermenêutica de Dilthey, a partir da qual "a 'experiência' etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências" (1998: 36).

A tradução da experiência em texto é a questão chave para se compreender o significado da interpretação, afirma Clifford, que a aponta como tendo consequência importante para a autoridade etnográfica.

Os dados assim englobados não precisam mais ser entendido como a comunicação de pessoas específicas... esses textos se tornam evidências de um contexto englobante, de uma realidade 'cultural' (1998: 41).

O que podemos observar é que a etnografia interpretativa transita de uma tradição positivista para uma fenomenológica.

A concepção estrutural preocupa-se em evitar as limitações das abordagens estruturalistas. Thompson propõe um referencial metodológico (hermenêutica de profundidade) no qual a pesquisa etnográfica consistiria no estágio preliminar, quando se reconstruiriam as maneiras pelas quais as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas, nos vários contextos da vida social. Não me parece haver nesta concepção uma outra forma de entender a cultura, diferente da concepção simbólica, pois Thompson apenas a coloca dentro do referencial da sociologia funcionalista, para que possibilite uma análise estrutural da sociedade.

O referencial epistemológico dessa concepção ainda se mantém na fenomenologia, fundamentando-se na interpretação.

Enquanto a autoridade etnográfica, analisada por Clifford, avança no sentido de observar novas mudanças nos textos etnográficos – pois talvez se

possa dizê-los influenciados pela corrente pós-moderna e por um referencial construcionista –, observa que "paradigmas de experiência e interpretação vão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia" (1998: 43).

O modelo discursivo de prática etnográfica é observado por Clifford, como focalizando a intersubjetividade de toda fala, ao mesmo tempo em que identifica o contexto performativo imediato. A etnografia de alguns autores é realizada num processo dialógico, em que os interlocutores negociam ativamente uma visão compartilhada de realidade.

A autoridade do etnógrafo é totalmente questionada no modelo polifônico identificado por Clifford, pois atribui aos colaboradores não apenas o status de enunciadore independentes, mas também de escritores, embora isso ainda seja considerado utópico.

Penso ser útil tecer considerações sobre algumas diferenças e semelhanças, sobre o emprego da etnografia pelos antropólogos e por nós, psicólogos.

A primeira que destacarei é o problema da língua, sem todavia me aprofundar nos diversos aspectos relacionados a essa questão. Dentre eles, o que me parece importante destacar é a diferença em relação aos trabalhos etnográficos clássicos, onde o pesquisador tinha que aprender a língua do lugar, pois na maioria das pesquisas, seu objeto de estudo eram povos que falavam uma língua completamente desconhecida, o que exigia um tempo para essa aprendizagem. Muito embora os antropólogos também façam, hoje, suas pesquisas com grupos mais próximos de seu entorno, como bem discute Augé (1994), sobre a mudança do objeto de estudo dos antropólogos, focalizando os não-lugares. Além de usos mais recentes da etnografia, de forma virtual³⁰.

A maioria das pesquisas que utilizam a etnografia, realizadas no âmbito da Psicologia, não lidam com o problema de uma língua estrangeira. Por outro lado, por entendermos a linguagem como muito mais do que a compreensão da língua, podemos observar que o estudo de qualquer grupo social requer uma

³⁰ Christine Hine - Virtual ethnography, Sage, 2000.

familiaridade com os diversos sentidos produzidos pela linguagem em uso, como foi discutido anteriormente.

Esse aspecto pode ser observado nas etnografias com grupos de adolescentes (WILLIS, 1977) e de usuários de drogas (BOURGOIS, 1998), como se vê constantemente no meu campo de pesquisa. Havia uma série de expressões referentes à atividade de pesca, como por exemplo: "já estava na hora do lançamento", o que queria dizer que a maré começava a encher. Outras como, "era hora da praia", que queria dizer que a maré já estava seca o suficiente para ir pescar. Depois, com os diferentes sentidos das palavras utilizadas, em função do regionalismo. Um uso que me chamou a atenção foi o do verbo "abusar", para referir-se a ultrapassar os limites de segurança, quando o pescador fala sobre o perigo que corre aquele que não tem conhecimento dos limites necessários entre um pescador e outro, na pesca de mergulho: "(...) é uma coisa que esses *garoto novo* fazem, que não têm conhecimento e *abusa* dessa idéia.....". Há outros sentidos para *abusar*, na região, pois também se diz que uma pessoa está *abusada*, quando está mal-humorada.

Um segundo aspecto a considerar, em termos das diferenças entre falar de uma etnografia na Psicologia ou na Antropologia, está relacionado ao objetivo da investigação. Observamos que, nesta última, a pesquisa é realizada, na maioria das vezes, para conhecer a estrutura social de uma população ou grupo social e comparar com outros grupos ou sociedades. A Psicologia, por sua vez, focaliza seus estudos nas relações interpessoais e não tem a pretensão do conhecimento da sociedade como um todo.

A ruptura das ciências sociais com o modelo positivista tem levado à busca de outros métodos de investigação, para outras formas de se compreender a realidade social. A Psicologia Social tem importado de outras áreas das Ciências Sociais métodos qualitativos, cujos procedimentos favorecem a compreensão dos processos sociais e de sua natureza (IBÁÑEZ & ÍÑIGUEZ, 1996).

A etnografia é um desses métodos, importado da Antropologia Cultural, e se refere a um método de investigação que permite a apreensão dos significados culturais do grupo social analisado (opus cit, 1996: 74).

Afinal, o que é Etnografia? Várias são as formas de defini-la, como por exemplo:

o termo etnografia refere-se primariamente a um método particular ou a uma série de métodos. Em sua forma característica, envolve a participação do etnógrafo, na vida diária das pessoas por um extenso período de tempo, observando o que acontece, escutando o que é dito, fazendo perguntas – de fato, coletando todos os dados que estão disponíveis para lançar luz nos temas que são o foco da pesquisa” (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1995: 1).

Ibáñez & Íñiguez (1996), ampliam essa definição, ao considerar que a etnografia refere-se indistintamente a um processo – o método de investigação, ou a um produto – o resultado da investigação. E para diferenciar esses dois enfoques, tais práticas denominam-se pesquisa etnográfica ou de tipo etnográfica. Descrevem uma série de procedimentos que o (a) pesquisador (a) realiza: técnicas de entrevistas, análises de textos e documentos e outros procedimentos e os classificam como quase-etnográficos, se utilizados por um curto período de tempo.

As atividades desenvolvidas durante as visitas a Ipioca foram de diversos tipos: conversas com as mulheres, adolescentes, pescadores e pescadoras, entrevistas gravadas, reuniões de associações, pesca, fotos. Esse momento configura-se pela utilização da etnografia como método de investigação, porém adaptado, o que significa que não foram seguidos fielmente os passos de uma etnografia, nos moldes antropológicos. Apesar ter em comum o registro do diário de campo, a observação participante, as entrevistas, nem todos os grupos sociais do lugar foram contatados e, além disso, não morei em Ipioca. O que movia o pesquisar era o interesse em conhecer de dentro as situações cotidianas.

A familiaridade com o lugar e com as pessoas se deu pelas atividades realizadas com diferentes grupos, pela frequência semanal das visitas, nos dois primeiros anos, e pela duração de quatro anos de contatos com os diversos interlocutores.

Por outro lado, posso considerar a etnografia como um produto resultado da investigação, ao dar ênfase à discussão sobre os relatos de pesquisas e decidir por apresentá-los de forma narrativa. Esta é uma forma de discussão pouco comum, no âmbito da Psicologia, e o que faz obstáculo a esse debate, está relacionado com o referencial epistemológico positivista, dominante nas pesquisas realizadas neste campo. Na Antropologia, porém, o estilo dos relatos de pesquisa, especialmente no que se refere à etnografia, tem sido tratado como reflexo do referencial que o sustenta, como foi apontado anteriormente.

Seale (1999), na discussão que apresenta sobre reflexividade e escrita, no seu livro *The Quality of Qualitative Research*, redireciona o debate realizado por Clifford (1998), apresentado anteriormente, e situa o estilo dos relatos das etnografias em duas vertentes: confessional e reflexivo.

O estilo confessional, em analogia ao ato de confissão dos católicos, é considerado por Seale (1999) como usado para diferentes propósitos, de forma a mascarar diversos graus de arrependimento. Esse estilo é identificado nos relatos realistas, que se constituíram como padrão durante muitos anos, nos quais a preocupação se centrava em tornar o autor invisível, para evitar o viés da subjetividade do pesquisador, por meio da descrição das experiências do trabalho de campo. Foi o que Clifford chamou de estilo descritivo, que reivindica a autenticidade dos fatos.

A outra versão apresentada por Seale (1999), da explicação reflexiva do relato metodológico, está conectada com o já conhecido procedimento convencional, utilizado tanto pelas pesquisas quantitativas como qualitativas, que tem por princípio possibilitar a replicação dos procedimentos, como estratégia que viabiliza a credibilidade da pesquisa.

As orientações teóricas e as preconcepções do pesquisador são acrescentadas, por Seale (1999), à lista dos detalhes dos procedimentos metodológicos, como também fazendo parte da reflexividade, em pesquisa. Refere-se às pesquisadoras feministas, que defendem a reflexividade nesse nível,

e cita a afirmação de uma delas: "rigor envolve ser claro quanto às próprias suposições teóricas" (MAYNARD, 1994,³¹ apud SEALE:1999: 163).

Os limites da reflexividade também são considerados por Seale, ao observar que na palavra *teoria*, subentendem-se muitas coisas como: valores, preconceitos e desejos subconscientes do pesquisador, que não estão acessíveis para serem explicados por quem está sob sua influência. Tais dificuldades levam os (as) pesquisadores (as) a persistirem num empiricismo não reflexivo – para escapar das mesmas ou de relatos confessionais – o que pode ser entendido como uma forma de lidar com o problema da validade ou credibilidade de seus relatos.

O relato caracterizado por Seale (1999) como de um nível intenso de reflexividade não está direcionado para a tentativa de dar credibilidade, pois está interessado em descentralizar a autoridade do escritor, para favorecer a emergência de vozes que são reprimidas ou contraditórias. Nesses relatos, são incluídos os dos informantes, bem como formas poéticas e ficcionais. Esse estilo corresponde ao dialógico e polifônico, descrito por Clifford (1998).

O que observo como relevante nessa discussão proporcionada pela leitura de Clifford (1998) e de Seale (1999) é que os estilos refletem as mudanças de posicionamentos epistemológicos, em relação à produção de conhecimento. Creio que a importância de introduzir essa discussão na Psicologia, levando em conta uma crescente produção de pesquisas qualitativas e o uso de métodos etnográficos, é a possibilidade de entender que o estilo da escrita, bem como a metodologia utilizada, não se vinculam apenas aos objetivos propostos. É importante compreender que há uma perspectiva filosófica que sustenta a produção de conhecimento.

A escolha do estilo narrativo deste relato pode estar relacionada, certamente, à questão dos limites da reflexividade, como aponta Seale (1999). Por outro lado, essa escolha tem o sentido da postura reflexiva, que resulta numa ética

³¹ M. Maynard (1994). Methods, practice and epistemology: the debate about feminism and research. In: Maynard, M. & Purvis, J. (eds), *Researching Women's Lives from a Feminist Perspective*. London: Taylor and Francis.

dialógica e por isso está voltada para dar visibilidade ao processo de construção da pesquisa.

3.3 Abrindo a escuta, o “problema” deixa de ser só meu

Durante um dos encontros com Isolda, ela se referiu à pesca de uma moréia³² de não sei quantos quilos. Foi quando percebi os perigos envolvidos na pesca, pois já conhecia a fama deste peixe desde os primeiros tempos e, influenciada pelas aulas da professora Spink sobre Risco na Modernidade Tardia, comecei a fazer uma mudança de foco. Quis entender que noções de risco apareciam na fala dos (as) pescadores (as), inicialmente apenas como um exercício para a disciplina que mencionei anteriormente.

Querer entender o risco, na pesca, levou-me a uma mudança de método, ou seja, das conversas informais passei a fazer entrevistas com outros (as) pescadores (as) com o objetivo de entender os perigos da pesca.

Não foi de risco ou perigo que me falaram os (as) pescadores (as), pois isso para eles era um problema de iniciante, de quem não tinha conhecimento sobre pesca, e não dos experientes. O que me disseram esses (as) outros (as) interlocutores (as) estava em consonância com o que já ouvia desde o tempo vivido em contato com esse campo da atividade pesqueira. E o que chamou a atenção foi a constante referência ao problema da diminuição dos peixes e suas preocupações com a possibilidade do fim da pesca.

Essa questão passou a ser vista como o maior problema vivenciado por todos (as) os (as) pescadores (as) das atividades de pesca artesanal existentes em Ipioca e, desde esse momento, converteu-se no foco do meu interesse.

A partir do que diziam os (as) pescadores sobre o problema, outros interlocutores passaram a ser contatados, ou seja, a constante referência ao IBAMA me levou a esse órgão, para buscar informações sobre projetos que

³² Peixe anguiliforme, cujas espécies mais conhecidas são a moréia comum ou enguia. Dicionário da Língua Portuguesa. Silveira Bueno.

pudessem atender às necessidades dos pescadores, quanto à preservação de sua atividade.

Conhecer mais sobre Ipioca, além do que me contavam seus moradores, levou-me aos dados históricos, nos livros do Arquivo Público do Estado e na biblioteca do Instituto Histórico. Para obter dados demográficos sobre a população de Ipioca, procurei a Secretaria do Planejamento da Prefeitura, e lá encontrei um projeto de desenvolvimento sustentável para a região.

Todas essas novas informações me surpreenderam, como uma correnteza de força contrária ao que antes me interessava. Esse redemoinho de informações ampliou a questão que me movia anteriormente: de entender como uma mulher gerenciava uma pesca tradicionalmente masculina, para um problema mais amplo, que envolve as possibilidades da sobrevivência da atividade pesqueira. O que está envolvido nesta mudança não é apenas o objeto de pesquisa, é o compromisso social, ético e político, como referido anteriormente.

O método utilizado para chegar aos (às) pescadores (as) foi a rede social, da qual já faziam parte: Isolda, a pescadora de curral, e a psicóloga do posto, que embora não trabalhasse mais ali, era moradora do lugar. E elas me apresentaram a alguns pescadores e pescadoras. A noção de rede social estava muito presente para mim, particularmente devido à leitura do artigo de Boissevain (1987), o que me levava a observar tanto a rede social, que existia no campo de pesquisa, como a que construía para a obtenção de informações e construção deste campo de pesquisa.

Falar em rede requer um certo cuidado, pois constitui hoje um termo amplamente utilizado, tanto na ciência como no cotidiano, como diz Latour (1999).

Não tenho a pretensão de discutir amplamente o conceito de rede, proponho-me apenas a comentar os textos e as discussões que encontrei a respeito, e como isso me ajudou a pensar sobre a metodologia e o campo de pesquisa.

Boissevain (1987), por exemplo, começa o texto relatando a história que lhe contou um professor siciliano, sobre como resolveu um problema que teve com seu filho mais velho, através da sua rede de amigos. Interessante observar que ele

considera tanto os problemas, relacionados com a condição de siciliano do professor, como a forma de resolvê-los. O problema, talvez imaginário, como diz Boissevain, era a sensação de estar sendo perseguido por um outro professor, que tentava impedir o filho de entrar na universidade, para desmoralizar sua família. A solução foi utilizar os amigos e amigos de amigos, inclusive os mafiosos, impondo um clima de ameaça ao causador do problema.

O que Boissevain pretende, ao relatar essa estória, é focalizar nas relações de amizade o elemento básico da vida social. Observa que as pessoas utilizam a rede social de amigos, parentes, colegas de trabalho para resolver seus problemas e alcançar seus objetivos. Considera que isto se dá de forma dinâmica, através das coalizões e manipulações dos indivíduos entre si, e não tem um caráter permanente, como pretende mostrar a visão funcionalista estrutural, que vê a sociedade como "um sistema de grupos permanentes, composto de *status* e papéis sociais, apoiados por um sistema de valores e sanções conexas, que operam na manutenção do sistema em equilíbrio" (p.198).

Boissevain (1987) faz uma crítica à visão funcionalista estrutural do comportamento social e da sociedade, visão que dominou a Sociologia e a Antropologia. Ele considera que o modelo funcionalista estrutural não é adequado para analisar a maneira como realmente se dá a interação social. Por exemplo, ele diz que:

as pessoas decidem seu modo de agir baseadas no que é melhor para elas, e não como os funcionalistas estruturais nos fariam crer, somente baseadas nas normas de comportamento aceitas e sancionadas. Portanto, o homem é também um manipulador, um operador com interesses próprios, do mesmo modo que um ser moral. Ou seja, ele está constantemente tentando melhorar ou manter sua posição, escolhendo entre rumos alternativos de ação (1987:200).

Achei pertinente o questionamento que faz Boissevain, das perguntas geralmente utilizadas para se buscar os motivos de uma ação social, como por

exemplo: “por que ele fez isso?”, que são questões funcionalistas-estruturais. Sugere então que se pergunte: “que proveito ele está tirando disso?”. Passa-se assim a deslocar o foco, da causalidade da ação, para sua intencionalidade, o que está vinculado a uma visão pragmática das relações sociais.

Sua crítica ao funcionalismo estrutural transcende os problemas teóricos e metodológicos, por exemplo, que eliminam os dados que não se encaixem nesse modelo. Focaliza também as questões políticas envolvidas na produção de pesquisas na Antropologia que, em sua maioria, foram produzidas nos territórios colonizados e financiadas pelos colonizadores. Esta situação favoreceu a manutenção de um referencial epistemológico que atendesse o interesse político dos patrocinadores.

E aponta as relações de poder que se estabelecem no mundo acadêmico, mostrando a existência de uma rede de relações, que impede a mobilização e a mudança, favorecendo a manutenção de posições acadêmicas e de teorias. Considera que esses aspectos inibem o desenvolvimento da pesquisa científica. Ao levar em conta que Boissevain publicou pela primeira vez esse artigo em 1974 e vislumbrando uma mudança a longo prazo, vemos que a situação não mudou até hoje, na academia.

Outro método para conhecer mais amplamente o campo foi procurar documentos que informassem sobre a atividade pesqueira, influenciada principalmente pela discussão feita pelo professor Peter Spink (1999) sobre o uso de documentos de domínio público nas pesquisas sociais. O autor aponta para a possibilidade de uma rica interlocução da Psicologia com a História. Interlocução que tem sido freqüentemente ignorada, segundo ele, devido a três problemas: falta de conhecimento de uma, em relação à outra, diferentes tradições sobre método, e os objetos de estudo do psicólogo, que em geral são contemporâneos ao pesquisador, enquanto na maioria das vezes, se torna impossível para os historiadores entrevistarem seus objetos de estudo.

O ponto importante e interessante dessa discussão é a compreensão dos documentos de domínio público como uma prática discursiva, pois P. Spink (1999) os identifica como tal, tanto pela característica de algo que circula, o que os torna públicos, quanto pelo próprio conteúdo veiculado. Em relação a este último, vale

ressaltar que, como práticas discursivas, seus enunciados são construídos intersubjetivamente e seu interlocutor é coletivo, na maioria das vezes, além de ser possível identificar regularidades lingüísticas, que evidenciam o processo de formação e ressignificação discursiva e a polissemia.

O uso de documentos de domínio público pelos psicólogos sociais, em suas pesquisas, não os torna historiadores, como diz Spink, mas possibilita novas rotas de procedimentos e análises, o que ele nos deixa bem claro, com sua experiência de exploração detetivesca nos arquivos públicos na Inglaterra, além de mostrar a necessidade de um desprendimento dos métodos tradicionais de investigação.

O que se pode observar nessa discussão é que, além da possibilidade de aprender com os historiadores uma outra prática de pesquisa, outro aspecto importante assinalado por P. Spink (1999) é o movimento em outras disciplinas, como a História, de buscar novas práticas que gerem novos conhecimentos dos processos sociais. Foi o mesmo movimento que levou, na Psicologia, pela influência da perspectiva discursiva, a buscar novas formas que possibilitem identificar a linguagem em uso.

Ao encontrar diferentes objetos reconhecidos como documentos de domínio público, como reportagens de jornais, sites da Internet, faixas informativas, outdoors, relatórios relacionados ao lugar onde desenvolvia a pesquisa e às questões surgidas, tomava-os como novos elementos para uma possível análise.

3.4 Com muito prazer, apresento meus interlocutores e interlocutoras

O contato com os (as) pescadores (as) foi realizado em Ipioca, em suas casas, na praia, na vendinha de propriedade de um pescador e na vendinha da psicóloga, que atualmente não trabalha mais no posto.

Os outros (as) interlocutores (as), dos órgãos públicos foram contatados nos respectivos órgãos e os documentos utilizados foram conseguidos de diversas formas, que serão relatadas a seguir.

Foram realizadas entrevistas e conversas, para conhecer os diversos aspectos relacionados ao problema da diminuição dos peixes. Nas entrevistas, havia um objetivo delimitado anteriormente e era feita uma solicitação antecipada para participar da pesquisa; por outro lado, nas conversas, a situação de interação ocorria sem o estabelecimento de regras formais e os assuntos se desenvolviam espontaneamente. O uso de conversas do cotidiano em pesquisa é discutido por Menegon (1999), que mostra a importância e riqueza desse recurso metodológico, utilizado inicialmente nos estudos da etnometodologia, apoiando-se na abordagem teórico-metodológica sobre práticas discursivas e produção de sentido.

Durante o período em que fiz as entrevistas, fiquei sabendo de uma movimentação de um grupo de pescadores, cujo objetivo era desenvolver uma atividade vinculada ao turismo, como passeios de jangada. O conhecimento que já havia estabelecido com um dos pescadores de curral possibilitou a conexão com esse outro grupo, que começava a se organizar através da Colônia.

Antes de utilizar o gravador, pedi permissão para gravar e informei que poderia desligar o aparelho quando não desejassem que ficasse gravado, e perguntei igualmente ao (à) interlocutor (a) se desejava ou não ser identificado (a). Os nomes utilizados são fictícios.

Quem são os (as) interlocutores (as) ?

- Pescadoras e pescadores (Apêndice A) :

1. Isolda, 51 anos³³ pescadora de curral, mencionada várias vezes, é a informante chave, o que quer dizer que ela me indica os (as) outros (as) interlocutores, por vários motivos: pelo longo tempo de contato, por sua inserção no local e pela amizade e admiração que se estabeleceu desde o início. Comprou o curral que havia sido do pai há doze anos. Antes tinha sido operária da extinta

³³ As idades mencionadas não estão atualizadas, estão situadas pela data da entrevista, que aparece no quadro apêndice A.

fábrica de algodão, da qual se aposentou por problemas de saúde. Mora com uma das filhas e netos, teve cinco filhos, mas nunca se casou. Teve um companheiro que faleceu dentro do curral, de um ataque cardíaco. Isto aconteceu alguns meses depois do início da pesquisa. Sua mãe mora na casa ao lado e não aprova a atividade de pesca da filha. Cheguei até ela por indicação das pescadoras de mariscos.

2. Antonio, 29 anos, solteiro, ex-pescador de lagostim. Encontrei-o casualmente no bar na beira da praia, um barzinho de sua propriedade. Quando me sentei à mesa, ele também se sentou e se apresentou dizendo que tinha sido pescador de lagostim. Foi quando perguntei se poderia participar da pesquisa. A princípio, mostrou-se resistente, queria saber antes do que se tratava, mas depois de conversarmos por um tempo, concordou que eu gravasse. Identificou-se como professor dos pescadores iniciantes, justificando que, por ter aprendido com o pai, tinha que ensinar aos outros. Várias vezes o encontrei na praia, e numa dessas vezes perguntou-me quando ia acabar a pesquisa. Quando respondi que ainda demoraria cerca de dois anos, mostrou desalento, dizendo que não ia dar tempo.

3. Joel, 30 anos, solteiro, realiza diversos tipos de pesca; curral, lagosta, rede e jangada. Conheci-o na casa de Isolda, pois um de seus irmãos a ajuda a despescar o curral. Nesse dia, veio contar que um outro irmão tinha sido assassinado no fim de semana. Estava muito abalado e ficamos, Isolda e eu, conversando com ele um bom tempo. Depois Isolda disse que ele era um dos pescadores que ela ia indicar para participar da pesquisa e ele aceitou. Combinamos ir ao curral no dia seguinte e, depois da pesca, faria a entrevista. Esta aconteceu em sua casa, no quintal, debaixo de uma mangueira, onde havia uma mesa. Lá estavam sua mãe e uma irmã, que perguntaram se podiam escutar a entrevista, o que foi consentido.

4. Mariano, (21 anos), casado, mergulhador. Era conhecido da psicóloga, que me apresentou e lhe perguntou se queria colaborar com a minha pesquisa. Ele se prontificou a participar, na mesma hora. A entrevista foi realizada nos fundos da venda da psicóloga. No início não se identificou como pescador, pois trabalha em outra atividade e considera que faz a pesca por esporte, entretanto é um dos mais críticos dentre os (as) interlocutores (as), com relação

aos problemas relacionados à pesca. Durante a entrevista, mostrou o forte vínculo que tem com a pesca de mergulho, que realiza desde os nove anos. Difere da maioria, por não ter na família nenhuma pessoa que pesca.

5. Francisco, (40 anos), casado, pescador de agulha. Também foi indicado pela psicóloga, que lhe telefonou para saber se podia participar da pesquisa, enquanto ele estava no trabalho. Ele aceitou. Trabalha como vigilante num clube e pesca nos dias de folga. Apesar de ser filho de pescador, não quis exercer a pesca como profissão: diz que é um quebra galho, mas ao mesmo tempo diz que não pode viver sem ela. Quem pesca diariamente é seu filho, que não quis participar da pesquisa, porque estava bebendo com os amigos.

6. Mariana (39 anos) e João (37anos), um casal, donos de curral. Ela herdou o curral do pai e o marido, João, é quem cuida. Ele não é de Ipioca, nasceu e foi criado no interior, aprendeu a cuidar de curral e a pescar, desde que começaram a namorar, quando o pai e o irmão dela ainda estavam vivos. Mariana conhece bem a pesca de curral, convive com a pesca desde que nasceu, embora não vá pescar. Quando jovem gostava de ir ao curral para despescar, apenas como diversão, mas hoje, só administra. Mariana tem um posicionamento crítico com relação às questões que levaram à diminuição dos peixes. A mãe dela, que vive com eles, é quem incentiva a manutenção do curral, pois diz que o sabor do peixe de curral é muito melhor, mas não sabe explicar por quê. Foi Isolda quem indicou esse casal como donos de curral e o contato se deu informalmente, na venda de propriedade deles, onde conversamos, principalmente com Mariana, enquanto João atendia os clientes que chegavam, mas participava também, assim que os clientes saíam.

7. João (37 anos), dono de curral, casado com Mariana, como indicado acima. Foram realizados três contatos com ele. As conversas que ocorreram posteriormente com João se devem ao fato de ele ter feito parte da organização da nova Associação de Pescadores e Marisqueiras de Ipioca.

10 Dalva (39 anos), solteira, pescadora de curral. Apesar de seu curral ser situado no povoado vizinho ao de Ipioca, também a considereei como interlocutora, por ser mais uma mulher a realizar a pesca de curral. Cheguei até ela, através de uma professora de arquitetura da UFAL, que soube de minha

pesquisa e fez questão de me apresentar Dalva. Fomos juntas um dia até o povoado onde ela tem o curral e fui preparada³⁴ para ir à pesca com ela. A conversa aconteceu depois da pesca, num bar à beira mar.

11. Isaac (59 anos), solteiro, ex-pescador de curral. Ele também foi indicado por Isolda como dono de curral e esse foi o motivo da conversa. O curral de sua propriedade, vizinho ao de Mariana e João, ele o emprestou a um parente, depois que deixou a pesca. É um dos poucos que restam para contar a história do lugar e da pesca de curral, que era uma tradição em sua família. Conta que nunca se casou porque não gostava de só uma mulher, queria várias. Tem duas filhas, que não vivem com ele, e mora com a irmã e sobrinhos. A conversa aconteceu em sua casa, no final da tarde, depois que ele voltava da roça.

12 Valdir (88 anos), casado, antigo curraleiro. Ele era o mais antigo dono de curral da região e a conversa com ele foi especial, expressou com muita emoção suas lembranças e por isso escolhi essa entrevista como norteadora de todas as falas sobre o curral. Foi indicado por Isolda que, em nosso último encontro (janeiro 2003), contou-me do seu falecimento, um ano depois de nossa conversa. Quero deixar aqui minha homenagem e meu agradecimento às suas palavras.

Os (as) pescadores (as) poderiam ser considerados, metodologicamente, como o elemento-chave, ou, para utilizar uma concepção da teoria do ator-rede, um nó, ou vínculo para a conexão com os outros interlocutores da pesquisa. O problema, apontado por eles (as), da acentuada diminuição dos peixes, e o interesse em desenvolver uma atividade turística, levaram-me a contatos com as instituições que mencionarei a seguir.

- Representantes dos órgãos ambientais (Apêndice B):

1. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. O contato com esse órgão foi movido pela fala dos (as) pescadores

³⁴ Devido à quantidade de ouriços na região é necessário ir calçada com sapatos de borracha.

(as) em relação às suas ações e à sua falta de ações. Foram feitos contatos com três de seus representantes: o primeiro foi com o responsável pelo setor de estatística, de quem obtive os boletins da pesca marítima e estuarina, que consolidam um conjunto de informações acerca da atividade pesqueira em todo o litoral do Estado de Alagoas. O segundo, com o superintendente do órgão, engenheiro de pesca, que apresentou sua versão sobre os problemas da atividade pesqueira, e cujos comentários não foram gravados, mas concedidos como entrevista. Sugeriu procurar o setor de Educação Ambiental daquele órgão, que se configurou como o terceiro contato. Todos esses contatos tiveram o objetivo de indagar o que o IBAMA teria a dizer sobre o problema da diminuição dos peixes de Ipioca, como também de conhecer a atuação desse órgão.

2. IMA – Instituto do Meio Ambiente. Foi outro órgão ambiental com o qual entrei em contato, por ter sido indicado, pela Secretaria de Turismo, como responsável pela orientação dada aos pescadores sobre questões ambientais. Foi realizada uma entrevista com um dos coordenadores do GERCO (Gerenciamento de Recifes Costeiros), que é um dos setores desse órgão. As informações recebidas foram duas leis de preservação ambiental, que consistiram na aula dada aos pescadores; foi indicado um projeto chamado Recifes Costeiros, que também se tornou um dos interlocutores e será comentado posteriormente; e o suplemento de um jornal, no qual foram publicadas as ações daquele órgão, e que também faz parte dos documentos.

– Documentos de domínio público (Apêndice C).

1 – Projeto de lei. Refere-se à proposta de reformulação da lei do defeso, que legisla sobre o seguro desemprego dado ao (a) pescador (a) no período de proibição da pesca. Esse projeto data de 1999 e tive acesso a ele no ano seguinte, mas ao procurar na Internet, em fevereiro de 2003, informações sobre sua homologação, ainda consta como projeto. A referência ao defeso nas falas dos (as) pescadores(as) faz desse documento um importante interlocutor.

2 – *Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte de Maceió* – Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN – 2000).

Inicialmente, o contato com essa Secretaria foi realizado por indicação de uma professora de arquitetura da UFAL, como o lugar onde encontraria os dados demográficos de Ipioca. O acaso foi um elemento importante, como diz Peter Spink (1999) com relação ao uso de documentos de domínio público. O grupo de arquitetas havia terminado um estudo da região onde se encontra Ipioca, no primeiro semestre de 2000. Pensei em utilizar apenas os dados demográficos, entretanto, o documento apresenta aspectos da problemática local que também apareceram nas falas dos(as) pescadores(as) e por isso passou a ser também um interlocutor. Outro motivo foi o delineamento de projetos para a região e por ser um trabalho realizado pela Prefeitura, configura-se como um documento de domínio público.

3 – Jornal *FOLHA DE SÃO PAULO*. São Paulo, domingo, 30/07/2000. Reportagem publicada no caderno *Dinheiro*, com o título: "'Vaqueiro do mar' é espécie em extinção". Informa sobre a situação vivida pelos pescadores de curral do Ceará e considero-a como um interlocutor pela semelhança dos fatos relatados com a atividade e os problemas vividos pelos pescadores e pescadoras de Ipioca.

4 – Jornal *GAZETA DE ALAGOAS*. Maceió, domingo, 17/12/2000. Reportagem publicada no caderno de *Turismo*, com o título: "Turismo alagoano inaugura piscinas naturais em Ipioca". Notícia sobre a inauguração dos passeios turísticos na praia de Ipioca, onde estavam presentes representantes do governo, da prefeitura, pescadores, empresários e jornalistas. Esse material foi considerado um importante interlocutor por gerar uma série de ações entre os pescadores.

5 – Jornal *O JORNAL*. Maceió, domingo, 20/05/2001. Reportagem publicada no suplemento: *Construindo Juntos*, que destaca várias ações do Instituto do Meio Ambiente com o título: "IMA realiza ações educativas". Esse material, como mencionado anteriormente, foi fornecido pelo coordenador do GERCO.

6 – *Projeto de Apoio à Pesca Artesanal no Estado de Alagoas – Brasil – ATN/PT – 5359-BR*. Relatório de Diagnóstico de Situação do Programa de Cooperação Técnica BID ATN/PT 5359-BR (Etapa I). Ação financiada pelo Fundo Português de Cooperação Técnica junto ao BID e apoio da Fundação Teotônio Vilela, publicado em 1997. Esse é o título que aparece na capa do relatório do

projeto realizado durante o período de 1993 a 1997, com o objetivo de modificar a situação e resolver os problemas das comunidades de pescadores do complexo estuarino-lagunar de Mundaú-Manguaba. Ficou conhecido como Programa FTV/BID e é como será referido. Cheguei a esse projeto pela informação de uma colega, professora de arquitetura da UFAL, que também me havia encaminhado à SEPLAN e através de outra colega que conhecia o coordenador do projeto, fui conversar com ele, na Fundação, e nesse encontro me forneceu o material. Apesar do período de sua realização não ser atual e de ser desenvolvido em outra região, considere-o como interlocutor pela presença de suas ações na fala dos (as) pescadores (as) que participaram desta pesquisa e por se caracterizar num trabalho de intervenção.

7 – *Apoio à Proteção Ambiental em Alagoas – Uma experiência de Cooperação Técnica*. Projeto SEPLAN/IMA/GTZ Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (Normande, 2000). Esse projeto é mais amplo do que o anterior, por se voltar para questões ambientais e não focalizar apenas a pesca como o anterior. A cooperação técnica era feita com a Alemanha e o convenio assinado com órgãos públicos do Estado, tendo se desenvolvido no período de 1990 a 2000, na mesma região que o anterior. Essa incidência de projetos na região evidencia sua importância para o Estado. As informações sobre a atividade pesqueira nesse projeto foram obtidas através de uma pesquisa promovida pela Federação dos Pescadores e feita pelos próprios pescadores. Esse fator levou-me a considerar o relato realizado por Santos e Cesário como um interlocutor, embora sendo de outra região e em outro período de tempo. A indicação desse projeto foi dada pelo coordenador do projeto anterior. Ficou conhecido como Projeto IMA/GTZ e é como será referido.

8 – *Projeto Recifes Costeiros*. A informação sobre esse projeto foi recebida do coordenador do GERCO (IMA) e através de contato por e-mail obtive alguns dados. Teve início em fevereiro de 1998 e está sendo desenvolvido do litoral sul de Pernambuco até Paripueira, litoral norte de Alagoas. Considerei-o um interlocutor por tratar-se de um projeto de intervenção envolvendo a atividade pesqueira e especialmente porque as ações de preservação já em andamento se

apresentavam na fala dos pescadores desta pesquisa. Outro fator importante foi a localização de suas ações no município vizinho a Ipioca.

9 – *IBAMA – CNPT* (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais). Programa cujas propostas estão voltadas para o desenvolvimento de ações junto às camadas sociais que têm maior dependência dos recursos naturais. Esse material foi encontrado no *site* do órgão, depois da insistente afirmação da educadora ambiental de que "tudo podia ser encontrado no *site*". O meio virtual também é um método para obtenção de documentos públicos e neste sentido foi considerado como um interlocutor, pois os(as) pescadores(as) de Ipioca dependem de recursos naturais.

Além desses órgãos, também fiz contato com a Secretaria Municipal de Turismo motivado pela conversa realizada com o pescador de curral, que me informou sobre os contatos que estavam mantendo com esse órgão, para que os pescadores desenvolvessem o projeto turístico. Outro fator importante que me levou a procurar esse órgão municipal, foi a publicação, mencionada anteriormente e utilizada na análise. As informações obtidas nessa Secretaria foram fornecidas pela funcionária que estava diretamente em contato com os pescadores. Nas diversas reuniões realizadas, foi formulado um documento denominado Termo de Parceria, o qual me foi disponibilizado, e que tem como objetivo criar as condições para a execução do passeio à piscina natural de Ipioca. Esse documento não foi utilizado na análise.

3.5. Os Procedimento de análise

Para a realização da análise, inicialmente os vários materiais foram organizados em um quadro (apêndice D). A ordem seqüencial de apresentação seguiu dois princípios. O primeiro considerou a data em que o evento ocorreu e distribuiu-se o material cronologicamente. O segundo princípio levou em conta a característica dos (as) interlocutores(as) e os separou em três modalidades: 1) as

entrevistas ou conversas com os (as) pescadores(as), (apêndice A); 2) as entrevistas ou conversas com os representantes dos órgãos governamentais (apêndice B); e 3) os documentos de domínio público (apêndice C).

O quadro foi dividido em quatro colunas: na primeira é identificado o (a) interlocutor (a) e a maneira de obter a informação (conversa, entrevista, Internet); na segunda coluna foi registrada a data em que o evento ocorreu, ou da publicação ou do acesso, conforme o tipo de material; na terceira coluna é relatado um resumo das informações contidas no material original e por isso chamado de narrativas; e, na quarta coluna se inicia um processo de análise, onde é colocado, ao lado da frase da terceira coluna, o tema a que se refere o relato narrado. Este último resume-se em simplesmente evidenciar o tema, utilizando a palavra mais próxima possível da utilizada pelo interlocutor.

A segunda análise constituiu em organizar os temas em outro quadro. A primeira coluna da esquerda repetiu a identificação dos interlocutores do quadro geral (apêndice D). Na linha superior foram colocados os temas que surgiram das narrativas, registrados na quarta coluna do quadro geral e no corpo deste quadro foi marcado um “x”, abaixo de cada tema, correspondendo ao que disseram os (as) interlocutores (as) da coluna à esquerda, o que permitiu registrar “quem” dizia “o que”. A visualização desse quadro permitiu identificar e agrupar os temas de acordo com um segundo nível de análise, que consistia em considerar sobre “o que” se falava.

O agrupamento do "que se falava" resultou em quatro itens mais amplos:

- No primeiro, estão agrupados os temas relacionados com a atividade de pesca, por exemplo: tradição, conhecimento, perigo, sobrevivência (apêndice E);
- No segundo, estão os temas que identificam as causas da diminuição dos peixes, por exemplo: a sobrepesca, a pesca predatória, a degradação ambiental; (Apêndice F)
- No terceiro estão os temas que se referem às propostas para a solução do problema da diminuição dos peixes, por exemplo: pesca sustentável, turismo; (Apêndice G)

- No quarto estão os temas relacionados com a maneira de se viabilizarem as propostas, por exemplo: educação ambiental, conscientização, associação. (Apêndice G)

A terceira análise consistiu em descrever os quatro itens resultantes da análise anterior, ou seja, da segunda análise. Essa descrição consistiu em considerar em cada item “quem” dizia “o que” e ao mesmo tempo produzir, como num diálogo, a relação entre as falas dos diversos interlocutores, observando as aproximações e as oposições entre elas, não importando se a voz emergia da fala de um pescador ou de um documento. As figuras (apêndices H e I) mostram a relação entre os temas que facilitaram esta análise descritiva.

Parte II: Co-construindo problemas e soluções: o caso da pesca de curral em Ipioca



4. O tempo da maré: a pesca artesanal em Ipioca

Para quem pesca, o tempo em Ipioca é vivido de uma forma particular: é o tempo da maré. É ela que diz a hora de ir pescar ou a hora de voltar da pesca. Para saber da maré também é necessário reconhecer a lua que aparece no céu: se crescente ou minguante, a maré é morta; se cheia ou nova, a maré é viva. A maré morta quer dizer que o mar nem sobe e nem desce muito, o que em Ipioca significa que as pedras [recifes] ficam cobertas. Por outro lado, quando a maré é viva, o mar recua, as pedras aparecem, e depois ele avança até quase cobrir toda a praia.

A maré e a lua também determinam qual tipo de pesca pode ser feita, como explica Antônio, ex-pescador de lagostim:

P – Dá mais [lagostim] na maré de lua?

A – Para lagostim não importa. Nestas pedras de Ipioca, a maré morta é melhor porque não descobre as pedras, em outros cantos a maré viva também não descobre as pedras. O período de pescar é sete dias da maré morta, depois, na maré viva, tira as redes para consertar. A melhor pesca é à noite; o lagostim é igual às pessoas que saem de casa à noite para comer, farrear, namorar. E acaba ficando preso na rede.

A pesca de agulha se faz na maré seca, se for de rede, diz Francisco, que coloca a rede a uns duzentos metros da praia. Se for de lampião, rende mais se for no escuro, na lua nova, mas dependendo da necessidade, diz ele: "aí, vai no pardo, vai no claro, pra tentar né? Aqueles, que vivem de pescar pra sobreviver".

A hora da praia é muitas vezes a maneira comum, em Ipioca, dos (as) pescadores (as) se referirem ao período em que a maré está seca³⁵ ou mais seca, como nas marés mortas, que não secam muito. Quer dizer a hora de ir pescar.

O aspecto cíclico da maré faz com que o horário da pesca varie todo dia, com uma diferença de mais ou menos uma hora, o que leva a pesca de curral a

³⁵ É interessante observar que o adjetivo *seca* poderia ser substituído por *baixa*, para referir-se à maré, mas é comum esse adjetivo ser usado, no nordeste, também quando um objeto se encontra vazio, o que pode remeter ao sentido que a *seca* provoca naquela região.

ocorrer de madrugada, em algumas ocasiões, pois é realizada todo dia, quando a maré baixa. E isso, para alguns pescadores, é motivo para debilitar a saúde, como conta Isaac, antigo curraleiro:

P. E o senhor, gostava de pescar no curral?

I. Gostava. Agora só achava mais ruim à noite, né?

P. Sei.

I. Porque à noite, às vezes a gente tá deitado, tem que descansar uma hora pra poder sair. E chovendo... Só era mais ruim à noite, mas eu gostava de pescar. Pelo dia não, pelo dia tudo é bom, ainda que chova pelo dia, mas tudo é bom. Agora, à noite, né?...

P. Hum, hum.

I. Peguei uma grande frieza, uma grande anemia, quase morro. Eu resisti, me cuidei, hoje graças a Deus tô...

P. Quer dizer que o senhor acha que essa pesca afetou a saúde do senhor?

I. Foi a..... Não a..

P. A frieza.

I. Foi a frieza, né? A frieza da noite.

P. Sei. Aí o senhor tinha problema de que?

I. Anemia, né?

P. Anemia?

I. É.

Antônio atribui aos problemas com a saúde o motivo que o leva a abandonar a pesca:

A - Senti muito *risfriado*, a pesca não estava fraca na época. Saía oito horas da noite e voltava duas horas da manhã, debaixo de chuva, sereno... Aí parei. Bom, não é agora, quando puxa para a idade aí vem a reação.

P – Parou de pescar por causa da saúde?

A – Da saúde.

Mariano também relaciona as restrições que teve de fazer, no horário da pesca, com problemas de saúde:

P. Ah! Você só faz mergulho de dia?

M. Eu fazia os dois horários, fazia de dia e à noite. Aí eu tinha problema de reumatismo, tive que parar. Aí parei, só pra mergulhar de dia, mas à noite é melhor do que de dia.

Há, entretanto posições opostas a essas, como por exemplo, a do Sr. Valdir que, ao ser indagado se a pesca afetou sua saúde, responde:

V. Afetar?

P. Sim?

V. Afetou não.

P. Não?

V. A minha saúde, toda a vida foi essa que eu tenho, toda a vida. Estou com 88 anos, mas graças a Deus, eu nunca senti nada, nada da minha vida. Sobre doença, graças ao Pai, graças a Vós [fala olhando para cima], nunca senti.

P. E a pesca e o mar?

V. Oxe!

P. Tem gente que diz que o mar é saudável.

V. Saudável, justamente, e é.

P. Tem gente que já acha que a água afeta. Por isso é que estou perguntando.

V. Afeta não. Não afeta nada na vida. Não afeta nada.

P. Para o senhor a água foi saudável, né?

V. Saudável, justamente.

Isolda também não considera que a pesca tenha afetado a saúde de seu pai, apesar de estar atualmente muito debilitado:

P. Ele está com quantos anos?

I. Quase em cima de noventa.

P. Noventa?

I. Quando ele adoeceu, foi numa faixa de setenta e poucos anos. Não foi por causa da maré não.

P. O moço pensa que ele está doente por causa da maré?

I. É, e as filhas dele *diz* lá que foi por causa da maré. Foi nada! É que o final da vida da pessoa é isso mesmo.

P. Ele já está com noventa anos?

I. Um *negão* forte. Se a maré prejudicasse ele... ele com mais de quarenta anos que vivia dentro da maré, nunca chegou com problema. Quando saía da maré, ia trabalhar em roça, plantava e tudo, nunca se afetou em nada. Andava com cavalo e tudo, nunca...

P. Você acha que é do envelhecimento mesmo.

I. É do envelhecimento.....

A experiência de Isolda, como pescadora, também revela uma relação positiva com água:

P. Mas esse tempo em que você está na água [pescando]. Faz dez anos já, não é?
I. Tá com dez anos.
P. Aí você acha que não te ofendeu?
I. Não, os mesmos problemas que eu tenho [tem varizes]. Tem dia que dói, tem dia que não dói. O pessoal dizia assim pra mim: <<quando você completar quarenta anos, você vai se meter numa encrenca>>, porque eu saía daqui...
P. Você já tem cinquenta?
I. E dois. Vou fazer cinquenta e três.
P. É. Hum!!
I. Aí eles disseram assim: << quando você completar cinquenta anos, você não anda mais pra canto nenhum, você não tem condições de andar>>. Eu não sei, porque eu não sou Jesus.
P. He! Saber antes do tempo, não é?
I. Aí eles ficam *tudo* se abrindo [rindo] comigo na praia. <<Oia, aí.>>

Isolda refere-se também ao fato de ser mulher e pescadora, especialmente de curral:

P. Os pescadores [os que ficam rindo] ?
I. O pessoal que me conhece, que sabe que pesco.
P. Ah, sei...
I. Aí diz assim: <<mulhé home>> e fica... Diz assim, porque eu vivo pescando.
P. Eles acham. O que eles acham? O que você acha que eles acham de você pescar?
I. Eles *acha* que eu sou metida a *HOME* ((rindo)).
P. Ah é? He! He!
I. Aí dizem assim. O meu pai, o nome dele é Manoel Pedro, né? ((rindo)) Aí dizem assim; "oh o Manoel do Pedro segundo".
P. Manoel do Pedro segundo?! He!!
I. O nome do meu pai, né? Porque meu pai era pescador e eu fiquei.
P. No lugar dele.
I. No lugar dele. Manoel do Pedro
P. Não é Manoel Pedro, é Manoel do Pedro.
I. É. Manoel do Pedro. Aí...
P. E você, ouvindo isso, o que você acha?

I. Eu fico rindo...
P. É?
I. Eu não sei se eu nasci pra isso.

Os povoados de pescadores têm sido caracterizados por relações sociais tradicionais, onde as atividades são marcadamente discriminadas em função do gênero. Em sua maioria, os homens são pescadores e as mulheres vendem os peixes, ou os tratam³⁶ para sua comercialização, como nas comunidades pesqueiras do complexo lagunar. Lá, os homens pescam os siris, por exemplo, e as mulheres os "despinicam" [conforme se referem ao ato de extrair a carne do siri], para vendê-los.

A participação das mulheres na pesca consta no relatório do Projeto FTV/BID (1997, apêndice C), sendo descrita da seguinte forma:

A mulher tem um papel importantíssimo nas comunidades piscatórias, colaborando de muito perto com o pescador. É a mulher que executa tarefas na seca, na salga, processa o sururu (lavagem, cozedura e recuperação do miolo), vende o pescado e *chega a pescar*, sendo ela quem administra a casa com o dinheiro da pesca, educa os filhos e faz as tarefas caseiras (1997:6, ênfase minha)

O Projeto IMA/GTZ (2000, apêndice C), refere que a maior parte das pescarias são realizadas por homens na idade adulta. Entretanto, jovens após onze e doze anos assumem pescarias de marisco e também existem mulheres dedicadas à pesca de marisco e ao tratamento dos pescados. Mas não foi feito um levantamento, em termos numéricos, sobre essa participação.

Aqui tem pesca de *mulhé* e criança, que é catar marisco, a dos *jove* é no mangue, pegando caranguejo e dos *home* é no mar....

Pescar polvo é muito perigoso, porque pode subir na gente, enfiar suas pernas no nariz, na garganta, e tudo. Sufoca e até mata. Pra não fazer isso tem que quebrar o cutelo dele. Não é pesca pra *mulhé*, só *mulhé* danada é que faz".

³⁶ Tratar é a forma como se referem ao ato de limpar o peixe, e que, em outras situações, tem o sentido de deixar arrumado.

Foi o que declarou uma das mulheres pescadoras de marisco, na primeira fase da pesquisa, no início dos contatos com pescadoras e pescadores de Ipioca. Aconteceu na beira da praia, enquanto estavam sentadas numa pedra, olhando para o mar. Suas casas, próximas dali, eram feitas de palha de coqueiro, mas três anos depois, a maré de um inverno rigoroso desalojou os moradores daquele lugar.

O encontro com essas falas faz entender que há uma diferenciação entre as atividades pesqueiras, em termos de gênero e idade. A diferença se constitui em relação à dificuldade ou esforço exigido para a pesca, ou seja, mulheres e crianças fazem pescas mais simples, como a de catar.

É interessante observar que a representação local chama-se Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Ipioca, o que evidencia uma separação de gênero vinculada ao tipo de pesca. No entanto, vêm ocorrendo mudanças quanto aos padrões tradicionais e a mais marcante se expressa na pesca de curral, onde é surpreendente encontrar mulheres desenvolvendo esse tipo de pesca. A predominância de homens nessa atividade deve-se principalmente a suas características: exige força para a manutenção do curral, além dos aspectos de insalubridade, devido aos horários da pesca, que dependem da maré.

Uma antiga crença popular da região diz que se a mulher entrar no curral, os peixes não aparecem mais. Mas isso nunca foi impedimento para elas, segundo o testemunho de diversos (as) interlocutores (as): o Sr. Valdir, o mais antigo curraleiro, conta que a irmã gostava de ir pescar com ele: "Era minha irmã M. Era quem ia pro curral *mais eu* (...) Até *despescar* o curral *mais eu*, ela *despescava*". Mariana, dona de curral, fala do tempo em que ia ao curral do pai para pescar:

P. Você ajuda seu marido, na pesca?

M. Não, não. Às vezes, quando, realmente na minha infância e adolescência, quando não ia pro colégio, que estava de férias, era aquela folia. E quando, às vezes, ele [o marido] está doente, eu mando alguém. Mas nunca mais eu fui, não

tive mais tempo de ir. Então a gente ia, eu dizia: "eu quero ir pro curral *despescar*". Eu tinha prazer, aí ia eu e mamãe.

P. E você fazia [a pesca] mesmo?

M. Fazia. Tirava peixe.

No entanto, quando pergunto a ela sobre a mulher desenvolver esta atividade, ela e o marido respondem:

M. Eu acho assim: é muito, muito, pra mulher...Tem que ter força. Se fosse eu já tinha deixado.

J. Não é toda mulher não.

M. Eu não me candidataria a ser uma pescadora de curral não ((rindo)), com certeza.

J. Pra o homem é cansativo, quanto mais pra mulher.

M. Porque requer muita força, entendeu? Mesmo com essas modificações que está tendo, requer muita força. É uma atividade... É mais manusear com força! Aí, pra mim, não me candidato. Não sei como D. Isolda consegue.

Outro antigo curraleiro, Isaac, ao ser consultado sobre o que acha da presença da mulher na pesca de curral, responde:

I. É bom né ? Porque eu não sou... Tudo o que a mulher faz, eu não sou contra. Não sou desses homens machistas não. Eu aprovo. Tudo o que a mulher faz, eu aprovo. Entendeu?

P. Hum. Hum.

I. Tudo o que a mulher faz de serviço de homem, eu aprovo, não discrimino não. Porque a mulher tem o mesmo direito que o homem.

P. Hum, hum.

I. Agora tem homem que não, não sei o que, às vezes (...) Infelizmente não me casei, nunca me casei, sou solteiro, né?

P. Ah, é?

I. É. Porque tem homem [reproduz um diálogo hipotético]:

– A minha mulher não vai trabalhar, e tal, não sei o quê, por causa disso de daquilo.

– Não, rapaz. Em termos de humanidade somos os mesmos, não há diferença. Você acha que tem diferença?

O que diz Isaac evidencia as mudanças locais quanto ao trabalho da mulher, inclusive na pesca de curral, talvez como consequência da ação de Isolda, que fala do respeito adquirido como pescadora, depois de dez anos:

I. Tá com dez anos. Foi em 89 (1989). Vai fazer onze. Aí a gente começou a lutar. Aí os *home*, o pessoal da beira da praia ficava rindo.

P. As *mulhé*!!

I. Sim. Ah! Na mão de *home* o curral vai abaixo, ainda mais *mulhé*!

Ficava *zonando* com a cara da gente. Eh, vai!! Eu disse: besteira, se o meu cair, *cai* os dele também.

P. Está na mesma água, não é?

I. Teve deles aí que caiu e o meu não caiu.

P. *Eita*, tá vendo? Hoje eles te respeitam mais, não é?

I. Respeitam. Eu passo de dia, passo de noite.

P. Respeitam, não é?

I. Respeitam. Não tem. Tem gente que diz, ih uma mulher indo pra praia de noite, às vezes eu encontro assim, gente estranha. Tem muita gente novata, que não são daqui mesmo. Mas me pedem uma isca aí. Mas até aqui nunca mexeram comigo...

Também na pesca do polvo, tão temido pelas marisqueiras, essas mudanças se evidenciam, pois é a pesca predileta de uma senhora, segundo o que informa Isolda, quando a encontramos pescando nos recifes de coral, num dia de maré baixa, em companhia de seu neto, de uns oito ou nove anos,.

Isolda não considera estranho o fato de uma mulher realizar a pesca de curral e observa que hoje, a mulher está em tudo. E relaciona esse fato principalmente à necessidade:

I. O certo é que curral dá trabalho, mas só dá pra arranjar as coisas com trabalho. Porque a gente precisa. Eu como peixe. E se eu for comprar o peixe? Eu vou comer peixe todos os dias? A hora que eu quero, hem?

P. É...

I. Não vou comer. E assim se eu pegar dois quilos, eu vendo um quilo e como o outro. Ou vendo os dois e compro um quilo de carne e como.

P. Varia, não é?

I. Mas não falta, né? Se quando meu filho se acabou³⁷, eu fosse ficar de... Oxê!!

Dalva, outra pescadora de curral, também sobrevive da pesca. E quando os peixes são poucos, ela diz que consegue o acréscimo de renda fazendo rede de filé [artesanato local].

Para Mariano, a pesca se configura como uma forma de aumentar a renda familiar:

P. Ah, sim! Então você não vive de pesca?

M. Não, quando eu *tô* parado, sem ter serviço, aí sempre eu pesco, peixe e outras, polvo mesmo.

P. Peixe e polvo?

M. É. Aí vende, né?

P. Você só faz isso quando está parado, quando você não tem outro serviço?

M. É. Quando eu *tô* trabalhando, não vou mergulhar mais.

Francisco, pescador de agulha, também considera a pesca um jeito de ganhar mais algum dinheiro:

P - O senhor pesca todo dia?

F - Não, eu trabalho aqui, só pesco nas folgas.

P - Nos dias de folga?

F - Nos dias de folga. Às vezes à noite, nas horas de folga.

P - E o senhor folga...

F - Dia de segunda.

P - E seu filho pesca?³⁸

F - É, ele sempre pesca, geralmente ele pesca.

P - Aí ele pesca nos outros dias?

F - É.

P - Quer dizer que o senhor não vive da pesca?

F - Não.

P - Já viveu da pesca? O senhor é pescador, não?

³⁷ Refere-se à morte do filho mais velho, que morreu do coração com 21 anos, e para quem tinha comprado o curral.

³⁸ A entrevista ia ser feita com o filho dele, que estava bebendo com os amigos e ficamos de conversar no dia seguinte. Então me indicaram o pai.

F - Não. Nunca vivi não.
P - Sempre trabalhou...
F - É um quebra-galho.
P - Ah, é um bico.
F - É um bico, exato ((rindo)).

Antônio (29) observa que "hoje o desemprego está enorme e a pesca é uma saída" e associa a necessidade de sobrevivência à pesca predatória, como será discutido posteriormente. O que coincide com a análise do coordenador do IMA (apêndice B) que também observa "grande fluxo da população buscando alternativa de alimentação e a pesca, como um complemento de renda".

O Projeto Recife Costeiros (apêndice C) considera, entretanto, necessário que se faça um estudo mais detalhado na região, caracterizando a pesca artesanal como de subsistência, para poder contribuir com as possíveis intervenções:

O Projeto vem realizando o levantamento de dados da pesca artesanal praticada nos recifes de Tamandaré e Paripueira. Tais informações possibilitam caracterizar a pesca praticada na região a partir do conhecimento sobre os recursos capturados, tipos de pesca, números de pescadores, situação atual e importância sócio-econômica da atividade. Um estudo sobre as artes de pesca e capturas também está em andamento em áreas de manguezais. Esse diagnóstico é o ponto de partida para propor uma estratégia de gestão sustentável para a pesca artesanal, que garanta não somente a conservação da biodiversidade, mas a melhoria da qualidade de vida das comunidades que dependem desta atividade para sua subsistência.

Para Joel, em algumas ocasiões, a carência de recursos acarreta a vivência de perigos na atividade de pesca, ao ser ultrapassado o limite dado pelo próprio conhecimento dos sinais, para evitá-los. Quando interrogado sobre se os leva em conta, admite que:

P - Mesmo se você não tiver pescado nada? [Tira a rede, quando vem a tempestade?]

J - Mesmo que não tenha pegado nada, eu tiro. Mesmo se eu tiver pegando peixe (...) às vezes eu abuso da... ((rindo)) do conhecimento e tudo, mas é que é a precisão, né?

O conhecimento da pesca é adquirido na prática [no cotidiano da atividade] e na tradição familiar, um aspecto comum a quase todos (as) pescadores (as) que fazem parte desta pesquisa. Sempre se referem ao pai, ao tio, ao avô, de quem aprenderam e obtiveram o conhecimento da pesca. Mariano, que realiza a pesca de mergulho, foge à regra, pois não tem ninguém em sua família que exerça ou já tenha exercido essa atividade. João também é exceção, nasceu em uma cidade longe do mar e envolveu-se com a pesca desde que conheceu Mariana, sua esposa e filha de curraleiro. As mulheres, que desenvolvem com mais frequência a pesca de mariscos, e que por isso são chamadas de marisqueiras, trazem também esse caráter familiar no exercício da pesca. É costume encontrá-las pescando com suas filhas e filhos, repetindo a tradição de suas mães e avós.

Isolda, que não teve a aprendizagem desde a infância, conta que foi conversar com o pai, quando comprou o curral, para que ele lhe desse as instruções, já que foi curraleiro durante quarenta anos.

Antônio aponta um pescador que passa na praia e diz: "este menino que passou aqui é meu aprendiz, eu sou professor dele e não é só dele não, de toda *botada* de rede que *tem* nestas pedras". O pai ensinou a ele e a seus irmãos, por isso diz que tem de ensinar aos outros e assim passa de um para outro, um irmão ensina ao outro. Fala sobre as instruções que dá aos novatos; ensina a um por um, ressaltando que devem ir calçados, para não furar os pés nos ouriços, que devem ter também cuidados para não rasgar as redes e para isso devem descer do barco calçados e tirá-las com os próprios pés, quando elas se engancham nas pedras. Além dos ensinamentos, que considera de outra ordem, pois têm a ver com a maneira de fazer a rede própria para a pesca de lagostim: costurar, remendar, *entraiar* [colocar na corda], cortar o chumbo, chumbar, a medida da rede, a malha, o tipo de nylon, etc.

O conhecimento da atividade é considerado por eles (as) de grande importância, há uma intrínseca relação entre conhecimento e perigo.

Os perigos que existem são identificados por Antônio como controláveis, mas somente por aquele que é conhecedor. Eles podem ser vivenciados pelos aprendizes, diz ele, desconhecedores dos esquemas necessários para controlá-los, pois, como demonstra, os cuidados que devem ser tomados para evitar os acidentes fazem parte da aprendizagem da pesca.

Isolda, enquanto fala da pesca da moréia, diz que toma os cuidados necessários³⁹. Por exemplo, vasculha o curral antes de entrar. Mas acha que não há perigo, este só existe para o “primário”, da mesma forma como diz Antônio, o professor.

O perigo é também associado, por Joel, à falta de conhecimento:

O conhecimento vai procurando de um pro outro. Já pesquei em muito lugar, a gente chega na lama, de junto, onde tem pesca de linha, de rede, aí vai de um em um, a gente conversa e eles *conta* os perigos que *aconteceu*, eles *conta* as aventuras que *aconteceu* do outro dia quando ele veio pescar e assim a gente vai procurando entender com os mais velhos e vai tomando os cuidados. *Tem* muito tempo que eu pesco, vou ouvindo e aprendendo. Eu não deixo de ver, viver o perigo, vou procurando dos outros pra poder evitar.

O que fica evidente é o aspecto empírico do conhecimento, expresso principalmente quando Joel relata a maneira como ele traduz os sinais da natureza, que informam que a tempestade está para chegar. São sinais do vento, do movimento da água, das nuvens.

(...) O perigo vem, conforme a natureza mostra, o que vai acontecer. Ela mostra informando também. Quem *tá* lá fora, tem o vento, né? Aí vem outro vento, que quando está ventando de cima, que vem esse vento daqui da terra, esse que assopra, que é o oeste, o terral, que vem muito esperto

³⁹ Um dia, quando estávamos no curral, ela me fez levantar da pedra, onde me sentei, dizendo que ali podia haver moréia.

pra dentro. O primeiro sinal é que quando ele termina, lá pra umas nove horas, isso é o normal, mas quando ele passa das nove, dá meio-dia e duas horas, ele está dando sinal, *tá* dando sinal que vem tormenta, que vem tempestade.

P - Ah, sim. Quando o terral se prolonga, fica mais tempo...

J - Quando o terral faz mais tempo e atravessa o dia todinho, é que no outro dia já vem a tormenta. O cara tem que olhar todo esse conhecimento pra não ter perigo.

Para Mariano, mergulhador que quase perdeu o dedo, ao ser mordido por uma moréia, o perigo está associado à espécie, o que requer o conhecimento de como ela se comporta:

P. Você mata moréia também?

M. É, quando aparece. Eu não gosto de matar não, eu. Mas quando aparece, às vezes, a gente pra se livrar dela, tem que matar.

P. É com arpão?

M. É. Porque ela é muito traiçoeira, ela é igual à cobra. Traiçoeira, se a gente *dá bobeira* ela ataca.

P. Como você faz, pra se proteger dela?

M. É porque é o seguinte, porque às vezes a gente *tá* nas pedras, a gente não vê ela não.

P. Não vê?

M. Porque ela fica por dentro das pedras. Quando a gente dá uma *bobeira* [se distrai], ela sai e ataca. Tem que andar sempre esperto, porque a pedra é cheia de buraco, né?

P. É.

M. Ficar sempre esperto, porque na hora em que der a *bobeira*, ela dente, morde! Ainda é bom quando é fina, se for moréia pequena, negócio de um quilo, dois *quilo*, ainda tem sorte, não tem problema. Se for grande, negócio de quilo, e pegar o cara, pegar a pessoa, corta, arranca mesmo.

P. Aí é que é o perigo, não é?

M. É o perigo. Acho que é o único peixe que eu tenho mais medo, da praia.

P. É? Moréia e o tubarão, não é?

M. Tubarão não é tanto, porque tubarão ainda avisa.

P. Avisa? Avisa como? Ah, porque você vê?

M. A gente vê ele. O volume, né? Vê ele mais ou menos e a moréia não avisa.

Dalva, pescadora de curral, observa que toda pesca tem perigo, mas quando a pessoa se acostuma, não a acha mais perigosa. Menciona o perigo da pesca do polvo, que vai subindo e pode sufocar. E mesmo a pesca do maçunim⁴⁰ tem seu perigo, pois pode-se esbarrar no peixe niquim, que tem um espinho que aleija as pessoas. Ela já fez todo tipo de pesca, maçunim, marisco, caranguejo, ostra e foi de jangada para o alto mar, mas prefere a da praia [curral]. Sempre gostou de ir pescar, a família toda é de pescadores e pescadoras, diz que foi se acostumando até que se viciou em pescar. O que não lhe agrada é ficar *aperreada* dentro de casa; fica ansiosa para chegar a hora de ir pegar o peixe.

O aspecto prazeroso da pesca também é relatado por Isolda, pois quando vai para a praia, ela se esquece de seus problemas. Numa conversa sobre a pesca, afirma que ela está muito fraca [há poucos peixes] e que, pelo menos, está dando para comer. Há, porém, outros motivos que a levam à praia, além dos peixes para comer. Conta que a maré só baixou às duas horas da tarde, mas que ela foi para o curral as onze da manhã, pois lá se esquece da vida, não pensa nos *aperreios*. Quando está em casa e se aborrece com os problemas, vai para a praia, cuidar do curral e se distrair.

Francisco, pescador de agulha, embora não se identifique como pescador, pois trabalha como vigilante e faz a pesca nas horas de folga, demonstra também o prazer dessa atividade. Aprendeu com seu pai, que era pescador, mas não quis exercer a pesca como profissão. Quando perguntado sobre a pesca diz: "Ah, eu acho bom. Um negócio bacana mesmo. Dia da folga que eu não pesco, fico maluco. Tenho logo que ir pescar, pra depois fazer outra coisa". E acrescenta que, às vezes, se não está muito cansado, e mesmo sem estar de folga, sai para pescar.

Joel, que entre outras faz a pesca de jangada, fala do seu prazer de estar no mar, também no sentido de esquecer os problemas:

P. - Então, antes⁴¹ a gente estava dizendo assim, do mar. O que é o mar pra você?

⁴⁰ Tipo de molusco.

⁴¹ Antes, refere-se à conversa que tivemos no dia anterior, quando disse que viver no mar era muito importante e que queria morrer no mar.

J. - O mar... Quando se está no mar, a pessoa se esquece mais dos problemas, porque se está ali, está entretido em alguma coisa. Quando a pessoa se habitua ao mar e quando chega em terra é que vê as coisas. Vê tanta coisa, que.. Aqui na terra existe muita coisa errada. E isso não vai chegar lá (no mar). Só chega o perigo da natureza, que a gente deve ter experiência, aquela que Deus me deixou. Por isso, é bom estar lá no mar. Como o marinheiro que gosta de viver no mar, *direto*, às vezes quando chega em terra, fica sentindo falta, porque vê as *coisa errada*. Só porque sente saudade da família, a intenção é rever. Se eles *pudesse* levar, pra ficar lá... Porque lá é bom, lá é ótimo. Se eu pudesse estava sempre no mar. Lá é bom. Porque não dá pra viver no mar, só com recurso grande. Lá é bom.

(Silêncio).

Se eu pudesse, eu só vivia no mar ((se emocionando)).

João, que se tornou pescador, porque se casou com a herdeira de um curraleiro, evidencia a diferença de sentimentos em relação à pesca. Quando foi lhe perguntado se gostava da pesca e se compraria um curral, respondeu:

J. Curral não. Não tenho essa pretensão não. Queria investir em outra coisa, mas em curral não. Só quem for fanático mesmo, pra negócio de pesca, eu não sou não.

A paixão pela pesca se traduz nas palavras do Sr. Valdir (88), antigo curraleiro: "Ahhh!, aquele era um tempo maravilhoso. Pra mim, era. E pra todos que *levantava* curral naquela época, saudade daquela vida. Porque era uma vida folgada". O sentido de folgada, diz o Sr. Valdir, é devido à liberdade proporcionada pela pesca e além desse prazer o Sr. Valdir se refere também à rentabilidade, pois naquela época era possível viver dessa atividade. Como disse: "não faltava gente pra comprar os peixe. Tinha os *pombeiro* [atravessador], mas não faltava gente pra comprar os peixe. Era uma vida rica. Uma vida sadia".

A mudança de uma atividade rentável para apenas sobreviver dela é comentada por alguns (mas) dos (as) interlocutores (as).

Antônio, apesar de não se encontrar mais na atividade de pesca continua próximo a ela, como professor dos novatos. E conta que pegava de vinte a trinta

quilos de lagostim, por dia, e que hoje a pesca não chega a cinco quilos. Conta que tudo o que tem hoje foi graças à pesca. Tem um irmão que é pescador em Paripueira, um município vizinho a Ipioca, que construiu casa, comprou carro, telefone, com o dinheiro da pesca de lagostim. Hoje, diz ele, "está mal, só dá pra manter".

Outra característica da comercialização da pesca é explicada por Antônio: "a pescaria de lagosta, lagostim e camarão só têm valor no verão, porque o camarão custa de R\$14,00 a R\$ 17,00 e, no inverno, chega a R\$ 5,00. O problema maior é que quando chega o inverno, não tem a quem vender". Isso pode estar relacionado com o que relata Mariano, o mergulhador, que associa a rentabilidade da pesca com a espécie e com o local de comercialização:

M. Bom, eu mesmo, quando chego na praia, eu vou, mas meu intuito é pegar só polvo mesmo, polvo e tainha, que dá mais dinheiro, né?

P. Ah! É?

M. É mais comercializado, né?

P. Ah!. Sim.

M. Fica melhor pra gente.

P. Quanto custa um polvo?

M. Aqui mesmo, aqui é R\$ 5,00 (cinco reais), R\$ 6,00 (seis reais) o quilo.

P. Hum.

M. No máximo R\$ 6,00 (seis reais) o quilo. Quando a gente leva pra fora, é mais caro: na Massaguera, no Francês.

Nos locais indicados por Mariano, onde o pescado é mais rentável, ocorre maior afluência de turistas. O mesmo sucede na diferença entre verão e inverno, apontada por Antônio: no primeiro, também há maior fluxo turístico, o que provoca uma acentuada alteração nos preços.

A falta de rentabilidade da pesca aparece na fala de Joel, quando discorre sobre sua experiência de pesca: "quem vive pescando é porque já se habituou, e gosta, porque não vale muita coisa". Em outro momento, conta que o pai o obrigava a ajudá-lo a pescar no curral, quando era pequeno, mas que agora não quer que ele pesque mais e justifica:

J - Meu pai não quer que eu pesque não, agora ((rindo)).
Agora ele não quer mais não ((rindo)).

P – Por que ele não quer mais?

J - É porque, ele *tá* certo, né? Pescaria *não dá resultado*, não. Mas quando a gente *tá* na beira da praia tem que procurar a maré, né? Quem *tá* na beira da praia, procurar o quê?

Para Francisco, que já fez vários tipos de pesca, como arrastão e caceia, a pesca de agulha é a mais rentável. Diz que a época de pescar agulha é de março a junho e é como colheita: tem a época certa, mas dá o ano todo. No período fora da safra, ele pega de quatro a cinco quilos e na safra de dez a quinze quilos. O quilo da agulha custa R\$ 5,00 (cinco reais) fora da safra e R\$ 3,00 (três reais) na safra.

A racionalidade econômica de custos e benefícios está presente na fala de Francisco, que avalia o quanto se gasta hoje para manter um curral, em comparação com o tempo em que seu pai era curraleiro:

F - Naquele tempo, muita gente tinha condições de ter um curral, porque ficava menos... o custo era pouco.

P - Sei.

F - Hoje é um custo alto.

P – Ah, sim, para manutenção.

F - É.

P - Sei.

F - Quem pode, né? Investir, em relação a pegar peixe, que não dá *tão* resultado, o pessoal não vai investir, né?

P- É.

F - Valor assim alto, pra um curral.

P – Hum.

F - Tem que ser...

P - É incerto, não é?

F - É, o negócio é incerto.

P - Hum, hum.

F - Quem tem um dinheiro assim, um custo de vida melhor, não vai investir num curral dentro do mar, pra arriscar.

P - Investe em que? Qual é melhor?

F - Deve investir em que dê renda, né?

P - E o que está dando melhor?

F - E eu sei? Negócio de comércio *tá* um fracasso.

P - Não está dando nada, não é?

F - É, um fracasso. Então no nosso Estado, aqui é que deve estar um fracasso mesmo.

A mesma referência às dificuldades do Estado é feita por Mariano, que justifica a sua atividade de pesca pela limitação dos recursos financeiros, já que ganha pela produção e no dia em que não trabalha, não ganha:

P. Ah!! Então é freqüente que você vá pescar!?

M. Quando a água *tá* limpa é.

P. Quando a água está limpa, não é? Assim, se você não ganhar aquele dia, se você não for...

M. Eu tenho que ir pra praia.

P. Aí você vai pra praia.

M. Porque eu não posso perder...

P. Ficar à toa.

M. É, a gente perder um dia de serviço é ruim, né? A gente já ganha pouco, esse lugar aqui mais ou menos, principalmente esse lugar aqui. Em Alagoas, a crise aqui é... ruim de se ganhar dinheiro.

Francisco avalia que a pesca é uma alternativa para a falta de emprego e calcula o investimento necessário para um tipo de pesca menos oneroso:

F - Que nem, por exemplo, essa [pesca] de agulha com lampião, o cara com um lampião, um barquinho, um puçá, *tá* pegando agulha, né?

P - Hum, hum.

F - Quando uma rede, pra você comprar, encarece...

P - Quanto custa, mais ou menos uma rede de agulha?

F - Pra colocar uma rede mesmo, oficial, você vai gastar uns R\$ 800,00 (oitocentos reais), com mais um barquinho, uma jangadinha, negócio de R\$ 1000,00 (mil reais).

P - Mesmo pra ir com o lampião ainda tem que ter o barco, não é?

F - Tem que ter o barco, aí é investir uns R\$ 200,00 (duzentos reais).

P - Num barquinho.

F - É.

P - Pra ir de remo?

F - De remo. Aí tem que ter mais uns R\$ 30,00 (trinta reais) pro lampião.

P - ((Eu ri)).

F - Mas o negócio fica barato.

P - É, fica.

F - Porque a rede acaba, né? Com o tempo acaba, né?

P - Aí...

F - Vai pescando com a rede, vai acabando, de dois em dois anos você tem que ter outro dinheiro pra comprar outra.

Mesmo assim, Francisco observa que a pesca artesanal é limitada ao próprio instrumento de pesca, pois dificilmente um pescador tem mais de um e para cada tipo de pesca é preciso um tipo de rede específica:

P - Quer dizer que a pessoa não pode usar uma rede pra pegar outra coisa.

F - Não. De agulhinha é agulhinha, de lagosta é lagosta, de peixe, tainha é outra.

A atividade de pesca como algo rentável é privilégio das pessoas que têm melhores recursos financeiros. É o que diz Isaac: "a pesca tá muito difícil, não dá mais. Dá sim, quem tem possibilidade, quem tem os *meio*, compra um barco e vai pescar lá fora. Aí dá. E Francisco também tem a mesma opinião:

F - Esse pessoal que vive profissional da pesca, não tem só um tipo de pesca.

P - Sei.

F - Na época que está dando uma coisa pesca, quando está dando outra pesca, sobrevive daquilo.

P - Hum, hum. Mas hoje o senhor acha que está difícil sobreviver só de pesca?

F - Ah tá e como tá! As coisas *tá difícil*, porque hoje a pesca, a maioria das melhores *pesca* é de barco, é pra quem tem dinheiro, do pessoal que tem..

P - De barco grande?

F - É. O barco fica lá pra fora, de lagosta, de peixe.

P - Ahn!

F - Aí o pescador pequeno não pode, né? Isso é pra dono de frigorífico, esse pessoal, né?

P - Sei.

F - O pessoal que tem frigorífico aí tem aqueles *barco* !

P - Aí pega em quantidade.
F - Aí é uma pesca profissional, quase certa.
P - Hum, hum.
F - De alto mar, né?

Mariano explica a necessidade de pescar para ganhar dinheiro:

M. É. E por aqui, quando não vai trabalhar tem que mergulhar mesmo. Tem que mergulhar, né? Vai porque quer.
P. Tem que ganhar dinheiro.
M. Tem que ganhar dinheiro. É.
P. Você vai pra pesca porque você quer ganhar dinheiro.
M. É. Porque a gente tem que ganhar dinheiro. Hoje em dia, tudo o que se faz é com dinheiro, né? Qualquer coisinha o pessoal quer dinheiro, quer dinheiro. Tudo é caro, principalmente aqui, tudo é caro. Sempre assim.

Isolda se opõe a essa lógica econômica da pesca e diz que "*tem* pessoas que querem tirar o que *investiu*, mas não é assim". Não explica, mas provavelmente considera benefícios incalculáveis, que não entram na lógica dos empreendedores.

5. Passa o peixe para as mangas e depois para o chiqueiro grande. Do chiqueiro grande, ele procura a saída e entra no chiqueirinho”: caracterizando a pesca de curral.

"A pesca de curral, uma das formas mais antigas e tradicionais de pescaria do litoral brasileiro, está em via de extinção" (LINSKER, 2000). Assim começa o artigo da *Folha de São Paulo* (apêndice C), cuja reportagem é realizada no vilarejo de Bitupitá, no município de Barroquinha, no Ceará. Os problemas vividos pelos pescadores de lá são semelhantes aos de Ipioca, com algumas diferenças.

No Ceará, os pescadores de curral são chamados *vaqueiros do mar*, numa analogia à atividade pecuária; em Alagoas, aqueles (as) que exercem essa atividade pesqueira são chamados *curraleiros (as)*. No curral, a situação dos peixes e do gado é a mesma: ficam aprisionados. Os primeiros, para serem pescados e os segundos, para fins diversos que aqui não vêm ao caso.

Outra diferença surge com relação à origem desse tipo de pesca: no Ceará, a informação veiculada na imprensa é dada por uma engenheira de pesca do Centro Tecnológico de Fortaleza: "Essa forma de pesca existe desde 1869 e foi trazida por imigrantes portugueses". Por outro lado, Joel, em Alagoas, afirma: "Essa pesca veio dos índios". Isaac pede a confirmação: "Quem inventou o curral foram os índios, não é?". Mariana e João confirmam: "É, este estilo é indígena... Foi o índio que inventou o curral".

A descrição feita por Linsker (2000), de como é um curral, e da lógica que envolve esse instrumento de pesca é simples e objetiva:

(...) os currais são grandes cercados de madeira e arame, colocados a 150 metros da orla, em formato de dois corações, fixados ao fundo do mar por estacas, chamadas de mourões. Esses cercados se transformam em salões e a abertura desse salão fica a favor da corrente marítima. Quando um peixe ou cardume entra ali, não consegue mais voltar e fica aprisionado.

A dúvida sobre a origem dos currais talvez possa ser esclarecida comparando-se a descrição anterior com a que faz Silva (1988), quando relata algumas técnicas de pesca no contexto escravista-colonial. Descreve uma técnica observada no século XVII, que consistia na utilização de pedras, madeiras ou galhos erguidos na desembocadura dos rios e aproveitava o fluxo do mar para apanhar os peixes que ficavam presos na maré vazante. É exatamente a mesma lógica utilizada nos currais, mudando-se apenas o local, pois estes são construídos no mar, e não nos rios, mas próximos às desembocaduras dos rios, ou seja, se a origem dos currais é ou não indígena, pelo menos a estratégia foi aprendida com os índios. Além disso, Silva define, sem muita convicção, o período em que os currais de peixes começam a ser utilizados como meio de pesca. Relata que era "um meio de produção utilizado, *acreditamos*, desde meados do século XVIII" (1988: 38).

O ano (1869) dado pela engenharia de pesca, na reportagem, para assinalar o início da atividade, talvez se refira ao Ceará, pois os currais de peixes só são encontrados no Nordeste, nos afirma Silva (1988). Ele menciona um decreto⁴², ainda da época colonial, que proíbe essa atividade, donde se pode deduzir que, pelo menos em Recife, esses currais já existiam antes daquela data.

⁴² ... "o decreto régio de 3 de maio de 1802, mandado executar pelos editais de 14 de junho e 13 de julho de 1803, proibiu o uso de aparelhos nocivos à criação dos peixes e à conservação das costas de Portugal e ultramar, entre os quais os currais de peixe" (1985: 38).



1 - Manga



2 - Entrada para o chiqueiro grande



3 - Entrada para o chiqueirinho

O curral é dividido em repartições, com nomes específicos. Quem melhor explica os detalhes é Isolda: "o curral tem aquela primeira parte, *as estacada*, se chama espera, porque é que nem uma cerca. E depois da espera tem *as manga*". E houve um estranhamento do nome, que pode ter sido entendido como desconfiança, quando foi perguntado: "*manga?*". Ela então esclarece: "é chamado *manga* aqui, agora em *outros canto* eu não posso..." E continua descrevendo o curral: "depois da manga, onde passa o peixe". Nesse momento, introduz o peixe em sua descrição e passa a relatar, a partir da perspectiva do peixe, o caminho que percorre até ficar preso no curral: "passa o peixe pela *espera*, depois da espera passa para *as manga* e depois para o *chiqueiro grande*. Do chiqueiro grande ele procura a saída e entra no *chiqueirinho*. É o *chiqueirinho*, o *mais pequeno*, que recebe todo o peixe".

"Ipioca era um lugar onde as pessoas viviam da pesca de curral", conta Francisco, e as mudanças mencionadas pelos diversos (as) interlocutores (as) foram grandes. A referência que tomam para destacar essas mudanças é a lembrança do *antes*, em relação ao momento atual, que não podem estar separados. É como atualizam o passado, ao expressá-lo na confrontação com o *hoje*.

O mais antigo pescador de curral de Ipioca, o Sr. Valdir, de 88 anos, indicado por Isolda, o encontrei em sua casa, em março de 2001. Ele contou suas preciosas lembranças e, a partir delas, foram agrupadas outras vozes, que relataram aspectos semelhantes:

Sr. Valdir	Outros interlocutores:
A manutenção do curral	
P. - Como era essa pesca antigamente? V. - Isto é uma coisa muito clara. Porque naquela época, faz uns 20 anos...mais de 20 anos já, que eu deixei de pescar. Aquela época era muito favorável aos <i>curraleiro</i>, a quem tinha curral. Era ótimo, porque <i>existia as mata</i>, todo ano a pessoa que tinha o curral, ia pra mata tirava a madeira, o cipó, o que era necessário. P. - Sei. V. - Bem, pra tecer o curral novamente, botar aquele velho pra fora, a madeira velha pra fora e botar novo. Todo ano nós... P. - Tinham que renovar.	Isaac também explica esse aspecto: I. Eram seis meses\ P. De seis em seis meses tinha que trocar? I. Tinha que trocar, né? Que quando o mar <i>embrabava</i>. P. A maré de inverno, não é? I. De inverno, maré de março e maré de agosto. É a maré mais perigosa que nós temos dentro do ano. Aí acabava com tudo, tinha que fazer novamente. Passava às vezes até dois meses sem levantar o curral, porque não tinha madeira suficiente pra... Meu pai não, meu pai era prevenido, quando ia tirar madeira, tirava, ele comprava o toco. Meu pai tirava cinco milheiros de madeira, né? Então ele armazenava, tinha uma propriedade, e até ele vendeu essa propriedade, que era dele, do sobrinho e do irmão. Ele quando ia tirar, na época de tirar madeira é no mês de dezembro, porque no mês de dezembro a madeira não renova, né?
As mudanças dos materiais para construir o curral	
V.- <i>Nós tinha</i> que renovar. A pesca de curral aqui era essa. Hoje não, hoje tem uns <i>quatro curral</i> ali em cima da pedra, mas é de nylon. É nylon. Aquela época era madeira. P. - Todo na madeira, não é? V. - <i>Era as vara, os mourão e as vara tecia</i>, a pessoa tecia, fazia <i>as esteira</i>...	P. E a mudança do curral? Antes eram umas esteirinhas de madeira? Isaac. De madeira, é. Hoje, ninguém pode mais tirar madeira por causa do IBAMA, né? O IBAMA <i>tá encima</i>. Hoje é nylon. P. Aí custa mais, não é? I. O nylon dura 4 anos.
4 - A espera à moda antiga	Mariana também fala sobre a mudança de materiais: M. Ele (o pai) fazia o curral com varas, mandava fazer aquele com vara e cipó. Ele ia mandando, um monte de gente fazia, ele fazia... E passava dias pra fazer e depois ele colocava as varas com aquela <i>cercada</i>,



botava na cercada...

P. - Não era com rede, naquela época?

M. - Não era com rede: era vara, cipó e a madeira, que era os troncos de madeira. Tinha que ser madeira que suportasse a umidade, aqueles mourões. Mas não duraria muito tempo, seis meses, pelo peso da madeira, quando vinha a tempestade mais forte, caía. Depois de um certo tempo, eu já tinha uns 15 anos, foi quando tiveram a idéia de colocar rede, com o nylon transparente, mas continuaram as varas e os mourões.

Apesar das mudanças nos materiais, ainda se encontram, como mostra a foto, alguns currais utilizando as varas e cipós ao invés de redes. Alguns pescadores acreditam que as mudanças nos materiais são também uma das causas da diminuição dos peixes. Essa não é compartilhada pela maioria dos curraleiros.

Outras substituições foram feitas, em relação aos materiais utilizados na construção do curral, e Mariana e João continuam contando:

J. - De vara, de substituir a vara.

M.- Aí pegou *conduíte* [tubo de pvc flexível, usado em construção] substituindo aquela vara que segurava. Porque coloca o mourão, segura com a vara os pregos. Aí ele substituiu *conduíte*, coloca graxa, coloca ferro dentro do *conduíte* e fecha os dois lados com vela. Não sei se Isolda te disse.

P. - Eu já vi lá no curral.

5 - O mourão.



M. - Pronto, é feito dessa maneira. Aí bota graxa que conserva mais, depois prende e não usa mais aquela vara pra prender.
P. - Aquela que fica no meio entre um mourão e outro, não é?
M. - Pronto, é, o do meio.
P. - O do meio já é feito com esse conduíte?
M. - Já mudou um pouco, porque antes era de vara com o prego, mas agora já... quebrava com mais facilidade, aí mudou.
P. - Certo.
M. - E agora já vai mudar o mourão. Ele já mudou *cinco mourão* (referindo-se ao marido). Né? (pedindo sua confirmação).
J. - Eu que inventei...Cano de esgoto.
M. - É, o cano de esgoto.
J. - De cem.
M. - Ele faz como se fosse fazer coluna. *Enche ele*.
P. - De cimento?
M. - *Enche ele* de cimento, *bota ferro* e faz. Às vezes eu vou com carro e levo, às vezes ele aluga carroça.
P. - Substituindo o mourão por isso?
M. - Já está... Quando começou? Em setembro? (perguntando ao marido).
J. - O ano passado coloquei um.
M. - Só este ano já colocou três.
J. - O ano passado, só pra testar, foi um.
M. - Foi um.
J. - E agora três.

Essas mudanças refletem o esforço para a manutenção desse tipo de pesca, com a escassez de madeira e com a interdição de sua extração, embora não tenham ainda a dimensão da existência ou não de algum impacto ambiental pelo uso desses outros materiais, como o cimento, nos recifes de coral. E justificam essas medidas:

P - E agora também não pode tirar madeira, né?
J - É.
M - Tem que trabalhar assim, com o que é mais durável e não utilizar da fonte de material assim, da natureza.

Retornado ao Sr. Valdir:

Outros interlocutores

lpioca e a pesca de curral

P – O senhor fez essa pesca durante quanto tempo?

V - De 38 (1938) a 76 (1976), eu fiz essa pesca.

P - E o senhor a aprendeu de quem?

V - Eu? Isso era de todo o mundo aqui. Era de todo o mundo que existia naquela época. Teve tempo de ter *trinta e cinco curral*.

P - Trinta e cinco! Nossa! Naquela época do senhor eram trinta e cinco?

V - Justamente. *Era trinta, trinta e cinco*.

P - Aqui (em Ipioca) a pesca é mais diversificada, não é?

Francisco - Aqui *dava muito* pesca de curral, hoje *está acabando mais*, devido à dificuldade, né?

P - Na época do seu pai *tinha* muito curral?

F - *Tinha* muito, naquele tempo...

P - Você se lembra?

F - Lembro.

P - Eram Quantos, mais ou menos?

F - Esta praia era cheia, daqui⁴³ até lá.

P - Ah daqui pra lá?

Os tipos de currais

P - O do senhor era na pedra?

V - Era na praia, na maré mesmo.

P - Na areia?

V - É, na areia. Eu tinha um, depois levantei outro mais pra lá, que foi dos meus avós. Depois na lancha levantei um curral de fundo, um ano. Não, *foi* dois anos...

P - De fundo, é porque tem que ir de barco? De jangada?

V – Não, era na costa. De fundo, é porque *era de doze a catorze palmo*⁴⁴ d'água de fundura.

P - É nesse que pega de mergulho?

V - Não. A gente trabalhava de mergulho, mas pra despescar⁴⁵. Pra pegar o peixe, pegava com a rede. Por cima *das vara* mesmo, passava a rede...

P - Sei. Esse não ficava raso, é isso?

V - Não. Esse, a maré seca, *era doze a catorze palmo* de água.

P - Ficava sempre cheio, não é?

V - É, sempre cheio.

P - Por isso é que chamava de fundo?

V - É de fundo.

P - Ele nunca seca.

V - Por causo disso. Qualquer coisa que a pessoa queria ver embaixo, tinha que mergulhar.

P - Ah, sei. Entendi.

V - A pessoa tinha que mergulhar. Esse, só *levantei foi* dois anos ou *foi* seis anos, somente. Aqui, o da gameleira, que foi do meu sogro e tio, esse, eu *levantei* de 38

6- Curral de areia.



⁴³ A conversa aconteceu no clube à beira da praia de Ipioca, onde trabalha, e que fica a uns dois quilômetros do rio, onde hoje se encontram os currais remanescentes.

(1938) a 75 (1975).

7- Curral de pedra



A tradição familiar

P - Quer dizer que o senhor herdou do seu sogro?

V - Foi.

P - E também seus avós pescavam?

V - Os meus avós *tinha* curral mais pra lá. Era oito *palmo* d'água. Eu *levantei*, depois deixei.

Isaac relata esse aspecto familiar da atividade:

I. Então ele (o curral) veio, *tá com* 150 anos. Passou do meu avô pro meu pai, do meu pai passou pra mim. Agora...

Isolda conta que além do pai, o avô materno também era dono de curral.

Mariana herdou do pai, e este, do tio que o criou.

O prazer

P. O senhor gostava dessa pesca?

V. *Vige* Maria! É o que eu tenho saudade. É o que eu digo todo dia. Tô nesta idade!...

P. Quantos anos o senhor tem?

V. 88 anos, somente.

P. Ha! E o senhor tem saudade daquele tempo?

V. Oxente! Ahhh, aquele era um tempo maravilhoso. Pra mim, era. E pra todos que *levantava* curral naquela época. Porque esse pessoal aqui, quase todos já morreram, tinham curral, deixaram de levantar, mas sentindo falta, sentindo pena, saudade daquela vida. Porque era uma vida folgada.

8 - Levantando o curral



⁴⁴ Unidade de comprimento que vai da ponta do polegar à do mínimo, estando a mão bem aberta (Aurélio)

⁴⁵ Interessante observar que é essa a maneira de se referirem à ação de pescar em curral.

A manutenção

P. Folgada?

V. Folgada, porque vivia solto. Trabalhando n'água, no curral, pegando os *peixe*, vendendo. Quando era no tempo, *botava pra fora* (referindo-se à renovação do curral), cortava a madeira, tecia as *esteira*, levantava novamente. Isso era uma vida, isso era uma VIDA. Pra todos nós, que *tinha* curral, era uma vida.

P. Era duro o trabalho, mas...

Além da renovação mencionada novamente, o curral requer um trabalho constante como conta João: "serviço de curral é que nem casa, nunca falta serviço. Faz um serviço hoje, amanhã tem dez". Mesmo assim, o superintendente do IBAMA a classifica como "pesca de preguiçoso", pois considera que o pescador chega lá e já encontra o peixe, e é só pegar.

9 - Consertando o curral



10 - Consertando o curral



Os donos de curral

V. Bom, duro era, mas era constante, era uma coisa... Era uma coisa que não sei não, só vai mesmo... Dava força, só ele mesmo dava força. Dava por onde a pessoa fazer e gostar, ter aquela saudade... Os *meu tio tinha* curral, J. B tinha curral, A. B. Tinha curral, Apo tinha curral (outros parentes).

P. Eram muitos currais, não é?

O que diz o Sr. Valdir se contrapõe ao que ocorre no Ceará, onde os donos de currais não são os pescadores.

Isaac é quem conta a história dos proprietários de curral:

P. E os currais? Eram dos índios, e depois?

I. Depois, sabe quem era que levantava os currais? Era o senhor de engenho, que tinha as casas boas aqui no alto de Ipioca. (...) Tinham escravos, naquela época. Então eram os poderosos, naquele tempo chamavam os poderosos.

P. E eles (os senhores de engenho) tinham pessoas que tomavam conta do curral pra eles.

I. Os escravos, né ?

Saber quem eram os donos dos currais talvez explique por que eles foram mantidos no nordeste, apesar da proibição. Hoje, em alguns lugares, como no Ceará, ainda existem currais pertencentes a não pescadores, que pagam aos pescadores para obterem o peixe e para sua manutenção. Mas não era o que predominava em Ipioca, na

época do Sr. Valdir. Atualmente, apenas um curral, em um dado momento, era cuidado por um pescador contratado.

A situação dos outros lugares reproduz a maneira como Silva (1988) caracteriza este tipo de atividade: exploração de pescadores, ainda na época do Império, quando os proprietários deixaram de ter escravos. O que é confirmado, no seu texto, pela afirmação de Gilberto Freyre, em seu livro *Sobrados e Mucambos*, de que nunca os currais foram propriedade de um pescador. Isso, Quando o curral pertencia a proprietários de terra, que utilizavam os pescadores como empregados e subvaloravam seu trabalho, ou arrendavam o curral, exigindo um elevado valor como pagamento. Outro problema apontado é a ocupação de áreas dentro do mar, obstruindo a passagem de barcos e jangadas e lugares onde os pescadores poderiam pescar.

Essa é uma questão que não pode ser generalizada atualmente. Por um lado, porque os (as) pescadores (as) também são donos de curral, como acontece em Ipioca, e eles não podem desenvolver sozinhos essa atividade, ou seja, outras pessoas são envolvidas, tanto na atividade em si de despescar, como nos trabalhos de manutenção, que são os mais árduos. Esse envolvimento pode se configurar como um trabalho eventual, para algumas pessoas da região, ou como uma atividade da família, como conta João, dono de curral e pescador:

J.. quando *tem* muito serviço tem que pagar as pessoas, chamar (...)
Casa com muito homem, divide a tarefa. Aqui *só tem eu*, chamo os colegas pra trabalhar, aí *paga*.

P. Ah, tem que pagar, não é?

J. Eles cobram pra botar um mourão, R\$ 2,50, cada mourão colocado.

A pergunta com relação a ter que pagar se deu, por ter sido observado um sistema de troca, no curral de Isolda, em que o pagamento era feito com os peixes do curral.

Tais situações poderiam ser consideradas de exploração? Quem seria então o explorador e o explorado? Ali, estão todos lutando para sobreviver, de alguma forma. Não são senhores de engenho, nem escravos.

E o Sr. Valdir continua...	Outros(as) também falam das mudanças
O desaparecimento dos currais	
V. Eu não tô dizendo que <i>tinha</i> época que <i>tinha 35 curral</i> ?	Mariana conta: (...) <i>Tinham</i> muitos currais aqui, era assim aqui. Você vê que só tem I., meu irmão que vendeu agora, e ninguém, todo mundo desistiu, e o I. Quem mais? O J.? (pergunta ao marido). <i>Tem</i> umas quatro
P. O que o senhor levantava, não existe mais?	
V. <i>Só tá os toco. Tem uns seis ou sete toco</i>	

somente. P. Só a lembrança? V. Só a lembrança. Eu, uns dias vou à praia, chego lá e fico olhando pra ele. A saudade é grande. Tenho saudade daquela época.	ou cinco pessoas. P. O que está funcionando mesmo são uns cinco? M. Uns cinco. Só nós continuamos por insistência.
--	--

A fartura

P. E dava muito peixe, não é? V. Graças a Deus, dava pra satisfazer a todo mundo. Era ótimo. Aquele tempo era um tempo rico pra todos curraleiros, pra todos que tinham curral. P. Sei... V. Teve um ano, não sei se foi em 44 (1944), não me lembro o ano. Deu muita garassuma, muita mesmo, era enchente. Teve curral que o peixe morreu. P. De tanto peixe. V. De tanto peixe. P. Sei. V. E todos curral pegou. Era ótimo. Era uma vida, era uma vida. Quando tinha noite de lua ia, despescava. Não faltava gente pra comprar os peixe. Tinha os pombeiro (atravessadores), mas não faltava gente pra comprar os peixe. Era uma vida rica. Uma vida sadia.	Mariana se refere à mãe como testemunha da quantidade de peixes, que pescavam na época do pai: M. (...) Ela vai dizer que eles pegavam e salgavam o peixe, que não <i>tinha</i> freezer, não <i>tinha</i> como conservar e <i>salgava</i> . Foi tanto, diz que era tanto que chegava ao ponto de ter urubu, porque não conseguiam. Isaac também fala da quantidade de peixes, que existia antes: I. (...) Desde a época dele (referindo-se ao pai)... Chega lá tinha muito peixe. Tinha ocasião que a gente matava 1000 quilos de peixe, pra gente tirar de cesto, de cesto. Botava nas costas. É muita coisa, né? Tinha possibilidade...
---	--

Os naturais de Ipioca

P. E o senhor é daqui mesmo, de Ipioca? V. Nasci e me criei. Não foi aqui (referindo-se à casa onde estávamos), nasci ali, em frente ao bar da Jandira, sabe onde é? P. Sei. V. Ali em frente, nasci e me criei, saí quando me casei, morei um ano na Boa Vista, depois fui pra Gameleira, depois em 44 (1944) construí esta casa. Era uma vida.	Há um sentimento de pertencimento ao lugar, em vários outros interlocutores: Antonio diz: "sou natural daqui de Ipioca"; Isaac também diz: "pois eu nasci aqui na Ipioca, nasci e me criei aqui, meus pais nasceram e se criou aqui". Isolda, Mariana, Francisco e Joel também nasceram lá, como também seus pais e avós. Apenas João e Mariano, dentre os interlocutores, não são de Ipioca.
---	---

O lugar

P. Como era Ipioca naquela época? V. Ipioca? P. O senhor acha que mudou muito? V. O tempo está mudado, tá muito mudado. Porque naquela época, se <i>contava</i> as casas que <i>tinha</i> . Do rio pra cá, era quase tudo da minha família.	Isaac fala das poucas mudanças do lugar, apesar de observar grandes mudanças, em relação à pesca: I. Uma pouca mudança, né? P. Pouca mudança? I. Porque por ser um lugar antigo, isso era pra ser uma cidade, sabe? Isso era pra ser
--	---

P. Ah é? Sei. E lá, o alto de Ipioca, como era naquela época?	uma cidade. Onde está se estendendo mais um pouco é ali, naquele alto, porque venderam lá uma parte, <i>ampliou</i> e tal, é que estão construindo umas casas. Essa parte daqui, <i>vizinho</i> aqui, a parte de baixo, que é parte da praia, meu tio vendeu, o dono cercou e não quer que entre ninguém. Aqui é assim: comprou, cercou, <i>cabou-se</i> , né?
V. Ali, no alto, era onde <i>tinha</i> mais gente, porque <i>tinha</i> a rua do cruzeiro, atrás da Igreja, <i>tinha</i> a rua em frente que vai até o cemitério, <i>tinha</i> alguma casa assim e <i>tinha</i> a Boavista. Ipioca era ali, era o pivô de Ipioca, era ali. <i>Os senhor de engenho</i> tinham casa por ali, naquela época. Depois <i>cabou-se</i> tudo que foi de engenho, <i>cabou-se</i> tudo, tudo mesmo. A vida da pescaria era ótima, era ótima, hoje acabou-se. <i>Tem</i> quatro <i>curralzinho</i> ali somente, de pedra, de nylon, em cima da pedra.	P. E aqui era tudo sem cerca? I. É, não tinha cerca não. Tudo aqui era de família, né? Tudo aqui <i>era meus parentes</i> , meus tios, meu pai, <i>minhas prima</i> . Quem fundou isso aqui foi a família do meu pai, sou descendente de italiano.

A degradação ambiental

P. Acabou-se, quase, a pesca de curral?	O Sr. Valdir aponta para a expansão do plantio da cana de açúcar, como causa do extermínio da mata.
V. Acabou. A pesca de Ipioca acabou-se.	Este aspecto relacionado à atividade pesqueira será discutido posteriormente, no item sobre a caracterização do problema.
P. E o senhor acha, porque que acabou, o que levou a acabar?	
V. Acabou-se a mata. A mata acabou-se, não existe mata, <i>só existe cana</i> neste meio de mundo.	
P. O senhor acha que isto afetou a pesca?	
V. Ah foi, foi. Aqui ninguém tem onde tirar um cipó hoje, a vara ninguém tem onde tirar, nada tem.	
P. E o peixe? O senhor acha que o peixe não vem por quê?	
V. O peixe não vem porque, o que vem é aquela <i>quantidadezinha</i> , somente. Porque só <i>quatro curral</i> é o que tem.	

A aprendizagem

P. Essa foi a época do senhor, não é?	Isaac conta que aprendeu com o pai, e este, com o avô:
V. Claro. Já tinha sido dos meus pais, dos meus avós. Dos meus pais e dos meus avós.	I – (...) ele (o pai) acompanhava meu avô.
P. E o senhor, aprendeu com seus pais? Com seu pai?	Depois que meu avô morreu... ele ficou sozinho.
V. Justamente. Apreendi com ele. Ele tinha um curralzinho de pedra, depois teve um de areia. Eu ia <i>mais ele</i> , despescava.	P. E o senhor, acompanhava o seu pai?
P. Com quantos anos o senhor começou a ir com seu pai?	I. Acompanhava, desde eu garoto.
V. Com meu pai, eu tinha de 8 a 10 anos, quando eu comecei.	P. Quantos anos?
P. Ainda era menino.	I. Desde a idade de 10 anos,
V. Era menino, menino. Meu pai me levava pros currais <i>mais ele</i> .	
P. E o senhor gostava?	
V. Oxe! Gostava! Nisso, o tempo foi passando e eu me <i>acadastrando</i> naquela	

vida. Foi ótimo.

A mulher na pesca de curral

P. Sei... E o que o senhor acha da mulher fazer a pesca de curral?

V. Como?

P. O que o senhor acha da mulher fazer a pesca de curral? Assim como a Izolda, que faz a pesca lá no curral?

V. Não, porque ela... Porque o pai tinha... Esse curral era do pai dela, um primo meu.

P. Era seu primo?

V. Era meu primo. Depois ele não pôde mais, vendeu a ela. Passou pra ela e ela ficou com o curral.

P. Mas naquele tempo do senhor, mulher não ia no, curral, não é?

V. Não, não. Minha irmã era quem ia. Às vezes inventava de ir pra praia, ia pro curral *mais eu*. Era minha irmã M. Era quem ia pro curral *mais eu*. A gente ia de pés. Era com água aqui (apontando a altura da cintura), depois ele afundou mais, ficou com água aqui (apontando a altura do peito). Até despescar o curral *mais eu*, ela despescava.

P. Era? Ela gostava também?

V. Ela gostava.

P. Essa era uma pesca divertida?

V. Oxê! Demais. Era uma coisa boa. De tudo, a pesca naquela época era divertida, boa demais, era boa demais.

Esse tema já foi discutido na caracterização da pesca.



11 e 12 – As mulheres na pesca.



Saúde

P. Pois sim. Em relação à saúde. O senhor acha que essa pesca, que o senhor fazia afetou alguma coisa a sua saúde?

V. Afetar?

P. Sim?

V. Afetou não.

P. Não?

V. A minha saúde toda vida foi essa que eu tenho, toda vida. Estou com 88 anos, mas graças a Deus, eu nunca senti nada, nada da minha vida. Sobre doença, graças ao Pai, graças a Vós (fala olhando para cima), nunca

13 - Água saudável.

senti.

P. Era a pesca e o mar, não é?

V. Oxe!

P. Tem gente que diz que o mar é saudável.

V. Saudável, justamente, e é.

P. Tem gente que já acha que a água afeta. Por isso é que estou perguntando.

V. Afeta não. Não afeta nada na vida. Não afeta nada.

P. Para o senhor a água foi saudável, não é?

V. Saudável, justamente.

P. Foi uma coisa boa, não é?



Regulamentação

V. O meu Pai, Senhor, me deu essa vida e tenho saudade daquela vida alegre, boa, sadia como eu tive. De vez em quando eu falo assim: 'só tenho saudade é do curral!' Muita saudade. Mas infelizmente, não existe mais mata pra tirar madeira...

P. É...

V. E o IBAMA, também diz que agora empatou (no sentido de impedir) tudo. Depois de tudo acabado, o IBAMA empatou! (fala em tom irônico).

P. Ha! Depois que já acabou, não é?

V. ((rindo)). Depois que acabou tudo!

P. ((rindo)).

V. Depois que acabou as mata todinha ((rindo)).

P. ((rindo)).

V. Dizem que o IBAMA empatou. Não quer que tire madeira. Se *tiver* mata, ninguém tira a madeira. É o que *falam*. Isso é o que *falam*! (em tom irônico).

P. Sei ((rindo)).

V. ((rindo)). Mas que eu gostei, gostei. Gostei mesmo! Foi uma vida gostosa mesmo.

Esse tema será discutido posteriormente, mas é importante ressaltar a crítica que o Sr. Valdir faz ao IBAMA, ironizando as ações de regulamentação, que chegam bastante atrasadas. É importante considerar o que ele diz anteriormente: "só existe cana", ou seja, não foram os curraleiros que acabaram com as matas.

Para alguns (mas), foi a falta da mata que acabou com os currais. Como explica Francisco:

F - Hoje não tem mais como. É PVC, nylon, tudo é nylon, esses negócios, né? Mata mesmo, não.

P – Ah, porque não podem tirar os paus.

F - Naquele tempo muita gente tinha condições de ter um curral, porque ficava menos... o custo era pouco.

P - Sei.

F - Hoje é um custo alto.

6. “Acabou. A pesca de Ipioca acabou”: buscando explicações para o desaparecimento dos peixes.

A forma privilegiada pelos pescadores para falar da diminuição dos peixes é comparando a situação da pesca no passado e nos dias de hoje. O foco do problema é o peixe, ele aparece e desaparece conforme o momento relatado e os (as) pescadores (as) se apóiam, para afirmar tal situação, não só na quantidade de peixes pescados, mas também na identificação dos tipos de peixes que se pescavam e que hoje não se pescam mais. O contexto dessas falas pode ser reconhecido como o da memória, como ação social: a atualização do passado, que possibilita uma compreensão do presente e, ao mesmo tempo, busca uma alternativa para o futuro (VÁZQUEZ, 2001).

Por exemplo, foi perguntado a Antônio se seu pai também pescava lagostim:

P – Seu pai fazia este tipo de pesca?

A – Fazia sim. O forte dele era curral, só que não estava bom. Antes dava muito peixe, pegou 2000 quilos de xaréu, na época, depois eu vi 700 quilos de xaréu e nunca mais eu vi.

Mariana, por sua vez, compara a época de sua infância com os tempos atuais:

M. Eu estava com vontade de deixar [referindo-se ao curral], mas a mamãe <<não, não deixe não, que pode ser até que melhor>> [referindo-se ao que a mãe diz], mesmo com essa pesca predatória, né? Essa destruição da natureza, essas *coisa química diminuiu* mais os peixes”.

P. É, não é?

M. Não era? A gente enchia dois *freezer* (...) não tem mais.

P. Isso, há quanto tempo atrás?

M. Isso, há uns 5 anos atrás. Não é, João? [pedindo a confirmação do marido]. Meu pai e meu irmão *faleceu* faz 4 anos, uns 5 anos atrás, a gente ainda pegava.

P. Quantos quilos assim?

M. Ahh!! Pegava bastante, pelo menos na época do meu pai, eles enchiam o curral, naquele espaço não pisava, no chiqueirinho. Este mês, que é mês de inverno, era muita carapeba [um peixe precioso]. Enchia dois *freezer*, levava pra cidade e não tinha ninguém pra comprar, baixava o preço, vendia pela metade do valor, para conseguir venda. Agora não, não temos mais isso. Estou até com... [inaudível]. Uns dizem que é a pesca predatória, outros dizem também que com esta poluição dos rios, acabando com os mangues, diminuiu bastante. Eu vejo isso pela minha infância e agora, eu adulta.

Essa mesma comparação é feita por Isaac, ex-curraleiro, quando explica o desaparecimento dos peixes:

I. Que hoje não compensa, porque hoje o peixe desapareceu, né? Na costa, peixe hoje...porque o meu curral é na costa, em cima da pedra.

P. Há quantos anos o senhor percebe assim esse desaparecimento dos peixes?

I. Tá com 10 anos.

P. Uns 10 anos, não é?

I. De 10 anos pra cá, não apareceu mais peixe como antes. Sempre aquilo limitado e tal. Pode aparecer uma maré de peixe, que nem diz, de xaréu, né? Mas tainha, carapeba, camurim, esses *peixe desapareceu*. Por causa da poluição do rio, porque esses *peixe todo* são do rio, são criados no rio. Quando bate a invernada [chuva] que a lagoa enche, eles *corre* para o mar. O curral, dentro do mar, pega, né?

Posteriormente, ao contar que pescou durante trinta e cinco anos, contados, desde a época em que pescava com o pai, Isaac relata:

I. - Desde a época dele [referindo-se ao pai], porque sempre eu acompanhava ele, sabe? Eu não gostava dele ir sozinho, tal. Lutando, naquilo tal. *Chega* lá tinha muito peixe. Tinha ocasião que a gente matava 1000 quilos de peixe, pra gente tirar de cesto, de cesto. *Botava* nas costas. É muita coisa, né. Tinha possibilidade....

Os órgãos governamentais relacionados com o meio ambiente, o Instituto do Meio Ambiente (IMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA), quando confrontados com esta questão da diminuição dos peixes, caracterizam-nas de outra maneira.

O representante do IMA sugere também que a diminuição dos peixes está relacionada com a pesca, como complemento de renda:

O que tem nos recifes costeiros, que aflora com a maré baixa é um grande fluxo da população buscando alternativa de alimentação e a pesca como um complemento de renda. Em Paripueira foram catalogados por volta de 300 pescadores, no município que tem cinco quilômetros de praia. Em Maceió também se observa, nos fins de semana de maré baixa. Mas são apenas observações sem embasamento (2001).

O que primeiro emerge, como divergente desta posição, é a observação de que pode haver uma diminuição dos peixes como resultado do desmatamento, pois afeta a transparência da água e a reprodução das espécies.

Se for suficiente considerar apenas observações, o que pude constatar, na praia de Ipioca, foi uma grande afluência de pessoas aos recifes de coral, num domingo de sol em que a maré estava baixa⁴⁶. Se essas pessoas eram pescadores ou pescadoras, ou apenas curiosos (as), é difícil dizer. A maioria das vezes em que estive lá, para participar da pesca, foi em dias de semana e havia muito poucos pescadores (as) na praia.

Quando interrogado sobre os problemas existentes no setor pesqueiro, com relação à diminuição dos peixes, o superintendente do IBAMA classifica-os em conjunturais e estruturais. Três são apontados por ele como os principais problemas conjunturais: falta de saneamento, que leva a poluição industrial para os rios, as lagoas e para o mar; falta de financiamento para melhorar a tecnologia da pesca; e super esforço de captura, ou seja, muitos pescadores para poucos recursos. Os problemas estruturais se caracterizam pelo aspecto cultural e instrumental. O primeiro, ele considera ser de difícil solução, pois refere-se ao grau técnico alcançado pelos pescadores, que não conseguem ultrapassar o que aprenderam e adquirir novas técnicas que possibilitem um desempenho melhor e

⁴⁶ É importante esclarecer que os recifes de Ipioca, ou pedras, como costumam chamar, só ficam descobertas totalmente nas marés de lua cheia e de lua nova, ou maré viva, o que ocorre em média de 15 em 15 dias.

maior. O instrumental está relacionado ao conhecimento das técnicas e utilização de instrumentos mais avançados. Apesar de apontar outros problemas, é no pescador que o IBAMA centraliza a maior dificuldade.

O que inicialmente expressa o superintendente do IBAMA é que o problema está no aumento do número de pescadores e não na diminuição dos peixes, provavelmente porque os dados estatísticos dos boletins anuais do IBAMA (1996 a 2000⁴⁷) registram um aumento da produção pesqueira de ano a ano.

É Interessante confrontar tal posição com a informação veiculada recentemente pela mídia. Numa série de reportagens sobre a pesca no Brasil, apresentada no Jornal Nacional da Rede Globo, a matéria veiculada no dia 04/02/03, apoiada em especialistas e pescadores, informa sobre diminuição dos peixes. A reportagem focaliza a pesca de alto mar, ressaltando que a produção de algumas espécies caiu 90%. Diz que três milhões de brasileiros vivem da pesca. Fala da possibilidade de extinção da lagosta, que está cada vez menor, apesar da proibição de sua pesca de janeiro a abril, época do defeso, em que o pescador recebe o seguro desemprego de R\$ 200,00. Um pescador entrevistado diz que não há mais peixes, que antes ele pescava cem quilos e hoje pesca trinta quilos. Os especialistas afirmam que o motivo é a pesca dos peixes pequenos, o que impede a sua procriação. A captura é maior do que deveria ser. A solução proposta é a pesca de peixes como o atum e agulhões, que possibilitariam uma folga à pesca artesanal. Nessa informação, ao constatarem a diminuição dos peixes, os especialistas também responsabilizam a atividade pesqueira pela situação, que seria resultado da sobrepesca.

A diminuição de peixes e de outras espécies também é relatada no FTV/BID (1997), no IMA/GTZ (2000) e no artigo do jornal *Folha de São Paulo* (2000), sobre a pesca de curral. Todos eles têm em comum os próprios pescadores como informantes. Embora exerçam a pesca em diferentes lugares – no complexo lagunar de Maceió, nos dois projetos, e no Ceará, no artigo da *Folha de São Paulo* – vivem a mesma problemática da diminuição dos recursos pesqueiros.

⁴⁷ 5090,2 toneladas (1996); 6789,6 ton (1997); 6894,0 ton (1998); 7786,9 ton (1999); 7711,9 ton (2000).

Segundo o relatório do Projeto FTV/BID (1997, apêndice C), a diminuição dos peixes é associada a diversos fatores e identificada como um processo de deterioração decorrente da poluição doméstica (despejos sanitários), dos despejos industriais (tiborna⁴⁸), do assoreamento, da utilização de artes predatórias e porventura de uma sobre-exploração dos recursos (1997:7).

Apenas o relatório do Projeto IMA/GTZ (2000, apêndice C) não considera a sobre-exploração dos recursos como parte das possíveis causas, o que também não é afirmado com muita precisão no relato anterior, pois o termo "porventura" aponta para um sentido de acaso desse fator, que será discutido posteriormente. Os projetos foram desenvolvidos na mesma área, o que os faz diferenciar-se mais na maneira de expressar-se, e é assim que o último fala da diminuição dos peixes:

As atividades pesqueiras nas lagoas Mundaú e Manguaba estão passando por um momento muito difícil. As sujeiras despejadas nas lagoas, pesca predatória, assoreamento e estreitamento da boca da barra são fatores que geram como consequência mais imediata, a diminuição de peixes nas lagoas, o que pode ser verificado nos depoimentos publicados (2000:58).

Para alguns, a diminuição dos peixes e de outras espécies é relatada com um sentido de alerta, de denúncia e de que algo precisa ser feito; e, para outros, tem o sentido de fatalidade a respeito do qual nada pode ser feito, evidenciado através dos diálogos e expressões dos (as) pescadores (as).

Joel fala não só da possibilidade de extinção da pesca: "acabar com tudo", como também pede que eu confirme que não é só ele quem diz isso:

P – Você diz que há pescas que não pegam os pequeninhos e há outras que acabam matando os pequeninhos e acabam com tudo.

J – Que acaba. É, acaba com tudo. Você já observou isso, já? em alguma entrevista?

P - Hum,hum.

J – Já, né?

⁴⁸ Excedente do processo de fermentação da cana de açúcar.

Ele fala primeiro da impossibilidade de se fazer alguma coisa e depois da necessidade de algo ser feito por alguém especializado, para mudar essa situação:

P - Você solta [os peixes pequenos] ?

J – Não, eu não pego não. Quando eu pego no *curral os peixe pequenininho, eu solto tudinho*. A não ser as sardinhas que não *cresce*. Esse é um quadro errado, que vive agravado há muito tempo, nunca teve a curiosidade de mudar nada. Isso ninguém pode fazer nada. A capitania vê pro outro lado, que o pescador precisa e precisa muito. Ela tem que procurar esses experientes, assim que pode inventar, qualquer meio pra mudar.

Mariano, ao me contar sobre a sua relação com a pesca, expressa sua posição radical contra a pesca predatória e a falta de perspectiva de futuro:

M. - Hoje a gente pode pescar, amanhã pode *tá* trabalhando em outro serviço, né? Se tivesse arrumado um serviço certo mesmo, certinho mesmo, eu parava de mergulhar.

P. - É?

M. - Porque às vezes a gente mata, a gente maa..uns (gagueja e fica inaudível). É uma profissão que a gente se arrisca e é uma profissão que... acaba também com a natureza, acaba com tudo, né? Quando você tem a experiência de matar um peixe bom, um peixe grande, é bom e quando você tem a experiência de pegar um peixe pequeno, acaba com tudo.

Mariano, depois de relatar uma série de situações que considera como causas da diminuição dos recursos pesqueiros, termina dizendo: "a tendência é essa, acabar com tudo".

Antônio fala do *sumiço*:

P - Me conte dessa pesca de lagosta, ou lagostim? É lagostim, não é?

A - Tem dois tipos de lagosta: a cabo verde, que pesa de dois a três quilos é do mar de dentro e a legítima, amarela, que pesa até seis quilos, e é do mar de fora. Todos os dois

tipos *tá sumindo*, tanto em tamanho como em produção.

Mais ao final da conversa, ele fala da iminente ameaça de extinção e da impossibilidade de reverter essa situação:

P. E se criar em cativeiro?

A. E já inventaram isso? Acho que não, e nem vão inventar.⁴⁹
Não dá tempo.

P. Mas não pode acabar, não é?

A. Acabar? Como não pode acabar? Você está muito compreensiva... Se o ovado é o que o povo gosta de comer com pinga, come hoje, amanhã faz falta.

As causas do desaparecimento dos peixes estão presentes nas falas dos diversos interlocutores, que são associadas à própria atividade de pesca, como a *pesca predatória* e a *sobrepesca* ou *esforço de pesca*, à *negligência* dos órgãos governamentais e às questões ambientais, identificadas como *degradação ambiental*, causas que serão discutidas a seguir.

6.1 Pesca predatória e sobrepesca

A chamada *pesca predatória* é identificada pelos (as) interlocutores (as) como um fator importante para a situação atual da atividade pesqueira. Entre os tipos de pesca predatória é possível observar as identificadas pelo *tipo de instrumento* utilizado, ou pela própria atividade da pesca, ao se considerar a época em que é realizada, quem realiza e de que maneira.

Um primeiro nível de análise pode evidenciar que a responsabilidade da diminuição dos peixes, neste enfoque, é do pescador. Porém, uma análise mais detalhada nos permite observar que cada interlocutor descreve o que considera pesca predatória e as características daquele que realiza este tipo de pesca.

⁴⁹ A aquicultura da lagosta já existe em grande escala no Ceará, mas em Alagoas não.

O interlocutor mais contundente em relação à pesca predatória é Mariano, mergulhador, que relaciona os fatores prejudiciais à pesca, apontando tanto os instrumentos utilizados, como a maneira pela qual se realiza e quem realiza.

P. Você está percebendo isso? [depois de dizer que matar o peixe pequeno acaba com tudo].

M. É, o mesmo caso da pessoa que pega o polvo *pequeno*, né? E usa o *cloro* pra poder matar ele.

P. O que é que o cloro faz?

M. O *cloro acaba* com a pedra.

P. Ah, sei.

M. É o seguinte, se eu colocar o cloro num buraco de um polvo aqui, nunca mais entra outro ali.

P. Ah!!

M. Eu tirando com o arpão ou com um bicheiro, com três, quatro dias tem outro no buraco.

P. Ah, sim

M. Volta outro pro buraco. E com o cloro ainda tem mais, acaba com a pedra.

P. Arruína.

M. Arruína a pedra. Porque nunca sai o cheiro, porque quando bate na pedra e aí chupa a pedra e fica sempre aquele cheiro, né? A maré pode encher, pode secar, continua o mesmo cheiro, porque o cloro é muito forte e queima a pedra.

P. Hum, hum.

M. É por isso. Eu não uso, não, único material que eu não uso.

Outras formas de falar sobre o polvo e a relação da toca, como uma moradia, ouvi tempos depois, quando conheci Dalva, também pescadora de curral, que durante a conversa sobre a pesca, entre os assuntos, fala sobre a história do polvo. Conta que a toca é de um casal de polvo. E se ela pegar um, depois o outro vai estar lá e quando esses abandonam, ou são pescados, outro casal ocupa a toca. Para saber se há algum polvo na toca, há umas pedrinhas, umas sugeirinhas que ficam do lado de fora – eles deixam o lixo na porta –, o que pude ver durante as minha idas à pesca. Os pescadores têm os buracos certos para pescar, conta Dalva, e sua localização é guardada com muito sigilo, para que outro pescador não vá pegar os seus polvos. Também diz, quando pergunto sobre o perigo da pesca do polvo, que ele pode subir e sufocar, mas quando a pessoa que está acostumada, isto não acontece.

O que fica evidenciado, na fala de Mariano, é que além da pesca das espécies no período de crescimento, considerada predatória, acentua-se o problema pelo uso de produtos que danificam o meio ambiente, importante para as espécies. E, nesse sentido, também relata outras atividades predatórias costumam ocorrer na região:

M. Um negócio que não tem nada a ver, misturar a pesca da gente com a *bomba*. O pessoal... Aqui, agora não, mas depois que começou a fiscalização em cima, direto, aí o pessoal *pararam*, mas aqui, primeiro, o pessoal fazia isso.

P. Com *bomba*!?

M. É. Botava *bomba*, botava *veneno* no rio, negócio sempre assim. Acabava com tudo. No Mirante mesmo, eu mergulhava direto lá, depois que colocaram *veneno*.

P. No Mirante?

M. É. Acabou com tudo.

P. É mesmo?

M. Um produto que eles botam em cana.

P. Ah!

Que pescador é esse, segundo Mariano, que faz essa pesca predatória? Nos diálogos a seguir fica evidente, a caracterização de diferentes tipos de pescadores, dependendo do tipo de pesca predatória realizada. No caso do uso do cloro, ele identifica o pescador como "amador" :

M. Eles *usa* cloro.

P. Cloro, né? Que chiringa o cloro.

M. Aqui tem vários *pescador* que *faz* isso. Pescador não, eles são *amador*, né?

P. Ah, são *amador*?

M. Eles vão só pra....chega lá, qualquer buraquinho que vê, coloca e pega de todo tamanho. A gente aqui, eu mesmo só pego grande.

Esse pescador, ao mesmo tempo em que sabe o que está fazendo, segundo Mariano, não considera as conseqüências do seu ato, não aceita as orientações que ele dá, desqualificando o seu conhecimento e mantendo a atividade predatória, pois não acredita que vá acabar, já que em toda nova maré ele encontra outros polvos:

P. Você acha que é por querer? Por querer acabar mesmo? (com relação aos que usam o cloro para pescar o polvo)

M. Faz porque quer, né? Porque no caso, eu tenho dois *bicheiro*⁵⁰ e um arpão, eu uso o *bicheiro* e o arpão, eu pego sem cloro. E por que eles não podem fazer a mesma coisa? Pegar sem cloro? É sempre assim, o pessoal aqui, aí na praia, aqui mesmo.

P. É, eu já vi.

M. Tem vários aí que faz isso

P. É, eu já vi.

M. Com cloro, acaba com tudo.

P. Será que eles têm consciência de que ali os peixes estão acabando?

M. Tem não. Faz porque quer mesmo. Sabe que está acabando, mas pra ele..

P. Sabe que está acabando?

M. Sabe, o que é que eles *diz*, às vezes a gente fala e eles *acha* ruim.

P. É?

M. É, vai dizer o quê?

<<O cabra não sabe de nada e fica se metendo nas conversas, nas coisas? Não tem nada a ver, você é meio bobo, seu negócio é mergulhar, meu filho, e o meu é tirar polvo com cloro>> [referindo-se ao que o outro pescador responde quando ele diz que não devia usar o cloro na pedra]. Até fica chato a gente repetir de novo a conversa, ele pode achar ruim, né?

P. Hum, hum.

M. Fica essa confusão e o negócio é evitar. Às vezes, a gente conversando, <<rapaz aqui você faz isso, em Massaguera você não faz isso não, se você fizer isso, você é preso>> [diz ele ao pescador]. Ele não diz nada, fica assim: <<a praia tem muito, a maré enche e seca todo dia>>, é o que eles falam. <<Hoje a gente pega esse aqui com cloro, amanhã *tem um por aí de novo*, a gente *bota de novo* e pega>>. Olha, têm consciência do que *está* fazendo, mas eles *não ligam*.

Mariano responsabiliza o mergulhador iniciante pela pesca predatória dos peixes e polvos pequenos, e justifica que esse não tem experiência ainda, e por isso não liga, não se importa com o futuro, enquanto os mais experientes, como ele, segundo afirma, só pescam os maiores:

⁵⁰ Vara ou arame com anzol ou gancho na ponta, para pescar (especialmente polvo).

P. Mas é isso que eu estou te perguntando, se você conversa com seus colegas que vão pescar, no sentido de não pegar...

M. O peixe pequeno?

P. O peixe pequeno.

M. É que *tem* uns aí que *tá começando agora*, começando a mergulhar agora e *mata* tudo. Aqui, na frente, não tem. *Tem* uns quatro a cinco *pessoal* aí que faz isso, porque *não tem interesse de nada*, começando agora, o que tiver na frente ele mata. A gente não, sempre pega um peixe maior, né? Um peixe grande.

A justificativa dada se explica pela própria experiência de Mariano, que conta que quando era iniciante também matava os peixes pequenos:

P. E como é que você aprendeu a ver se ele era grande ou pequeno?

M. É porque comecei logo a matar o pequeno. Depois do pequeno, eu fui pegando mais a prática e fui deixando os pequenos e pegando só os maiores.

O uso de venenos e bombas, segundo Mariano, é feito por pessoas de maior poder aquisitivo, são *vereadores*, são *ricos*, que não precisam da pesca para viver. Agem assim por maldade e para acabar com tudo:

M. É porque é o seguinte: o pessoal que faz isso a maioria *são tudo rico*. É, um *vereador*. Um *vereador* não precisa fazer uma coisa dessa, né?

P. É.

M. Se envolve num negócio desse pra soltar bomba, veneno...

P. Não é gente que vai, que usa a pesca pra vender, né?

M. Eles *faz* isso, acho que é por maldade, pra acabar com tudo.

P. Maldade, não é?

M. A maioria não, né? Mas tem uns que faz isso.

A pesca predatória, exercida por não pescadores de alto poder aquisitivo, também é relatada, no Projeto de Apoio à Pesca Artesanal (1997), como um dos fatores da diminuição dos peixes, segundo os pescadores da região:

Apontaram [os pescadores], ainda, o exercício da pesca por indivíduos que não são pescadores, e que, além de poluírem a lagoa com os motores dos seus barcos, ainda pescam indiscriminadamente, e em grande quantidade (1997:8).

Os motores dos barcos evidenciam que essas pessoas têm um poder aquisitivo alto, pois a pesca na região é feita em canoas, esculpidas em troncos de árvores e, de maneira geral, são movidas a remo ou à vela, embora existam algumas motorizadas (Projeto FTV/BID,1997:7). Isso aparece também na fala de um pescador da lagoa, que se queixa: "Como é que a gente pode resolver as coisas, se tem coronel e capitão usando candango que acaba com tudo?".

O termo *ainda* encontrado na citação do Projeto, refere-se à menção de outros fatores relacionados com a diminuição de peixes, entre os quais o uso de redes predatórias e malhas de rede menores do que a lei prevê. Segundo o relator do projeto, a responsabilidade por tais fatos é atribuída, pelos pescadores, ao IBAMA, que deveria exercer a fiscalização da lagoa. E observa que, de forma geral, a utilização de redes ilegais é sempre da responsabilidade dos *outros*. "Os pescadores reconhecem, de algum modo, uma responsabilidade coletiva, mas de maneira nenhuma a aceitam como resultado do seu comportamento pessoal" (1997:8).

A maneira pela qual Joel fala da pesca predatória mostra uma forma mais ampla de observar o problema, pois ele o considera tanto o ponto de vista do pescador, como o ponto de vista dos órgãos reguladores:

P - Você disse que teve a oportunidade da pesca dar muito peixe...

J – Agora também tem um problema.

P – Ah...

J - É que... a pesca tem proibição, né?

P – Sei.

J – Quando chega o tempo em que a lagosta *não pode pegar*, o que o pescador faz? *Fica* esperando. Os *home* lá, a capitania não vê isso. Não olha esse lado da gente, né? Pra eles, que se vire, de qualquer maneira que tiver. Porque o pescador que tem uma rede de lagosta, por mais que ele tenha anzol... e se não tiver dando peixe? ele insiste, e se não tiver dando? A rede que ele tem, *tá dando* lagosta e ele não pode pegar. (...) Porque o recurso que tem de pesca aqui, não é tanto, né? Mas acontece que, se no lugar se liberar, vem *tudinho* e aí acaba. Quer dizer, ela [a capitania] tem esse direito sim, de ter a proibição, pra poder aumentar, senão acaba de uma vez, mas podia dar uma cesta básica, no tempo que o pescador passasse sem pescar.

P - Uma ajuda pra ele poder não pescar?

J - Pra poder ele não pescar, ele se agüentar e existir esse lado... Mas não tem.

P – Então o que acontece? Mesmo sendo proibido, ele vai pescar?

J - *Tem muito deles que insiste.*

A pesca predatória, relatada por Joel, refere-se à pesca de lagostim, na época do defeso. O que aparece na fala desse pescador é um dilema entre a defesa do pescador, que não tem outro recurso, o que o leva a pescar durante o defeso e a necessidade da lei, que proíbe, para não ocasionar uma sobrepesca.

Joel também menciona o tipo de instrumento utilizado para a pesca, que pode levar à extinção do peixe:

P – Isso, você está dizendo que é um dos motivos que levaram a diminuir a quantidade de lagosta?

J - *É, diminuiu.*

P - E do peixe, o que você acha que aconteceu?

J – Do peixe, o que existia era a *rede de arrasto*. Aqueles *pequeninho, elas pega e morre tudinho*. Aquilo acaba, não acaba? Só quer *os grande*, mas *os pequeno vem*, aí pronto.

A pesca predatória é vinculada ao tipo de rede e à atividade de pesca também no projeto IMA/GTZ (2000, apêndice C):

A utilização da rede de malha fina e a pesca indiscriminada em lugares e épocas indeterminadas estão sendo prejudiciais para todos os pescadores, pois retiram uma grande quantidade de peixes pequenos (2000:60).

Para Antônio, ex-pescador de lagostim, o problema do desemprego é que leva à pesca predatória, pois o pescador acaba pescando os lagostins na época da reprodução . E quantifica essa perda:

O desemprego é enorme. Como *empatar* [impedir] de pegar o ovado?

Uma ova tem mais de um milhão de produto, faz falta. Em cada dez quilos, trinta [lagostins] estão ovadas. Quanto não faz falta?

A responsabilidade, neste caso, fica direcionada para a questão econômica, e o pescador é o desempregado, situação que o isenta de culpa.

A pesca em grande quantidade é outro tipo de pesca referido por Mariana como associado à pesca predatória, e causa da diminuição dos peixes:

P. E qual é a pesca predatória?

M. É pesca, antes deles desenvolverem mais [referindo-se aos peixes].

P. Sei, mas que tipo de pesca?

M. De alto mar. *Eles vai onde tem cardume e pegam. Diz que tem alguns barcos que já conseguem ver onde está o cardume e vai lá e pega.*

Refere-se assim à pesca industrial, que também é considerada pelos pescadores do Ceará, na reportagem da Folha de São Paulo, como a responsável pela diminuição dos peixes. "A forma artesanal com que os pescadores no vilarejo de Bitupitá, no município de Barroquinha (CE), tiram seu sustento do mar não resiste mais à concorrência da pesca industrial" (LINSKER, 2000).

O pescador desaparece nesse tipo de pesca, o que emerge como responsável é a industrialização da pesca e o que fica subentendido como

responsável é o poder econômico dos empresários e dos instrumentos da pesca industrial, que acarretam uma sobre-exploração dos recursos, não sobrando para os pescadores artesanais:

As outras formas de pesca que existem na região, porém, têm diminuído muito o número de peixes. Barcos e pesca de arrasto afugentam os peixes para longe dos currais" (Folha de São Paulo, 2000).

A *sobrepesca* ou *sobre-exploração* é o resultado de inúmeras atividades de pescas predatórias. Diegues (1983) explica que o desconhecimento ou o desrespeito ao complexo ecossistema marinho, onde umas espécies servem de alimentos para outras e se deslocam às vezes de um oceano para outro, tem levado, através de pescas indiscriminadas, e em larga escala, à impossibilidade de as espécies se reproduzirem. E a consequência é, muitas vezes, a extinção de inúmeras espécies. Essa super atividade de pesca é denominada *sobrepesca*, onde os recursos que eram renováveis não se renovam, pois a intensidade de captura excede a capacidade de reciclagem.

A *sobrepesca* aparece como fator da diminuição dos peixes, de diferentes maneiras, nas falas dos representantes dos órgãos ambientais e dos especialistas, sendo pouco mencionada pelos pescadores.

O coordenador do IMA tenta demonstrar, em termos quantitativos, a existência da *sobrepesca*: "trezentos pescadores, no município que tem cinco quilômetros de praia". E delineia quem são eles: "população buscando alternativa de alimentação e a pesca como um complemento de renda". A responsabilidade passa do pescador para um nível mais amplo, que é o econômico.

O superintendente do IBAMA fala em *super esforço de captura*, o que considera uma consequência da existência de muitos pescadores ou de muita atividade de pesca, para poucos recursos. Tal argumento responsabiliza o pescador, além de focalizar a causa na incompetência do pescador: "não conseguem sair daquilo que aprenderam, para adquirirem novas técnicas que possibilitem um desempenho melhor e maior". A responsabilidade continua a ser

do pescador incompetente e, assim definido, o problema não leva em conta a falta de recursos e nem a falta de fiscalização, o que é da competência do IBAMA.

Para os pescadores (as), este problema não aparece como um fator evidente. Da fala de Joel, pode-se apenas deduzir que considera o fato como possível, caso haja um afluxo de pescadores para áreas onde a *fiscalização* é inexistente:

J. Porque o recurso que tem de pesca aqui, não é tanto, né? Mas acontece que, se no lugar se liberar, *vem tudinho* e aí acaba. Quer dizer, ela [a capitania] tem esse direito sim, de ter a proibição, pra poder aumentar, senão acaba de uma vez.

A responsabilidade da sobrepesca é, segundo Joel, da Capitania. E embora não seja da competência dela esse tipo de fiscalização, tal afirmação reflete o vínculo histórico do pescador com a marinha.

A primeira regulamentação dos pescadores no Brasil, segundo Silva (1988), ocorre a partir da criação das Capitânicas dos Portos, em 1845, seguindo o modelo da inscrição marítima francesa, no qual todas as profissões marítimas estão sujeitas à matrícula nas Capitânicas. O decreto de 1846 manda executar a regulamentação dos pescadores, que seriam cadastrados por cada setor pesqueiro, além de exigir a sua apresentação no primeiro domingo de cada mês, na Capitania dos Portos em que estivessem matriculados.

É diante da constatação de que o pescador tem mais vínculo com a Capitania do que com o IBAMA, que o projeto de lei (1999) do Seguro Desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso, alega que: "a lei de 1991 não tem beneficiado os pescadores pela restrição ao registro no IBAMA. Reformula e aceita o registro na Capitania dos Portos, que é mais comum entre os pescadores".

O Projeto de Proteção à Pesca Artesanal (1997), que enumera entre as causas da diminuição dos peixes a *sobrepesca*, apenas a menciona como possível. Por outro lado, afirma que "não existem dados estatísticos que permitam avaliar o estado dos recursos, nem acompanhar a evolução das capturas"

(1997:91). Sendo assim, em que se baseiam para considerar que há uma *sobrepesca*?

A literatura da etnoecologia, que tem estudado o conhecimento local das populações tradicionais e o manejo dos recursos, mostra que "predomina a noção de que os recursos comuns devem ser usados com parcimônia, na medida em que deles depende a reprodução social e simbólica do grupo" (DIEGUES, 1997:408). O que ocorre muitas vezes é a perda dessa noção, devido à expulsão da população "de seus territórios tradicionais, em consequência da hegemonia exercida pela grande propriedade privada, da propriedade pública e dos grandes projetos de desenvolvimento" (1997:409).

É importante também considerar outros aspectos salientados pelos especialistas, com relação à diminuição ou ao desaparecimento das espécies marinhas:

"O desaparecimento de inúmeras espécies de pescado se deu, não somente pela sobrepesca, facilitada pela introdução do maquinismo e técnicas cada vez mais predatórias, como também pelos efeitos negativos da poluição proveniente dos dejetos urbano-industriais que, em muitos casos, provocam a eutroficação das águas [redução do teor de oxigênio]" (DIEGUES, 1983: 81).

Diegues (1983) considera que, apesar de intervenções altamente desastrosas em determinados ambientes, o que se deve levar em conta não é apenas a tecnologia empregada, mas principalmente a organização social existente.

6.2 Negligência

A falta de ações, por parte dos órgãos governamentais, surge na fala de alguns pescadores, embora isso seja pouco mencionado, se comparado aos outros fatores associados à causa da diminuição dos peixes.

Aparece no documento do FTV/BID (1997), ao responsabilizar a administração governamental pela situação em que se encontra a atividade pesqueira:

"Dentre as dificuldades encontradas na execução do programa, vale ressaltar a ausência de políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro no Estado de Alagoas, a inoperância e negligência dos organismos do Estado responsável pelo setor, não existindo nenhum departamento que exerça um trabalho de extensão pesqueira, pesquisa, assistência técnica, apoio financeiro, ou que acompanhe a atividade de pesca nas suas diversas vertentes" (1997:75).

Ao se confrontar o que relata esse projeto, que foi desenvolvido entre 1993 e 1997, com as informações obtidas nos órgãos governamentais (IBAMA e IMA), em 2000 e 2001, também não havia nenhum departamento responsável pela atividade pesqueira. O que foi confirmado pelo superintendente do IBAMA, ao dizer que a extensão pesqueira era uma atividade realizada pela antiga SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), que foi extinta.

Quanto à pesquisa, por outro lado, a coordenadora do setor de Educação Ambiental informa que há um centro de pesquisa do IBAMA que faz pesquisa desde de 1987. Embora ele se encontre no estado de Pernambuco, o trabalho do IBAMA depende das informações desse centro.

Os pescadores responsabilizam principalmente a Capitania que, como vimos, é o órgão com o qual eles têm maior proximidade, e consideram que há um descaso quanto aos problemas dos pescadores, como apareceu na já citada fala de Joel:

"[...] Os *home* lá, a *capitania* não vê isso. Não olha esse lado da gente, né? Pra eles, que se vire, de qualquer maneira que tiver [...]".

Mariano considera que a fiscalização deveria ser mais eficaz: " [...] tinha, por causa disso, a *fiscalização* que *vir em cima*, e proibir esse negócio de cloro também, negócio de bomba por aqui". Embora não identifique que órgão deveria fazer tal fiscalização, considera que o órgão responsável por ela é ineficiente.

A pesquisa realizada pela Federação dos pescadores, apresentada no Projeto IMA/GTZ (2000, apêndice C), aponta o descaso sentido por eles, com relação aos órgãos governamentais responsáveis pelo controle da poluição no complexo lagunar.

6.3 Degradação Ambiental

Além da pesca predatória e da sobrepesca, outros aspectos importantes são considerados no problema da diminuição dos peixes e estão relacionados às questões ambientais, que aparecem de várias formas, tanto na fala de pescadores como na dos órgãos governamentais e nos relatos dos programas de intervenção, num sentido de *degradação ambiental*.

Para Mariano, o pescador de mergulho, a própria atividade de pesca, de uma forma geral, provoca a degradação ambiental: "pesca acaba com a natureza, acaba com tudo". Quando relata o uso do cloro na pesca do polvo e o uso de bombas e venenos, aponta para ações específicas que degradam o ambiente, pois afetam os recifes costeiros e matam tudo. Como ele diz: "acabou com tudo, só ficou água mesmo, só água mesmo".

O IMA, por sua vez, também denuncia a degradação ambiental causada pelo uso de bombas, água sanitária e rede de malha fina na atividade de pesca, através da reportagem sobre as ações do IMA, no suplemento do O Jornal (apêndice C). O que parece ser, entretanto, sua maior preocupação, pelo destaque dado na reportagem e na conversa com o coordenador do GERCO (Gerenciamento Costeiro) é a degradação dos recifes de corais, ocasionada pela atividade turística. O pisoteio das pedras, a ancoragem das embarcações, a retirada de pedras como *souvenir*, o que ocorre durante os passeios às piscinas naturais, ocasionam a destruição dos recifes de corais. O *turismo*, nessas condições, é um problema, pois provoca a degradação ambiental. Como diz o coordenador do GERCO: "na piscina da praia de Pajuçara, nem alga nasce mais, os recifes estão acabados".

O programa de intervenção dos Recifes Costeiros (apêndice C) e o programa IMA/GTZ (2000, apêndice C), descrevem uma série de problemas ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas nas respectivas regiões, e entre elas estão a pesca, o turismo, a agricultura, a industrialização e a urbanização.

O programa dos Recifes Costeiros arrola os problemas decorrentes dessas atividades: pesca predatória, esforço de pesca, desmatamento, erosão, resíduos da agroindústria canavieira, lixo, esgoto e ocupação desordenada.

O Plano da Secretaria do Planejamento (2000, apêndice C), também se refere à urbanização desordenada como causadora da "degradação do seu ambiente natural", na região de seu estudo, que inclui Ipioca.

A poluição, os resíduos jogados na lagoa e nos rios também são relatados por Isaac, antigo curraleiro, como aspectos da degradação ambiental que causa o desaparecimento dos peixes:

P. Quer dizer que não há mais peixe no rio.

I. Não tem né, você sabe que a *poluição tá* demais, muito resíduo, *sacode* dentro da lagoa e acaba com tudo, não cria mais nada, *tá* morto. A lagoa *tá* morta.

P. Sei.

I. Eu vejo aqui, na televisão, o povo reclamando, quem vive na lagoa Mundaú e lagoa Manguaba, reclamando que não existe mais, que já saiu do ramo, que não dá mais.

Mariana, dona de curral, também considera a *destruição da natureza* como causa da diminuição dos peixes. Refere-se, além da poluição da lagoa, à destruição dos manguezais e observa que está tudo relacionado, embora a lagoa fique a cerca de trinta quilômetros de Ipioca:

M. [...] e também o motivo de tanta essa *poluição* e também a destruição da natureza. Ali era mangue, na Asplana [clube da associação dos plantadores da cana de açúcar]. Você chegou faz quanto tempo aqui?

P. Aqui em Maceió, já moro há mais de 20 anos. Essa região eu não conhecia muito.

M. Você não vinha. Então, ali era mangue, então fizeram um clube.

P. O clube foi construído no mangue? Acabaram com o mangue?

M. *Acabaram com o mangue!!!* [fala num tom que dá um sentido de tragédia]. Então isso foi... Também tem a lagoa, né? Isso contribui, né? Uma coisa, outra, contribui pra que vá diminuindo. Uma coisa depende da outra.

O representante do IMA também avalia a poluição como um aspecto importante na alteração do ecossistema, de maneira geral, pois a diminuição da transparência das águas afeta a vida nos recifes de coral, já que a luz é um elemento importante no ciclo vital. O desmatamento é um outro aspecto de degradação ambiental, apontado como causa da diminuição dos peixes, embora segundo o representante do IMA, não haja nenhum estudo no Estado que avalie o impacto ambiental do desmatamento.

Esse aspecto é considerado pelo Sr. Valdir, antigo curraleiro, como um dos motivos da falência da pesca de curral:

V. Acabou. A pesca de Ipioca acabou-se.

P. E o que o senhor acha, porque que acabou, o que levou a acabar?

V. Acabou-se a mata. A mata acabou-se, não existe mata, só existe cana neste meio de mundo.

P. O senhor acha que isto afetou a pesca?

V. Ah foi, foi. Aqui ninguém tem de onde tirar um cipó hoje, a vara ninguém tem de onde tirar, nada tem.

A impossibilidade de usar a madeira para a construção do curral tornou muito onerosa a sua manutenção, inviabilizando este tipo de pesca.

A pobreza e o subdesenvolvimento são considerados, pelo IBAMA, como causa da degradação ambiental, o que está especificado no seu programa de ações para o desenvolvimento sustentado das populações tradicionais. (IBAMA - CNPT - apêndice C)

A responsabilidade pela diminuição dos peixes, relacionada à degradação ambiental, aparece difusa entre vários segmentos, não fixa a responsabilidade

dessas ações em nenhum órgão específico e nem em pessoas físicas, como nos casos da pesca predatória, da sobrepesca e da negligência, discutidos anteriormente.

A responsabilidade pela *degradação ambiental* fica assim dividida entre as atividades de pesca que utilizam o cloro e destroem os recifes; a atividade turística que leva os turistas e jangadeiros a pisotear e quebrarem os recifes; as indústrias e a falta de saneamento, que poluem os rios e lagoas; a cultura da cana de açúcar, que dizimou as matas em Alagoas; o desenvolvimento urbano desordenado e o subdesenvolvimento.

A *degradação ambiental* demarca a complexidade do problema e as dificuldades das ações para enfrentá-lo. Focalizar a questão da diminuição dos peixes apenas na sobrepesca, na pesca predatória, ou na pobreza é simplificar o problema e centralizar a responsabilidade no pescador ou na atividade pesqueira e assim obscurecer os outros fatores que envolvem os órgãos governamentais, os setores industriais e a população de maior poder aquisitivo.

7. O que fazer? Fortalecer a pesca artesanal ou sucumbir ao turismo?

Os relatos sobre a diminuição dos peixes e suas possíveis causas, trazidos anteriormente através de múltiplas vozes, foram com frequência acompanhados de algumas propostas de ações. Os pescadores e pescadoras falaram de ações que devem ser realizadas, para impedir a extinção dos peixes e outros animais marinhos. Os (as) representantes dos órgãos públicos (IBAMA e IMA) relatam as ações que vêm realizando, e que se refletem na pesca, com o objetivo de prevenir ou de intervir em questões ambientais. Alguns projetos mencionados apresentam propostas de ações para a região; outros relatam exemplos de ações realizadas em outra região; outros, ainda, falam das ações que estão sendo realizadas com o objetivo de intervir na questão ambiental e na preservação da pesca artesanal.

São basicamente duas as ações propostas: incrementar o turismo e fortalecer a pesca artesanal. A análise das ações propostas – em realização e já realizadas –, análise que será apresentada a seguir, leva também em conta as múltiplas vozes que aí se fizeram presentes e procura entender *o que fazer* em termos da dinâmica entre o que é proposto – quem faz a proposta, para quem ela se destina – e as possíveis conseqüências dessas ações.

7.1 O Turismo

Entre as propostas para lidar com o problema da diminuição dos peixes, o turismo aparece como a mais controvertida. A atividade proposta consiste em desenvolver em Ipioca, o mesmo projeto que os pescadores da praia de Pajuçara,

em Maceió, realizam há alguns anos. Os pescadores⁵¹ dessa praia se transformaram em motoristas de jangadas e realizam passeios turísticos às chamadas piscinas naturais, formadas nos recifes distantes da costa, quando a maré seca. Essa atividade existe também em outras praias do litoral do Estado e em outros estados do nordeste onde o mesmo fenômeno ocorre, devido à presença dos recifes costeiros em toda a costa litorânea.

Essa proposta, que surge como uma possível saída para a crise financeira dos pescadores locais, gerada pela escassez dos peixes, foi noticiada na imprensa Jornal Gazeta de Alagoas (apêndice C), no dia 17 de dezembro de 2000, que informava sobre a inauguração do passeio turístico na praia de Ipioca.

Entende-se dessa notícia, que a proposta parte da Colônia de Pescadores sediada em Maceió (Jaraguá) da qual fazem parte os (as) pescadores (as) de Ipioca. Entende-se também que a proposta conta com o apoio de órgãos governamentais relacionados ao Turismo e da Capitania dos Portos.

Essa informação é confirmada por João, pescador de curral, que é nosso principal interlocutor com relação a essa proposta, principalmente porque a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Ipioca inicia um movimento de revitalização para operacionalizar a proposta, e João se torna seu vice-presidente. Como ele diz:

João - Fiquei como vice-presidente da Associação. Estamos alugando uma casa na Boa Vista já para dar início.

Pesquisadora – Onde fica Boa Vista ?

J. – Aqui em Ipioca.

P. – No começo?

J. – É. Aí eles ficaram de ir hoje lá falar com a mulher, pra gente conversar, porque tem que ter um local, né? A associação. Aí quer alugar esta casa e a mulher disse que a casa só *falta* as portas e trocar as linhas. Sobre isso a gente pode se organizar, a gente vai vê quanto é o aluguel.

P. - Esta associação não existia antes?

J. – Não. A gente sempre vinha batalhando. Aí depois apareceu *o presidente da colônia* querendo dar uma força. Aí.....

⁵¹ O uso, neste momento, do gênero masculino se dá exclusivamente pelo fato de não ter encontrado nenhuma mulher até o momento (do conhecimento da pesquisadora) desenvolvendo esse tipo de atividade.

P. – Onde fica a Colônia?
J. – A Z1, lá no Jaraguá.
P. - Ah, lá do Jaraguá.
J. – Lá onde tem a piscina natural.
P. - E aqui faz parte da Z1?
J. - É. E agora já é registrada em cartório, a associação. Só falta a gente renovar. Porque são novas pessoas que estão fazendo parte.

Considerando a fala de João e a reportagem do jornal, podemos compreender que essa proposta foi feita pelo presidente da Colônia de Pescadores, para uma Associação ainda desorganizada realizar, o que fica mais evidente quando João continua falando dos planos para desenvolver a proposta:

P. – Na informação do jornal falam do Bar do Correia.
J. – É porque lá vai ser o bar onde os turistas vão almoçar. Quando eles fizerem o passeio na piscina natural, eles voltam e vão almoçar no restaurante. É um ponto de apoio.
P. - Ah sei. E os barcos e a jangadas? Jangadas, não é? Vão ficar aonde?
J. – Jangadas. Tem uma base de 15 jangadas. (...) Agora... O plano dele é assim.
P. – Plano de quem?
J. – Do presidente da colônia. Vai sair um empréstimo, o limite até R\$ 5000,00. E estive lá, com a autoridade, e a liberação que veio para cada pescador investir em jangada. Quem quiser investir em jangada. Aí vai fazer jangada e trabalhar no turismo e cada turista paga R\$10,00 o passeio.
P. - E o presidente da colônia é o de Jaraguá?
J. – É seu Pedro.
P. - É ele que está interessado?
J. – Está querendo explorar esta piscina daqui. Já trouxe (...)

A idéia de um empréstimo aparece como uma das controvérsias, pois não é vista como solução por outros (as) interlocutores (as), que questionam a proposta e perguntam: "Empréstimo? Para pagar com quê? Se não tem peixe..."

A pergunta sobre onde vão ficar as jangadas deve-se também ao que dizem outros (as) interlocutores (as) sobre a existência de alguns problemas que ocorrem em Ipioca, que a diferenciam das condições existentes em outras praias.

Um deles refere-se às características do povoamento da praia, onde as casas à beira-mar foram construídas sem respeitar o recuo do terreno de Marinha, alcançando, desta forma, a beira da praia. Essas casas pertencem, na sua maioria, a pessoas de alto poder aquisitivo, que as utilizam para veranejar e não são moradores de Ipioca. Os (as) pescadores (as) dizem que os donos das casas não lhes permitem utilizar a praia para colocar seu material de pesca, posicionando-se como proprietários também da praia em frente à sua casa. Questionam assim, a viabilidade de tal atividade nessa praia, pois não há espaço para colocarem as jangadas e tampouco para recepcionar os turistas.

Esse problema é identificado no relato do Plano SEPLAN (apêndice C), que ao delinear as suas propostas evidencia as restrições da região que "são ocupações irregulares, avanço em áreas de marinha, inexistência de normas urbanísticas" (2000: 45).

Dentre as diretrizes propostas para o uso e ocupação do solo, delineia como ação "proibir o parcelamento do solo em áreas de terrenos de marinha e áreas de preservação ambiental" (2000: 49) e dentre as diretrizes ambientais, propõe "definir áreas de terrenos de marinha como áreas de proteção ambiental, destinadas ao uso público de lazer e turismo" (2000: 46).

É importante observar que essas ações ainda são meras propostas e, embora na praia de Ipioca as casas já estejam construídas, ainda existem na região muitas áreas desocupadas. Entretanto, a especulação imobiliária e o ritmo acelerado com que novos loteamentos aparecem, levam a crer que, quando as normas urbanísticas chegarem até lá, ocorrerá o mesmo que sucedeu com a mata. Como disse o Sr. Valdir "depois que acabou, querem *empatar*".

Os (as) pescadores (as) de Ipioca, como ficou evidenciado anteriormente, estão divididos em relação à proposta de atividade turística. Alguns a consideram uma saída, enquanto outros não acreditam na sua viabilidade. É o que diz João, com relação aos pescadores:

P. E o que os pescadores estão achando?

J. Estão gostando porque gera mais emprego e renda, né?

P. Você disse no começo que as pessoas não estavam muito interessadas.

J. – Mal informado. Tem uns que acreditam, até hoje a gente chega para uns que *diz* <<é nada, isso não vai à frente não>>. Não tem interesse, depois vai aceitando. Tem muitos aqui que precisam. A gente tem que incentivar para ver se vão, mas *tem deles* que têm a *mentalidade atrasada*.

P. – Há alguns que não estão aceitando?

J. – Só acreditam, como diz o Sr. Pedro, depois que estiver tudo em ordem, os turistas aparecendo. Só vão acreditar depois. Só acreditam vendo.

João se refere aos outros pescadores, que não concordam com a proposta, os de *mentalidade atrasada*, desqualificando assim as possíveis críticas vindas da oposição e, em seguida, se sustenta no que diz o Sr. Pedro, o que sugere que há um grupo a favor e outro contra.

Em uma conversa com o coordenador do Projeto FTV/BID (1997), este referiu-se ao Sr. Pedro, como sendo um pescador empreendedor, o que o torna, segundo ele, mal visto pelos pescadores tradicionais. As diferenças entre os grupos são, portanto, mais amplas do que o mero estar a favor ou contra a proposta. O sentido que se atribui a um pescador empreendedor e a um tradicional pode ser um dos aspectos a serem considerados, para se compreender a dimensão das diferenças entre os grupos.

A conversa com o pescador Joel, sobre essa proposta, alcança outra perspectiva dessa questão:

P - Eu soube que os pescadores aqui estavam querendo fazer aquilo que você me disse lá na praia, de levar os turistas pra piscina natural, como na Pajuçara. Eles estavam pedindo à prefeitura, para terem essa atividade, como um trabalho. Você sabia disso, você participou disso?

J - Eu participei, eu não tava falando pra você?

P - Sei.

J - Mas eu não levei muito tempo nisso não. Eu saí, antes *deles ter outros projeto*, né? Porque eu vi que não ia dar em nada e justamente não deu, não.

P - Mas não foi há muito tempo?

J - Não, mas quer dizer já muito antes eles tentaram e agora de novo.

P – Por que você acha que não dá certo, que não vai pra frente?

J – É porque... todos eles não *paga*, né? Quem tem a carteira não quer pagar.

P - Não paga o quê ? a marinha?

J – A marinha. Inclusive eu tava trabalhando, tenho minha carteira e tem quatro anos sem pagar nada. Quando tirei a carteira, eu não sabia quanto pagava, não procurei, só fiz tirar a carteira, pra depois resolver o resto das coisa. Só que daí eu comecei a trabalhar, trabalhando e essa carteira ficou. O cara disse que aquela carteira tem direito a Instituto [serviço de saúde] e tudo isso. Veio dizer agora. Quando fui tirar, ele me disse que tinha que fazer uma parcela de R\$ 36,00 todo mês pra poder chegar a uma quantia de uns 300 e pouco, ou 200 e pouco, assim. Oxente!! Eu vou ficar pagando? Vou fazer outro Instituto, que eu pago R\$ 12,00, deixa eu me equilibrar direitinho, aí eu compro os *formulário* e faço. Porque pagando R\$ 36,00, aí pesa pra mim, aí não vai... Aí fica assim.

P - Ah por isso que não vai pra frente, né?

J – Não vai.

P – E também o que cobram, é caro pra poder manter pagando? Essa mensalidade é pra marinha, pra associação dos pescadores?

J – Pra associação. Se acaso tivesse uma colônia, que eles [os pescadores] *pagasse tudinho*... aí tinha acesso a direito, a materiais pra poder começar. É como se fosse empréstimo, pra depois ir pagando, empréstimo do banco. Que o banco já *tá* dando, não *tá*? Empréstimo pros pescadores.

A dificuldade para os pescadores se organizarem é bem conhecida por Joel, como relata a seguir:

P - Tem fiscalização, aqui em Ipioca?

J – Fiscalização eu não sei dizer. Aqui não tem colônia, não. Já teve. Aí...

P – Não funciona mais? Lá no alto não tem um⁵²...

J – Tem, mas ele não é tão evoluído não. É assim..

P – Não funciona?

J – É uma coisa mais parada.

P – Sei. Os pescadores daqui não se reúnem?

⁵² O alto é como se referem à região do bairro que fica no "tabuleiro", onde participei de uma reunião realizada pelo posto de saúde, no início (1997) das minhas atividades em Ipioca, na sede da Associação de Pescadores.

J – Não. Se reuniam antes, mas *não ia tudinho* não, eles *não ia não*. O que eles *queria*, *nunca teve*, né? O que eles *queria* era uma colônia aqui, uma balança na praia, e ao lado da colônia assim uma *praçazinha*, pra quando *fazer* negócio de evento turístico, assim. Festa de pescador, uma *balançazinha*, com uma *praçazinha* ao lado da balança, né? O que eles *queria* era isso, com telefone. Uma coisa civilizada, que precisa.

P – Como em outros lugares?

J – Em outros lugares.

P – Aqui não tem.

J – Não tem, é por isso que eles lutam muito por isso, quando *vê* que não chega, *desiste*. Um período mais ou menos de um ano, dois anos, ainda chega e depois desiste. Repare um ano, pra pessoa..

P – Lutando...

J – ((Rindo)) Reunião todo dia, oxe !! Um saco. ((Risos)). Eu mesmo digo, quando eles falam lá, eu não tenho vergonha de dizer não: 'Vocês fala, fala e não resolve nada'. É.. Cada um diz uma coisa, outro, outra..... Chega, no mesmo dia, né?

A formação das colônias de pescadores revela a dificuldade que ainda hoje existe para a organização dos pescadores em termos formais, exigida pelos órgãos e pelos projetos governamentais. A história de sua formação é encontrada na literatura e no Projeto FTV/BID (1997).

O fortalecimento das colônias de pescadores foi uma das ações realizadas por esse Projeto (1997), que tinha como um dos objetivos, transformá-las em cooperativas. Segundo o relatório, as colônias se encontravam em estado de estagnação, resistentes à mudança e desconfiadas das intenções dos executores do projeto, o que foi identificado como as primeiras dificuldades.

Essa situação é explicada no Projeto (1997) pelas características históricas das colônias de pescadores que serviram sempre de instrumento para alguém alcançar determinados fins, que não ficavam claros desde o início. Como visto anteriormente, a regulamentação dos pescadores se deu ainda na época colonial e "teve um sentido puramente militar" (SILVA,1988: 135).

O interesse era manter um contingente de reserva para a Marinha de Guerra, composto de pescadores com conhecimento da navegação e que eram obrigados a servir, quando fosse necessário, sem custo para o Estado. Isso só

onerava os pescadores, que tinham que pagar para se registrar. Os recursos escassos da Capitania e a dispersão dos pescadores em regiões de difícil acesso não possibilitaram nem o registro e nem o controle, para impedir os não registrados de pescar. Disso resultou que a maior parte dos pescadores não se registraram (opus cit., 1988).

A Colônia de Pescadores surgiu a partir de 1919, criada pela Marinha de Guerra, com o objetivo de acabar com a resistência dos pescadores ao recrutamento. Foi criada com um objetivo militarista, autoritário e ao mesmo tempo assistencialista, para esconder o objetivo de sua criação (SILVA, 1992⁵³, apud Projeto, 1997: 74).

A partir de 1988, as colônias passaram a ser sindicatos e os pescadores podiam escolher serem ou não associados, o que levou à dilapidação de seu patrimônio e à sua desarticulação, segundo informação recebida na conversa com José Roberto Silva, coordenador do Projeto de Apoio à Pesca Artesanal.

A princípio, podia-se pensar que uma das conseqüências da proposta de desenvolver a atividade turística em Ipioca seria a organização da Associação dos Pescadores e Marisqueiras. Entretanto, isso não ocorreu, como será relatado a seguir, pelo menos até as últimas informações obtidas.

Nas conversas iniciais sobre a organização da Associação, João se mostrou entusiasmado com as reuniões entre os pescadores e a representante da Secretaria Municipal de Turismo (ENTURMA), que incentivava a proposta de desenvolverem a atividade turística em Ipioca. Meu contato com a representante dessa Secretaria, em janeiro de 2001, permitiu conhecer a proposta de parceria entre vários órgãos para a realização de tal projeto. Entretanto, quando retomei contato com o campo de pesquisa, em julho de 2001, a Associação ainda se encontrava em fase de organização.

Segundo João, as dificuldades ocorridas nesse período se deveram aos problemas de disputa de liderança. O presidente nomeado da Associação deixou o cargo para sua filha, com o que João não se conformou, pois como vice-

⁵³ Luis Geraldo Silva (1992) *Os pescadores na História do Brasil: da escravidão às Colônias de Pescadores*. São Paulo: CEMAR/USP.

presidente, achou que deveria ser ele o sucessor. Convocou eleições e formou uma chapa com doze pessoas.

Quando perguntei sobre o que queriam os (as) pescadores (as), João disse que o maior interesse deles (as) era conseguirem a carteira ou registro profissional. Queriam, em primeiro lugar, a manutenção da pesca e a ajuda para comprarem barcos e redes. A longo prazo, pensavam em construir uma escola da Associação.

Para atualizar as informações com relação a esse movimento, conversei com João novamente em outubro de 2002. Ele contou que no último ano, nada havia sido realizado devido às eleições. Os pescadores se dividiram e cada um foi trabalhar para um político. Contou também que iria passar o cargo de presidente da Associação para outro, pois ia morar em São Paulo.

Diante desse relato pode-se concluir que a proposta feita por uma pessoa de fora do grupo, para uma associação desorganizada, não pode se concretizar. Isso levou algumas pessoas do grupo dos opositores a confirmarem sua expectativa e a comentarem: "não disse que não ia dar em nada"?

Talvez, nessa constatação, também possa estar implicado um desejo de que a proposta turística não desse em nada. Há nela elementos controversos. De um lado, há a necessidade de preservação da pesca, por esse grupo. De outro lado, há os problemas de degradação ambiental, gerados pela atividade turística, fator apontado como causa, pelo IMA, como relatado anteriormente e pelos projetos dos Recifes Costeiros e de Proteção Ambiental.

As ações que o IMA vem desenvolvendo atualmente estão direcionadas para a tentativa de atenuar o impacto ambiental produzido pelo turismo nas piscinas naturais, como mostra a reportagem do *O Jornal* (apêndice C), em virtude, provavelmente, da acentuada degradação ambiental, conseqüente dessa atividade, na praia da Pajuçara. Diante desse quadro, o IMA tenta realizar uma ação preventiva na praia de Ipioca, onde, em termos turísticos, essa atividade ainda não começou. Contudo, a prática de ir às piscinas naturais, pelos veranistas locais, já ocorre há muito tempo.

Na conversa com o coordenador do Gerenciamento Costeiro (apêndice B) sobre a implantação do passeio turístico às piscinas naturais, em Ipioca, ele diz que:

é uma área nova e que antes de usar, o pessoal da colônia Z 1 já tinha essa preocupação de não impactar, porque eles sabem que os prejudicados são eles mesmos. O IMA propôs um uso racional e está dando as orientações e vão apresentar em documento, de não fundear em áreas recifais. Essas orientações são dadas aos jangadeiros. A documentação não está pronta, porque está sendo feita atualmente. O Banco do Nordeste vai financiar a compra de jangadas.

A posição dos órgãos públicos na questão do *turismo*, veiculada no jornal Gazeta de Alagoas, no dia 17/12/2000 (apêndice C), evidencia a intenção de desenvolver o turismo em Ipioca, numa ação conjunta entre órgãos governamentais e pescadores. Ressalta nessa reportagem a preocupação dos órgãos governamentais com a segurança dos turistas e dos recifes de corais, sendo estes últimos preservados para a manutenção do turismo, enquanto a pesca não é levada em conta.

há uma preocupação com a segurança dos corais, *para que a diversidade de vida marítima das piscinas naturais de Ipioca continue conquistando os turistas*. (Gazeta de Alagoas, 17/12/2000).

Para conseguirem a preservação dos recifes de corais, informam na reportagem que foram entregues um certificado de capacitação turística e ambiental aos pescadores e jangadeiros. Onde se pode presumir que os responsáveis pela preservação serão eles. Durante a conversa com João, pedi que me contasse como foi o curso de capacitação que realizaram:

P. – Sei. E na outra reportagem que eu li, que foi do dia 17/12/2000, falou-se de um curso que foi feito. Existiu esse curso?

J. – Curso....

P. - Que fizeram com os pescadores.

J. – Ah! Foi uma palestra que teve lá em Maceió, lá no centro, que eu perdi. Eu fiquei até de ir também, mas deu rolo. Agora vai ter outro curso que eles estão planejando para o dia 15, mas está muito próximo para o pescador que não tem a carteira, né? E teve uma palestra. Eles vieram aqui na praia, fizeram uma apresentação.....

P. - Quem é que veio?

J. - Veio a Gazeta e o canal 5. Oh! [porque são os mesmos]. Mandou os representantes, porque não conseguiu vir [referindo-se à prefeita], mandou a secretária.

P. - Isso foi pra inauguração?

J. – Só pra mostrar pra eles o local, a piscina, a gente foi olhar a piscina.

P. - E o curso?

J. – Só houve a palestra.

P. - A palestra foi sobre o que?

J. – Sobre a praia, o meio ambiente.

P. – Sim é sobre esta que estou perguntando.

J.– A palestra foi em Maceió e as pessoas que participaram receberam o certificado. Todos os que fazem parte têm que fazer o curso de pesca e ter a carteira de pesca do IBAMA.

O que se pretende é que, por meio de uma palestra, os pescadores e jangadeiros fiquem capacitados a preservar os recifes de coral. Para compreender melhor como foi realizada essa capacitação, procurei o IMA e na entrevista com o coordenador do GERCO (apêndice B), ele explica que diferentes órgãos estão implicados na implementação do passeio turístico de Ipióca:

A SETURES (Secretaria de Turismo do Estado) é a responsável pela capacitação dos jangadeiros.

A Marinha é a responsável pela segurança de navegação e habilitação dos pescadores para embarcações.

O IMA é quem vai demarcar a área de fundeio das jangadas e pretendem limitar a área de embarque e desembarque e trabalharam com a capacitação dos pescadores com base nas leis 9065 – sobre fundeamento e na lei 7661 – sobre gerenciamento costeiro (apêndice B)

Parece que a ação conjunta desses diversos órgãos se realiza para que se configure uma proposta de atividade turística de acordo com as leis ambientais. Entretanto, a responsabilidade pela preservação ambiental dos recifes de coral é transferida dos órgãos públicos para os pescadores que se envolverem nesta atividade.

A consequência da chegada do Turismo em outras regiões do litoral, tanto de Alagoas como de outros estados do nordeste, tem sido focalizada em vários estudos. Costa-Neto & Marques (2001) relatam que:

O processo de urbanização e a implementação da atividade turística no município do Conde (Bahia) já iniciaram o deslocamento dos moradores locais de sua condição de pescadores. Alguns deles, por exemplo, abandonaram a atividade e passaram a gerenciar pousadas, bares e restaurantes para servir ao turismo, oferecendo, inclusive, passeios turísticos de barco ou de bugre (2001:76).

O movimento turístico tem vantagens e desvantagens, segundo os moradores. Os benefícios considerados são a facilidade de transporte, comércio do pescado e prestação de serviços, que aumenta a renda familiar. As desvantagens estão relacionadas à especulação imobiliária, expropriação de terrenos, barulho, falta de liberdade e lixo (2001: 77).

Oliveira (1998) realizou uma análise das transformações do cotidiano, em um povoado de pescadores (praia do Francês), no litoral sul de Alagoas, onde a intensificação da indústria do turismo provocou intensas mudanças nas formas de inclusão/exclusão. A análise das informações, obtidas em três gerações, arrola aspectos positivos e negativos com a vinda do turismo. Os positivos referem-se às melhorias no povoado (água, luz, calçamento, transportes, relacionamentos) mencionados pelas três gerações. No entanto, Oliveira (1998) relata "que essa melhoria teve níveis diferentes de significação: para uns, mais do que para outros" (1998: 130). Já os aspectos negativos são referidos da seguinte forma:

O turismo trouxe destruição, segundo todos. Esta foi vivida diferentemente; para uns, mais intensamente que para outros. Essa destruição é permeada por sofrimento, para

quem a natureza tem qualidade simbiótica e é elemento fundamental da estética da existência e da sobrevivência. A geração mais velha, que menos usufrui, expressa o sofrimento pela perda de identidade, dos costumes, do trabalho como objetivação de si mesmo, das relações comunitárias, e da potência de ação (desamparo) (1998: 131).

O Plano SEPLAN (apêndice C), em sua diretriz socioeconômica, considera o turismo como uma proposta viável, passível de promover o desenvolvimento sustentável dessa região onde se encontra Ipioca.

A insustentabilidade dessa opção de desenvolvimento é apontada por diversos estudos. Costa (1999), por exemplo, relaciona esse aspecto à descaracterização das paisagens, à destruição dos ecossistemas, à perda de valores locais e, até certo ponto, à piora da qualidade de vida das populações, devido à perda de espaços que anteriormente desfrutavam, ao encarecimento do custo de vida e à exclusão social. Costa considera que o desenvolvimento turístico sustentável só pode ser tratado nas seguintes condições:

Ordenando ações do homem sobre o espaço turístico, criando condições satisfatórias para o desenvolvimento dessas ações e estimulando potencialidades locais. O planejamento é um instrumento indispensável para que se estabeleça uma dinâmica que possa melhorar as condições de vida, com impactos reduzidos no seu ambiente (1999: 38).

O estudo de Costa sobre o Projeto Costa Dourada⁵⁴, cuja abrangência é a região do Litoral Norte de Alagoas gera uma expectativa de que esse projeto tenha reflexos em Ipioca, agora e no futuro, por encontrar-se na rota do Turismo. O nível de degradação, embora seja menor do que em outras regiões do Estado (como a da praia do Francês, citada anteriormente), a existência de Hotéis e novos projetos levam à necessidade de planejamento. Esse aspecto é considerado no Plano da SEPLAN, em relação à região estudada:

⁵⁴ É um empreendimento do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)/NE, dentre outros megaprojetos de turismo da região, voltado para um conjunto de intervenções no litoral/sul de Pernambuco e norte de Alagoas.

apresenta características que justificam a necessidade de intervenção na região, por se constituir um dos maiores patrimônios do município para o desenvolvimento da atividade turística, não só pelas características naturais e paisagísticas, como pela existência de glebas de dimensões significativas não fracionadas, o que possibilita a implantação de empreendimentos turísticos de porte (SEPLAN, 2000:6).

Costa (1999) observa que, nos projetos turísticos que vêm sendo implantados, em muitas ocasiões, estão envolvidos interesses imediatos do setor privado, que se movimentam numa velocidade maior do que a implementação de políticas públicas. Entretanto, para os objetivos desta pesquisa, as propostas do Plano da SEPLAN serão analisadas como mais uma das vozes relacionadas com o futuro da pesca na região. Assim, entre as ações propostas para o desenvolvimento sustentável das atividades socioeconômicas locais a SEPLAN propõe:

Identificar local para implantar Terminal Interativo de Pesca e Turismo;
Realizar cursos de beneficiamento do pescado.

O projeto não especifica quem deve realizar as ações propostas de *identificar e implantar* o Terminal Interativo de Pesca e Turismo. Mas pode-se deduzir que a primeira delas deve ser realizada por pessoas que tenham um conhecimento específico, principalmente levando-se em conta que o Plano foi elaborado por três arquitetas que, no próprio plano, apresentam o bairro de Pescaria, vizinho de Ipioca, como o local para o desenvolvimento dessa proposta. Salientam, entretanto, que a elaboração da proposta se fez a partir da população local, que foi ouvida em termos de suas reivindicações e prioridades.

A segunda ação, *implantar*, provavelmente deve ser realizada por pessoas que tenham maior poder aquisitivo, como o próprio Plano especifica, entre outras ações propostas: "estimular parcerias com os grandes proprietários locais, para implantação de complexos turísticos" (2000: 48).

A construção de um terminal interativo de Pesca e Turismo na Colônia Z-02, no Pontal da Barra, em Maceió, é relatada no Projeto FTV/BID (1997) como um dos aspectos que deram credibilidade às colônias, perante a comunidade. Foi considerada um dos pontos fortes do programa, embora não sejam fornecidos maiores detalhes sobre o seu funcionamento. Essa ação, realizada em outra comunidade de pescadores, provavelmente repercute tanto em quem formula a proposta quanto na população de Pescaria, que a reivindica como uma opção de melhorias para o local.

A outra proposta do Plano da SEPLAN, de *realizar cursos de Beneficiamento do Pescado*, é apenas citada sem maiores explicações. Porém pode ser também encontrada como uma das ações importantes desenvolvidas pelo Projeto FTV/BID (1997):

Construção da Unidade de Beneficiamento Artesanal do Sururu na Colônia Z-16 Trapiche, que veio trazer uma experiência única de tratamento do sururu, em condições higieno-sanitárias ótimas (1997: 72).

Essa é outra ação desse projeto que influencia as propostas atuais, principalmente as dos órgãos governamentais. Entretanto, a situação da diminuição dos recursos pesqueiros existentes na época em que o Projeto FTV/BID (1997) foi realizado, hoje se agravou. Talvez por esta razão a proposta de *Beneficiamento do Pescado* só aparece na voz do Plano da SEPLAN e não na dos (as) pescadores (as), pois esta é uma ação inviável enquanto não houver outras ações que possibilitem a melhoria das condições para a existência do próprio pescado. Se não houver essa melhoria, o que haveria a ser beneficiado?

7.2 A pesca artesanal sustentável

A expectativa da possibilidade de extinção da pesca levou os vários (as) interlocutores (as) a falarem de ações que devem ser feitas para impedir que isso

aconteça, possibilitando a manutenção da pesca artesanal. Estas propostas serão consideradas como ações voltadas para uma *pesca artesanal sustentável*. Essa nomeação não aparece nas falas dos (as) pescadores (as), porém se faz presente no projeto de intervenção dos Recifes Costeiros (apêndice C), que tem como objetivo:

propor uma estratégia de gestão sustentável para a pesca artesanal, que garanta não somente a conservação da biodiversidade, mas a melhoria da qualidade de vida das comunidades que dependem desta atividade para sua subsistência.

Tal posicionamento parece estar em consonância com as características das ações propostas pelos pescadores que se opõem à pesca predatória. Ao falar sobre o sumiço do lagostim, Antônio avalia que o problema está na pesca predatória do lagostim ovado e, diante disso, a ação proposta é *soltar os ovados*. Entretanto, isso é muito difícil de ser conseguido, segundo ele, tanto por fatores econômicos, ligados ao desemprego, como por causa de hábitos alimentares, pois os ovados são da preferencia dos consumidores. Acha que vai acabar, embora sabendo que "se soltar o ovado ele vai produzir". Mas não vê solução, pois não acredita na possibilidade de controle.

Mariano, ao falar da pesca indiscriminada de polvos e de peixes pequenos, considerada pesca predatória, descreve como ele faz , para preservar as espécies:

M. Eles vão só pra....chega lá, qualquer buraquinho que vê coloca e pega de todo tamanho. A gente aqui, eu mesmo, só pego grande.

P. Ah! Você só pega grande. E como você sabe o tamanho?

M. Porque a gente conhece pelo buraco.

P. Ah!!

M. A gente vê do lado de fora, né? Pelo volume que a gente vê do lado de fora, ele na boca do buraco, a gente pega. Aí não pega pequeno, pequeno não dá pra nada.

P. É por isso que você chama amador, não é? Porque pega de qualquer tamanho.

M. De qualquer tamanho. E eu mesmo, *só pego é peixe*, é tudo, *dos que é escolhido*.

P. Só os grandes?

M. É. Adianta .. matar os pequenos? Matar os pequenos não tem comércio de nada. Nem serve pra comer? Desse *tamaíinho* não dá também, tem que ser grande. É sempre assim.

Um pescador deve, segundo ele, realizar uma pesca que tenha utilidade – ou para comer, ou para vender – e reafirma sua posição de realizar apenas a pesca que chamamos de sustentável:

P. E se você não acha o peixe grande?

M. Vem embora.

P. Você vem embora?

M. Vou procurar outra coisa. Se não der nada, venho embora.

P. Sei.

M. A gente não ganha nada com peixe pequeno, pra.. pra... chegar em casa dar trabalho pra... pescar, trabalho, assim..

P. Não vai render dinheiro, não é?

M. Não, não é tanto pelo dinheiro. É que se a gente mata o peixe pequeno, só serve pros gatos ((ri)). *Pequininho*, tira o fato [as vísceras] dele, não fica mais nada. Pegar um peixe maior, um peixe grande, porque tem o que comer e o que vender. É sempre assim.

O pescador Joel, depois de condenar a pesca predatória que utiliza a rede de arrasto, também fala da necessidade de soltar os peixes pequenos quando se faz a pesca de curral. Acrescenta ainda um aspecto que deve ser observado, quando se faz a pesca com redes, que é o tamanho da malha:

P – Que outra [solução], em relação aos peixes?

J – Dos *peixe pequeno*, a solução que seria é pra acabar com essa rede [a de arrasto], poderia procurar aumentar a malha da rede. Outra ocasião, quando eles *pegasse*, podiam ter consciência de soltar, né? Soltar os *peixinho pequenininho* assim.

P - Você solta?

J – Não, eu não pego não. Quando eu pego no curral os *peixe pequenininho*, eu solto *tudinho*. A não ser as sardinhas, que não *cresce*.

Há tipos de pescas, segundo Joel (como a de curral) e tipos de redes que não são predatórias (como a caceia⁵⁵), que não pegam os peixes ainda em desenvolvimento e que podem ser consideradas como pescas sustentáveis. Ele propõe o uso desses aparelhos de pesca:

J – (...) O curral tem aquelas *malha* assim, quando pega o peixe maior, os *pequeno* vai tudo embora. Numa rede, numa caceia, no caso, ela passa todos os *pequeninho*, só fica aquele que fica na malha.

P – É como um funil?

J – Não, *tô* falando na caceia, que tem a malha grande, os *peixe* ficam passando, de lá pra cá, os *pequeninho*, né? Os *maior* vai e se *engancha*, quer dizer que a pescaria que podia mais existir, era essa.

As ações propostas por Antônio, Mariano e Joel, de não pescar os peixes pequenos ou de soltá-los, quando pescados, e o uso de redes com malhas maiores, dependem principalmente do pescador. Entretanto, outras ações são propostas por eles como: *acabar com essa rede* (quando Joel se refere ao uso da rede de arrasto); *tem que ter proibição* (quando fala da época do defeso); *a fiscalização vir em cima e proibir esse negócio de cloro também, negócio de bomba por aqui* (quando Mariano condena esse tipo de atividade). Essas falas pressupõem que tais ações devem ser realizadas pelos órgãos responsáveis pelo meio ambiente, pela atividade de pesca e inclusive pela segurança pública.

Segundo a coordenadora do setor de Educação Ambiental do IBAMA, o ordenamento pesqueiro e a fiscalização são ações da responsabilidade desse órgão (apêndice B). O ordenamento implica definir o tamanho da malha da rede, o apetrecho de pesca permitido para o tipo e local da pesca e a época em que a pesca pode ser realizada. Ou seja, envolve ações voltadas para a realização da

⁵⁵ Rede em nylon fibra ou seda, com malha de 50 a 70mm, 5 por 500 metros. Modo de pescar: lanceia dentro da lagoa ou mar e colhe vinte quatro horas depois (Santos & Cesário, 2000:63).

pesca sustentável e a coibição da pesca predatória. As ações do IBAMA são restritas e limitadas às áreas consideradas federais. Ou então, dependem de denúncias, como explica a representante do IBAMA.

Mariano observa as conseqüências positivas quando a fiscalização funciona:

M. Um negócio que não tem nada a ver, misturar a pesca da gente com a bomba. O pessoal... Aqui agora não, mas depois que começou a fiscalização *em cima, direto*, aí o pessoal *pararam*, mas aqui primeiro o pessoal fazia isso.

O relatório do Projeto FTV/BID (1997) refere-se à fiscalização como ação importante, "pois ao não ser efetuada, permite a utilização de artes mais predatórias [redes de arrasto] e malhas da rede muito menores do que a lei prevê" (1997:7).

As conseqüências das ações propostas pelos pescadores Antônio, Mariano e Joel, se realizadas, possibilitariam a manutenção da pesca artesanal, devido ao sentido de preservação contido nelas. Entretanto, outras propostas também devem ser consideradas. Por exemplo, o defeso é um tipo de regulamentação da pesca que também tem o sentido de preservação, pois proíbe a pesca na época da reprodução da espécie. Refere-se mais freqüentemente à pesca de lagosta, lagostim e do camarão no Estado de Alagoas, entretanto os dois projetos desenvolvidos no complexo lagunar observaram a necessidade dessa regulamentação também em relação a outras espécies.

Não há áreas de reserva ao exercício da pesca, nem se pratica qualquer época de defeso, no entanto, de um modo geral, as colônias aceitam a idéia de uma época de defeso e chegaram mesmo a ventilar datas para o efeito. No conjunto não se conseguiu uma unanimidade, mas o importante é a aceitação do princípio (Projeto FTV/BID, 1997: 8).

Esse movimento parece que vai se consolidando como é evidenciado no Projeto IMA/GTZ (2000):

Em vista dos altos índices de poluição e necessidade de aumento da produtividade da atividade pesqueira, a Federação de Pescadores de Alagoas está empenhada em participar da implantação, ainda no ano de 1998, do período de defeso nas lagoas Mundaú e Manguaba (SANTOS & CESÁRIO, 2000: 59)

E segue relatando que a própria Federação alerta que essa ação não é suficiente para resolver o problema das lagoas. Afirmar que existem outros fatores "como a poluição e o descaso dos órgãos públicos, que continuarão sendo prejudiciais às lagoas, caso não sejam tomadas outras providências importantes" (opus cit, 2000: 59).

A ação proposta é que vem sendo realizada pelo Projeto Recifes Costeiros, denominada Estratégia para Gestão da Pesca Artesanal Sustentável, busca preservar uma área de recifes envolvendo os pescadores e a comunidade nessas ações. Desta forma, compartilha as responsabilidades como relatam:

Com o objetivo de recuperar parte do ecossistema recifal e propor de forma experimental a primeira medida de manejo, foram criadas em 1999 por Portaria do IBAMA duas áreas de restrição de uso, uma em Tamandaré e outra em Paripueira. Nessas áreas estão proibidas por um período de 3 anos todo tipo de pesca, exploração, visitação, atividades náuticas e turísticas.

Essa ação foi resultado do consenso entre as comunidades locais, que participaram de discussões para aprovação da proposta.

Delimitadas por bóias, essas áreas são monitoradas pelo Projeto, a fim de acompanhar o processo de recuperação do ambiente. O censo visual realizado nas áreas fechadas também é feito em outras áreas de acesso livre a fim de avaliar os resultados da medida adotada.

Um ano após o isolamento, observou-se um aumento na densidade de peixes e moluscos tanto em Tamandaré como Paripueira, o que demonstra a capacidade de recuperação do ambiente recifal, mediante sua proteção.

A expectativa com a criação dessas áreas é de que ocorra um aumento da captura, uma vez que as zonas de uso restrito promovem a recuperação dos estoques em zonas adjacentes, gerando uma série de benefícios para os pescadores locais.

A repercussão dessas ações aparece na fala de Mariano. Ao relatar o que poderia ser feito em Ipioca para mudar as condições de pesca, refere-se ao que foi realizado em Paripueira:

M. Você vê, em Paripueira tem um... como é que se diz?... risco! Proibiram a pesca numa pedra, porque a pedra estava muito explorada, né? Em Paripueira, aí eles proibiram. Uma pedra chamada pedra do Santiago, é lá onde está o peixe-boi.

P. Ah! Sei.

M. Aí eles proibiram, aí pronto, na pedra *tá* tudo normal de novo, *tá tendo* peixe, polvo, lagosta, é tudo.

P. E eles respeitaram?

M. Respeitaram, *tá* com dois anos. É, se fizer a mesma coisa e interditar essa pedra aqui, fazia a mesma coisa, né? Ficava bom, mas se eles interditar aqui, lá fica liberado. E aí, pronto: volta a mesma coisa de novo. Aí acaba com tudo, volta a acabar de novo. É sempre assim, uns vão pra um lado, pra ajeitar, outro vem pra quebrar tudo.

As ações propostas evidenciam a circulação de informações sobre outras ações realizadas em tempos e locais diferentes, e que são atualizadas como repertório, no momento do diálogo com as pessoas envolvidas na mesma problemática.

O que é possível constatar é a existência de propostas que centralizam no pescador a responsabilidade da pesca sustentável e da preservação do ambiente, da mesma forma que, na configuração do problema, responsabilizam a pesca e o pescador como geradores da situação em que se encontram. Por outro lado, os pescadores apontam que a problemática é mais ampla e envolve também ações dos órgãos governamentais.

A ações propostas que se direcionam para a realização de uma pesca artesanal sustentável são de considerável importância para a manutenção e,

talvez, para a recuperação da atividade. Entretanto, focalizar a responsabilidade apenas na pesca, isso não apenas restringe, como também impede as possibilidades de transformar a situação. Uma forma de compreender melhor as dificuldades de realização das ações é ouvindo como os diversos interlocutores falam sobre a maneira de operacionalizar essas ações.

8. Como fazer? Os múltiplos sentidos da conscientização.

As ações propostas pelos diversos (as) interlocutores (as) são acompanhadas da maneira pela qual tais ações podem ser operacionalizadas. A análise do *como fazer* – presente na fala de alguns pescadores – permite a interlocução com outras ações em realização, ou com aquelas já realizadas, expressas nos projetos de intervenção e através dos órgãos governamentais. Para melhor compreensão das relações existentes entre o *problema*, o *que fazer* e o *como fazer*, a análise que se segue utiliza a mesma lógica das anteriores, focalizando quem fala sobre o tema, quem realiza, para quem o faz e as possíveis consequências, através da interlocução com as múltiplas vozes que fazem parte da pesquisa.

Os diferentes temas abordados estão relacionados uns com os outros e serão agrupados e analisados em seu conjunto.

8.1 A criação de uma Associação resolve!?

A necessidade de uma Associação ou Colônia eficiente aparece na conversa com Antônio, professor de pesca, com Joel, pescador, e com Mariano, mergulhador, como a maneira de viabilizar a pesca sustentável, o que para eles quer dizer: incentivar os pescadores a soltarem os lagostins ovados e os peixes pequenos, e a controlarem o tamanho dos peixes pescados.

A Associação é o meio de conseguir conscientizar os pescadores sobre a necessidade de preservação das espécies. Assim se expressa Antônio:

O pescador não tem consciência: come hoje, amanhã faz falta. Vai acabar. Tinha que ter uma *Colônia*, um grupo certo para toda pescaria passar por ali. <<Os ovados vamos soltar, minha gente!>>. Mas não tem.

Joel, como relatado anteriormente, considera que "o pescador tem que ter consciência de soltar o peixe pequeno". Por outro lado, mostra sua descrença: "...é uma situação agravada há muito tempo, sem perspectiva de mudança". E fala do que acontece, para explicar por que a pesca se encontra do jeito que está: "(...) não *tem* Colônia evoluída em Ipioca. Se reúnem e não resolve nada. É uma coisa mais parada", o que sugere que se houvesse uma Colônia ativa, isso poderia mudar a situação. Explica, a seguir, como ele acha que deveria funcionar:

Se acaso *tivesse* uma colônia, que eles [os pescadores] *pagasse tudinho*, aí *tinha* acesso a direito⁵⁶, a materiais pra poder começar. É como se fosse empréstimo, pra depois ir pagando, empréstimo do banco. Que o banco já *tá* dando, não tá? Empréstimo pros pescadores.

As ações que foram realizadas pelo Projeto FTV/BID (1997, apêndice C), estão presentes nessa fala de Joel. Entre elas, manter um estoque de materiais e apetrechos de pesca, para vender aos associados, à vista ou a prazo. As conseqüências dessas ações foram: propiciar às colônias uma mudança na relação com seus associados e criar condições para o pescador se tornar independente do *atravessador*. Conforme relatam: "o fato dos pescadores comprarem a crédito, na Colônia, o material de pesca de que precisam para sua atividade, levou o *atravessador* a perder influência" (1997: 9).

Outra condição criada pelo programa junto às colônias, que está relacionada ao que diz Joel, é o acesso de muitos pescadores a programas financeiros do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), com o aval da coordenação do programa e do presidente da Colônia, para adquirirem canoas a crédito, o que lhes permite não precisar mais de alugar canoas, tendo que dividir os ganhos da pesca com o dono delas.

Mariano também dialoga com as ações realizadas em outros lugares ao especificar como deveria agir uma Colônia ou Associação de pescadores, para resolver o problema:

⁵⁶ Refere-se à aposentadoria ou ao seguro desemprego.

Se *tivesse* um profissional que dissesse o tamanho do peixe e o peso (tainha, curimã) e quando chegasse o pescador pesava na balança. Aí sim, ele *sabia* que só podia matar peixe dali daquele tamanho pra frente, não poderia voltar a matar peixe pequeno, né? Uma fiscalização assim, acho que resolvia.

A necessidade de uma Associação organizada também é relatada pelas propostas de intervenção e ajuda a pescadores, como a do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA (apêndice C), que requer, para a implementação de programas e ações, a organização destas populações em entidades representativas.

O relatório do Projeto FTV/BID (1997, apêndice C) explica o porquê das dificuldades existentes para a organização dos (as) pescadores (as) em associações, vinculando-as em parte às condições históricas de sua formação, mencionadas anteriormente. Condições que se refletem na forma das relações construídas histórica, social e politicamente, evidenciadas pelo estado em que se encontravam as colônias e pela dificuldade de mudança:

(...) o estado de degradação em que foram encontradas as Colônias, a indiferença que estava instalada na classe piscatória com respeito à sua necessidade de se organizar e o contexto político em que se encontravam (antidemocrático, clientelista, paternalista, etc.), além da falta de apoio, a qualquer título, por parte do Governo, quer estadual quer federal são por si só explicativos da morosidade do processo (1997: 78).

O relato acima possibilita uma aproximação do que ocorre em Ipioca, de acordo com a fala de um dos integrantes da diretoria da Associação dos Moradores, durante uma das reuniões. Expressa a dificuldade de participação dos moradores na Associação e considera que isso se deve ao costume de depender de políticos. Caracteriza a população como passiva, indiferente ao apelo da Associação, ao compará-la com outras comunidades, onde o povo é mais organizado. "Faltam representantes e as lideranças são empregadas dos políticos", diz o presidente da Associação.

Esta situação se configura no contato telefônico mantido com João, que explica o motivo da desarticulação da Associação de Pescadores no ano de 2002, atribuindo-a ao ano de eleições. Apesar do esforço de organização do grupo desde o final do ano 2000, dispersaram-se para trabalhar para diferentes deputados.

A situação em que se encontram as pessoas, situação presente nas diversas falas e caracterizada como sendo de passividade, indiferença, dependência de políticos e, por outro lado, a exigência de uma associação organizada, para proporcionar alguma ajuda a essas populações, como menciona o programa IBAMA/CNTP (apêndice C), pode levar-nos a uma descrença na possibilidade de mudança e a concordar com o que diz Joel: "esse é um quadro errado, que vive agravado há muito tempo, nunca teve a curiosidade de mudar nada. Isso ninguém pode fazer nada". Ou ainda, a concordar com a desesperança de outros interlocutores: "não vai dar em nada".

As mudanças que parecem ser inviáveis em Ipioca, devido às dificuldades de articulação das Associações, talvez não sejam impossíveis, se levarmos em conta a experiência do Projeto FTV/BID (1997, apêndice C) que apesar de dificuldades, como as relatadas anteriormente, constata as mudanças e progressos alcançados:

Hoje, são visíveis, em 4 das 7 Colônias abrangidas pelo Programa, resultados práticos muito positivos. Duas delas, em franco progresso, com capacidade financeira para resolverem muitos dos problemas que se lhes colocam de abastecimento do mercado em produtos da pesca, ou os dos seus associados, no tocante ao fornecimento do material e apetrechos de pesca. Elas hoje, pelo volume de faturação atingido, situam-se no contexto econômico Alagoano como micro/pequena empresa.

Note-se que ambas se encontravam abandonadas e não desenvolviam qualquer atividade, quer de comercialização quer de apoio à produção dos seus associados (1997:78).

Contudo, a maneira pela qual conseguiram essas mudanças são, de certa forma, contraditórias, pois afirmam que "todo um trabalho educativo e

doutrinário foi necessário implementar para que o Programa começasse a ter sucesso" (1997: 78). O uso do termo "doutrinar" pode favorecer um sentido de autoritarismo, que o próprio programa critica, e é por isso que se contradiz com a proposta de adesão *voluntária* à colônia e com a ação de formação e reconhecimento oficial de fiscalizadores *voluntários* do meio ambiente, realizada como forma de facilitar a aplicação de medidas de proteção ambiental, que serão discutidas posteriormente.

O coordenador desse projeto, José Roberto Silva informa que ele foi desenvolvido entre 1993 e 1997 e que suas ações foram desativadas, mas ainda assim valoriza o que foi alcançado na época: acabar com a figura do atravessador [intermediário entre o pescador e o comprador], dando uma verba para a colônia comprar à vista o peixe que o pescador trouxesse – de modo que o lucro passasse a ficar para a colônia – e a construção de canoas em fibra de vidro. Mesmo que hoje não se mantenha o que foi alcançado, devido à desativação do programa e pela situação de acentuada diminuição dos peixes, as ações desenvolvidas mostram que foi possível mudar e ainda hoje são atualizadas nas falas dos pescadores, como propostas de ações possíveis.

As dificuldades que envolvem a oficialização do pescador nessa categoria é um outro aspecto controverso, que repercute nas relações do pescador com a Associação ou Colônia, como é explicado no relatório do Projeto (1997, apêndice C):

Os pescadores filiam-se nas colônias por obrigação legal, sem haver da sua parte qualquer militância, ou mesmo participação na vida da colônia. O que reflete na sua função de órgão representativo de classe e considera que é algo que precisa ser mudado, pois a filiação do pescador deveria ser voluntária. O problema fica mais claro quando explica que ninguém pode ser pescador sem ser sócio da colônia, pois só assim pode obter a Carteira de Inscrição de Pescadores, necessária à emissão, pela Capitania, do documento (Caderneta de Inscrição e Registro) que lhe vai permitir obter junto do IBAMA⁵⁷ a Carteira de Registro de Pescador Profissional (1997:76).

⁵⁷ No período da pesquisa (2000/2001), a emissão da carteira foi transferida para o Ministério da Agricultura, segundo a coordenadora do setor de Educação Ambiental do IBAMA.

A posição tomada é de que o processo deveria ser inverso: só deveria poder associar-se a uma Colônia quem fosse, obrigatoriamente, pescador profissional. Mas isso reflete, como foi relatado antes, os antigos vínculos dos pescadores com a Marinha, desde a época colonial, vínculos que ainda permanecem.

Uma posição completamente dissonante com as dificuldades apontadas anteriormente e com as condições de vida de pescadores e pescadoras artesanais aparece no que diz a coordenadora do setor de Educação Ambiental do IBAMA, (apêndice B), que considera muito fácil, hoje, obter o registro pois "se você é uma pescadora e quer se registrar, pode olhar na Internet".

Outra dificuldade, na complexa relação dos pescadores com a Colônia, é o pagamento de taxas. O registro do pescador, na Capitania dos Portos, requer o pagamento de taxas, o que para João, envolvido na reativação da Associação, em Ipióca, é indispensável. A dificuldade em pagar essas taxas, também referida por Joel, fica quantitativamente evidente, quando ele pondera:

O cara disse que aquela carteira [de pescador] tem direito a Instituto [de saúde] tem que pagar mensalmente à Marinha R\$ 36,00. Eu vou ficar pagando? Vou fazer outro Instituto, *que eu pago* R\$ 12,00. Porque *tá* pagando R\$ 36,00, aí pesa pra mim, aí não vai. Aí fica assim.

Dalva, pescadora de curral, também diz que a dificuldade financeira a impede de ir buscar o registro de pescadora, apesar de ter feito o curso.

A experiência do Projeto FTV/BID (1997) evidencia que a reativação da vida das colônias, embora não de forma homogênea, foi conseguida lentamente após a implantação do programa, principalmente pela expectativa criada com as atividades de comercialização de pescado e com a venda de material de pesca aos associados.

Outras conseqüências do retorno dos pescadores à Colônia foram: a entrada de cotizações [taxas], o reforço da organização dos pescadores e a melhora, a cada mês, do número de associados com a cota em dia. O problema

de pagar a associação, nesse sentido, ocorre não apenas pelo valor pago, mas principalmente pela finalidade do pagamento. Joel pergunta: *Eu vou ficar pagando?* E fica subentendido um: para quê, se a troca não está garantida?

O que podemos pensar, a partir das vozes dos vários interlocutores, é que os vários sentidos expressos em relação às Colônias ou Associações de pescadores – descrédito, inércia, desorganização – foram construídos através das relações vivenciadas em termos históricos, políticos e sociais e que a desconstrução dessas relações é possível, como mostra o programa desenvolvido junto às colônias.

O desenvolvimento do programa mostra a importância de um apoio para a desconstrução das antigas relações, que não podem ser mantidas. Embora seja possível, esse processo não se conclui de imediato, necessitando de apoio por um tempo, até que se consolidem as mudanças:

Um dos grandes obstáculos é a curta duração do Programa FTV/BID, tendo em conta tudo o que lhe está subjacente. Mesmo se no espaço de três anos tivesse atingido todos os objetivos iniciais, seria cedo para largar as colônias à sua própria iniciativa, sabendo-se o tipo de sociedade com que aqui se lida (1997: 77).

As conseqüências de iniciar um programa de intervenção e interrompê-lo está presente no relatório e, provavelmente, foi o que aconteceu:

[...] parar na data prevista para o seu término, outubro de 1997, é matar todo o trabalho desenvolvido, é não ter mais nenhuma colônia a sair da situação em que se encontra, porventura, o mais certo, será o retrocesso das que caminham para a sustentabilidade, será o descrédito, mais uma vez, junto da classe piscatória, será dar cobertura aos oportunistas, que surgirão de imediato e que farão a limpeza de todos os bens que as colônias conseguiram alcançar em tão pouco tempo (1997: 77).

A Associação ou Colônia organizada é uma das possibilidades de ação, para que as propostas dos pescadores e pescadoras possam ter algum efeito na transformação do problema da diminuição dos peixes. Entretanto, a necessidade de apoio para que isso possa acontecer é evidenciada não só pelo Programa FTV/BID, como também através das falas dos pescadores. Joel, por exemplo, diz: "ela [a marinha] tem que procurar esses *experientes*, assim, que pode inventar qualquer meio pra mudar".

Ficam as questões: que tipo de apoio, para se organizarem, elas podem ter? E, principalmente, para atender aos interesses de quem?

8.2 Vamos regulamentar e fiscalizar...

A necessidade de se estabelecerem normas para a atividade pesqueira, bem como para a proteção ambiental, a fim de atenuar a degradação que se reflete na diminuição dos peixes, é algo que ficou evidenciado na discussão sobre a configuração do problema. Mas isso aparece também nas falas dos (as) diversos (as) interlocutores (as), como meio de operacionalizar a pesca artesanal sustentável. Regulamentar e fiscalizar são ações que, na maioria das vezes, estão intrinsecamente relacionadas. A regulamentação da atividade pesqueira é chamada pelo IBAMA de "ordenamento pesqueiro", compreendendo tanto as normas relativas à pesca, como as relativas ao registro do pescador.

O IBAMA realiza o ordenamento, segundo a coordenadora do setor de Educação Ambiental (apêndice B), com base nas orientações dos especialistas, que realizam pesquisas para definir as normas a serem seguidas:

O ordenamento é feito nas comunidades, colônias ou associações. Depende do local e da pesca que é feita. O tamanho da malha é determinado por estudos. Para cada local, temos os apetrechos que eles devem utilizar, isto de acordo com o trabalho de *pesquisa* já feito pelo IBAMA.

A regulamentação da pesca é tão antiga, no Brasil, quanto o desrespeito a ela. Desde a época colonial, como relata Silva (1988), tenta-se criar leis que regularizem a atividade. Em novembro de 1816, a Câmara de Recife estipulou que a pesca de rio ou mar, feita com redes, deveria ter a licença da Câmara, que determinaria a bitola da malha das redes e, caso o pescador infligisse a determinação, pagaria uma multa ou teria sua rede queimada (1988: 35). Seis anos (1822) depois, a mesma Câmara voltou a regulamentar o uso das redes de arrasto, consideradas nocivas à reprodução das pequenas espécies de peixes. A intenção era a de extinguir todas as redes de arrasto.

A existência das redes de arrasto e de outras redes – como o candango⁵⁸ – que são consideradas apetrechos de pesca predatória, mantém-se até hoje no Brasil e elas continuam a ser queimadas pelos órgãos fiscalizadores (IBAMA), como foi noticiado recentemente (fevereiro de 2003), em reportagem televisiva sobre a situação da pesca na lagoa em Maceió (Al) e a coibição da pesca predatória. Fica evidente a permanência das mesmas práticas colonialistas de coibição, que há séculos vêm sendo utilizadas sem, no entanto, resolver o problema.

O ordenamento que o IBAMA diz realizar ressoa na fala de Joel e Mariano, quando referem às formas de evitar as atividades de pesca predatórias. Joel, ao dizer que "a solução que seria é pra *acabar com essa rede* [de arrasto], poderia procurar *aumentar a malha* da rede", aponta ações que, no seu entender, levariam à resolução do problema da diminuição dos peixes e a uma pesca artesanal sustentável. Já para Mariano, a proibição seria a maneira de evitar o uso do cloro e de bombas, para preservação dos recifes costeiros: "(...) Tinha, por causa disso, a fiscalização de vir em cima e *proibir* esse negócio de cloro também, negócio de bomba por aqui...".

As falas de Joel e Mariano, a respeito da necessidade de aumentar o tamanho da malha e de coibir práticas e apetrechos predatórios, são permeadas de expressões como: *que seria, poderia, tinha que vir e proibir*, evidenciando que os responsáveis por essas ações não seriam os (as) pescadores (as) e sim os

⁵⁸ Rede em nylon seda, com malha 6mm na boca e malha 4mm no saco. Modo de pescar: é colocada no centro dos canais, fixada por três mourões. Observação: rede predatória, a pior de todas (Santos & Cesário, 2000:62).

órgãos competentes. Revelam também que o ordenamento realizado pelo IBAMA não se concretiza em ações suficientes para atingir todas as atividades pesqueiras, inclusive as de Ipioca.

Uma maneira de entrelaçar a fala dos pescadores com a dos demais interlocutores foi perguntar à coordenadora do setor de educação ambiental do IBAMA (apêndice B) sobre a existência de ordenamento em Ipioca. Disse ela: "não tem ordenamento em Ipioca, porque o IBAMA só trabalha na esfera federal, onde é propriedade do governo federal. Só faz se tiver denúncia". E explica as mudanças que ocorreram na função burocrática, dos diversos órgãos governamentais:

Antes, o IBAMA atendia qualquer problema ambiental. Agora, dentro da organização e dentro da constituição federativa do Brasil, cada órgão assumiu a sua responsabilidade. Se tiver um problema ambiental para saber o órgão que você deve chamar, IBAMA [federal], IMA [estadual] ou SEMMA [municipal], depende de onde se localiza.

A transferência de responsabilidade dos órgãos governamentais de um para outro é também mencionada no relatório do Projeto FTV/BID (1997):

Do contato realizado no IBAMA, com a superintendente, ela ressaltou que de fato em Alagoas aquele Instituto não dá assistência técnica ao setor pesqueiro e tampouco faz pesquisa ou investigação. A sua ação limita-se a emitir o documento essencial [carteira profissional] com o qual um indivíduo fica habilitado a ser pescador, e a fiscalizar a pesca para detectar o exercício da pesca predatória, não lhe competindo exercer outro tipo de fiscalização, que é atribuição do IMA (1997:69).

A queixa da inoperância desses órgãos, mesmo quando o caso é de sua atribuição, foi referida anteriormente, no item sobre a negligência dos órgãos governamentais na configuração do problema da diminuição dos peixes. Por

exemplo, Antonio, o ex-pescador-professor diz: "Quanto à *fiscalização*, é difícil". O sentido que é dado ao *difícil* é a possibilidade de o pescador burlar a fiscalização. Assim, "enquanto o IBAMA está lá, ele [o pescador] não sai com o produto" [referindo-se ao lagostim].

A fiscalização, na maioria das ações propostas, é de responsabilidade dos órgãos governamentais. Mariano, porém, propõe uma ação local, na qual os pescadores também seriam fiscalizadores, como ocorre em outros lugares:

M. Aqui, né? Lá na Massaguera não. Lá na Massaguera se você for, eu for usar, vamos supor vou mergulhar hoje e usar o negócio e for pego, mesmo um pescador de lá, ele pode me prender.

P. O pescador? Ele mesmo?

M. Ele mesmo pode me prender, ele tem ordem da marinha, né?

P. Ah, sei. Se você usar o que?

M. Cloro.

Mariano explica como isso poderia ser realizado:

M. Olha, no meu ponto de vista, quem devia fazer esse serviço [fiscalização] mesmo, era a região. É porque, um lugar que nem esse aqui, só tem essas pedrinhas aqui na frente. O pessoal vem, *mete* cloro, *mete* coisa aí e acaba com tudo, né? E no caso a gente [inaudível] fosse lá na Marinha, fizesse a denuncia e eles mandassem, vamos supor, uma documentação como você pode proibir essa pesca com cloro. Aí poderia evitar também. Em compensação, a maioria dos *pescador* não pensa isso, quanto mais ele vê, mais ele quer acabar. A tendência é essa, acabar com tudo.

Essa proposta, diz ele, já foi adotada na Massaguera [local à beira da lagoa, no município de Marechal Deodoro], atualizando em sua fala as ações realizadas no complexo lagunar, pelo Projeto de Proteção à Pesca Artesanal (1997), como mencionado anteriormente. Nesse local, as medidas de proteção ambiental foram implementadas por meio da formação de fiscalizadores

voluntários do meio ambiente e pelo Projeto de Apoio à Proteção Ambiental (2000), que também atuou fortalecendo a Federação dos pescadores e o batalhão florestal da polícia militar, para o combate à pesca predatória e a fiscalização dos manguezais. Disto resultou uma ação conjunta de órgãos governamentais e população local.

O que propõe Mariano também se conecta com a proposta do CNPT (apêndice C), que considera:

A integração das populações locais na gestão dos recursos naturais tem se mostrado como um componente não apenas facilitador da gestão, mas, também, como uma estratégia para se distribuir seus benefícios de forma socialmente mais justa e, assim, contribuir para o desenvolvimento sustentado.

Proibir a pesca em determinadas épocas – tipo de regulamentação chamada de defeso, discutida anteriormente como proposta de ação para a realização de uma pesca artesanal sustentável – depende da fiscalização. Essa é a ação que pode operacionalizá-la, como aponta o Projeto IMA/GTZ (2000), "vai ser preciso uma fiscalização para que não haja atividade pesqueira nas lagoas durante o período de Defeso" (2000: 59)

Para que a proibição seja respeitada, Joel propõe outras ações, além da fiscalização, como já foi mencionado: "... podia *dar uma cesta básica*, no tempo que o pescador passasse sem pescar". Essa proposta está em consonância com a maneira de viabilizar a lei de defeso, relatada no Projeto IMA/GTZ (2000):

(...) para garantir a sobrevivência dos pescadores nesse período, é necessário que haja o seguro desemprego, que ainda se constitui numa luta para a categoria. Existe também o fato de que, para a totalidade dos pescadores receberem o seguro, é necessário que haja o cadastramento dos que ainda não têm documentação (2000: 59).

A falta do registro entre os (as) pescadores (as) é mencionada por João, pescador de curral e membro da Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Ipioca, que ora comenta sua falta de interesse em se registrarem, ora afirma que "o maior interesse dos pescadores é fazer a carteira que muitos não têm". Essa contradição se deve provavelmente aos já conhecidos problemas com a aquisição do registro pelos (as) pescadores (as). Os projetos realizados no complexo lagunar constataam que também lá, de uma forma geral, os (as) pescadores (as) não têm o registro. Isso não ocorre só em Alagoas, o que pode ser atribuído à necessidade de modificação da lei que assegura um salário mínimo ao pescador, na época do defeso, modificação proposta pelo projeto de lei (apêndice C). A justificativa desse projeto é que a restrição imposta pela lei, com relação ao tipo de registro, não tem beneficiado os pescadores.

Em síntese, os pescadores falam da ineficiência da fiscalização, de sua necessidade e das possíveis maneiras de resolver esse impasse. Entre elas está o fortalecimento da organização local, proposta pelos pescadores de Ipioca; a aplicação da lei que favorece uma ajuda ao pescador, na época do defeso (salário desemprego), proposta pelos pescadores no relatório do Projeto IMA/GTZ; uma cesta básica, como foi sugerido por Joel ou, ainda, uma ação local, que envolveria pescadores e órgãos governamentais, como propôs Mariano.

A maneira como o IMA vem desenvolvendo ações para solucionar sua maior preocupação – a preservação dos recifes costeiros – diferencia-se um pouco das propostas anteriores, segundo o coordenador do GERCO (apêndice B), que diz:

O que de mais efetivo o IMA tem feito é o ordenamento dos usos de embarcações, com turismo. Querem criar duas coisas, uma é o licenciamento das atividades nos ambientes recifais, principalmente as embarcações com turistas. Para fazer essa atividade, tem que licenciar e para isso tem que passar por um curso de *Educação Ambiental*, assinar um termo de compromisso com o IMA, para ter a licença para operar nessas áreas. Estão trabalhando na base legal para isso. Outra proposta é criar uma unidade de conservação estadual, que a princípio seria APA Corais de

Alagoas, pois tem uma parte do Estado sem proteção nenhuma, que vai de Barra de Santo Antonio a Paripueira.

Além da regulamentação, o que diferencia o *como fazer* do IMA é a realização de uma ação educativa para que possam ser efetivadas as normas estabelecidas. Entretanto, as ações para a preservação dos recifes de corais são, aparentemente, recentes e começaram depois que a degradação em alguns lugares já se encontrava em estágio avançado.

O cuidado recente com os recifes de coral pode ser deduzido do estranhamento que suas ações vêm causando aos (às) pescadores (as). Dalva, pescadora de curral, conta que a fiscalização só aparece na época da proibição da pesca da lagosta, mas diz que o IBAMA (ou talvez o IMA) esteve lá em janeiro, tirando o bicheiro [ferro com a ponta retorcida] dos pescadores de ouriço:

Disseram que era porque estavam quebrando as pedras (recifes), porque tem ouriço que fica bem escondido na pedra. Mas isso sempre aconteceu e vieram empatar [proibir] agora.

Apesar de informarem sobre o trabalho educativo que desenvolvem, como aparece no suplemento do *O Jornal* e na fala do coordenador do GERCO, esse trabalho não aparece na fala de Dalva. Se ele houvesse ocorrido, não se justificaria o estranhamento dessas ações. Isso talvez se explique pelo que diz, no final da entrevista, o coordenador do GERCO:

Além da parte de educação ambiental, também tem a parte da fiscalização. O IMA faz junto com a polícia florestal, polícia militar. O IMA está sempre em campo. Neste fim de semana, eles vão ao Francês [praia do litoral sul], ver se lá estão obedecendo à amarração das embarcações. Se alguém lançar a âncora, fazem um auto de constatação e abrem um processo administrativo com multa e, se enquadrar na lei de crimes ambientais 9065, passa a ser crime e encaminham para o ministério público.

Apesar de manter, em alguns momentos, as antigas práticas coibitivas, em outros, as ações do IMA apresentam uma mudança na forma de viabilizar a preservação ambiental, o que poderá levar a consequências mais efetivas, dependendo de como forem desenvolvidas as práticas educativas. Este aspecto será analisado a seguir.

O Projeto Recifes Costeiros (apêndice C) vem realizando outra forma de regulamentação, que é chamada de Gestão da Pesca Artesanal Sustentável. Esse tipo de ação envolve:

Experimentos de manejo, que têm o objetivo de recuperar parte do ecossistema recifal. Foram criadas em 1999, por Portaria do IBAMA, duas áreas de restrição de uso, uma em Tamandaré e outra em Paripueira. Nessas áreas estão proibidos, por um período de três anos, todos os tipos de pesca, exploração, visitação, atividades náuticas e turísticas.

A área de Proteção Ambiental criada em Paripueira é citada por Mariano, quando compara a situação de Ipioca com outros lugares:

M. Você vê em Paripueira tem um, como é que se diz, risco, proibiram a pesca numa pedra, porque a pedra estava muito explorada, né? Em Paripueira, aí eles proibiram. Uma pedra chamada pedra do Santiago, é lá onde está o peixe-boi.

P. Ah! Sei.

M. Aí eles proibiram. Aí pronto, a pedra tá tudo normal de novo, tá tendo peixe, polvo, lagosta...

P. E eles respeitaram?

M. Respeitaram, *tá* com dois anos. É, se fizer a mesma coisa e interditar essa pedra aqui, fazia a mesma coisa, né? Ficava bom, mas se eles *interditar* aqui, lá fica liberado, aí pronto, volta à mesma coisa de novo. Aí acaba com tudo, volta a acabar de novo. É sempre assim: uns vão pra um lado, pra ajeitar, outro vem pra quebrar tudo.

A maneira como o Projeto Recifes Costeiros realizou a interdição da área é descrita no documento:

Essa ação foi resultado do consenso entre as comunidades locais, que participaram de discussões para aprovação da proposta. Delimitadas por bóias, essas áreas são monitoradas pelo Projeto, a fim de acompanhar o processo de recuperação do ambiente. O censo visual realizado nas áreas fechadas também é feito em outras áreas de acesso livre, a fim de avaliar os resultados da medida adotada. Pescadores locais foram contratados e capacitados pelo Projeto para atuarem junto à equipe de pesquisadores no monitoramento da pesca e na realização do censo visual subaquático. (Projeto Recifes Costeiros)

Essa forma de realizar as ações, envolvendo a comunidade local e os pescadores, é o que vem propondo Mariano. Diferencia-se das outras formas de regulamentação, que priorizam o conhecimento especializado e negligenciam o conhecimento local, ou focalizam os instrumentos de pesca e negligenciam as questões ambientais.

8.3 É preciso conscientizar e educar!

Além do fortalecimento das associações locais, da regulamentação e fiscalização da atividade pesqueira e do uso dos recursos naturais, a educação ambiental e a conscientização são outras formas – presentes nas vozes dos diversos interlocutores – de viabilizar as ações propostas para uma pesca artesanal sustentável e a melhor preservação dos recursos naturais.

Os pescadores se referem à "consciência" de diversas maneiras. Antônio, o professor, diz: "O pescador não tem *consciência*; come [o lagostim ovado] hoje, amanhã faz falta"; para Joel, "o pescador tem que ter *consciência* de soltar o peixe pequeno". Mariano, entretanto, considera que "[o pescador] tem *consciência* do que está fazendo, mas eles não ligam" [com relação ao uso do cloro].

Apesar das posições divergirem entre não ter, precisar ter e até mesmo ter "consciência", mas não utilizá-la, essas falas tentam explicar o porquê das ações predatórias dos (s) pescadores (as) e buscam encontrar o que fazer para o pescador ter consciência. Para Antônio, quem proporcionaria a consciência ao pescador seria a Colônia, enquanto para Joel seriam pessoas que tivessem experiência, que poderiam "inventar qualquer meio para mudar". Mariano acha que uma fiscalização eficaz faria o pescador se importar ou que os próprios pescadores, preocupados, como ele, deveriam poder "proibir essa pesca com cloro".

As conseqüências dessas ações seriam mudanças na maneira de agir dos (as) pescadores (as), que possibilitariam a manutenção da pesca artesanal e a preservação ambiental. O Projeto FTV/BID (1997) também fala em propiciar a conscientização do estado dos recursos e da necessidade de preservação, como forma de obter mudanças nas ações dos (as) pescadores (as) e de impedir o uso de redes predatórias.

Por outro lado, o Projeto Recifes Costeiros (apêndice C) amplia o número de pessoas envolvidas no processo de conscientização e fala em *sensibilizar a comunidade* quanto à necessidade e importância da conservação e quanto ao uso sustentável dos ecossistemas costeiro e marinho, defendendo sua participação no processo de gestão. A maneira de conscientizar é através da educação ambiental junto às escolas, associações, grupos de pescadores, profissionais ligados ao turismo e população em geral. Esse projeto especifica, ainda, como e onde desenvolve suas ações educativas:

No ensino formal, a educação ambiental tem sido difundida pelo Projeto através da capacitação de professores, assessoria para elaboração e realização de projetos nas escolas, produção de material educativo e desenvolvimento do Programa Mentalidade Marítima, junto às crianças e adolescentes. As ações voltadas para a comunidade acontecem através de exposições, palestras, reuniões, cursos, campanhas, divulgação nos meios de comunicação e da participação do Projeto em eventos da comunidade.

Outro interlocutor que amplia a quem o processo educativo deve conscientizar é o Projeto IMA/GTZ (2000, apêndice C), que relata, dentre as ações desenvolvidas, um suporte à *educação ambiental*. Considera que, para promover uma proteção ambiental efetiva é fundamental que segmentos significativos da população tenham *consciência* dos problemas e das possíveis soluções. O meio utilizado para atingir tal objetivo foi a promoção de vários cursos de educação ambiental, com duração entre uma a seis semanas e a realização de oficinas, com a participação de diversas instituições governamentais e não governamentais, para debater as principais questões ambientais do Estado. O projeto também editou diversas publicações e produziu material de apoio ao trabalho de educação ambiental. O público alvo, para a formação de multiplicadores, foi os técnicos dos órgãos estaduais e municipais, policiais do Batalhão Florestal, pescadores das diversas Colônias e professores de primeiro e segundo graus.

Um dos desdobramentos desse projeto está provavelmente relacionado às ações educativas realizadas pelo IMA (apêndice C) e divulgadas pela imprensa. A necessidade de mudar a imagem de descaso e negligência construída ao longo do tempo pela falta de ações e presente nas vozes dos diversos interlocutores parece ser o motivo dessa divulgação. Fica clara a mudança no sentido dado às suas ações que, ao invés de simplesmente ordenar e fiscalizar, realizam um trabalho educativo no local onde o problema está ocorrendo. O aspecto educativo é considerado inovador.

Outras ações divulgadas na imprensa, pelo IMA, também têm esse caráter de inovação como, por exemplo, a parceria com outras secretarias do Estado – Educação e Cultura – e o desenvolvimento de ações conjuntas, como Seminários e Palestras nos municípios, Mostra de Teatro Ambiental, Tenda Itinerante.

A entrevista com o representante do IMA, sobre o trabalho realizado com os pescadores de Ipioca, permite entender como são realizadas as ações educativas desse instituto:

P - O que disse aos pescadores, na aula sobre educação ambiental?

I - Sobre o programa nacional de gerenciamento costeiro, porque é o que está no âmbito federal. Mostrei que a zona costeira é um patrimônio nacional, a Serra do Mar, a Mata Atlântica, floresta amazônica e os cerrados que compõem o patrimônio nacional. O que vem ocorrendo com a zona costeira, a ocupação desordenada, o incremento da população nessa faixa do continente, os usos que estavam sendo feitos hoje, os danos causados, a importância que ela representava no lazer. De forma mais específica, os danos nos ambientes recifais: a retirada de organismos de recifes de corais para venda de souvenir, por parte dos jangadeiros; o *fundeio* das embarcações; o pisoteio, o churrasquinho que é feito em cima dos recifes e a importância que esses ambientes representam para a vida neste litoral, principalmente aqui no nordeste. Mostrou a necessidade de preservação.

A ação educativa realizada pelo IMA parece caracterizar-se pela transmissão de informações, fundamentada num modelo clássico de educação, que não leva em conta o conhecimento do outro. Reigota (1994), ao discutir a educação ambiental na perspectiva da posmodernidade, considera o que é proposto por Serres⁵⁹ (1990): "que a educação deve ser praticada procurando *produzir* e não *transmitir* conhecimento" (apud REIGOTA, 1994:44). Entende que a educação ambiental não visa apenas o uso racional dos recursos naturais, mas principalmente "a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental" (opus cit., 1994: 11). E nesse contexto, "o processo educativo não hierarquiza o saber científico e o conhecimento popular e étnico, não separa razão e subjetividade, não quantifica o conhecimento aprendido, não separa a arte da ciência" (opus cit, 1994: 44-45).

Não é possível considerar que as ações educativas do IMA junto aos pescadores tenham apresentado estas características, pois apesar de serem consideradas inovadoras, na prática, elas se mantêm numa posição hierarquizada e desconsideram o conhecimento do outro.

O mesmo acontece em relação ao IBAMA, onde o setor de educação ambiental parece realizar uma ação educativa que se limita a informar sobre as

⁵⁹ M. Serres (1990). *Le contrat naturel*. Paris: François Bourin.

leis que se encontram na Constituição. Como diz a coordenadora do setor (anexo II): "no caso nosso da educação ambiental, está voltada para o cumprimento da Constituição federativa do Brasil e dentro da Constituição é o capítulo sobre o meio ambiente". Além de uma função puramente burocrática:

Nosso papel constitucional é chamar nossos parceiros e formar uma comissão e, nessa comissão, termos todos os órgãos representados. Hoje, nós temos dezenove órgãos formando uma comissão e a presidência está dentro da Secretaria Estadual de Educação.

A burocratização existente para poder realizar uma ação educativa chega a ser impressionante: "toda proposta de educação ambiental, ao nível do Estado, passa por esta comissão para ser avaliada e aprovada, para depois ser colocada na comunidade". Com tanta burocracia para ser aprovada e dependendo do parecer de tantos órgãos, que tipo de ação educativa tem sido realizada?

Outra proposta do IBAMA, presente no documento do CNPT (apêndice C), é a integração das populações locais na gestão dos recursos naturais. E para que isso possa ocorrer "os Estados devem reconhecer e apoiar, de forma apropriada, a identidade, a cultura e os interesses dessas Populações e Comunidades, bem como *habilitá-las* a participarem efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável".

O dever dos órgãos governamentais de habilitar as populações a participarem pode ser pensado em termos de ações educativas. Entretanto, as ações que vêm sendo desenvolvidas pelos órgãos ambientais nos levam a questionar o que vem a ser Educação Ambiental.

Parece-me importante levar em conta a proposta pedagógica de Reigota (1999) quando considera que:

O desafio do processo pedagógico é fazer com que as várias leituras e interpretações de um problema ambiental possibilitem a instauração de uma troca dialógica, com o objetivo de se chegar a um consenso mínimo sobre tal

problema. Consenso esse que permita às pessoas se aglutinarem em busca de alternativas e possibilidades de solução do problema (1999:123).

O que é possível prever, sobre as conseqüências da maneira como as ações educativas vêm sendo executadas pelos órgãos ambientais, é a possibilidade de não ocorrer nenhuma mudança nos problemas e inclusive no seu agravamento, enquanto a pratica educativa mantiver o distanciamento entre o que ensina e o que aprende, resultando numa prática educativa hierarquizada e impositiva.

Por outro lado, o projeto de intervenção dos Recifes Costeiros, apesar de não concluído, parece optar por uma ação educativa mais participativa e os resultados de suas ações já circulam na fala de pescadores que vivem próximos de seu campo de atuação. As conseqüências desse projeto podem favorecer que essas ações sejam ampliadas para outras áreas, à medida que essa forma de intervenção vá ganhando força e influencie a ação de novas práticas educativas.

Considerações Finais

Chegando ao termo deste trabalho parece-nos importante refletir sobre qual seria a contribuição da Psicologia Social orientada por uma perspectiva construcionista para a transformação social.

Em primeiro lugar, retomarei as considerações teóricas abordadas na primeira parte da tese, focalizando depois as questões da pesquisa que propiciaram a análise das falas dos diversos interlocutores e procurando, por fim algumas articulações possíveis entre os pressupostos teóricos e os resultados da pesquisa.

1. Considerações teóricas

As discussões teóricas realizadas na primeira parte da tese ressaltam as críticas aos modelos adotados pela Psicologia Social, especialmente os que se voltam para a ação. Essas críticas apontam as limitações decorrentes do referencial epistemológico adotado por esses modelos, aspecto que não aparece com freqüência nas discussões dos estudos em Psicologia. Esse referencial que sustenta suas práticas, na maioria das vezes, permanece subentendido nas metodologias e teorias utilizadas.

As críticas formuladas pela perspectiva construcionista aos modelos adotados pela Psicologia Social têm mostrado que, ao defenderem a neutralidade científica e ao delinearem o caráter individualista de suas teorias, procuram marcar com isso uma posição apolítica na produção de conhecimento, posição que tem favorecido a manutenção de um modelo hegemônico de desenvolvimento, em detrimento dos interesses das populações locais. Essas conseqüências vêm ressaltar as implicações do *para quê* e do *para quem* o conhecimento é produzido, mostrando que nenhum conhecimento é apolítico, mesmo que isto não fique explícito em suas discussões teóricas e metodológicas.

A perspectiva construcionista, por sua vez, possibilita um debate ético e político a partir de suas críticas às verdades absolutas e às conseqüências do conhecimento produzido.

É importante retomar alguns pressupostos construcionistas para considerar sua contribuição às práticas em Psicologia Social voltadas para a transformação:

- a maneira de compreender o mundo é resultado de nossas práticas sociais;
- o conhecimento que se produz a partir dessa compreensão, seja científico ou do senso comum, é resultado da interação entre as pessoas e os diversos aspectos aí envolvidos;
- a manutenção ou a transformação de um determinado conhecimento depende de um esforço conjunto de comunicação, negociação e argumentação, que são inerentes aos processos sociais.
- a compreensão negociada pode transformar-se em verdades absolutas que direcionam a vida das pessoas, ou seja, ao descrever e explicar suas ações, as determinam.

Decorre desses pressupostos considerar o conhecimento como uma co-construção, que acontece no processo de interação social intermediado pelas práticas discursivas sendo a linguagem um dos meios para a compreensão desse processo. O conhecimento é produzido por meio da linguagem em uso e assim gera ações na medida em que, ao descrever e explicar, favorece determinadas relações e impede outras. A linguagem, neste sentido, é ação.

O que é proposto pela perspectiva construcionista, que entende a linguagem como ação, é focalizá-la no espaço interacional, ou seja, nem na estrutura da língua e nem como algo interno, individualizado. Foi neste sentido que esta tese focalizou o aspecto dialógico da linguagem em uso, que emergia nos espaços conversacionais.

A ação que decorre desse espaço interacional é uma ação conjunta, que é incerta, ela acontece. Os resultados são apenas possibilidades que vão se configurando durante o movimento da ação. Essa ação conjunta só é possível se

nos destituirmos da crença de uma realidade a ser desvelada e da existência de um conhecimento neutro, o que nos permitirá levar em conta o outro, tanto em nossas práticas voltadas para as questões sociais, como nas práticas de pesquisa.

Esta última consideração faz emergir a necessidade de valorização do conhecimento local tanto quanto do científico, que vinha sendo negado pelas propostas de ação e intervenção, que ora se voltavam para desenvolver habilidades dos indivíduos para atender às demandas externas, ora se propunham a conscientizar as pessoas de uma realidade externa à qual não teriam acesso. Nos dois modelos citados, é o cientista que tem o conhecimento e o controle da mudança.

Depreende-se das propostas de ação voltadas para o desenvolvimento a possibilidade de resistência ao modelo hegemônico; uma resistência produzida pela ação conjunta de pessoas que se recusam a seguir a norma imposta, criando formas próprias de lidar com a adversidade, onde o conhecimento do senso comum prevalece.

Nas questões ambientais, as ações desencadeadas para a solução dos problemas sociais mostram a influência do contexto histórico e político, bem como dos interesses a que estariam atendendo ao serem realizadas. Essas ações são geradas pelos conhecimentos produzidos sobre os problemas ecológicos que, por sua vez, geram discursos diversos, relacionados também com a posição de quem fala.

Foi a partir dessas considerações teóricas sobre conhecimento e ação, que definimos esta pesquisa na perspectiva construcionista: também ela é entendida como ação. A objetividade da pesquisa é configurada pela dialogia, não apenas entre pesquisadores e pesquisados, mas também entre autores em que nos apoiamos para dar sustentação teórica aos nossos argumentos, colegas com quem discutimos nossas idéias e a comunidade científica.

Foi a ênfase no aspecto dialógico que viabilizou a discussão em torno do aspecto ético-político da pesquisa e levou a uma postura reflexiva sobre o processo de co-construção do conhecimento, ao considerar as conseqüências desse processo e ao dar visibilidade à coleta e análise dos dados. A dialogia caracterizou-se como o conceito fundamental nesta pesquisa, tomada no seu

sentido amplo, que transcende a própria pesquisa e ao mesmo tempo a insere em todas as práticas cotidianas.

Foi esse caráter social e compartilhado das práticas discursivas que fez emergir a noção que o uso de diferentes repertórios, de diferentes maneiras de falar, está relacionado com o outro, a quem se dirige a fala e a situação onde ela acontece. Essa é uma característica da linguagem que evidencia o fato de que, quando falamos ou escrevemos queremos fazer algo com essas palavras. Esse é o aspecto performático da linguagem, e o estudo das práticas discursivas pode focalizar-se tanto na ação que se realiza, como nos conteúdos utilizados para realizá-la.

Ao focalizar a ação e a quem ela se dirige, é importante considerar que o interlocutor pode estar presente ou não na situação, o que quer dizer que a fala pode ser usada tanto para responder como para provocar respostas de outros interlocutores, específicos ou indeterminados, presentes ou ausentes. Outro aspecto importante a considerar é que a compreensão que as pessoas têm do mundo e que aparece na sua maneira de descrever e explicar os eventos que ocorrem ao seu redor, revela o lugar de onde falam, relacionado tanto a sua posição social, quanto aos aspectos culturais e ao momento histórico em que falam.

Portanto, a perspectiva dialógica esteve presente na pesquisa realizada, tanto nos princípios éticos da metodologia, como no método e na sua análise. Consideraremos os seus resultados a seguir.

2. O objetivo e os resultados da pesquisa:

Após o período de três anos de inserção em Ipioca e na atividade da pesca, o problema da escassez dos peixes passou a ser o objeto da pesquisa. O problema de pesquisa foi o resultado do diálogo travado com diversos interlocutores, e assim considerado como uma co-construção, onde os vários aspectos desse campo foram considerados, para que pudéssemos entender as possibilidades de sobrevivência da pesca artesanal em Ipioca. Para alcançar essa

compreensão procuramos responder às seguintes perguntas: como circulam nas diferentes falas os motivos para o desaparecimento dos peixes?; quais as possibilidades de solução para esse problema que emergem das falas dos diversos interlocutores?; quais os meios de viabilizar as soluções que circulam nas diversas falas?

As repostas a estas perguntas, que serão consideradas a seguir, emergiram da análise das falas dos diversos interlocutores.

– Como circulam nas diferentes falas os motivos para o desaparecimento dos peixes?

O problema do desaparecimento dos peixes esteve presente na fala dos diversos interlocutores e as causas desse problema foram associadas à própria atividade de pesca, como a pesca predatória e a sobrepesca ou esforço de pesca; à negligência dos órgãos governamentais e à degradação ambiental.

Quando a causa apontada era a atividade de pesca, a responsabilidade pelo desaparecimento dos peixes recaía sobre o pescador. Era relacionada tanto ao material utilizado, como redes consideradas predatórias, cloro, bombas, quanto à quantidade pescada e à época da pesca, que resultam na sobrepesca, ou seja, na impossibilidade dos recursos pesqueiros se renovarem. Esse entendimento do problema vinha tanto dos próprios pescadores, como dos órgãos governamentais, o que poderia evidenciar um discurso hegemônico, culpando o pescador e a atividade de pesca.

Entretanto, o pescador responsável nem sempre era o pescador artesanal que sobrevive da pesca. Algumas falas dos pescadores e pescadoras apontavam para a pesca industrial, que estaria relacionada ao uso de instrumentos predatórios, acarretando a sobrepesca, e também para aquela realizada por pessoas de posição social privilegiada e que por isso não era coibida em suas ações predatórias, como o caso do uso de bombas, atribuído a políticos.

A sobrepesca ou sobre-exploração apareceu como causa do desaparecimento dos peixes, principalmente na fala dos especialistas e dos órgãos governamentais. É um termo mais técnico que, na fala do pescador, teve

um sentido de consequência e não de causa, resultado de um fator pouco mencionado, que é a negligência dos órgãos governamentais.

A falta de ações desses órgãos, no que se refere ao problema da atividade pesqueira, surgiu na fala de pescadores assim como nos projetos de intervenção. Mas, se considerarmos a incidência do fator anterior, este último seria pouco relevante. Isto não quer dizer que a negligência dos órgãos governamentais não seja um fator importante; quer dizer apenas que ele foi silenciado nas falas.

A degradação ambiental, que também apareceu como causa da diminuição dos peixes foi relacionada a vários fatores. A responsabilidade por ações que degradam o meio ambiente foi atribuída a diversos setores da sociedade. Ficou assim dividida entre as atividades de pesca, que utilizam cloro e bombas; a turística, que pisoteia e quebra os recifes; as industriais, especialmente as usinas de açúcar, com seus dejetos e o desmatamento; o desenvolvimento urbano desordenado, que destrói os manguezais e polui com a falta de saneamento; a pobreza e o subdesenvolvimento.

Pudemos considerar na questão sobre as causas da diminuição dos peixes a complexidade do problema, mais evidente quando o fator apontado é a degradação ambiental e seus múltiplos fatores. Entretanto as falas se direcionaram mais para centralizar a culpa na atividade de pesca e no pescador, principalmente presente nos documentos e nas falas dos representantes dos órgãos públicos. Os pescadores, por outro lado, apresentaram em suas falas um conhecimento do problema mais amplo do que o dos órgãos governamentais. Identificam em suas próprias atividades a causa do problema, mas consideram como parte dele a negligência dos órgãos públicos e as questões ambientais. Como bem disse o Sr Valdir: *Acabou-se a mata. A mata acabou-se, só existe cana neste meio de mundo. (...) Depois de tudo acabado o IBAMA empatou.*

A maneira de descrever a compreensão de um problema gera ações, como apontado nos pressupostos construcionistas, e é o que pode ser evidenciado nas atribuições de causas para a diminuição dos peixes.

As falas que apontam a pesca predatória ou a sobrepesca delimitam suas ações e as direcionam para o pescador ou para a atividade de pesca – o que passa a ser uma verdade absoluta, na qual se estabelece uma relação

unidirecional, entre causa e efeito. Ao descrever o pescador ou a pesca como os responsáveis pela diminuição dos peixes, podemos entender que essa compreensão direciona a realização de umas ações e impede a realização de outras, favorece determinadas explicações e obscurece outras e assim podemos nos perguntar a quem interessa que os pescadores sejam os únicos responsáveis.

Com relação às ações, essa compreensão favorece a coibição, por exemplo, queimando as redes predatórias desde a época colonial. Isso talvez seja mais fácil do que as ações direcionadas para a fiscalização das indústrias poluidoras, para os próprios órgãos governamentais, que não fiscalizam, ou para as pessoas que ocupam posições de maior prestígio social.

Outro aspecto a considerar é a presença, no documento do IBAMA, da pobreza e do subdesenvolvimento como responsáveis pela degradação ambiental. Esse discurso está em conexão com aqueles que elegem o desenvolvimento dos países industrializados como o modelo a ser alcançado e como vimos, essa é uma forma simplista de analisar um problema complexo que tem uma série de fatores envolvidos.

– Quais as soluções para o problema da diminuição dos peixes?

Foram duas as propostas sugeridas pelos interlocutores: o turismo e a pesca sustentável.

O turismo emergiu como proposta de desenvolvimento econômico da região e partiu de alguns pescadores, que se associaram aos interesses dos órgãos governamentais para promoverem, numa ação conjunta, a atividade turística. A proposta consistiu no envolvimento dos pescadores nessa atividade, que aparecia como a possibilidade de solucionar as dificuldades econômicas por que passavam as pessoas que dependem da pesca, dada a escassez dos peixes.

Entretanto, nem todos os pescadores foram adeptos a ela, evidenciando um movimento de resistência a esse projeto de desenvolvimento local, por um lado, desconfiados das condições oferecidas para sua realização e, por outro, pelas antigas dificuldades de se organizarem. O grupo dos resistentes foi qualificado de tradicionalista e os envolvidos na proposta eram considerados empreendedores.

O aspecto controverso dessa proposta é que ela mobiliza os pescadores para ações que inviabilizam sua própria atividade de pesca. Como vimos, essa atividade turística, que já é realizada em outras praias do Estado, tem provocado a degradação dos recifes costeiros, elemento de grande importância no ecossistema marinho da região e conseqüentemente para a continuidade da pesca. A conseqüência provável para os pescadores que aderirem a essa proposta é o abandono da atividade da pesca, como tem ocorrido nos locais onde o turismo já está incrementado.

É importante assinalar ainda que essa proposta de atividade turística, que parece emergir dos pescadores de Ipioca, teve como idealizador um pescador de outra região. Reconhecido como empreendedor e em sintonia com os discursos dos órgãos governamentais, nos quais circula o turismo como uma saída para o desenvolvimento do Estado, associou-se aos pescadores locais favoráveis à proposta para implementar a sua realização. Esse, provavelmente, foi outro aspecto que gerou a resistência no grupo dos chamados "tradicionais", pois tal solução coloca os pescadores, como na época colonial, a serviço dos interesses do Estado.

Outra fala, que revelou uma resistência a esse discurso, circulante nos bastidores dos órgãos governamentais, apontava para uma preocupação com as conseqüências desse discurso hegemônico que elege o turismo como opção para o desenvolvimento econômico do Estado. Considerava-se aí a possibilidade de repetir o mesmo que ocorreu com a agricultura, passando-se assim da monocultura do açúcar para a monocultura do turismo.

A outra proposta, delineada principalmente nas falas dos pescadores e dos projetos de intervenção, estava direcionada para a realização de ações capazes de atenuar as causas que geram o problema da diminuição dos peixes, para com isso manterem a atividade de pesca. Ações que se caracterizam como de uma pesca artesanal sustentável.

As ações propostas pelos pescadores deveriam ser realizadas tanto pelos próprios pescadores, em suas atividades de pesca, ao especificarem instrumentos não predatórios, quanto pelos órgãos governamentais, como as ações de proibir e fiscalizar, que são de sua competência. Entretanto, estas últimas nem sempre

ocorrem, pois dependem de denúncias e da especificação de qual é o órgão responsável por aquela área, aspectos que favorecem a sua negligência.

A proposta alternativa, que emerge na fala de um pescador e que está em conexão com as atividades desenvolvidas por um projeto de intervenção, é a de uma ação conjunta, envolvendo pescadores e a comunidade local. As conseqüências positivas dessa proposta circulam nas falas de diferentes pessoas, mesmo situadas fora do âmbito de sua ação. Esse tipo de entendimento favorece a transformação, enquanto as avaliações que localizam a responsabilidade, ora no pescador, ora nos órgãos governamentais, cristalizam formas de compreender a situação que impossibilitam as mudanças.

Ao avaliar as ações propostas para uma pesca sustentável como a alternativa para a manutenção da pesca artesanal em Ipioca, encontramos nas falas dos pescadores, como ocorrera no delineamento das causas dos problemas, uma compreensão do que fazer que amplia as possibilidades de mudanças. Por outro lado, as propostas contidas na fala do representante do IBAMA se restringem a ações burocráticas e limitadas.

Podemos também considerar as conseqüências que emergem dessas propostas, como a do envolvimento dos pescadores na atividade turística, que divide os pescadores em dois grupos: os favoráveis e os contrários a ela. A ação conjunta entre alguns pescadores e os órgãos governamentais empenhados na realização da proposta favorece essa cisão, desqualificando aqueles que se opõem a ela, o que é uma maneira de valorizar o modelo hegemônico de desenvolvimento e de direcionar as ações para alcançá-lo. Foi nesse sentido que fundou-se uma Associação, à qual o grupo dos "tradicionais" se recusa a aderir. Tal recusa pode ser entendida como uma ação conjunta de resistência a esse modelo, que se impõe, em detrimento dos interesses de manutenção da atividade de pesca desse outro grupo. A não viabilização dessa atividade turística, até o momento, é saudada pelos resistentes com alegria: "viu que não ia dar em nada?"

– Quais os meios de viabilizar soluções?

A organização de Associações e Colônias também foram propostas pelos pescadores como meio para viabilizar a manutenção da pesca artesanal, em consonância com as exigências dos órgãos governamentais, para beneficiá-los com seus programas, como por exemplo, o salário-desemprego na época do defeso. Podemos entender que a Associação ou Colônia seria a maneira de propiciar a consciência de um pesca sustentável, numa ação conjunta nos termos compreendidos pela perspectiva construcionista, que se dá no espaço interacional, por meio das práticas discursivas, o que poderia resultar na desejada preservação da pesca artesanal.

Entretanto, podemos também considerar, como mencionado anteriormente, que a desarticulação, ou a ação de não se registrar nas Colônias, tem sido historicamente uma maneira de os pescadores não se sujeitarem às imposições e ao controle dos órgãos governamentais. São movimentos de resistência.

Por outro lado, as ações realizadas pelo Projeto FTV/BID favoreceram mudanças na relação do pescador com as Colônias, porque foram ações que viabilizaram novas ações, ou seja, levaram a uma resignificação do vínculo do pescador com a Colônia, desconstruindo vínculos estabelecidos histórica, social e politicamente.

É difícil considerar que a Associação seja a solução, pois isso vai depender dos seus objetivos, do tipo de relações geradas e, principalmente, voltadas para que interesses.

Outro aspecto considerado, principalmente pelos pescadores, como necessário para viabilizar a pesca sustentável é a fiscalização, que tem sido apontada como ineficiente. Entretanto, as propostas que partem dos próprios pescadores estão direcionadas para uma ação conjunta entre a comunidade e os órgãos responsáveis.

Esse tipo de ação foi e vem sendo realizada nos projetos de intervenção aqui mencionados, e diferencia-se das outras formas de fiscalização centradas na coibição dos instrumentos de pesca. Isto não quer dizer que as atividades de pesca predatória não devam ser proibidas, mas como dizem os pescadores, não adianta nada, a proibição é facilmente ludibriada. Enquanto não houver uma

implicação conjunta nas responsabilidades para a manutenção da pesca, num compartilhamento de ações e de poder, ao invés do jogo de culpar um ao outro, dificilmente haverá solução para impedir as ações predatórias.

Isto posto, consideremos as outras propostas decorrentes das falas que propuseram a pesca artesanal sustentável, ou seja, a conscientização e a educação ambiental. Ações que aparecem separadas, mas que estão implicadas uma na outra, levando em conta o tipo de educação ambiental discutida anteriormente, que está em consonância com o que vimos defendendo até agora, em termos de uma ação conjunta apoiada na dialogia.

As ações que vêm sendo realizadas neste sentido, pelos projetos de intervenção e pelos órgãos governamentais, levam a uma reflexão sobre a prática da educação ambiental. Os projetos de intervenção, evidenciam a necessidade de implicar segmentos da sociedade nas ações que buscam solucionar os problemas ambientais, por meio de sua participação nessas ações, enquanto os órgãos públicos ligados ao meio ambiente limitam-se a dar informações.

Convém lembrar que o termo "participação" pode ter múltiplos significados, pois muitas vezes é utilizado como uma estratégia de poder, outras vezes não passa de transmissão de informações. Entretanto, a proposta de participação da comunidade e dos pescadores do Projeto dos Recifes Costeiros tem mostrado aspectos positivos pois repercutiu nas falas dos pescadores como desejável, mesmo sem morarem no local onde esses projetos acontecem. Isso mostra que o discurso se constrói nas relações com outros discursos, evidenciado como "diálogo entre discursos".

Esses aspectos da linguagem estiveram presentes nas diversas formas de falar sobre os problemas e propostas de solução, que podem ser identificadas com os diversos tipos de discursos apontados inicialmente.

As falas dos interlocutores se aliavam, em determinados momentos, a um discurso hegemônico, que restringia o problema da diminuição dos peixes à pesca e ao pescador, podendo ser identificado com o tipo de discurso *conformista*, que segue as diretrizes oficiais relacionadas com o problema, sendo o porta-voz de políticas que não alteram o *status quo* econômico, político e cultural vigente. Foi o que vimos nas ações voltadas para envolver os pescadores com o turismo.

Outros discursos poderiam ser identificados com o discurso *catastrófico*, que não aparece de forma global, mas que fala de forma fatalista das perspectivas de futuro da pesca, não acreditando que possa haver solução: "vai acabar".

E outros ainda, como os discursos dos resistentes, que buscam alternativas para os problemas sem sucumbir ao modelo hegemônico de desenvolvimento, poderiam ser identificados com o discurso *radical*, que tenta estabelecer novas relações entre cultura, sociedade e natureza, como aparece na proposta de uma ação conjunta entre comunidade, pescadores e órgãos ambientais, para uma pesca sustentável.

– Da relação dos interlocutores pescadores e pescadoras com a pesquisadora.

Gostaria de fazer algumas considerações a respeito do que pode estar implicado nas conversas travadas com os pescadores e as pescadoras.

Parece-me importante considerar a posição social que ocupa a pesquisadora. Tornando evidente este aspecto, ao posicionar-me como professora da Universidade Federal de Alagoas diante dos interlocutores, reflito sobre uma das características da linguagem em uso, que é o endereçamento da fala.

Neste sentido, o que os (as) pescadores (as) fazem em seus enunciados? Acusam a negligência dos órgãos públicos, denunciam a degradação ambiental, pedem urgência para os resultados da pesquisa. Essas ações direcionadas aos órgãos públicos podem ser entendidas como uma tentativa de serem ouvidos, por meio da pesquisadora, que ocupa um lugar na sociedade e que poderia ser intermediária para mudar a situação. Ao mesmo tempo em que a relação estabelecida é de confiança e os enunciados têm um sentido de confiança, por outro lado, são também de denúncia, da qual a pesquisadora seria o veículo.

O processo que envolve o endereçamento permite entender as propostas presentes nas falas dos pescadores. Ao direcionar as denúncias aos órgãos governamentais, ao mesmo tempo antecipam as respostas desses órgãos ao formular suas propostas, ou seja, elas podem ser entendidas como respostas antecipadas às acusações direcionadas aos órgãos governamentais.

Partindo da proposição que afirma que o conhecimento gera ação, que conseqüências poderiam advir do conhecimento produzido? Que transformações pode gerar esta tese?

Dois níveis de contribuição são esperados:

1) metodológico – direcionado ao conhecimento acadêmico, para as práticas de pesquisa, sugerindo alternativas nessas práticas, que favoreçam uma outra forma de delimitar o problema de pesquisa, ou seja, considerar que ele pode ser co-construído durante o processo, como ficou evidenciado a partir desta pesquisa, que foi sendo gerada no envolvimento entre a pesquisadora e os seus interlocutores. O que possibilita entender a viabilidade de pesquisas que se norteiam por uma ética dialógica.

2) social – direcionado aqui para ampliar a compreensão do problema da diminuição dos peixes, focalizando vários interlocutores e promovendo um diálogo entre pessoas que não dialogam, criam-se novas condições de possibilidade, pois, de uma certa forma "põe para conversar" pessoas que não negociam, que não dialogam. Tornando clara a importância do conhecimento do senso comum sobre os seus problemas, e que esse conhecimento não é ingênuo e nem menos importante do que o conhecimento científico. E ao focalizar outras formas de descrever e explicar os problemas sociais, podemos favorecer a emergência de outras ações, que estiveram obscurecidas ou impossibilitadas.

Um dos postulados construcionistas afirma que a transformação de um determinado conhecimento depende de um esforço conjunto de comunicação, negociação, argumentação, que são inerentes aos processos sociais. E que esse conhecimento tem implicações na vida das pessoas. Assim, podemos responder à questão inicial de como a Psicologia Social, pautada por uma perspectiva construcionista, pode colaborar com a transformação social, produzindo conhecimentos conjuntos e apoiados pela dialogia, que questionem as verdades absolutas e que estejam comprometidos ética e politicamente, para que assim possam proporcionar outras aberturas às práticas sociais.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. (1999). *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez.

AUGÉ, M. (1994). *Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, S.P.: Papirus.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. (1997) *Projecto de apoio à pesca artesanal no Estado de Alagoas - Brasil - ATN/PT - 5359 - BR*. Relatório de diagnóstico de situação do Programa de Cooperação Técnica BID ATN/PT 5359- BR (Etapa I). Companhia Portuguesa de Serviços SA.

BAKHTIN, Mikhail. (1993/1979) *Problemas de la poética de Dostoiévski*. México: Fondo de Cultura Económica.

_____. (1986). The problem of speech genres. In EMERSON, C. e HOLQUIST, M. (eds.), *Speech genres and other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1994. p. 60-102.

_____. (1995) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas fundamentais do Método sociológico na Ciência da Linguagem. Trad. Michel Lahud et al. São Paulo: Hucitec.

BARROS, Diana L. P de. (1996). Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto et al (org). *diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Ed da UFPR. pp.21-42

BERNARDES, J. S.; MENEGON, V. M.; RIBEIRO, M. A. T. (2001). A pesquisa como prática social. Texto apresentado no XXVIII Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia. Santiago, Chile, julho de 2001.

BOISSEVAIN, J. (1987). Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: Feldman-Bianco, Bela (org.) – *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. S.Paulo: Global Universitária.

BOURGOIS, Philippe. (1998). *The Moral Economies of Homeless Heroin Addicts: Confronting Ethnography, HIV Risk, and Every Day Violence in San Francisco Shooting Encampments*. San Francisco.: Marcel Dekker. pp. 2323 - 2351.

BROWN, S.D. & CAPDEVILA, R. (1999) *Perpetuum mobile: substance, force and the sociology of translation*. In: LAW, J. & HASSARD, J. *Actor Network Theory and after*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishers/The Sociological Review.

CLARK, K. & HOLQUIST, M. (1998). *Mikhail Bahktin*; trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.

CAVEDON, Neusa Rolita. (1999). *O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional*; Implicações positivas e negativas. (mimeo)

CLIFFORD, James. (1998). *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

COLON, Alain. (1995). *A etnometodologia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

COSTA, Fernando Bastos. (1999) *A dimensão institucional do desenvolvimento turístico sustentável*. O caso do Projeto Costa dourada- AL. Dissertação de mestrado. Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Alagoas.

COSTA-NETO, E.M. & MARQUES, J.G.W. (2001). *Atividades de Pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, Município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica*. Sitientibus: série Ciências Biológicas 1 (1):71-78

CORDEIRO FILHO, E.C. (1997). *Vivendo em Tempo de Cólera – Resistência e Produção de Sentido*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CRUZ, Myrt Thânia de Souza. (2001). *Uma História de Alijamento do Povo: Análise Psicossocial da Trajetória de Implantação e Interrupção do Programa Cidades Saudáveis na Chapada Diamantina*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DANZIGER, K. (1997). The varieties of Social Construction. *Theory & Psychology*. Vol. 7(3): 399-416.

DAVIES, B. & HARRÉ, R. (1990). Positioning - the discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20 (1), 44-63.

DIEGUES, A. C. S. (1983). *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática.

_____. (1997). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, pp.407-432.

DIEGUES JR, M. (1980). *O Bangüê nas Alagoas*. Maceió: Edufal.

DOMÉNECH, M. & IBÁÑEZ, T. (1998). La psicología social como crítica. *Anthropos*, 177.

EDWARDS, D. & POTTER, J. (1992). *Discursive Psychology*. London: Sage.
ESCOBAR, A. (1999). *El Final del Salvaje. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Bogotá: Cerec.

ESTEVA, Gustavo. (2000). Desarrollo. In: VIOLA, Andreu (org.). *Antropología del desarrollo*. Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós.

FARR, Robert M. (1999). *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.

FERREIRA, Leila da Costa & FERREIRA, Lúcia da Costa. (1995). Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (orgs.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas-SP.: Ed. da UNICAMP.

FLÓREZ, Maria J. F. (2001). *Psicología para el desarrollo: alianzas metafóricas contra la pobreza*. Trabajo de investigación. Programa de Doctorat en Psicologia Social. Universitat Autònoma de Barcelona.

FOUCAULT, M. (1979). Genealogia e Poder. In, R. Machado (Ed.), *Michel Foucault: Microfísica do Poder* (pp. 167-177). Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1982). Subject and Power. In, H. Dreyfuss & P. Rabinow (Eds). *Beyond Structuralism and Hermeneutics* (pp. 221-2). Brighton: The Harvester Press.

GEERTZ, C. (1989) Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa. *A Interpretação das Culturas* (pp. 278-321). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

_____. (1983/1999). *O saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

GERGEN, K.J. (1985). The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*. Vol.40 (3): 266-275.

_____. (1994). *Realidades y relaciones – aproximaciones a la construcción social*. Barcelona: Paidós

GIDDENS, A. (1997). Garfinkel, Etnometologia e Hermenêutica. *Política, Sociologia e Teoria Social* (pp. 283-296).

GONÇALVES, J.R.S. (1998). Apresentação. In: James Clifford, *A experiência etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

HAMMERSLEY, Martyn & ATKINSON. (1995). *Ethnography. Principles in practice*. London and New York: Routledge.

HARAWAY, D. (1987/1991). Conocimientos situados: la cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial. In: HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. España: Ediciones Cátedra Universitat de Valencia.

HASSARD, J. *Actor Network Theory and after*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishers/The Sociological Review.

HUMPHREYS, M. (1999). Ethnography: reading across culture. In: PARKER, I. *Critical Textwork: an introduction to varieties of discourse and analysis*. Buckingham, U.K.: Open University Press.

IBÁÑEZ, T. (1994). La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. En MONTERO, M. *Conocimiento, realidad e ideología*. (pp. 39-48). Caracas: Asociación Venezolana de Psicología Social/ AVEPSO.

_____. (2001). Construcionismo y Psicología. *Muníciones para Disidentes. Realidad-Verdad-Política*. Barcelona: Gedisa. pp. 225-247.

_____. (2001a). La acción social dice adiós a Descartes. In, T. Ibañez. *Muníciones para Disidentes* (pp. 197-208). Barcelona: Gedisa.

_____. (2001b). Fondear en la objetividad o navegar hacia el placer. In, B. Jimenez (Ed.). *Tomás Ibañez: Psicología Social Construccionista* (pp.331-338). México: Universidad de Guadalajara.

_____. & ÍÑIGUEZ, L. (1996). Aspectos Metodológicos de la Psicología Social Aplicada In: Garrido, A. & Torregrosa J.R. (coord.). *Psicología Social Aplicada* (pp. 57-82). Madrid: McGRAW-HILL/ Interamericana de España.

ÍÑIGUEZ, L. (2000) Aulas do Seminário Construcionismo e Memória social - Abordagens metodológicas. (de 15/08 à 06/09/2000)

_____. (2002). Construcionismo Social e Psicologia Social. In: MARTINS, João Batista. (org.) *Temas em Análise Institucional e em Construcionismo social*. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária.

ÍÑIGUEZ, L. & ANTAKI, C.(1994). El Analisis del discurso en Psicología Social. *Boletín de Psicología*. 44, Septiembre:57-75.

KNORR-CETINA, K. D. (1981). *The manufacture of knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science*. Oxford: Pergamon.

LASH,S, SZERSZYNSKI,B & WYNW,B. (1996). *Risk, Environment & Modernity. Towards a New Ecology*. London, Thousand Oask, CA e New Delhi: SAGE.

LATOUR, B. (1999). On recalling ANT. In: LAW, J. & HASSARD, J. *Actor Network Theory and after*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishers/The Sociological Review.

_____. (2002). "Fetishes in high tech context". IX Congrès d'Antropologia FAAEE. Barcelona, 04/09.

_____. & WOOLGAR, S. (1979/1997). *A Vida de Laboratório*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará.

LAW, J. (1992). 'Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity'. Centre for Science Studies Lancaster University.

<<http://www.lancaster.ac.uk/sociology/reskhjl1.html>>

_____. (1997). *Traduction/Trahison – Notes on ANT*. Department of Sociology Lancaster University.< <http://www.lancaster.ac.uk/sociology/jlaw.htm>>.

_____. (1999). After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J. & HASSARD, J. *Actor Network Theory and after*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishers/The Sociological Review.

LEWIS, O. (1992). *Antropologia de la pobreza. Cinco Familias*. México: Fondo de Cultura Econômica. 1ª. Edición 1959

LINSKER, Roberto. (2000). "'Vaqueiro do mar' é espécie em extinção". Reportagem publicada no caderno *Dinheiro*. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, Domingo, 30/07/2000

MAIA, A. C. (1995). Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo Social*, 7 (1-2), 83-103.

MARQUES, José Geraldo W. (1995). *Pescando Pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco*. São Paulo: NUPAUB-USP.

MARTINE, George. (1996). População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: _____. *População, meio ambiente e desenvolvimento: Verdades e contradições*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP. Coleção Momento.

MARTÍNEZ ALIER, J. (1992). *Ecología y Pobreza*. Barcelona: Centre Cultural Bancaixa.

_____. & MARTÍNEZ MAGAÑA, J. (1997). Desarrollo y sostenibilidad. In: UNIVERSITAT POLITÈCNICA DE CATALUNYA (ed). *¿Sostenible? Tecnologia, desarrollo sostenible y desequilibrios*. Barcelona: Icaria.

MEDINA, Manuel. (1997). ¿Sostenido? ¿Sostenible? ¡Compatible! Bases para um desarrollo compatible de ciencia , tecnología y cultura. In: UNIVERSITAT POLITÈCNICA DE CATALUNYA (ed). *¿Sostenible? Tecnologia, desarrollo sostenible y desequilibrios*. Barcelona: Icaria.

MENEGON, Vera M. (1999). Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In SPINK M.J.P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez. pp. 215 - 242.

MONTENEGRO MARTÍNEZ, Maristela & PUJOL TARRÈS, Joan. (2001). *Conocimiento situado: un forcejeo entre el relativismo construccionista y la necesidad de fundamentar la acción*. Texto apresentado no XXVIII Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia. Santiago, Chile, julho de 2001.

OLIVEIRA, Adélia A. S. de. (1998). *Turismo e Comunidade: a configuração do sofrimento psicossocial em um povoado de pescadores*. Dissertação de Mestrado,

Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REIGOTA, M. (1994). *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez.

_____. (1999). *A Floresta e a Escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez.

RORTY, Richard. (1990). *El giro lingüístico*. Introduccón de Gabriel Bello. Barcelona: Paidós.

SANTOS, B R. dos & CESÁREO, J. (2000). Pesca e os pescadores nos canais e lagoas. In: SEPLAN: IMA/GTZ. - *Apoio a proteção ambiental em Alagoas: uma experiência de cooperação técnica*. Eduardo Normande (org.). Maceió. pp. 57 - 63.

SANTOS, Milton. (2002). *Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP.

SCHNAIDERMAN, B. (1998). Baktin e o Ocidente – Etapas de uma Aproximação. In: CLARK, K. & HOLQUIST, M.(1998) – *Mikhail Bahktin*; trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva. pp. 11-16.

SEALE, C. (1999). Reflexivity and Writing. *The Quality of Qualitative Research*.(pp. 159-177). London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

SEARLE, J. R. (1997). *La construcción de la realidad social*. Barcelona: Paidós.

SEPLAN: IMA/GTZ. (2000). *Apoio a proteção ambiental em Alagoas: uma experiência de cooperação técnica*. Eduardo Normande (org.). Maceió. 172p: il.

SILVA, Luiz Geraldo (cd.) (1985). *Os pescadores na História do Brasil*. Comissão Pastoral dos Pescadores. Vol. I Colônia e Império. Petrópolis, R. J.: Vozes.

SILVA, M. M. (2000). Fisiografia de Alagoas. In: *Terra das Alagoas*. Maceió: Editores Associados Ltda (edição original 1922)

SHOTTER, John (1993). *Cultural Politics of Everyday Life*. Buckingham: Open University Press.

_____. (1997). *Dialogical Realities: The ordinary, the everyday, and other strange new worlds*._Journal for the Theory of Social Behaviour 27:2/3 - 0021-8308. Oxford.

_____. (2000). *Conversational Realities: Constructing Life Through Language*. - (Inquiries in Social Construction Series). London: Sage Publications.

SPINK, M. J. P. (1996). Representações Sociais: Questionando o estado da arte. *Psicologia e Sociedade*. Vol.8, no. 2. 166-186.

_____. (org.). (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

_____. (2000). A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Psico*, 31(1):7-22.

_____. (2002) *Pisando sobre ovos: uma reflexão construcionista sobre ação na área de saúde*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (no prelo)

_____. & FREZZA, R. M. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK M. J. P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

_____. & MEDRADO, B. (1999). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P.(org.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas* (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.

_____. & LIMA, H. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK M. J. P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

_____. & MENEGON, V.S.M (1999). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK M. J. P. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

SPINK, P. (1999). Análise de documentos de domínio público. In, SPINK, M. J. P. (org.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas* (pp. 123-151). São Paulo: Cortez.

_____. (2001). On Houses, Villages and Knowledges. *Organization. Speaking out*. 8(2): 219-226. London, Thousand Oask, CA e New Delhi: SAGE

_____. (2003). *Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (mimeo)

SOCZKA, Luís. (1993). Para uma perspectiva ecológica em Psicologia Social. In: VALA, J & MONTEIRO, M. B. (coords.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

STRAUSS, A. & CORBIN, J. (1998). *Basics of Qualitative Research*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications.

THOMPSON, J. B. (1990). *Ideologia e Cultura Moderna* Petrópolis, R.J.: Vozes Ltda.

TORVISCO, Juan M. (1998). Espacio personal y ecología del pequeno grupo. In: Aragonés, J.I. & Américo, M. (coord.) *Psicologia Ambiental*. Madrid (Espanha): Ediciones Pirâmide.

TOURING, Sylvie C. (1998). Some New Dying Trick: African American Youth "Choosing" HIV/AIDS *Qualitative Health Research*, vol 8, n. 2. New York: Sage Publications. Pp. 149-167.

VARELA, F. (1995). *Sobre a Competência Ética*. Lisboa: edições 70.

_____. THOMSON, E., & ROSCH, E. (1995). *The embodied Mind – Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge, Mass: MIT Press (First Printing, 1991).

VÁZQUEZ, Félix (2001). *La memoria como acción social*. Relaciones, significados e imaginario. Barcelona: Paidós.

_____. (2001 - 2002). *La aportación libertaria al nacimiento del pensamiento social*. Conferência como parte do seminário: Arqueología del Pensamiento Social programado com diferentes conferências ao longo do ano letivo 2001-2002.

WICKER (1979). *An introduction to Ecological Psychology*,

WILLIS, P. E. (1977). *Learning to labour – How working class kids get working class job*. England: Gower Publishing Company Limited.

WYNNE, B. (1996). May the Sheep Safely graze? In: LASH, S, SZERSZYNSKI, B & WYNNE, B. (1996) – *Risk, Environment & Modernity. Towards a New Ecology*. London, Thousand Oak, CA e New Delhi: SAGE.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Quadro de Relatos dos Pescadores

Quadro de Relatos dos Pescadores

	DATAS	NARRATIVAS	TEMAS/USO
PESCADORES			
ENTREVISTAS e CONVERSAS			
1 - ISOLDA – (51 anos) Pescadora de curral. Conversa gravada em sua casa.	18/01/2000	Fala do problema de saúde do pai e o relaciona com a velhice, e não com a pesca. Conta sua rotina de trabalho na fábrica. Prefere a pesca, porque trabalha quando quer. Fala sobre os comentários que fazem sobre ela, como pescadora. Consideram-na mulher-homem. Fala das dificuldades de manter o curral, mas da necessidade de mantê-lo. Conta sobre uma pescaria de mero e moréia. Conta como entrou na pesca: o cunhado tinha um curral e sugeriu que ela comprasse o que foi do pai. O respeito adquirido como pescadora, depois de mais de dez anos pescando.	Pesca x saúde = positivo A vida de operária. A mulher na pesca. Pesca sobrevivência Tipos de peixes. Tradição. Reconhecimento.
2 - ANTONIO – (29 anos) Ex-pescador de lagostim, professor de pesca. Conversa gravada na praia	18/01/2000	A pesca de lagosta e lagostim está diminuindo, tanto em tamanho quanto em produção. Tem 29 anos, começou a pescar com 15, mas só pescou por quatro anos, porque teve problemas de saúde, ficava muito resfriado. Mudou de profissão de pescador para comerciante. Manteve o vínculo com a pesca, tornando-se professor dos jovens pescadores. Aprendeu com o pai, que era pescador de curral, mas fazia todo tipo de pesca. Os ensinamentos passam dos mais velhos aos mais jovens. Hoje, o desemprego está enorme e a pesca é uma saída. O pai chegou a pescar 2000 kg de charéu, ele viu 700 kg e hoje não vê mais charéu. O irmão ganhou muito dinheiro com a pesca, mas hoje, só dá para se manter. Os perigos são vivenciados pelos aprendizes, pelos que ainda não têm experiência. Evidencia sua preocupação com a pesca dos lagostins ovados. Fala da dificuldade de controle. O pescador engana o Ibama. A fiscalização é difícil. Sem emprego, como não pescar o lagostim ovado? Mas se o pescador soltar o lagostim ovado, ele vai reproduzir. O pescador não tem consciência: come hoje e amanhã faz falta. Por isso, o peixe vai acabar. Para evitar a pesca dos lagostins ovados, é preciso um grupo, uma colônia que funcione.	A diminuição da pesca - ameaça de extinção. Pesca x saúde = negativo Transmissão do conhecimento sobre a pesca. Tradição. Pesca de sobrevivência. O antes e o hoje da pesca. Rentabilidade. Perigos gerenciáveis. Pesca predatória. Fiscalização. Dilema: problema social. Pesca sustentável. Falta de consciência. Ameaça de extinção. Pesca sustentável necessita da organização dos pescadores.
3 - JOEL – (30 anos) Faz diversos tipos de pesca. (caceia, curral,	19/01/2000	Pesca é hábito, não vale muita coisa. O perigo vem da falta de experiência. O iniciante deve aprender com uma pessoa experiente. Faz vários tipos de pesca: anzol, rede, curral. Só não mergulha, por problema no ouvido. Começou com 14 anos vai fazer 30.	Pouco rentável. Perigo x experiência. Tipos de pesca que faz.

alto-mar)		O conhecimento que tem da pesca foi adquirido, aos poucos, dos mais velhos. Fala de como evitar os perigos na pesca. Vai procurando aprender com os mais velhos e tomando os cuidados necessários. A pesca veio dos índios, mas outras formas surgiram. O curral veio dos índios e os covos também. No mar, as pessoas esquecem seus problemas. Se pudesse, ele estaria sempre no mar. Quando a coisa vem do mar, ele começa a dar o sinal dois ou três dias antes. Isso, é a experiência do pescador quem vê. A natureza mostra o que vai acontecer, ela mostra, informando. Muitos sabem que vem tempestade, mas teimam... Pescam por necessidade. Compara o pescador com o sertanejo, um espera o peixe e o outro, a chuva. Quer pescar como esporte e não viver da pesca. Mesmo quando tem emprego, não deixa de pescar. O problema da pesca é a proibição (defeso). Quando chega a época do defeso, o pescador fica esperando, sem ter como se sustentar. Diz que a Capitania não vê isso, não oferece nenhum recurso. O pescador não tem outro recurso, na época do defeso. E se os peixes desaparecem, acaba pescando lagosta, mesmo sendo proibido. Comenta que há poucos recursos de pesca no lugar, mas se liberar, acaba tudo. É preciso proibir, para poder aumentar o número de peixes. O pescador deveria receber uma cesta básica para não ter de pescar na época do defeso. É preciso haver a proibição, senão acaba de uma vez. A pesca de arrasto também é prejudicial, acaba com tudo. Deveriam aumentar a malha da rede, ou proibir esse tipo de rede. O pescador tem que ter consciência, e soltar o peixe pequeno. É uma situação agravada há muito tempo, sem perspectiva de mudança. A capitania precisa da ajuda de pessoas experientes para inventar um meio de mudar. Não há colônia evoluída em Ipioca. Os pescadores se reúnem e não resolvem nada. Pagar à Marinha R\$ 36,00 não compensa, se pode ter outro Instituto, onde paga R\$ 12,00. Então, fica sem registro.	O conhecimento da pesca. Prevenção dos perigos. Origem. Pesca prazer. O mar dá o sinal Conhecimento empírico. Pesca sobrevivência Pesca é persistência. Pesca esporte, prazer. Problema = regulamentação da pesca. Negligência dos órgãos governamentais (Capitania). Falta de recurso. Pesca predatória. Falta regulamento – sobrepesca Extinção. Intervenção para proteger. Ajuda financeira ao pescador Regulamentação e fiscalização Ameaça de extinção Pesca predatória Conscientização para a pesca sustentável. Problema crônico. Necessita ajuda de especialistas. Desarticulação como grupo (associação) Pagamento de impostos A dificuldade de se registrar
4 – MARIANO (21 anos) Mergulhador. Entrevista realizada na venda da psicóloga.	26/07/2000	Diz que é mergulhador, mas pratica como esporte. Quando está <i>sem serviço</i> pesca peixe e polvo. Trabalha carregando caminhão de coco e ganha pela produção. A pesca, ele faz quando não tem outra atividade mais fácil. Pesca polvo e tainha, que dá mais dinheiro. O valor do peixe aumenta onde há turistas. Pesca com espingarda de mergulho e chama de "amador" aquele que pesca o polvo com cloro. Diz que só pesca polvo grande, enquanto o amador pega qualquer um. Aprendeu a pescar com outros mergulhadores. Só pesca de mergulho e não no inverno, porque a água fica suja. Acha a pesca de mergulho mais fácil, porque não tem que esperar pelo peixe. Ele vai atrás, e mata.	Pesca como sobrevivência Pesca, alternativa ao desemprego Pesca rentável. Pesca sustentável x predatória Conhecimento com outros. Limites da pesca de mergulho. Pesca e prazer

		Acha bom quando está matando o peixe. Começou a pescar com nove anos e tem 21. Quando está desempregado, tem que mergulhar. Já mergulhou de dia e de noite, agora só pesca de dia, por problemas de reumatismo. À noite só pega peixe bom (camurim) Já foi mordido por uma moréia, e a chama de traiçoeira: não avisa, se ele se distrair, ela morde. Prefere a praia a cortar cana, gosta mesmo de pescar e aprende mais sobre a natureza. Quando estava sem trabalho, mantinha a casa com a pesca de mergulho. Acha ruim perder um dia de serviço, porque já ganha pouco, principalmente naquele lugar. Fala da crise em Alagoas, onde é ruim de se ganhar dinheiro. Se tivesse um serviço bom, ele deixaria de pescar, porque a pesca acaba com a natureza, acaba com tudo. Como a pesca do peixe e do polvo pequenos e o uso do cloro, que destrói a pedra. Diz que se pescar com arpão ou bicheiro, no outro dia aparece outro polvo no buraco. Há lugares em que o uso do cloro é proibido e o pescador é quem fiscaliza. Condena a pesca com bomba e o envenenamento da água por um produto que colocam na cana de açúcar. Acha que a fiscalização em Ipioca devia ser mais rigorosa e proibir o uso de bomba e cloro. As pessoas que usam bomba não vivem da pesca, são ricos, vereadores. Acha que é por maldade, para acabar com tudo. Procura pescar carapeba ou camurim, peixe bom e grande, que sirva pra comer ou pra vender. O pescador iniciante mata tudo o que vê. Acha que a maioria dos pescadores não tem a preocupação dele, a tendência é acabar com tudo. Quando a fiscalização <i>fica em cima</i> diminui a pesca predatória. A proibição da pesca na pedra Santiago, em Paripueira, fez voltar os peixes (projeto Recife Costeiros). Seria bom se houvesse a fiscalização de um profissional, para controlar o tamanho do peixe e o peso (tainha, curimã), quando o pescador chegasse. Aí sim, ele saberia que não poderia voltar a pescar peixe pequeno. Uma fiscalização assim, ele acha que resolveria. Pescaria que faz isso (que mata peixe pequeno), quer acabar com tudo.	Pesca e prazer. Início da pesca. Pesca e saúde= negativo Pesca rentável Perigo x experiência Pesca e prazer Pesca sobrevivência. Dificuldade de emprego. A crise do Estado. Pesca predatória Degradação ambiental Pesca sustentável Regulamentação e fiscalização feita por pescador. Fiscalização rigorosa. Negligência. Denúncia a pesca predatória intencional. Pesca rentável. Pesca predatória. Falta consciência. Ameaça de extinção. Fiscalização necessária. Experiência de proteção ambiental, em outros lugares. Regulamentação e fiscalização de certos tipos de peixes. Pesca predatória = extinção do peixe.
5 -FRANCISCO (40 anos) Pescador de agulha. Entrevista realizada no clube, onde trabalha.	26/07/2000	Faz a pesca como esporte, aprendeu com seu pai que era pescador. Não quis exercer como profissão. Pesca a agulha, com rede. Descreve como é a pesca de agulha, de rede e com o facho de luz de lampião. Tem a pesca como quebra-galho, durante as folgas do trabalho, mas diz que não pode ficar sem pescar. Às vezes, quando não está muito cansado, vai pescar. O filho pesca nos outros dias. Ipioca é um lugar onde as pessoas viviam da pesca de curral e o pai teve curral. Não quis ter a pesca como profissão, mas acha bom. Em dias de folga, tem sempre que ir pescar, pra depois fazer outra coisa. Já fez outras pescas: arrastão, caceia, mas agulhinha rende mais. É mais fácil e mais lucrativo. Em Ipioca, o pescador de agulha usa mais o lampião. Pesca de rede, poucos fazem, porque não querem	Pesca é esporte. Tradição. Tipos de pesca de agulha. Pesca para melhorar a renda. Filho mantém a tradição. Ipioca antes. Pai era curraleiro. Pesca é prazer. Pesca rentável. Pesca de rede – investimento. Pesca de facho – esforço.

		investir na compra de rede. Colocam o lampião e o puçá. É mais trabalhoso, mas não há investimento, só o esforço. Na safra, pesca de cinco a dez quilos, depende. Antes havia muita pesca de curral, hoje está acabando. Naquele tempo, a praia era cheia de currais. Naquele tempo, usava-se madeira da mata. Hoje, não se usa mais, por causa do IBAMA. Os materiais agora são: nylon, PVC, <i>esses negócios...</i> Mata mesmo, não. Naquele tempo, muita gente tinha condições de ter um curral, o custo era pouco. Hoje é um custo alto e as pessoas não querem investir. Diz que quem tem dinheiro não vai investir num curral dentro do mar, para se arriscar. Acha que o negócio do comércio está um fracasso, sobretudo no Estado. De dois em dois anos precisa ter dinheiro para comprar outra rede. Para colocar uma rede, mesmo oficial, gasta uns R\$ 800,00, com mais um <i>barquinho</i>, uma <i>jangadinha</i>, o negócio fica em R\$ 1000,00. A pessoa não pode usar uma rede pra pescar outra coisa, se é rede de agulhinha, pesca agulhinha, se é de lagosta, pesca lagosta... O profissional da pesca não tem só um tipo de pesca. Na época em que está dando uma coisa, pesca, quando está dando outra pesca, sobrevive daquilo. Está difícil sobreviver só de pesca, porque hoje a maioria das melhores pescas é de barco, é pra quem tem dinheiro. O barco fica <i>lá para fora</i>, no alto mar, barco de lagosta, de peixe.	Rentabilidade. Antes e Hoje. Mudança de materiais. Proibição do IBAMA. Antes, custo menor. Hoje, custo alto. Investir em curral é um risco. Investir está difícil. Custos da pesca de agulha. Diferentes pescas, diferentes redes. Profissional – diversidade de pesca. Pesca é pra quem tem recursos financeiros. Pesca industrial.
6 - MARIANA (39 anos) e JOÃO (37anos). Casal donos de curral. Conversa realizada na venda de propriedade deles.	26/07/2000	O pai de Mariana era dono de curral, e depois que ele morreu, ela ficou tomando conta, com o marido. Na época do pai, o curral era feito de varas e cipó, não usava redes. Quando Mariana tinha 15 anos houve a mudança para rede de nylon. João acrescenta que quem inventou o curral, foram os índios. O pai de Mariana herdou do tio e os avós maternos também tinham curral. Aos poucos, a vara que segurava o mourão foi substituída por conduíte. João está substituindo, atualmente, o mourão por cano de esgoto. Mariana queria deixar o curral, mas a mãe insiste para continuar, esperando que melhore, mesmo com a pesca predatória e a destruição da natureza. Antes, enchia dois <i>freezers</i> (de peixe). Hoje, não. Na época do pai, no inverno, o curral se enchia de carapeba. Hoje não tem mais. Relata as possíveis causas da diminuição dos peixes: uns dizem que é a pesca predatória, outros a poluição dos rios e desaparecimento dos mangues. Compara a infância com os tempos atuais. A pesca predatória é feita pelos barcos grandes, em alto mar. Acabaram com o mangue, construíram um clube. Havia muitos currais ali. Hoje são apenas quatro ou cinco. Tem vontade de parar. Cem metros de rede custam R\$ 900,00 e nem dá para o curral todo. Mariana e João explicam o tipo de nylon das diferentes partes do curral.	Herança/Tradição Material do curral. Antes e Hoje As mudanças no curral. Origem indígena. Herança/Tradição. Novas mudanças no material do curral. Pesca por insistência. Pesca predatória e degradação ambiental. Antes. Rentabilidade. Hoje. Desaparecimento. Tipo de peixe Pesca predatória, poluição e destruição dos mangues Parâmetros: antes e hoje. Pesca predatória (industrial). Degradação ambiental Antes e hoje. Desânimo. Manutenção onerosa. Detalhes técnicos do curral.

		Falam das partes do curral, mangas, chiqueiro grande e pequeno e o espelho, a entrada, as mangas e a espera. O curral deles agora está pegando pouco peixe, porque as redes estão frágeis. A rede está muito cara, CR\$9,00 o metro, e chega a CR\$25,00. Mariana diz que não se candidataria a pescadora de curral, pois requer muita força, não sabe como Isolda agüenta. João diz que para esse serviço, ela contrata homens. Serviço de curral é <i>que nem</i> casa, nunca falta serviço, diz João. A rede rasga, o mourão quebra. O curral, como o índio o inventou, todo de vara, só agüenta seis meses. Apodrece com facilidade. Têm que usar o que é mais durável e evitar utilizar material da natureza.	Partes do curral. Escassez por falta de manutenção (onerosa). Curral requer força, Mariana não escolheria este trabalho. Estratégias de Isolda. Manutenção constante. Mudança de material reflete preservação ambiental.
7 - JOÃO (37) Conversa gravada, motivada por ele fazer parte da organização da Associação	JAN. 2001	Ficou como vice-presidente da Associação. A Associação não funcionava. Há tempos vinham batalhando para isso. O presidente da colônia de Jaraguá veio e deu uma ajuda (para organizar a atividade turística). Um restaurante (Correia) é o ponto de apoio para os turistas. O plano do presidente da colônia é conseguir um empréstimo de até R\$ 5000,00 para o pescador investir em jangada e trabalhar com o turismo. O turista vai pagar R\$ 10,00 pelo passeio. O presidente da colônia está querendo explorar a piscina de Ipioca. Estão esperando ficar tudo organizado para dar início à exploração. Houve um evento na praia, com os representantes da prefeitura (foi noticiado na televisão e jornal), para a apresentação da piscina de Ipioca. Houve uma palestra sobre a praia e o meio ambiente e quem participou recebeu um certificado, mas ele não pôde ir. Não sabe quem realizou e que foi, em Maceió. Todos os participantes terão de fazer o curso de pesca e tirar a carteira do IBAMA. Para ser associado, não sabe quanto vai ter que pagar. O presidente só informou o preço do passeio do turista. Alguns pescadores estão gostando, pois isso gera mais emprego e renda. Mas há outros que não acreditam, têm mentalidade atrasada. O presidente diz que só vão acreditar, quando a coisa estiver funcionando. Só acreditam vendo. Ele quer continuar com a pesca de curral e montar barraca para vender artesanato e doce. As barracas vão ser armadas e desarmadas, conforme a chegada dos turistas. A Associação vai tomar posse depois que for decidido o local. Quer ajudar os pescadores a tirarem a carteira de pescador, mas eles não têm interesse. A carteira facilita, por causa da fiscalização em alto-mar e, se houver algum acidente, não terão problemas com a Marinha. A Marinha exige que os pescadores tenham carteira, porque quem tem carteira fez o curso.	A organização da Associação. Ajuda externa (colônia). Turismo Ajuda financeira ao pescador. Interesse da colônia na exploração turística. Interesse político na exploração turística. Certificado. Educação ambiental = palestra. Estratégia de Regulamentação do pescador. Possibilidade de ajuda financeira ao pescador Descrédito. Desvalorização da tradição. Manter a pesca. Artesanato = turismo Legalização da Associação. Legalização do pescador. Fiscalização. Controle.
8 - JOÃO	Julho 2001	Associação dos pescadores ainda está em fase de organização. O que tinha ficado como presidente passou o cargo para a filha, o que João não aceitou, pois entendeu	Organização da Associação Disputas de liderança na

Conversa pessoal, mas sem gravação.		que deveria ser ele o presidente, já que era o vice. Convidou 60 pescadores para uma reunião, no dia 29/07/01, mas só compareceram 29. Convocação para eleições. A chapa tem doze pessoas e ele será candidato a presidente. O interesse da maior parte dos pescadores é fazer a carteira, que muitos não têm. Vão ter que fazer um curso na Capitania dos Portos. Querem dinheiro para comprar rede, barco, que muitos não têm. Eles querem, em primeiro lugar, a pesca. Precisam de verba para a Associação comprar remédios. Quando a Associação melhorar, pretende ter uma escola.	associação. Participação dos pescadores. Ação democrática. Legalização dos pescadores. Ajuda financeira. O interesse primeiro é a pesca. Planos da Associação: saúde e educação.
9 - JOÃO	Outubro 2002	Com a intenção de atualizar as informações a respeito do que ocorreu em Ipioca durante o período de minha ausência, devido à bolsa de estudos em Barcelona, estive em Ipioca em outubro de 2002. Diante da impossibilidade de encontrar João, no momento de minha visita, deram-me seu telefone. Informou-me que, apesar de ter sido eleito presidente, o ano todo não foi possível articular nada em relação à Associação, devido às eleições. Justificou que os pescadores se envolveram na campanha dos deputados e se separaram. Só depois das eleições iriam recomençar a se articular. A única novidade era que a Marinha estava exigindo o cadastro de todos os donos de curral e que os currais construídos nos canais de navegação deveriam ser desmanchados. Além disso, começariam a cobrar impostos dos donos de curral.	Desarticulação da Associação Causa: envolvimento político. Regulamentação da pesca: Marinha. Impostos.
10 - DALVA (39 anos)	16/02/2001	Começou tomando conta do curral dos outros. Esse agora é dela, e já faz dez anos. A primeira vez que foi pescar foi com o irmão. O pai era pescador de jangada, mas não queria vê-la na pesca. A família, seis irmãos e oito irmãs, quase todos já pescaram ou ainda pescam. As irmãs pescam na pedra, ouriço e polvo e dois irmãos pecam fora (alto mar), só uma irmã nem pisa na água. Sempre gostou de ir pescar, aprendeu olhando os outros, até que um dia perguntaram se ela queria despescar e assim começou. Fica ansiosa para chegar a hora de pegar o peixe. O pai distingue o sabor do peixe do curral e do alto mar, diz que o último é mais duro. Para concertar o curral, pagava um rapaz, mas toda semana o mesmo mourão caía e tinha que pagar de novo. Então resolveu ela mesma concertar, já faz dois anos, e não caiu mais. O mourão tem três metros por meio. Compra os mourões e varas e deixa de reserva. A espera (parte do curral) é de vara, porque ali existe muito sargaço e rasga muito a rede. Vive da pesca de curral e quando há pouco peixe, faz rede de filé (artesanato). Tirou a carteira de pescadora, mas não foi buscar, porque para retirar tem que pagar. Fez o curso, onde falaram da pesca e de primeiros socorros. Quando fez o curso, havia mulheres e homens, pois era para todo tipo de pesca. Quanto aos fiscais, só aparecem na época da proibição da pesca da lagosta, mas em janeiro o IBAMA esteve lá tirando o <i>bicheiro</i> (ferro com a ponta retorcida) dos pescadores de ouriço. Alegaram que estavam quebrando as pedras (recifes), para tirar o ouriço escondido. Mas isso sempre aconteceu, diz ela, e <i>vieram empatar (proibir) agora..</i>	Tem curral há dez anos. Tradição, família de pescadores e pescadoras. Prazer da pesca. Manutenção do curral. Pesca para sobrevivência ou artesanato. Registro de pescadora. Fiscalização. Degradação ambiental.

		Diz que toda pesca tem perigo, mas quando a pessoa se acostuma, não acha mais perigosa. Já fez todo tipo de pesca, massunim, marisco, caranguejo, ostra e foi de jangada para o alto mar, mas prefere a da praia (curral).	Conhecimento x perigo. Tipos de pesca.
11 – ISAAC (59 anos) Ex-curraleiro.	02/03/2001	O curral veio dos índios. Na capitania, chama-se cerco. O curral dele tem 150 anos, era do avô, e depois do pai, passou pra ele. Nasceu em 1942, começou a pescar com o pai, com 10 anos. Agora não pesca mais, por causa da frieza da praia. Pescou durante 35 anos. Hoje não compensa, porque o peixe desapareceu. De 10 anos pra cá, não há mais peixe como antes, só uma quantidade limitada. Pode aparecer charéu, mas carapeba e camurim desapareceram, por causa da poluição dos rios. Os resíduos que jogam na lagoa acabam com tudo. A lagoa está morta. A despesa hoje do curral é grande, com menos de CR\$ 5000,00 não se levanta um curral. Porque tudo é de nylon, que custa CR\$ 38,00 o quilo e só o cerco gasta 21 quilos. Antes era de madeira, mas hoje não pode tirar madeira, por causa do IBAMA. O nylon dura quatro anos, mas a madeira tinha de ser trocada de seis em seis meses. O pai armazenava a madeira, que só tirava em dezembro, porque de janeiro em diante, a árvore troca as folhas e enfraquece. O pai pescou até os 75 anos e morreu com 88. Chegou a pescar 1000 quilos de peixe, com o pai. Não havia energia e mandavam tudo pra Maceió. A energia só chegou em Ipioca em 1968. Ele nasceu em Ipioca, e os pais também. Fala de Ipioca, que foi fundada em 1610. Diz que foram os holandeses que construíram a Igreja do alto, para se defenderem, e um subterrâneo que vai dar no riacho. Os senhores de engenho é que tinham os currais, mas quem cuidava eram os escravos. Diz que é descendente de italiano, a família veio para trabalhar na cana, depois da lei Áurea, que libertou os escravos. Da ponte pra cá, os sítios eram dos seus parentes. Agora já está quase tudo vendido. Vendeu, cercou, acabou-se.	Origem do curral. Tradição, herança. Tempo de pesca. Saúde prejudicada. O desaparecimento do peixe. Hoje e antes, mudanças. Os tipos de peixes. Degradação ambiental: resíduos. Manutenção onerosa. Preservação ambiental pela proibição. Manejo ambiental. Tempo de pesca do pai. O antes. A história dele e de Ipioca. A história do curral. A história familiar As mudanças do lugar.
12 -VALDIR (88 anos) Antigo curraleiro.	Março 2001	Deixou de pescar há mais de 20 anos. Aquela época era muito favorável aos curraleiros, a quem tinha curral. Era ótimo, porque existiam as matas. Todo ano, a pessoa que tinha curral ia dentro da mata tirar a madeira, o cipó, o que era necessário. Hoje só há quatro currais, em cima da pedra, mas tudo é de nylon. Naquela época, era madeira. Ele teve um curral de fundo, que foi dos avós. De fundo, porque tinha uma profundidade de 12 a 14 palmos. Trabalhavam de mergulho, mas para despescar, para pegar o peixe, usavam a rede. Passavam a rede por cima das varas. Para ele, aquele era um tempo maravilhoso. E para todos os que tinham curral naquela época. Tem saudade daquela vida, porque era uma vida folgada. A vida da pescaria era ótima, mas hoje acabou tudo. Só existem quatro currais de nylon, em cima da	Antes, havia recursos para manutenção do curral. Hoje, mudança do material. Característica e tipo de curral. Prazer da pesca. Hoje. Acabou tudo. Extinção.

	pedra. A mata acabou-se, não existe mais mata, só existem canaviais. Hoje, o pescador não tem de onde tirar um cipó, de onde tirar uma vara. Porque hoje só existem quatro currais. Naquele tempo, chegou a contar 35 currais, do rio do Meirim ao rio Sauaçuí. E não faltava peixe. Naquela época não faltava peixe. O curral já tinha sido dos pais e avós. Aprendeu com o pai. Ele tinha um curralzinho de pedra, depois teve um de areia. Começou com oito ou dez anos de idade, quando ia despescar com o pai. Sua irmã M. ia para o curral com ele. Até despescar o curral com ele, ela despescava. Ela gostava. Toda vida teve boa saúde. Está com 88 anos e afirma que nunca sentiu nada. Só tem saudade do curral! Mas infelizmente não existe mais mata pra tirar madeira. E o pelo que dizem, o IBAMA, também agora <i>empatou</i> (no sentido de impedir) tudo. Não quer que tire madeira. Depois de tudo acabado, o IBAMA <i>empatou</i>!	Causa: desmatamento – degradação ambiental. Hoje e antes em termos de currais e peixes. Tradição. A mulher na pesca. Pesca e saúde= positiva Desmatamento. Crítica à fiscalização do IBAMA (tarde demais!)
--	---	---

APÊNDICE B
Quadro de Relatos das Organizações Governamentais

Organizações Governamentais

	DATAS	NARRATIVAS	TEMAS
ÓRGÃOS GOVERN. CONVERSAS			
IBAMA - Educação ambiental – Conversa gravada com a assistente social e coordenadora do setor.	Janeiro 2001	O IBAMA e a Secretaria da Agricultura fazem o ordenamento pesqueiro. O IBAMA ficou com a parte de fiscalização e ordenamento. A Secretaria com a parte de registro, inscrição e cadastro. Se você é uma pescadora e quer se registrar, pode procurar na Internet. Tudo está na Internet. Não há ordenamento em Ipioca, porque o IBAMA só trabalha na esfera federal, em áreas de propriedade do governo federal. Só faz se houver denúncia. O ordenamento é feito nas comunidades, colônias ou associações. Depende do local e da pesca que é feita no lugar. O tamanho da malha é determinado por estudos. Para cada local há os apetrechos que devem utilizar, isto de acordo com o trabalho de pesquisa já feito pelo IBAMA. O papel do IBAMA é dar informações ao usuário do recurso natural. Antes, o IBAMA atendia qualquer problema ambiental. Agora, dentro da organização e dentro da constituição federativa do Brasil, cada órgão assumiu sua responsabilidade. Se houver um problema ambiental, para saber a qual dos órgãos se dirigir: IBAMA (federal), IMA (estadual) ou SEMMA (municipal), depende de onde o problema se localiza. No caso da educação ambiental, ela está voltada para o cumprimento da Constituição federativa do Brasil e, dentro da Constituição, é o capítulo sobre o meio ambiente. O papel constitucional do IBAMA é chamar os parceiros e formar uma comissão; e nessa comissão todos os órgãos estão representados. Hoje há 19 órgãos, formando uma comissão, e a presidência está dentro da Secretaria Estadual de Educação. No IBAMA, só se trabalha com diploma legal, isto é, decreto, portaria, lei, regimento. Tudo isso é organizado. A questão ambiental é toda ordenada. É ordenada a poluição, é ordenado o recurso pesqueiro. Toda proposta de educação ambiental, no âmbito do estado passa, por esta comissão para ser avaliada e aprovada, para depois ser colocada na comunidade. A Pesquisadora recebe um livreto com as leis. São as leis sobre crimes ambientais. É a "bíblia" do IBAMA e é nacional, trabalham a partir dessas leis. O papel do IBAMA é constitucional, precisam fazer aquilo que a Constituição manda. Se a Constituição diz que a questão ambiental é municipalizada, O IBAMA vai conversar com os prefeitos, para que criem suas Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Por isso, o papel das coordenadoras do IBAMA, enquanto educadoras, é dotá-las dessas informações e prestar assessoria, para que o ambiente seja realmente equilibrado como está aqui na Constituição. Tudo deve ser baseado em estudos e pesquisas.	Ordenamento (regulamentação) Fiscalização e ordenamento. Legalização. Informatização. Ipioca fora da área do IBAMA Só com denúncia. Regulamentação realizada por conhecimento especializado. Educação ambiental= Informação Divisão das responsabilidades. Mudanças (antes e hoje) na responsabilidade. Educação ambiental = ensinar o capítulo sobre o meio ambiente da constituição. Comissão interinstitucional - Regulamentação da Educação ambiental Educação ambiental = Informação sobre a legislação Incentivo à criação de Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Ambiente equilibrado com a Constituição. Conhec. especial.
IMA – Conversa gravada com o	08/03/2001	Informa sobre o projeto dos Recifes Costeiros, com o qual o IMA faz parceria, área de proteção ambiental. A preocupação atual do IMA é com o uso turístico dos recifes, nas piscinas naturais. A demanda turística é muito grande.	Proteção ambiental Turismo e ambiente recifal.

Coordenador do GERCO (Gerenciamento Costeiro), realizada no IMA.		Nova piscina de Maceió, em Ipioca A ação do IMA visa minimizar o impacto ambiental nestas áreas. Na praia do Francês, foi proibido o lançamento de âncoras. A piscina da praia de Pajuçara tem um plano de manejo que ainda não foi executado. Ipioca: preocupação em não impactar, orientação aos jangadeiros antes de iniciar as atividades. Lei de tráfego marinho entre Paripueira e Barra de Santo Antônio, proteção dos ecossistemas recifais, peixe-boi e banco de algas. Ação efetiva do IMA: o ordenamento dos usos com embarcações de turismo. Licenciamento e curso de educação ambiental. Em relação à pesca: proposta de proibição de captura de peixes ornamentais. Não existe no Estado nenhum estudo que avalie o impacto ambiental com relação ao desmatamento. O que se observa: grande fluxo da população buscando alternativa de alimentação, e a pesca como um complemento de renda. Em Paripueira, foram catalogados cerca de 300 pescadores, num município que tem cinco quilômetros de praia. São observações sem embasamento. Atividade turística intensa sobre os recifes de corais: na piscina da praia de Pajuçara, nem alga nasce mais. Os recifes estão acabados. A poluição também leva à diminuição da transparência das águas, o que afeta diretamente os recifes e o ecossistema, de maneira geral. Orientações dadas aos pescadores de Ipioca: os danos nos ambientes recifais (fundeio, retirada de pedras, churrasquinho, pisoteio) e a necessidade de preservação. O IMA, além da educação, faz a fiscalização em conjunto com a polícia florestal, militar. A pessoas que causarem danos ambientais podem ser até enquadradas na lei de crime ambiental.	Ampliação áreas de turismo. Impacto ambiental. Regulamentação (proibição). Intervenção. Prevenção. Projeto de intervenção Prevenção Regulamentação (proibição). Desconhece Impacto ambiental x desmatamento. Pesca como sobrevivência. Sobrepesca hipótese não fundamentada da diminuição dos peixes. Degradação ambiental resultado da atividade turística. Poluição afeta recifes. Educação ambiental: necessidade de preservação Fiscalização e Penalização.
IMA – Conversa (não gravada) com o Coordenador do GERCO: sobre a palestra realizada com os pescadores.	19/07/01	Informa a distribuição de papéis entre os diferentes órgãos, na questão da implementação do passeio turístico em Ipioca. A SETURES (Secretaria de Turismo do Estado) é a responsável pela capacitação dos jangadeiros. A Marinha é a responsável pela segurança de navegação e habilitação dos pescadores para embarcações. O IMA é quem vai demarcar a área de fundeio das jangadas. Pretendem limitar a área de embarque e desembarque. Trabalharam com a capacitação dos pescadores de Ipioca, com base na lei 9065 – sobre fundeamento e na lei 7661 – sobre gerenciamento costeiro.	Atividade turística – Ação conjunta. Regulamentação. IMA- capacitação = informação sobre leis ambientais

APÊNDICE C
Quadro de relatos - Documentos de domínio Público

Relatos dos Documentos

	DATA	NARRATIVA	TEMA
DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO			
1 – Projeto de lei	1999	Reformula a lei 8287 de 1991 sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. Alega que a lei de 1991 não tem beneficiado os pescadores pela restrição ao registro no IBAMA. Reformula e aceita o registro na Capitania dos Portos, que é mais comum entre os pescadores. Reduz de três para um ano, o tempo de registro para o requerimento do seguro-desemprego. Mantém o pagamento da contribuição previdenciária.	Regulamentação da ajuda financeira aos pescadores Reformulações da lei. Pagamento de impostos
2 - Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte de Maceió. Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN).	Agosto 2000	O Plano foi desenvolvido devido à necessidade de disciplinar o uso e a ocupação do solo, na faixa litorânea da região norte da cidade, constantemente ameaçada por ocupações irregulares e clandestinas, especulação imobiliária e a degradação do seu patrimônio natural, pela falta de instrumentos legais e planejamento para o desenvolvimento sustentável da região. Entre os problemas existentes enumera: favelas que ocupam as encostas e vales dos rios, tornando-se áreas de risco e contaminando cursos d'água; deficiência dos órgãos de controle e fiscalização, o que contribui para loteamentos clandestinos; e avanços de construções em terrenos de marinha, que privatizam as praias e aceleram os processos erosivos que ocorrem na região. Além da falta de infra-estrutura sanitária nos bairros do Tabuleiro dos Martins (parte alta do município), o que contribui para a poluição das praias do Litoral Norte, através do lançamento de efluentes nas cabeceiras dos rios e riachos, que nascem naquela região. Justifica a necessidade de intervenção na região por constituir um dos maiores patrimônios do município para o desenvolvimento da atividade turística, não só pelas características naturais e paisagísticas, como pela existência de glebas de dimensões significativas, não fracionadas, o que possibilita a implantação de empreendimentos turísticos de porte. O Plano é apresentado em quatro partes: conhecimento da realidade, que detalha os aspectos geográficos e infra-estrutura urbana (sistema viário, transporte e saneamento) e social (educação, saúde e habitação) de forma descritiva; definição de estratégias; lei de uso e ocupação do solo do litoral norte; e propostas e projetos de intervenção urbana e paisagística que se centram principalmente no desenvolvimento da atividade turística. Tem como fundamento a proteção ambiental e a geração de emprego e renda. As diretrizes e ações propostas: ambientais, paisagísticas, socioeconômicas, uso e ocupação do solo, infraestrutura, institucionais. As diretrizes ambientais têm como objetivo: preservar, valorizar e recuperar os ambientes naturais através de um processo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade do meio.	Necessidade de Regulamentação. Devido à especulação imobiliária, ocupações irregulares e degradação ambiental. Problemas existentes: ocupações irregulares: Contaminação das águas, Fiscalização deficiente: loteamentos clandestinos e avanço em Terreno de Marinha. Falta de saneamento: gerando Poluição dos rios e praias. Região valorizada pelo potencial existente para o desenvolvimento do Turismo. Características físicas e sociais da região, definição de estratégias, formulação de lei de uso e ocupação do solo e projetos de intervenção para o desenvolvimento do Turismo. Proteção ambiental e geração de renda. Diretrizes: ambientais, paisagísticas, socioeconômicas, uso e ocupação do solo, infraestrutura, institucionais. Ambientais: Preservação através de

		Entre as ações propostas, destacaremos: promover palestras de Informação e Conscientização da comunidade sobre a proteção do meio ambiente; fazer campanhas para que a comunidade fiscalize e denuncie as irregularidades; estimular as atividades econômicas que colaboram para a proteção ambiental; definir áreas de terrenos de marinha como áreas de proteção ambiental, destinadas ao uso público de lazer e turismo; criar áreas de proteção de recifes de coral; planejar ações que visem a proteção do manguezal, como: educação ambiental, aplicação da Lei; implantação de parques ecológicos; proibir a retirada de recifes de coral e controlar a pesca e o lazer nestas áreas; controlar a exploração dos mangues e da vegetação nativa; controlar a pesca predatória; disciplinar o uso da água com relação à pesca, navegação, turismo, lazer e esportes náuticos; firmar parceria com IMA/IBAMA para desenvolver ações voltadas para a despoluição dos curso d'água e esgotamento sanitário. Diretrizes paisagísticas: preservar e valorizar os espaços paisagísticos litorâneos, com a finalidade de manter o equilíbrio biológico e desenvolver as atividades econômicas ligadas a esses ecossistemas. Ação proposta: tratamento paisagístico específico nos aglomerados urbanos existentes, objetivando o reforço da identidade local. Diretrizes socioeconômicas: promover o desenvolvimento sustentável das atividades socioeconômicas locais e do turismo. Ações propostas: apoiar as categorias econômicas tradicionais menos privilegiadas com programas de geração de emprego e renda; identificar local para implantar Terminal Interativo de Pesca e Turismo; realizar curso de beneficiamento de pescado; apoiar as atividades dos pequenos produtores de comidas típicas e artesanais através da criação de cooperativas, associações, etc.; fazer levantamento do acervo cultural e turístico; incentivar a implantação de empreendimentos turísticos e serviços afins, através de instrumentos fiscais; estimular parcerias com os grandes proprietários locais, para implantação de complexos turísticos; contratar consultoria especializada para elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico do Litoral Norte; ministrar cursos de capacitação para os futuros profissionais da área de turismo; implantar infra-estrutura de apoio às atividades de lazer, esportes e turismo; realizar palestras sobre turismo para bares, restaurantes, escolas e pousadas; criar meios para o desenvolvimento do ecoturismo. Diretrizes: uso e ocupação do solo: elaborar plano de uso e ocupação do solo específico para a área visando um crescimento urbano controlado e em harmonia com os espaços naturais. Ações: proibir o parcelamento do solo em áreas de terrenos de marinha e áreas de preservação ambiental; definir práticas indutivas de ocupação do solo: incentivos fiscais, solo criado, etc.; melhorar a estrutura de fiscalização e controle do uso e ocupação da área. Diretrizes: infra-estrutura – deslocamento, saneamento e o necessário para as atividades socioeconômicas. Ações: melhorar transporte coletivo, condições sanitárias, planejar e elaborar propostas para acessos à faixa de areia, estacionamentos, praças, etc. Diretrizes: institucionais – estabelecer articulação entre os órgãos públicos no cumprimento das normas e diretrizes desse Plano. Ações: fazer levantamento das disponibilidades e dificuldades dos órgãos envolvidos; capacitação de técnicos e fiscais; convênios com universidades e outras instituições, rigor no cumprimento da legislação e na aplicação das penalidades; estabelecer parcerias com a comunidade local para a realização das ações propostas.	desenvolvimento sustentável. Ações: Informar e Conscientizar sobre a proteção ambiental. Fiscalização pela comunidade. Atividades econômicas vinculadas à proteção ambiental, definir áreas para lazer e Turismo. Proteção ambiental: educação ambiental, Lei e áreas protegidas. Controlar Pesca Predatória. Disciplinar pesca, turismo e navegação. Parcerias:despoluir as águas. Paisagismo: preservar e valorizar, manter o equilíbrio biológico. Tratamento paisagístico urbano para reforço da identidade local. Socioeconômicas: Desenvolvimento sustentável. Ações: geração de emprego e renda. Terminal Pesca e Turismo. Beneficiar pescado. Criar cooperativas, associações. Incentivar empreendimentos turísticos, parcerias com grandes proprietários, implantar complexos turísticos, contratar consultoria especializada, infra-estrutura para lazer, esporte e turismo, realizar palestras sobre Turismo, desenvolver ecoturismo. Crescimento urbano controlado e harmônico com os espaços naturais. Proibir uso terreno de Marinha e áreas de preservação. Incentivos Fiscais. Melhorar Fiscalização. Infra-estrutura: transporte coletivo, saneamento, vias de acesso à praia. Institucionais: articulação entre os órgãos públicos. Capacitação de técnicos, convênios, cumprimento da lei, punição, parceria com a comunidade local.

JORNAL <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i> Reportagem publicada no caderno <i>Dinheiro</i> com o título: "'Vaqueiro do mar' é espécie em extinção".	São Paulo, domingo 30/07/2000	Notícia de que a pesca de curral está em via de extinção. Causa atribuída à pesca industrial. Descrição do curral em Bitupitá, Ceará e a difícil manutenção do curral. Na região há 25 currais, chegou a haver 123, num passado recente. Segundo a engenheira de pesca do Centro de Ensino Tecnológico de Fortaleza, essa forma de pesca foi trazida em 1869, por imigrantes portugueses, e tornou-se uma tradição passada de pai para filho. O custo de um curral é de 25 a 60 mil reais. O <i>vaqueiro</i> (pescador de curral) não é o dono do curral, recebe o peixe para sua subsistência. Um polvo aparece na foto da reportagem. Peixe nobre, como o <i>serra</i>, é vendido a três reais. A explicação para a diminuição: outras pescas que existem na região têm diminuído a quantidade de peixes.	Extinção da pesca de curral. Pesca predatória. O curral e sua manutenção. Hoje e antes. Origem da pesca de curral no Ceará e a tradição Custos de um curral. Pescador é empregado contratado, pesca de subsistência. Tipos de peixe. Causa: pesca predatória.
JORNAL <i>GAZETA DE ALAGOAS</i> Reportagem publicada no caderno de <i>Turismo</i> com o título: "Turismo alagoano inaugura piscinas naturais em Ipioca"	Maceió, domingo, 17/12/2000	Informa que a Colônia dos Pescadores, com apoio da <i>Emturma</i> (Secretaria de Turismo da Prefeitura), <i>Setures</i> (Secretaria de Turismo do Estado) e Capitania dos Portos, inaugurou, no dia 12 de dezembro, mais um ponto turístico em Ipioca. Ressalta também que Ipioca tem oito piscinas naturais e que o presidente da Colônia de Pescadores Z1 comunicou que a partir do dia 27 de dezembro, 20 jangadas estarão esperando passageiros para navegar pelas águas azuis de Ipioca, rumo às piscinas naturais. Outra ênfase é dada aos certificados de capacitação turística e ambiental, que foram entregues aos pescadores e jangadeiros. O curso foi realizado pelo <i>SEBRAE</i>, em parceria com o <i>IMA</i> e a <i>UFAL</i> (Universidade Federal de Alagoas). Finaliza informando que a jangada pode transportar, no máximo, seis pessoas e que o mais importante é que além da segurança com os turistas, também há uma preocupação com a proteção dos corais, <i>para que a diversidade de vida marítima das piscinas naturais de Ipioca continue conquistando os turistas</i>	Inauguração do passeio turístico na praia de Ipioca, ação conjunta de vários órgãos. Data do início da atividade. Certificado de capacitação turística e ambiental. Segurança e proteção para turistas e corais: Interesse: Turismo.
JORNAL <i>O JORNAL</i> Reportagem publicada no suplemento: <i>Construindo Juntos</i> , que destaca várias ações do Instituto do Meio Ambiente. A	Maceió, domingo, 20/05/2001	Inicia informando que a Tenda Itinerante (montada sempre aos domingos em alguma praia), que é uma iniciativa do Instituto do Meio Ambiente (IMA), nesse domingo teve como alvo a piscina natural da Pajuçara. Parceria entre o IMA e a Secretaria de Cultura: presença de um grupo de forró no evento. Objetivo: verificar o processo de degradação ambiental que vem ocorrendo na piscina natural da Pajuçara. Informação fornecida aos visitantes e nativos, pelos técnicos do Laboratório de Estudos Ambientais (LEA), sobre as praias próprias e impróprias para o banho, além de acesso ao relatório feito pelos técnicos. Técnicos do GERCO (Gerenciamento Costeiro) distribuíram <i>folders</i> sobre crimes ambientais e monitoramento às atividades náuticas, fundeio e tráfego de embarcações, além de orientações aos jangadeiros em relação ao destino do lixo originado dos bares-jangadas instalados na piscina. Problemas identificados: fixação da âncoras nos recifes, quebrando os corais; pisoteio dos recifes,	Ação educativa na piscina natural da praia da Pajuçara. Ação conjunta: Ambiente e Cultura. Degradação ambiental. Informações técnicas sobre balneabilidade. (Conhec. Espec.) Informações e orientações aos usuários da piscina. Degradação ambiental.

reportagem selecionada tem o título: "IMA realiza ações educativas"		provocando a morte dos corais novos e a pesca predatória (com bombas, água sanitária e rede de malha fina). Outros problemas: Atividades náuticas sem critério, retirada de corais, estrelas-do-mar e búzios para <i>souvenir</i>. A visita pelo órgão à piscina natural é uma ação inovadora, dada a importância turística do lugar. Consequências dessa ação: Plano de Manejo, em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente com apoio do GERCO, para ordenar o uso e o comportamento no ambiente recifal.	Pesca predatória. Degradação ambiental. Ação inovadora do IMA na piscina natural. Plano: ordenamento e educação ambiental.
PROJETO DE APOIO À PESCA ARTESANAL NO ESTADO DE ALAGOAS – BRASIL- ATN/PT-5359-BR. Relatório de diagnóstico de situação do programa de Cooperação técnica BID e apoio da Fundação Teotônio Vilela. Período: 1993 – 1997.	Maio 1997	Projeto desenvolvido nas comunidades de pescadores do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba. Área de 31 km² e que abrange Maceió (seis bairros) e mais quatro municípios. Realizaram inicialmente diversos diagnósticos: produção pesqueira; condições socioculturais e econômicas; atividade cooperativa; tecnologia de manuseamento, conservação e processamento artesanal do pescado, nas sete colônias abrangidas pelo projeto. A diminuição dos peixes, segundo os pescadores da Lagoa, é resultado da poluição doméstica, de despejos industriais, assoreamento, artes predatórias e sobre-exploração dos recursos. Os objetivos foram: transformar as colônias em pequenas empresas; aumentar a renda familiar através de incremento na comercialização da produção pesqueira e melhoramento da qualidade e apresentação da pesca; conscientizar o pescador e a sua família das práticas de higiene, na limpeza e manipulação de produtos pesqueiros e da disposição de lixo contaminantes; medir o nível de exploração dos recursos pesqueiros e recomendar medidas de sustentabilidade; controlar os influxos de contaminantes industriais no sistema lagunar, para aplicação de medidas de proteção ambiental, através de formação de fiscalizadores voluntários do meio ambiente. Os resultados obtidos foram: recuperação da sede das colônias; obras nos mercados de comercialização dos produtos pesqueiros das colônias; aquisição de equipamentos frigoríficos, serras, balança para a comercialização e conservação dos produtos; estoques nas colônias de material e apetrechos de pesca destinados à venda, à vista ou a prazo, para seus associados. Além de: construção de um terminal interativo de pesca e turismo na colônia do Pontal da Barra; construção da Unidade de Beneficiação Artesanal do Sururu na colônia do Trapiche em ótimas condições higieno-sanitárias; construção de duas canoas em fibra de vidro na colônia de Bebedouro; aumento da renda dos pescadores principalmente nas colônias que efetuam a comercialização do pescado, através do pagamento à vista ao pescador, do montante correspondente à sua produção; reativação da vida das colônias, com o retorno dos pescadores às colônias; melhoria da qualidade do pescado vendido; conscientização do estado dos recursos e da necessidade de preservação e por isso não usar redes predatórias. Dentre as dificuldades encontradas na execução do programa, vale ressaltar a ausência de políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro no Estado de Alagoas, a inoperância e negligência dos organismos do Estado responsáveis pelo setor, não existindo nenhum departamento que exerça um trabalho de extensão pesqueira, pesquisa, assistência técnica, apoio financeiro, ou que acompanhe a atividade de pesca nas suas diversas vertentes. A situação socioeconômica grave que vive o Estado de Alagoas. Dificuldade para	Local e abrangência do projeto: Colônia de pescadores. Diagnósticos: econômico, sócio-cultural, político e tecnológico. Diminuição dos peixes: Poluição, Pesca Predatória. Sobrepesca. Objetivos: Melhorar rentabilidade, avaliar o nível de exploração para pesca sustentável, conscientização de higiene, fiscalização e proteção ambiental. Preservação ambiental Resultados: Melhorias nas condições de pesca e comercialização dos recursos pesqueiros. Turismo. Melhoria na renda do pescador. Organização dos pescadores. Conscientização, preservação, evitando a pesca predatória. Dificuldades: Políticas, culturais, sociais. Negligência e inoperância dos órgãos governamentais. Situação econômica do Estado.

		instalar hábitos de higiene junto aos pescadores e suas famílias, pois para os pescadores esse aspecto é visto como irrelevante, e não vê vantagens em melhorar a qualidade e apresentação do pescado. O vínculo estabelecido historicamente com as colônias levou o pescador ao hábito de receber uma mera assistência paternalista, gerando inicialmente descrédito e desconfiança no programa. Falta de preparo dos membros das diretorias das colônias em gestão de empresa. Além de presidentes e demais membros serem pescadores, no exercício de sua atividade, e não disporem de tempo para se dedicarem à gestão da colônia. Os pescadores filiam-se às colônias por obrigação legal, sem haver da sua parte qualquer militância ou participação na vida da colônia.	Vínculo com as colônias gera desconfiança. Despreparo na gestão de empresa. Falta de participação dos pescadores.
PROJETO: APOIO À PROTEÇÃO AMBIENTAL EM ALAGOAS. Experiência de cooperação técnica entre Alemanha (GTZ) e Alagoas (SEPLAN/IMA) Período: 1990-1998.	Dezembro 2000	Projeto conhecido como IMA/GTZ, teve início em dezembro de 1990, com o enfoque na proteção ambiental. O período de 1990-95 montou e equipou o Laboratório de Estudos Ambientais (LEA) do IMA, contratou consultorias para avaliar problemas complexos, produziu publicações e apoiou ações de educação ambiental em todo o Estado, fortalecendo o Instituto do Meio Ambiente (IMA) em suas áreas de atuação. De 1995-1998 concentrou seus esforços na proteção do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), na região metropolitana de Maceió, dada a importância desse complexo em termos de extensão, diversidade de ecossistemas e riquezas culturais e as modificações produzidas, devido ao desenvolvimento industrial, turismo e urbanização, o que tem colocado em risco sua produtividade. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se as pesquisas quanto à qualidade das águas, a sedimentos e organismos nos ecossistemas locais; estudos sobre a contaminação do sururu e a proliferação de algas; estudos topohidrográficos, o que levou a um projeto de intervenção para melhorar a circulação das águas, fortaleceu a Federação dos pescadores e o batalhão florestal da polícia militar, para o combate à pesca predatória e a fiscalização dos manguezais. Pesquisa realizada pela Federação dos pescadores, com o apoio do Projeto, e executada pelos próprios pescadores. Falaram sobre: a crise financeira da atividade, pela falta de peixes na lagoa. Participação das mulheres e crianças, principalmente na pesca de mariscos e no tratamento dos pescados. Período de defeso: necessidade de ser implantado e que haja o seguro desemprego. Luta da categoria. É necessário também uma fiscalização para que não haja pesca na época do defeso. As fontes de poluição: indústrias químicas e usinas, esgotos e lixo. Só o defeso não resolve, há também a poluição e o descaso dos órgãos públicos. Pesca predatória: causa da diminuição dos peixes, pois com o uso de rede de malhas finas, retiram os peixes pequenos. Tipos de peixes encontrados no complexo lagunar: tilápia, tainha, cambiro, carapeba, camurim, xaréu, sardinha. Crustáceos: camarão de água doce, pitu, siri. Moluscos: sururu, maçunim, taioba, ostra e marisco. Suporte à educação ambiental: objetivo: para promover uma proteção ambiental efetiva é fundamental que segmentos significativos da população tenham consciência dos problemas e das possíveis soluções. Foram promovidos vários cursos de educação ambiental, com duração entre uma a seis semanas, além de inúmeras oficinas com participação de diversas instituições governamentais e não governamentais para debater as principais questões ambientais do Estado. O projeto editou diversas publicações e produziu material de apoio ao trabalho de educação ambiental. Formação de multiplicadores entre técnicos dos órgãos estaduais	Identificação do projeto. Conhecimento especializado (transferência de tecnologia). Proteção ambiental – CELMM. Problemas: urbanização, turismo e industrialização. Ações: estudos e melhorias físicas. Conhecimento especializado Associação. Pesca predatória. Fiscalização. Pesquisa com pescadores. Rentabilidade, diminuição dos peixes. Mulheres e crianças na pesca. Defeso e seguro desemprego Fiscalização. Poluição. Negligência. Pesca Predatória. Tipos de peixes, crustáceos e moluscos pescados. Educação ambiental. Objetivo Ações: cursos, oficinas e publicações e produção de material de apoio a educação ambiental. Formação de multiplicadores.

		e municipais, policiais do Batalhão Florestal, pescadores das diversas Colônias e professores de primeiro e segundo graus. Apoiou o Programa Lagoas, coordenado pelo Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu e executado pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió, com recursos da Trikem/Odebrecht. O programa promoveu a capacitação de educadores, estimulou escolas e comunidade a desenvolver projetos de estudos e intervenção que se articulam ao processo em curso, de construção da Agenda 21 nas escolas e, a partir da decisão dessas escolas de priorizar o problema do lixo, integra o Fórum Lixo e Cidadania de Alagoas, realizando atualmente um diagnóstico participativo, tendo em vista construir, em conjunto com as instituições participantes do Fórum, uma proposta para a Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos em Maceió. Resultados: proporcionou mudanças efetivas nas posturas dos alunos e professores das escolas envolvidas, ao incentivar a ampliação da percepção dos problemas, a investigação sistemática das suas raízes e as possibilidades de intervenção para transformar condições adversas. Uma parceria do Projeto com o GERCO (Gerenciamento Costeiro) realizou, em janeiro de 1998, uma oficina de planejamento participativo para elaboração do Plano de Gestão Integrada para o Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba. A concepção de gestão integrada e participativa para a região passou a ser considerada a partir de então, como um caminho a ser seguido na busca da recuperação da área do Complexo e os resultados da oficina vêm sendo utilizados para produzir projetos de intervenção. Outras ações desenvolvidas pelo projeto IMA/GTZ foram: controle ambiental da indústria química (repasse de tecnologia visando o controle ambiental de indústrias químicas instaladas em locais críticos) e planejamento de unidades de conservação (recomendações de medidas de proteção do manancial que suprirá Maceió de água). Todas as ações foram desenvolvidas com auxílio de diversos consultores de universidades brasileiras.	Projetos de estudos e intervenção. Participação. Capacitação de educadores Resultados: mudanças nas posturas de alunos e professores. (conscientização) Oficina de planejamento participativo. Proposta: Gestão integrada e participativa. Conhecimento especializado. Repasse tecnologia. Proteção Ambiental.
PROJETO RECIFES COSTEIROS Contato obtido através do IMA e informações obtidas através de e-mail: Recifescosteiros@bol.com.br.	Março 2001	Em andamento, nos municípios vizinhos que têm características semelhantes a Ipioca: praias, manguezais e recifes de corais. Recifes abrigam diversidade de vida. Importância dos recifes costeiros como fonte de recursos pesqueiros para as comunidades costeiras. Atividades da região: pesca, turismo e agricultura. Evidencia problemas decorrentes das atividades: esforço de pesca, pesca predatória, desmatamento, erosão, resíduos da agroindústria canavieira, lixo, esgoto e ocupação desordenada. Objetivo do projeto: plano de manejo para a região, com embasamento científico e participação comunitária. Esforço conjunto: Universidades Federal de Pernambuco, IBAMA (CEPENE) e financiado pelo BID. Tem apoio do IMA, de prefeituras e da Universidade Federal de Alagoas. Elaboração de Plano de Manejo para a região: experimentos e estudos, que darão subsídios. Levantamento biofísico: conhecer o estado de preservação dos recifes de coral e demais ecossistemas. Informações que possibilitam gestão para a região. Estratégia para a Gestão da Pesca Artesanal Sustentável: pescadores locais foram contratados e capacitados para atuarem junto aos pesquisadores no monitoramento da pesca; recursos capturados, tipos de pesca, números de pescadores, situação atual e importância socioeconômica da atividade. Estudo sobre as artes de	Localização. Atividades: pesca, turismo e agricultura. Problemas: Sobrepesca, Pesca predatória e Degradação ambiental. Proposta de Intervenção: conhecimento especializado mais conhecimento local Projeto integrado: Diagnóstico: conhecimento especializado da situação local. Conhecimento local das condições materiais e sociais

		pesca. Experimento de manejo: restrição de uso, para acompanhar o processo de recuperação do ambiente. Um ano após implantação observou-se aumento na densidade de peixes e moluscos. Demonstra recuperação do ambiente recifal. Capacitação comunitária e educação ambiental: sensibilizar a comunidade quanto à necessidade e importância dos ecossistemas costeiro e marinho, através da sua participação no processo de gestão. Educação ambiental junto às escolas, associações, grupo de pescadores, profissionais ligados ao turismo e população em geral.	Intervenção: proteção ambiental Recuperação ambiental Educação ambiental Sensibilização (conscientização)
IBAMA CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais). http://www.ibama.br	07/04/02 (data do acesso)	Ao consultar o site do IBAMA observei esse link (CNPT) que é um programa do IBAMA para desenvolver ações junto às camadas sociais que têm maior dependência dos recursos naturais, em que estão incluídos os pescadores. Vale ressaltar alguns princípios que norteiam esse programa: O IBAMA constatou a força crescente da evidência de que a maior agressão ao meio ambiente é a miséria. O CNPT foi criado, através da Portaria IBAMA N° 22, de 10/02/92, tendo como finalidade promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais. Após sete anos de experiência e em plena Reforma Administrativa do Estado, hoje a forma de gestão participativa é reconhecida como a mais recomendável. Foi difícil para o CNPT estabelecer-se enquanto setor do IBAMA, devido à "Cultura Institucional" alimentada por dogmas anacrônicos, que taxava como "heresia", a preocupação com questões sociais. <u>Esquecia-se de que a maior agressão ambiental é a miséria e que o próprio subdesenvolvimento é o principal fator de degradação ambiental.</u> Princípios básicos de atuação: O trabalho do CNPT fundamenta-se no Art. 225 da Constituição Brasileira: é assegurado a todas as pessoas o Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Os recursos naturais, no contexto ambiental, não podem ser vistos sob a ótica do explorador, ou seja, da pura e simples apropriação privada de seus valores econômicos e não econômicos sem considerações acerca da sociedade onde os bens estão inseridos, e nem sob a ótica puramente preservacionista, que deseja sua intocabilidade. A apropriação dos recursos deve identificar as possíveis alterações nos diversos segmentos, para que se mantenha o equilíbrio de valores, a equidade na distribuição dos benefícios e dos custos (tanto da apropriação, como da conservação/preservação) e, ainda, que seja garantida a conservação dos estoques de recursos naturais renováveis em harmonia com o desenvolvimento econômico. A diagnose e gestão atual do meio ambiente levam em conta os interesses e direitos das populações locais. A integração das populações locais na gestão dos recursos naturais tem se mostrado como um componente não apenas facilitador da gestão, mas, também, como uma estratégia para se distribuir seus benefícios de	Programa de ações do IBAMA Pobreza como causa da degradação ambiental. Gestão participativa. Subdesenvolvimento causa da degradação ambiental. Constituição: direito ao ambiente ecologicamente equilibrado. Conservação + desenvolvimento econômico. Interesses locais. Gestão participativa – igualdade social.

		forma socialmente mais justa e, assim, contribuir para o desenvolvimento sustentado. A tarefa inadiável consiste em harmonizar o respeito e a conservação da natureza com a dinâmica racional do desenvolvimento econômico-social, buscando excluir o conceito de que o crescimento econômico exige a contribuição da natureza e a degradação ambiental. Trata-se, portanto, de considerar o uso racional do meio ambiente e dos recursos naturais segundo uma proposta de desenvolvimento ecologicamente sustentado. O Centro é orientado pelo Princípio N° 22 da Declaração do Rio de Janeiro: "As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do Meio Ambiente e no Desenvolvimento em virtude dos seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais... Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, a cultura e os interesses dessas Populações e Comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável.	Desenvolvimento sustentado. Preservação. Degradação x desenvolvimento ecologicamente sustentado. Participação do conhecimento local.
--	--	---	--

APÊNDICE D

Quadro Geral

Quadro Geral

		1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2/3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
TEMAS		Pesca Saúde	Pesca Sobrev	Orig pesca	Conhec x perigo	Pesca e przer	Mantç one rosa	Tradi ção	Renta bili dade	Degr dção Amb.	Dimin peixes Extinç	Sobre pesca	Mudç Antes Hoje	Tipo de peixe	Pesca pred.	Pag mto imp.	Pesc Sust.	Presv Amb.	Fiscal zação	Ajuda financ. pescad	Turis mo	Educ. Amb.	Asscç pesca dor	Cons ctizç	Regl mtaç	Conh cmto Espc
INTERLCT Pescadores	DA TA																									
Isolda Curral	2000 / 01	X	X		X	X	X	X	X		X		X	X												
Antônio Professor	2000 / 01	X	X		X			X	X		X		X		X		X		X				X	X		
Joel – vários tipos pescas	2000 / 01		X		X	X			X		X	X			X	X	X	X	X	X			X	X	X	X
Mariano mergulhado	2000 / 02	X	X		X	X			X	X	X			X	X		X		X					X	X	
Francisco Agulheiro	2000 / 02		X			X	X	X	X				X	X												
Mariana e João- curral	2000 / 02			X		X	X	X	X	X	X		X	X	X			X								
João Curral	2001 / 01															X			X	X	X	X	X		X	
João Curral	2001 / 02		X																	X			X		X	
João Curral	2002 / 02															X			X				X		X	
Dalva Curral	2001 / 01		X		X	X	X	X		X				X		X			X						X	
Isaac Curral	2001 / 01	X		X			X	X		X	X		X	X				X	X							
Sr. Valdir Curral	2001 / 01	X				X		X	X	X			X													
Órgãos - Convers.																										
IBAMA- Educ.amb	2000 / 01												X		X				X			X		X	X	X
IMA- GERCO	2001 / 01		X									X						X	X		X	X				
IMA – Conv não gravada	2001 / 02																	X			X	X			X	
		1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2/3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
TEMAS		Pesca Saúde	Pesca Sobrev	Orig pesca	Conhec x	Pesca e	Mantç one	Tradi ção	Renta bili	Degr dção	Dimin peixes	Sobre pesca	Mudç Antes	Tipo de	Pesca pred.	Pag mto	Pesc Sust.	Presv Amb.	Fiscal zação	Ajuda financ.	Turis mo	Educ. Amb.	Asscç pesca	Cons ctizç	Regl mtaç	Conh cmto

					perigo	przer	rosa		dade	Amb.	Exting		Hoje	peixe		imp.				pescad			dor			Espc
INTERLCT DOCUM.	DA TA																									
LEI- seguro desemprego	1999															X				X						
PLANO DA SEPLAN	2000 / 02									X								X			X					
Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	2000 / 02			X	X			X	X			X	X	X												
Jornal <i>Gaseta de Alagoas</i>	2000 /02																	X			X	X				
JORNAL <i>O Jornal</i>	2001 /01																									
Recifes /costeiros	2001 /01			X						X		X		X		X	X				X	X		X	X	X

LEGENDA

X – Quem fala

1. CARACTERIZAÇÃO DA PESCA -

- SAÚDE
- SOBREVIVÊNCIA
- PRAZER
- ORIGEM
- MANUTENÇÃO
- TRADIÇÃO
- RENTABILIDADE
- CONHECIMENTO (EXPERIÊNCIA)

2. DESAPARECIMENTO DO PEIXE: -

- PESCA PREDATÓRIA
- DEGRADAÇÃO AMBIENTAL
- DIMINUIÇÃO DO PEIXE (EXTINÇÃO)
- SOBREPESCA
- MUDANÇAS (ANTES E HOJE)
- TIPOS DE PEIXES (DESAPARECIDOS OU ESCASSEADOS)

3. AÇÕES PROPOSTAS OU EXECUTADAS NA TENTATIVA DE LIDAR COM O PROBLEMA: -

- PESCA SUSTENTÁVEL (PRESERVADORA)
- PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
- FISCALIZAÇÃO
- AJUDA FINANCEIRA AO PESCADOR
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES
- CONSCIENTIZAÇÃO
- REGULAMENTAÇÃO (ORDENAMENTO, GESTÃO)
- CONHECIMENTO ESPECIALIZADO (ESTUDOS, PESQUISAS)

APÊNDICE E
Que Pesca é essa?

Que pesca é essa?

INTERLOCUTORES	TEMAS	Pesca e Saúde	Pesca Sobrevivência	Origem da pesca	Conhecimento x perigo	Pesca e prazer	Manut.dos aparelhos de pesca	Tradição	Rentabilidade da atividade
Pescadores	Datas								
Isolda Curral	2000/ 01	X	X		X	X	X	X	X
Antônio Professor	2000/ 01	X	X		X			X	X
Joel – vários tipos pescas	2000/ 01		X		X	X			X
Mariano mergulhador	2000/ 02	X	X		X	X			X
Francisco Agulheiro	2000/02		X			X	X	X	X
Mariana e João- curral	2000/ 02			X		X	X	X	X
João - curral	2001/01								
João - curral	2001/ 02		X						
João -curral	2002/ 02								
Dalva Curral	2001/01		X		X	X	X	X	
Isaac Curral	2001/01	X		X			X	X	
Sr. Valdir Curral	2001/01	X				X		X	X

ÓRGÃOS GOVERNAM.									
IBAMA- Educação Ambiental	2000/ 01								
IMA- GERCO	2001/01		X						
IMA – conversa não gravada	2001/02								
DOCUMENTOS									
LEI- seguro desemprego	1999								
Plano SEPLAN 2000	2000 / 02								
Projeto FTV/BID 1997	1997 /01								X
Projeto IMA/GTZ 2000	2000 /02		X					X	X
Recifes /costeiros	2001 /01		X						
Programa CNPT/ IBAMA	2001 /1992								

LEGENDA:

X – Quem fala.

APÊNDICE F
Caracterização do Problema da Diminuição do Peixe

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DA DIMINUIÇÃO DOS PEIXES

INTERLOCUTORES	TEMAS	Diminuição dos Peixes (Extinção)	Mudanças / Antes Hoje	Espécies de peixe	Sobrepesca (Esforço de pesca)	Pesca Predatória	Negligência	Degradação Ambiental
PESCADORES	DATA							
Isolda Curral	2000/ 01	X	X	X				
Antônio Professor	2000/ 01	X	X			X		
Joel – vários tipos pescas	2000/ 01	X			X	X	X	
Mariano mergulhador	2000/ 02	X		X		X	X	X
Francisco Agulheiro	2000/02		X	X				
Mariana e João curral	2000/ 02	X	X	X		X		X
João Curral	2001/01							
João Curral	2001/ 02							
João Curral	2002/ 02							
Dalva Curral	2001/01			X				X
Isaac Curral	2001/01	X	X	X				X
Sr. Valdir Curral	2001/01		X					X
ÓRGÃOS GOVER								
IBAMA-Educ.amb	2000/ 01		X			X		
IMA-GERCO	2001/01				X			X

IMA – GERCO	2001/02							
DOCUMENTOS	DATA							
LEI- seguro desemprego	1999							
Plano SEPLAN	2000/ 02							X
Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	2000/ 02	X	X	X		X		
Jornal <i>Gazeta de Alagoas</i>	2000/02							
Jornal <i>O Jornal</i> (IMA)	2001/01							X
Projeto FTV/BID 1997	1997/01	X			X	X	X	X
Projeto IMA//GTZ 2000	2000/02	X	X	X		X	X	X
Recifes /costeiros	2001/01				X	X		X
IBAMA Programa CNPT	2001 /1992							X

LEGENDA:

X – Quem fala

APÊNDICE G
Problemas e Propostas

Problemas da Pesca Artesanal e ações propostas ou realizadas

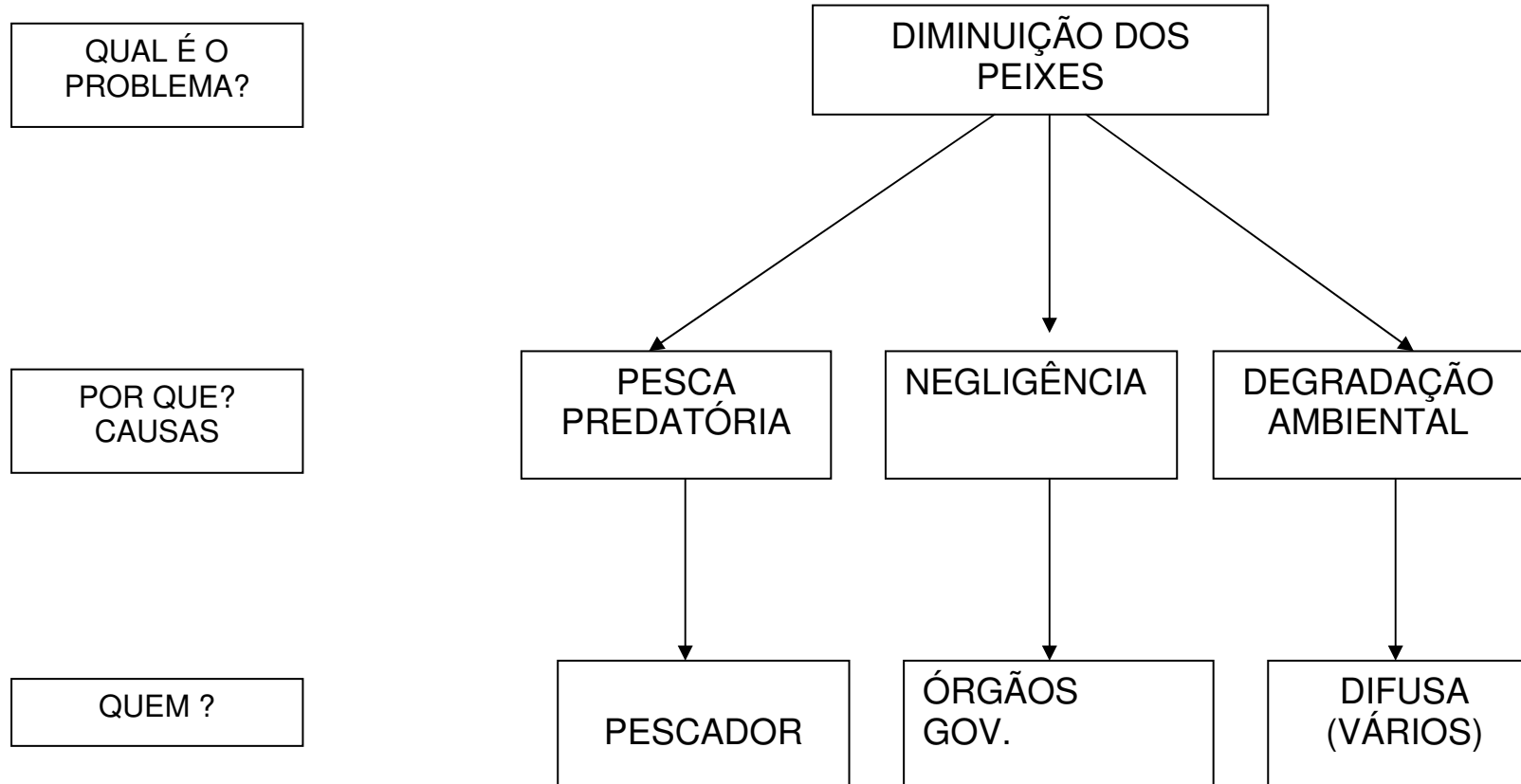
INTERLOCUTORES	TEMAS	Diminuição Peixes Extinção	Mudanças Antes Hoje	Espécies de peixes	Sobre pesca	Pesca Predatória	Negligência org.gov	Degradação Amb.	Pagamento Imposit	Pesca Sustent	Associação	Conhecimento Local	Preservação Amb.	Conservação	Participação	Fiscalização	Salário Desemp	Turismo	Educação Ambiental	Regulament.	Conhecimento Espec.
PESCADORES	DATAS																				
Isolda Curral	2000 / 01	○	○	○					●												
Antônio Professor	2000 / 01	○	○			○				●	●			●		●					
Joel – vários tipos pescas	2000 / 01	○			○	○	○		●	●	●		●	●		●	●			●	●
Mariano mergulhador	2000 / 02	○		○		○		○		●				●		●				●	
Francisco Agulheiro	2000 / 02		○	○																	
Mariana e João- curral	2000 / 02	○	○	○		○		○					●								
João Curral	2001 / 01								○		●					●	●	●	●	●	
João Curral	2001 / 02										●						●			●	
João Curral	2002 / 02								○		●					●				●	
Dalva Curral	2001 / 01			○				○	●							●				●	
Isaac Curral	2001 / 01	○	○	○				○					●			●					
Sr. Valdir Curral	2001 / 01		○					○													
ÓRGÃO GOVER																					
IBAMA-Educ.amb	2000 / 01		○			○								●		●			●	●	●
IMA-GERCO	2001 / 01				○								●			●		○	●		

IMA – GERCO	2001 /02							○					●					○	●	●	
DOCU MENTOS	DAT																				
LEI- Seguro Desembr.	1999								●								●			●	
Plano SEPLAN	2000 / 02							○				●	●		●			●			
Jornal Folha de S. Paulo	2000 / 02	○	○	○		○		○													
Jornal Gasetta de Alagoas	2000 /02												●					●	●		
Jornal O Jornal IMA	2001 /01							○						●		●		○	●	●	●
Projeto FTV/BID 1997	1997 /01	○			○	○	○	○		●	●	●	●		●	●		●			
Projeto IMA/GTZ 2000	2000 /02	○	○	○		○	○	○		●	●	●	●	●	●	●		○	●		●
Recifes /costeiros	2001 /01				○	○		○		●	●	●	●	●	●			○	●	●	●
IBAMA Programa CNPT	2001 /1992							○				●	●		●						

LEGENDA: ○ Problemas ● Propostas

APÊNDICE H
Problemas da Diminuição dos Peixes

FIGURA 1 - PROBLEMAS DA DIMINUIÇÃO DOS PEIXES



APÊNDICE I
O que fazer – Ações Propostas

FIGURA 2 – O QUE FAZER – AÇÕES PROPOSTAS

